

Luiz Carlos Bresser Pereira

**DESENVOLVIMENTO
E CRISE NO BRASIL
1930-1983**

3ª edição atualizada 1972

14ª edição atualizada

16ª edição

editora brasiliense

Copyright © Luiz Carlos Bresser Pereira

Capa:

Ettore Bottini

Revisão:

Nobuka Rachi

ISBN: 85-11-08006-6

1.^a edição 1968



editora brasiliense s.a.

rua da consolação, 2697

01416 - são paulo - sp.

fone (011) 280-1222

telex: 11 33271 DBLM BR

Índice

<i>Prefácio</i> — Barbosa Lima Sobrinho	9
<i>Introdução</i>	13
Capítulo I — <i>O conceito de desenvolvimento</i>	19
A Revolução Nacional Brasileira	23
Capítulo II — <i>Desenvolvimento econômico substitutivo de importações</i>	29
O início da Revolução Industrial Brasileira: 1930-1939	31
A Segunda Guerra Mundial: 1940-45	36
O decênio do após-guerra: 1946-55	38
A consolidação do desenvolvimento industrial: 1956-1961	42
Um modelo do desenvolvimento econômico brasileiro	51
O modelo de desenvolvimento	67
Capítulo III — <i>Desenvolvimento social e o surgimento de novas classes</i>	70
A estrutura social tradicional	72
Novas classes: os empresários e os operários	76
Transformações na classe média	78
A Segunda Revolução Industrial	85
Superposição de fases no processo social brasileiro	87
Administradores e classe média	88
Tecnocracia	92
Conclusão	93
Capítulo IV — <i>Desenvolvimento político e a crise da aliança populista</i>	95
As lutas ideológicas	96
O grupos socioeconômicos e a luta ideológica	102
O papel das esquerdas	104
Fatos novos provocam modificações estruturais	107
Rompimento da aliança entre a esquerda e os empresários industriais	113
Reformismo × conservadorismo	114
O alarmismo e o radicalismo	116
Conclusão	120

Capítulo V — <i>A crise dos anos 60</i>	122
A crise definida	123
Causas a médio prazo da crise econômica	130
Da inflação de procura à de custos	145
Causas a médio prazo da crise política	153
Causas a curto prazo da crise econômica	155
Causas a curto prazo da crise política	160
Enquadramento social e ideologia do Governo Castelo Branco	162
O empresário industrial e a crise brasileira	166
Capítulo VI — <i>A viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil</i>	168
Revolução industrial e falsa analogia	170
Teste básico: exportação de manufaturados	172
Três ideologias capitalistas possíveis	175
Nacionalismo desenvolvimentista	177
Capítulo VII — <i>A expansão a partir de 1967</i>	181
O período 1967-71	182
A débil tradição democrática brasileira	190
A distribuição da renda e a recuperação da economia	194
Desenvolvimento das indústrias dinâmicas	202
O novo modelo político	204
O novo modelo econômico	209
Tecnocracia industrializante, a quarta alternativa	214
Capítulo VIII — <i>Auge e declínio nos anos setenta</i>	218
A reversão do ciclo	219
A inflação crescente	225
O endividamento externo	228
O II PND e a desaceleração limitada	233
Política econômica 1974/79	236
Política contraditória	239
Expansão e recessão: 1980 e 1981	241
A crise distributiva	245
Capítulo IX — <i>A dialética da redemocratização e da "abertura"</i>	250
A especificidade do novo militarismo brasileiro	251
Força e fraqueza do "tripé"	253
Os avanços e retrocessos da "abertura": 1974-1978	254
A burguesia rompe o pacto político autoritário	257
Burguesia e autoritarismo	259
A perda de legitimidade do regime militar	260
Projeto de hegemonia política da burguesia	263
O pacto social democrático de 1977	264
Refluxo conservador da burguesia: 1979	266
Novo quadro partidário e novo fechamento: 1980-1982	268
1982: perspectivas eleitorais e novo populismo	269
Conclusão	271
Conclusão: <i>Cinquenta anos de desenvolvimento e crise</i>	272
A crise total de 1983	275
Semiverdades sobre a formação social brasileira	277
Subdesenvolvimento industrializado maduro	284
<i>Índice de quadros e figuras</i>	293
<i>Índice remissivo</i>	294

Prefácio

BARBOSA LIMA SOBRINHO

O Professor L. C. Bresser Pereira vem-se fazendo conhecido através de artigos importantes, divulgados em revistas especializadas do Brasil e do estrangeiro. O exercício permanente do magistério, ampliando-lhe a problemática e impondo a coordenação das idéias e a clareza da exposição, vale, realmente, como um programa, traçando rumos, exigindo pesquisas, alargando e aprofundando a informação bibliográfica. *Desenvolvimento e Crise no Brasil* resulta dessa conjunção de fatores, quando o professor se sente forçado a dilatar o seu campo de doutrinação, no afã de comunicar a um público cada dia mais numeroso o resultado de seus estudos e de sua meditação.

A preocupação fundamental do livro é a exposição do desenvolvimento *tout court*. Desenvolvimento como um contexto e não como um fenômeno setorial. Falar em desenvolvimento econômico não satisfaz a quem conhece as implicações sociais e políticas que acompanham, quando não precedem, o crescimento econômico, numa inter-relação estreita, em que os efeitos obtidos num setor não demoram em constituir-se causa, estímulo ou condição nos demais domínios do desenvolvimento global. O Professor L. C. Bresser Pereira não perde nunca de vista essa visão ampla do fenômeno, e o seu livro impressiona, nessa exposição, pela lucidez, pela clareza, pela precisão, pela segurança dos conceitos, constituindo, por isso mesmo, uma das melhores explanações que conhecemos do fenômeno do desenvolvimento econômico. São páginas altamente didáticas, como síntese que se fosse apurando e cristalizando dia a dia, na régência de cátedras, sob a curiosidade exigente e vigilante de um

auditório atento. Assinale-se que o autor não pretende ser um economista puro. Situa-se, de preferência, na confluência das Ciências Sociais, associando a Economia e a Sociologia para uma tarefa comum, em que as fronteiras das disciplinas autônomas se apagam, em benefício da explicação e da compreensão dos fenômenos.

Não poderia dizer que estou de acordo com todas as teses do livro. Também não entendo que uma concordância total seja condição para a presença de um prefaciador, presença que é, apenas, no caso, o testemunho de quem conhece de perto o autor e sabe da seriedade de seus estudos e da elevação de suas preocupações doutrinárias. Embora mais expositivo do que conclusivo, sente-se no livro que a dificuldade de concluir resulta menos do receio de afirmar do que da insuficiência dos elementos de que se pode dispor, num domínio em que as pesquisas são escassas e não raro precárias ou até mesmo temerárias. A história econômica e social do Brasil deixa muito a desejar, limitada, quase sempre, à repetição de lugares-comuns e à apresentação de sínteses, em que se evidencia a superficialidade ou a ausência de dados indiscutíveis. Conhece-se muito bem a formação de nosso patriarcado rural em diversos de seus aspectos, sobretudo sociais. Mas escasseiam pesquisas mais sérias quanto à formação e expansão de nossa burguesia e de nosso proletariado, embora sobre explanações, não raro mais corajosas do que documentadas. Por sinal que já devemos ao Professor L. C. Bresser Pereira uma pesquisa meritória, quanto à origem étnica do empresariado nacional, na região paulista.

Deve ter custado ao autor, com o espírito de síntese que o caracteriza, não poder chegar, com os elementos reunidos, além das conclusões que ele próprio classifica como puramente afetivas, na falta de terreno mais seguro para o estaqueamento de verdades definitivas. Viu-se como que forçado a uma análise global da realidade brasileira, sem poder dissimular as contradições que a emaranham ou comprometem. Concluir seria como que resolver essas contradições. E como resolvê-las, sem entrar no domínio das adivinhações, se a variedade e complexidade das tensões deslocam para o campo internacional uma decisão que quase não nos pertence ou que cada dia se torna mais difícil e mais custosa?

Seja, por exemplo, o conflito entre *nacionalismo* e *colonialismo*. Começa a dúvida pela própria terminologia. O Professor L. C. Bresser Pereira, em certa passagem do livro, prefere a classificação de Hélio Jaguaribe, opondo *nacionalismo* a *cosmopolitismo*. Repugna-lhe o vocábulo *entreguista*, “que possui uma conotação

valorativa evidente". Mas *cosmopolitismo* também inclui uma conotação desse tipo, num esforço para dourar a pílula, atribuindo-lhe um sentido universal quase edificante e meritório. Quando a verdade é que a opção não é entre o interesse nacional de um país determinado e o interesse do universo, mas apenas entre dois países ou entre duas economias, uma dependente, outra dominante. Para definir essa luta, *colonialismo* (como o próprio autor o faz na parte final do livro) é palavra muito mais precisa que *cosmopolitismo*, se se quer traduzir com ela o conflito ou o antagonismo dessas duas economias. O *entreguismo* definiria, nesse conjunto de interesses, a ação gratuita e intencional da alienação. Poderia em alguns casos não ser exata ou ser até mesmo injusta, mas em muitos outros tornar-se-ia insubstituível. *Colonialismo* traduziria a sujeição econômica, aceita voluntariamente como fórmula, senão de prosperidade, ao menos de resignação e dependência.

São fatos e realidades, que podem perfeitamente dispensar intenções agressivas, mas que também não devem ser omitidos ou desprezados. As conotações de valor só têm significação e força, diria o próprio La Palisse, se correspondem a uma realidade. Dissociadas dela, estiolam-se por si mesmas, desamparadas e inofensivas. Em contraposição, quando correspondem a fatos, impõem-se por si mesmas, inelutáveis e convincentes. Por isso mesmo foi que o Professor L. C. Bresser Pereira, cedendo ao desejo de reduzir o antagonismo às duas expressões, que lhe pareceram, de início, mais expressivas — *nacionalismo* e *cosmopolitismo* — acabou trocando os vocábulos e substituindo *cosmopolitismo* por *colonialismo*, fiel aos objetivos de lealdade e de sinceridade, que constituem a tônica e o mérito de sua lúcida e brilhante exposição.

Rio, janeiro de 1968

Introdução

Este livro é uma tentativa de análise das transformações econômicas, políticas e sociais por que passou o Brasil entre 1930 e 1982. É um ensaio sobre a transformação do Brasil de uma sociedade agrária e mercantil em uma sociedade industrial e capitalista, em que o subdesenvolvimento se torna industrializado e a formação social, além de capitalista, assume características monopolistas e estatais. É o exame da Revolução Industrial Brasileira, que, embora tenha antecedentes no século passado, ganha impulso decisivo a partir de 1930.

É pressuposto deste livro, portanto, que a crise econômica mundial desencadeada em 1929 e a Revolução de 1930 têm um papel decisivo na história do Brasil. Ao contrário de uma série de autores que, a partir do golpe de Estado de 1964, passaram a depreciar a importância desse momento histórico, e a buscar as origens do capitalismo industrial do Brasil em épocas anteriores, porque pensavam poder assim (a) negar a distinção entre a burguesia industrial e a mercantil cafeeira e (b) criticar o pacto populista entre as esquerdas e a “burguesia nacional”, este livro insiste na importância de 1930 como divisor de águas na história da formação social brasileira. E mais: embora considere ingênua a idéia de uma burguesia nacional, entende que realmente a partir de 1930 inicia-se uma ruptura entre a burguesia industrial nascente de origem imigrante e o latifúndio cafeeiro mercantil, ruptura essa que dominaria o processo econômico e político brasileiro até 1964.

Conforme demonstra o capítulo IV, entretanto, uma série de fatos históricos novos irão, a partir de meados dos anos cinqüenta,

reunificar a burguesia mercantil e industrial, liquidar o pacto populista, e criar as condições para a instalação de um regime autoritário no Brasil.

É certo que desde o final do século passado o Brasil, principalmente na região de São Paulo, vinha se industrializando. Mas tratava-se de uma industrialização periférica, subordinada ao modelo primário-exportador vigente. Limitava-se a algumas indústrias de bens de consumo não durável — têxtil, de alimentação, de móveis — sem praticamente nenhuma integração vertical. Não havia uma indústria de insumos básicos, inclusive aço, nem bens de capital. O país era dominado por uma burguesia agrário-mercantil orientada para a exportação de produtos primários, principalmente o café.

O Modelo Primário-Exportador, que caracteriza a economia brasileira desde a abertura dos portos, em 1808, até 1930, foi a forma através da qual o Brasil se inseriu de forma retardatária no capitalismo industrial triunfante na Europa. Ao invés de inserir-se nesse capitalismo de forma diretamente industrial, como aconteceu nos países de industrialização tardia, como a Alemanha e o Japão, o Brasil, aliás como o restante da América Latina, não teve outra alternativa, dada a pequena dimensão de seu mercado interno e a insuficiente base tecnológica e cultural que herdara do período colonial, senão tornar-se exportador de produtos primários. Em consequência, a burguesia latifundiária, dominante no período colonial, permaneceu no poder, assumindo agora mais claramente um caráter mercantil. Com a integração no mercado mundial, a acumulação de capital acelerou-se, formou-se uma burguesia mercantil e uma pequena classe média urbana, mas o desenvolvimento das forças produtivas continuou a ser mínimo. A burguesia mercantil e latifundiária é especulativa e dependente do Estado. Apropria-se do excedente através dos mecanismos de acumulação primitiva — basicamente a expropriação e exploração de camponeses, posseiros e escravos — e não através da incorporação de progresso técnico e do mecanismo da mais-valia.

Em consequência desse domínio do capital mercantil, do qual a produção e exportação de café é o protótipo, não houve praticamente nenhum desenvolvimento das forças produtivas. As técnicas de produção de café em 1930 eram muito semelhantes às vigentes um século antes.

Em 1930, entretanto, dois fatos decisivos mudam a história do Brasil e marcam o avanço do capital industrial sobre o capital

mercantil. De um lado o capitalismo internacional, ao qual o Brasil estava submetido, entra em crise. Esta crise do imperialismo baseado na divisão internacional do trabalho é a oportunidade para o desenvolvimento do Brasil. De outro lado, a Revolução de 1930 alija do poder a burguesia agrário-exportadora, e estabelece as bases de um novo pacto político muito mais favorável à industrialização: o pacto populista.

Nos primeiros quatro capítulos deste livro examino o período que chamei de Revolução Brasileira, que vai de 1930 a 1960. É o momento de transição do domínio do capital mercantil, latifundiário e especulativo, para o capital industrial, intrinsecamente incorporador de progresso técnico. O primeiro capítulo é introdutório. O segundo examina a industrialização substitutiva de importações. O terceiro analisa as mudanças sociais, o surgimento de novas classes: a burguesia industrial, o proletariado urbano, e principalmente a nova classe média assalariada, que em trabalhos posteriores eu chamaria de tecnoburocracia. O quarto capítulo, desenvolvendo a análise de um artigo de 1963, examina o pacto populista, e os fatos históricos novos que irão determinar o seu colapso, provocando a crise política do início dos anos setenta e a Revolução de 1964. É talvez o capítulo mais original da primeira edição deste livro, na medida em que ao invés de simplesmente negar a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores, explicar porque essa frágil aliança se rompeu levando à crise.

A partir de 1962 tem início a primeira crise do Brasil industrial, que irá estender-se até 1966. A economia brasileira já possuía suficiente grau de integração industrial para ficar sujeita a ciclos econômicos endógenos, gerados pela sua própria dinâmica de acumulação de capital. Os capítulos V e VI examinam essa crise no plano econômico e político, e as alternativas que então se abriam para o Brasil após a consolidação política do capitalismo industrial a partir da Revolução de 1964.

A primeira edição deste livro, publicada em 1968, terminava aí. Estávamos já saindo da crise, mas em 1967, quando terminei sua redação, este fato não estava claro. Por isso, na segunda e terceira edições, publicadas em 1970 e 1972, acrescentei o que nesta edição corresponde ao capítulo VII. O objetivo desse capítulo é explicar teoricamente a grande expansão (o chamado "milagre") que se inicia em 1967, e o novo modelo de desenvolvimento. O subcapítulo em que discuto a concentração de renda e a recuperação da economia brasileira apoiada na indústria de bens de consumo durável foi

escrito ainda em 1970, antes que a publicação dos resultados do censo de 1970 tornassem essa concentração evidente; a definição do novo modelo brasileiro foi escrita no ano seguinte.

Publicaram-se, depois, mais nove edições deste livro sem que fizesse qualquer alteração. Em 1982, entretanto, diante do interesse da Westview Press de publicar o livro em língua inglesa, pareceu-me aconselhável atualizá-lo, inclusive porque, a partir de 1974, inicia-se a nova desaceleração cíclica e nova crise política no Brasil. O capítulo VIII examina a crise econômica dos anos setenta, que até hoje perdura, e, o capítulo IX, o longo processo de transição para a democracia que se inicia em 1974, mas que até hoje não se encerrou.

Nesse período de 50 anos o Brasil teve uma ditadura populista entre 1930 e 1945; democracia nos 19 anos seguintes; ditadura militar entre 1964 e 1978; e um regime semi-autoritário a partir de 1979, depois de extinto o Ato Institucional nº 5. Os primeiros 30 anos correspondem ao Modelo de Substituição de Importações no plano econômico e ao Pacto Populista, no plano político. Desde meados dos anos cinquenta, entretanto, já se define um novo padrão de acumulação no Brasil, baseado na concentração de renda e na produção de bens de consumo durável pelas empresas multinacionais industriais que entram no Brasil. É o Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado. Cerca de 10 anos depois, diante da crise do populismo, estabelece-se o Pacto Autoritário Capitalista-Tecnoburocrático de 1964, em que a burguesia aceita a tutela tecnoburocrático-militar para consolidar o capitalismo no Brasil. A partir de 1974, entretanto, essa mesma burguesia, fortalecida e tranqüilizada, começa a romper esse pacto, com o apoio e sob a pressão de forças populares democráticas: intelectuais, estudantes, trabalhadores, a Igreja Católica. Inicia-se então um peculiar processo dialético de transição para a democracia, ao mesmo tempo em que, finalmente, se delinea um pacto social democrático.

Hoje o Brasil é um país subdesenvolvido industrializado, marcado por contradições e desequilíbrios. É uma poderosa economia industrial que convive com um imenso subproletariado marginalizado dos frutos do desenvolvimento. É uma economia tecnologicamente dependente, mas que caminha a passos largos para que seus setores mais modernos e desenvolvidos façam parte do centro capitalista mundial. É uma formação social predominantemente capitalista, mas crescentemente tecnoburocrática ou estatal. É uma economia em crise, da mesma forma que toda a economia mundial, mas essa crise provavelmente implicará na transição para o Modelo

de Subdesenvolvimento Industrializado Maduro, no qual a continuidade do processo de acumulação de capital no Brasil dependerá de sua capacidade de exportar bens manufaturados tecnologicamente sofisticados mas trabalho-intensivos em concorrência direta com os países centrais.

Este livro é uma tentativa de análise de todo esse processo histórico iniciado em 1930. É uma análise que busca ser isenta, embora se saiba comprometida. Foi escrita em três épocas distintas — 1965/67 (capítulos I a VI), 1970/71 (capítulo VII) e 1982 (capítulos VIII a X), somente a Conclusão foi escrita em 1983 — e reflete minha visão datada da sociedade brasileira. Por essa razão, exceto alguns cortes, mantive os textos rigorosamente na forma original. É uma análise histórica, mas não um livro de história. É uma tentativa de compreender de forma integrada e dinâmica esse fascinante fenômeno que é o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro.

São Paulo, julho de 1982

CAPÍTULO I

O conceito de desenvolvimento

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixaram traços. Um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas. E como a própria expressão “sistema” sugere, essas relações são interdependentes, de forma que, quando algumas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações havidas. Ora, quando falamos em desenvolvimento, temos sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente em uma região, um país, um continente. Será sempre, porém, um sistema social. Suas partes, portanto, serão interdependentes. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social e vice-versa. Se a repercussão for pequena, se o crescimento da renda, por exemplo,

não for acompanhado de transformações políticas e sociais, isto será sinal de que aquele crescimento da renda não foi significativo para o desenvolvimento, não podendo ser considerado como tal.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão "desenvolvimento econômico" como sinônimo de "desenvolvimento". No processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político pode transformar-se, em determinados momentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento, como, paradoxalmente, aconteceu nos países comunistas. Esses fenômenos, porém, revestem-se sempre do caráter de exceção. A regra geral é que o desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e como resultado por excelência o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre o desenvolvimento.

Falamos, propositadamente, em padrão de vida e não em renda *per capita*. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, este é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Torna-se, pois, muito mais significativo identificar-se o desenvolvimento com o aumento do padrão de vida. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida do padrão de vida, é uma medida muito deficiente. Muitas vezes cresce a renda *per capita* sem que haja aumento do padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não tenhamos transformações políticas e sociais, o crescimento da renda terá sido aleatório e instável, é certo que não poderemos falar em desenvolvimento econômico.

Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária. Essa melhoria será automática no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico passará a se gerar a si mesmo. Quando, por exemplo, um país atinge o estágio do capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Quando atingimos um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a tornar-se não só automático, mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas tornam-se uma condição de sobrevivência das mesmas. A tendência à autonomia do crescimento da renda, que geral-

mente caracteriza o desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos.

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto é o aumento do padrão de vida da população, e esse aumento é automático, autônomo e necessário, ou seja, auto-sustentado, o conceito de desenvolvimento torna-se historicamente situado. Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista ou socialista; quando o Governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando, finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas econômicos tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo e no capitalismo industrial.

Nesses termos, não tem sentido falar-se em desenvolvimento da Grécia antiga ou do Egito dos Faraós. Da mesma forma, não podemos falar em desenvolvimento do Brasil na época do ciclo da cana ou do ouro. Nesses momentos houve sem dúvida aumento de riqueza, o qual, todavia, beneficiou em regra a apenas uma elite. As transformações sociais e políticas decorrentes não se revestiram de maior importância, não chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões, e faltou a esses aumentos de riqueza qualquer caráter automático, autônomo e necessário. Não houve portanto desenvolvimento, no sentido moderno da palavra, no sentido em que o estamos usando.

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só

começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, e quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.

Para que todo esse processo de transformação tenha início e comece a ocorrer o desenvolvimento econômico em uma sociedade, uma revolução política não é absolutamente necessária, embora na maioria das vezes acabe verificando-se. É essencial, todavia, que a classe dominante tradicional — geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático — seja substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média. Essa substituição será tanto mais rápida e completa quanto mais radical for a revolução política. A Revolução de Cromwell, na Inglaterra, ou a Revolução Brasileira de 1930, foram social e ideologicamente muito menos radicais do que a Revolução Francesa, ou a Revolução Russa de 1917. Conseqüentemente, a ascensão no poder de grupos de classe média, naqueles países, e a perda do poder por parte da aristocracia, ocorreram de forma paulatina, enquanto nestes se verificou de um só golpe, especialmente no caso da Revolução Russa. Excepcionalmente o poder político pode não ser empolgado por um grupo de classe média, para que tenha início o desenvolvimento, e sim por uma facção decadente da aristocracia, como aconteceu no Japão. Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominantemente ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja de empresários

burgueses, seja de políticos ou militares nacionalistas, seja de políticos e intelectuais comunistas. No primeiro caso enquadram-se todos os países industriais da área capitalista, além de países que estão ainda nos primeiros passos do seu desenvolvimento, como o Brasil. No segundo caso temos países como a Índia, o Egito, o México. No terceiro caso estão os países comunistas. Naqueles países em que o desenvolvimento é iniciado por políticos e militares nacionalistas, o sistema econômico tende, durante um certo período, a ser indefinido. A propriedade privada dos bens de produção é admitida, mas o setor socializado da economia é grande. Depois de um certo tempo, porém, as tendências do sistema econômico em questão começam a delinear-se em uma forma predominantemente capitalista, como aconteceu no México, ou predominantemente socialista, como sucede na Índia e no Egito.

A tomada do poder por um desses grupos de classe média — que, obviamente, à medida que se vão estabelecendo no poder vão-se transformando em classe alta — somada a uma série de outros fatores de ordem econômica que não cabe agora aqui discutir, dão o sinal de partida ao processo de desenvolvimento. Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chamada por uns de *Revolução Industrial*, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o processo de industrialização, por outros de *Revolução Nacional*, especialmente quando se trata de um país colonial ou semicolonial, que para iniciar seu desenvolvimento tem não só que colocar em segundo plano sua oligarquia tradicional como também desvencilhar-se do jugo de potências imperialistas, e por Rostow de *decolagem*, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracteriza as sociedades tradicionais.

A Revolução Nacional Brasileira

O ano de 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. Por uma série de razões, entre as quais sobressaem as de ordem econômica, a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história, depois de muitos anos de um desenrolar contínuo e uniforme, sofre um impacto e dá um daqueles seus

típicos saltos para uma nova direção. Todos os campos são atingidos: o econômico, o cultural, o social e o político. A nação inteira sofre um abalo profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o nosso comércio exterior. Vemos um ruir de velhas estruturas, de antigos preconceitos, de classes esclerosadas, de privilégios arraigados.

No plano econômico as transformações são notáveis. Em primeiro lugar, notamos o rápido aparecimento de um mercado interno. É característica básica de uma economia semicolonial o não contar com um mercado interno. A grande maioria da população, trabalhando no campo, encontra-se fora do mercado nacional, produzindo artesanalmente para seu próprio consumo, em condições miseráveis, de forma a não permitir que se possa falar em mercado interno. Este, que com o café e a abolição da escravatura tivera seu primeiro impulso, só em 30 tem oportunidade real de expandir-se. Em segundo lugar, observamos a rápida modificação da estrutura do mercado externo, especialmente no campo das importações. Como país semicolonial, exportávamos produtos primários em troca de manufaturas. O surto industrial, que então se verifica, permite-nos realizar rápida substituição de importações. Assim, hoje, praticamente não mais importamos produtos manufaturados de consumo, produzidos agora no País. Por outro lado, a dependência de nossa economia, e portanto de nossa renda nacional, em relação à exportação, diminui de forma sensível. Nosso objetivo básico não é mais produzir para exportar (a preços extremamente baixos em relação aos das importações), mas produzir para consumir. Em terceiro lugar — observe-se que todas essas transformações estão ligadas e dependem sempre uma das outras — temos o desenvolvimento industrial, que hoje já alcançou a indústria pesada e a de equipamentos. Essa rápida industrialização, aliás, é a causa dominante das modificações desse período, enquanto o mercado interno é seu efeito fundamental. Em quarto lugar, verificamos a redistribuição de nossa renda nacional e seu extraordinário crescimento. O país deixa de ser basicamente agrário. Além da agricultura e do comércio, dois novos setores produtivos de renda nacional passam a figurar com importância crescente — a indústria e o Estado.

No plano social há uma transformação básica a ser analisada. Caracteriza a sociedade colonial a simplicidade de sua estrutura. A divisão do trabalho ainda é primária. A partir de 30 a diversificação da sociedade brasileira toma um novo e decisivo impulso. Antes dessa data nossa estrutura social apresentava duas classes

básicas apenas: a dirigente, dos senhores de terra, intimamente ligada ao alto comércio exportador de café e importador de produtos manufaturados; e a dominada, constituída por um enorme subproletariado rural, vivendo em condições de extrema miséria. Entre a diminuta classe dirigente, totalmente alienada aos interesses estrangeiros, dos quais dependia, e a imensa classe dominada, encontramos uma pequena classe média vivendo nas cidades — classe média essa de cunho parasitário, apoiada fundamentalmente no emprego público, já que o Estado, então, mais do que qualquer outra coisa, funciona como agência de empregos e polícia, às ordens da oligarquia dominante. É essa a estrutura da sociedade brasileira da República velha, de que alguns saudosistas incorrigíveis têm ainda a coragem de lamentar o desaparecimento.

A partir de 30, duas novas classes começam a se delinear com mais firmeza: a da burguesia industrial e a do proletariado urbano. Essas duas classes virão nos nossos dias marcar decisivamente a sociedade nacional. Por outro lado, a classe média expande-se rapidamente. Continua ainda em grande parte ligada ao funcionalismo público parasitário. O próprio Estado, porém, deixa sua atitude passiva, de mero instrumento de uma classe dirigente objetivando a ordem social, para participar de forma ativa, e afinal como seu principal elemento, do desenvolvimento nacional. E já nessa medida o funcionalismo deixa em grande parte de ser parasitário. Além disso, a classe média encontra na indústria, e em todas as novas atividades que a mesma permite surgirem, um campo ideal de trabalho. E assim, da mesma forma que boa parte do subproletariado rural ascende à categoria de proletariado rural, em condições de padrão de vida muito superior, também uma parte do antigo proletariado urbano já tende para a classe média ou nela se instalou. Vemo-nos assim diante de um quadro novo da sociedade brasileira, que se completa com a entrada em decadência — embora ainda possua muita força — da antiga classe dominante, a qual passa a lutar contra a ascensão das novas classes de forma cada vez mais consciente.

A análise dessas lutas, porém, já pertence a outro campo — o político, onde as transformações não são menos notáveis. O que caracteriza politicamente o Brasil semicolonial é o domínio de uma pequena oligarquia de senhores de terra, que tem na organização estatal e no capitalismo internacional, respectivamente, o seu principal instrumento e a sua maior razão de existência. No regime a um só tempo feudal e capitalista em que então vivíamos, o domínio

político vai caber por definição ao proprietário da terra. Este, necessitando compor-se com o simulacro de democracia que então vigora, usa do Estado não só para manter a ordem estabelecida, mas também para ser seu instrumento político básico. Vigora então a chamada política de clientela, em que a classe dominante troca os votos do povo por promessas de recompensa, geralmente por promessas de emprego público. E o pequeno número de eleitores e seu caráter totalmente dependente da classe dominante tornam fácil a realização dessa barganha. Por outro lado, produzindo para exportar, em benefício direto do capitalismo internacional, que goza de todas as vantagens e deixa uma pequena parcela (embora perfeitamente suficiente para um alto nível de vida) para a oligarquia dominante, esta oligarquia conta com o apoio do capitalismo internacional. Em outras palavras: nosso sistema de produção e comércio interessava diretamente às nações industrializadas, que auferiam todas as vantagens da troca de produtos industrializados por primários. Por isso mesmo essas nações apoiavam, davam mão forte ao domínio da classe que dirigia esse sistema e lhe ofereciam algumas vantagens.

Com a Revolução de 30 a oligarquia perde o poder, entra em decadência. As classes sociais, conforme vimos anteriormente, que então se desenvolvem rapidamente, vão participar também do Governo, juntamente com as classes derrotadas em 30 e que se haviam apressado em aderir à nova ordem. E o que vemos então, através dos Governos de Getúlio, Dutra, Getúlio novamente, e Juscelino Kubitschek? Vemos Governos de compromisso, dos quais participam forças antagonicas, embora sejam marcados, em traços amplos, por uma linha de industrialização contínua, ainda que nem sempre muito bem definida. E isto porque a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continua detentora de enorme força econômica e política, não sendo possível uma política de franca oposição a ela.

Vai-se desenrolar então, a partir de 30, um drama, cujos contornos se irão definindo cada vez mais. De um lado, lutando por uma volta ao antigo regime, a agricultura latifundiária do café e o alto comércio ligado ao café ou diretamente ao capitalismo internacional, com o apoio da classe média parasitária ligada por laços econômicos e sociais (familiares mesmo) à antiga classe dominante. Do outro, o Governo, no qual, além de parte das referidas classes de oposição que aderiram para poder lutar por seus interesses em campos mais favoráveis, além desse grupo vamos encontrar a classe

industrial, a classe proletária e uma nova classe média. Como se vê, um Governo de compromisso, um Governo de composição instável, do qual Getúlio Vargas, apesar de seus inúmeros erros, será o genial coordenador e ao mesmo tempo o líder das correntes realmente renovadoras que nesse Governo existiam. Nesta análise em traços extremamente amplos que estamos fazendo, evidentemente, não cabe um exame da época getulista mais aprofundado. Bastam-nos agora essas idéias fundamentais. Getúlio Vargas foi um líder populista típico. Ao contrário de muitos outros líderes populistas, porém, foi suficientemente hábil para realizar a sua missão. Fez um Governo de compromisso, soube conceder, mas não perdeu a visão de seu objetivo geral, como tantos fatos estão aí para comprovar, inclusive os resultados econômicos e sociais de seu Governo.

Mas continuemos esta rápida análise introdutória das transformações políticas verificadas no Brasil a partir de 30. Dessas forças que se entrechocam no primeiro Governo Vargas surgirão no fim da guerra os grandes partidos nacionais que a Revolução de 64 extinguiria. Esses não serão mais meros representantes de uma mesma classe social, a oligarquia dominante, como acontecia antes de 30. Em 45, quando volta a ordem democrática, os partidos que então se formam logo se definem, não obstante suas contradições e seu caráter hesitante. A UDN irá representar as forças derrotadas em 30, além da classe média parasitária a elas ligada. Suas características liberais, agrárias, tipicamente reacionárias tornam-se logo visíveis. Por outro lado, PTB e PSD saem diretamente da matriz getulista. O primeiro irá representar seu caráter mais novo e popular, constituindo-se em um amálgama de líderes sindicais e “pelegos” e de grande parte da nova classe média produtiva que então se formava. Apesar de suas inúmeras falhas, o PTB irá definir-se como partido de esquerda moderada. O PSD, por sua vez, será o representante das demais forças antagônicas que se formaram no Governo Vargas. Ainda que se possa notar nele tendência para a industrialização e para o desenvolvimento econômico planejado, será o partido brasileiro híbrido por excelência, o partido de centro.

As transformações verificadas no plano cultural são também profundas. Fundamentalmente podem ser resumidas em uma só: tomamos consciência de nós mesmos. Até então o Brasil não se conhecia a si mesmo. Da mesma forma que uma criança desconhece sua própria natureza, não tínhamos noção da realidade brasileira. Quando tomamos consciência de nós mesmos, vemo-nos diante do problema básico de nossa cultura, qual seja o profundo complexo de

inferioridade colonial que a avassala. Julgávamo-nos racial e intelectualmente inferiores aos povos industrializados, sem a mesma capacidade de trabalho, de iniciativa e de êxito, derivando daí as três alienações básicas de nossa formação: a alienação cultural, a alienação institucional e a alienação econômica. A primeira se evidenciava no caráter transplantado e inautêntico de nossa cultura. Não pensávamos por nós mesmos, mas pela cabeça dos outros. Nossos livros mediam-se em qualidade e profundidade pelo número de citações. Pretendíamos conhecer o Brasil usando simplesmente, sem nenhum critério mais científico, as categorias da cultura estrangeira. A alienação institucional se caracterizava pela nossa insistência em transferir as instituições políticas estrangeiras para o Brasil, sem tomar em consideração as diferenças econômicas, sociais e naturais que o País apresentava. Finalmente, a alienação econômica importava na tentativa de copiar as práticas econômicas e financeiras dos grandes centros industrializados e na descrença em nossa própria capacidade de trabalho, especialmente em relação às grandes indústrias. Em todos esses anos a partir de 30, vamo-nos conhecendo melhor, perdendo esses complexos, encontrando-nos com a nossa própria realidade. E é nesse processo, cuja conclusão ainda está longe, que localizamos as grandes transformações culturais verificadas no Brasil.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento econômico substitutivo de importações

É sem dúvida a partir de 30, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos trinta que tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro; é nesta década que o Brasil entra propriamente na fase de sua Revolução Industrial. As transformações que irão ocorrer a partir desse momento, todavia, não surgem do nada. Embora, só a partir de 30 se verifique uma solução de continuidade no processo histórico brasileiro, que dá um salto para a frente, rompendo com suas bases agrárias, tradicionais e de caráter basicamente colonial, é certo que a decolagem da economia brasileira tem antecedentes bem definidos.

Estes antecedentes podem ser encontrados, em primeiro lugar, no desenvolvimento da cultura do café, que tem lugar no Brasil a partir de meados do século XIX. O ciclo do café tem características diversas do ciclo do açúcar ou do ouro. Entre elas a diferença fundamental, além da circunstância de o ciclo do açúcar e do ouro haverem ocorrido em plena época colonial, está no fato de que com o café começa a ser usado em grande escala o trabalho assalariado, ao invés do trabalho escravo. Os grandes cafeicultores descobrem rapidamente que era mais econômico pagar pelo trabalho dos colonos, geralmente através de um sistema de meação, do que usar escravos, quando se tratava de produzir café. Surge, assim, em grande escala no Brasil, fora dos centros urbanos, o trabalho remunerado, que permitirá a formação de um incipiente mercado interno. Abre-se uma brecha no sistema agrário tradicional brasileiro, de caráter semifeudal, com as fazendas constituindo-se centros relativamente auto-suficientes no que diz respeito ao consumo de seus escravos e

agregados. Desenvolve-se o comércio interno. Começam a surgir as condições básicas para a instalação de uma indústria nacional orientada para o mercado interno.

A importância fundamental do surgimento de um mercado interno, ainda que pouco desenvolvimento, entre os antecedentes da industrialização brasileira está no fato de que esta só seria possível na medida em que este mercado interno existisse. A expansão da cultura e das exportações de café e a decorrente expansão do trabalho assalariado constituíram-se a causa básica da emergência desse mercado.

Decorrência do café e da necessidade do trabalhador remunerado foi também a imigração maciça ocorrida no Brasil a partir de meados do século passado. Esses imigrantes, com sua grande ambição e com seus conhecimentos técnicos, os quais, ainda que reduzidos, eram muito superiores aos existentes nas populações tradicionais brasileiras, viriam a se constituir uma das bases da decolagem da economia brasileira.

Ainda no campo econômico, temos como antecedentes da Revolução Industrial Brasileira o desenvolvimento da indústria têxtil, a partir dos anos cinqüenta do século passado; o surto industrial que ocorre nessa época é marcado pela figura de Mauá; a instalação de um sistema de transporte ferroviário, ainda que totalmente destinado a servir às necessidades de exportação e não às da integração econômica nacional; o aparelhamento da infra-estrutura econômica em geral do país (não só ferrovias, mas portos, usinas hidrelétricas, sistema de comunicações), tornado possível com a prosperidade trazida pelo café; a tentativa ainda que fracassada, por ter sido meramente especulativa, de se criar uma indústria nacional ocorrida logo após a proclamação da República, com o Encilhamento; e em especial a Primeira Guerra Mundial, que possibilitaria um extraordinário desenvolvimento da nascente indústria nacional.

No campo político e social, temos como antecedentes da Revolução Nacional Brasileira, entre outros fatos, o surgimento de uma classe média mais atuante a partir das três últimas décadas do século passado; a constituição do Exército Nacional, especialmente a partir da Guerra do Paraguai, como uma organização essencialmente de classe média, em oposição às origens aristocráticas da Marinha; a Proclamação da República, permitindo que durante uns poucos anos, até a eleição de Prudente de Moraes, a aristocracia agrária e comercial brasileira fosse substituída no poder por grupos de classe média; e as revoluções que nos anos vinte abalam a

Primeira República, evidenciando a insatisfação que grassava em amplas camadas da população brasileira, e que resultaria na Revolução de 30.

O início da Revolução Industrial Brasileira: 1930-1939

A Revolução Industrial Brasileira tem início nos anos trinta devido à conjugação de dois fatores principais: a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30.

O significado fundamental da Revolução de 30, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil, inicialmente em conjugação com os interesses coloniais portugueses e, a partir da Independência, em conjugação com os interesses comerciais dos países industrializados, particularmente da Inglaterra. Como a Proclamação da República de 1889, a Revolução de 30 foi antes de mais nada uma revolução da classe média, mas, ao contrário daquela primeira revolução, a de 30 foi uma revolução vitoriosa no tempo. Depois dela, jamais a oligarquia agrário-comercial brasileira voltou a contar com uma parcela sequer do poder que detivera durante séculos.

O Governo que se instaurou a partir de 30 se identificava com os ideais da renovação da política e da economia brasileira. Enfrentou desde logo a oposição feroz da aristocracia e das classes médias tradicionais brasileiras, vendo-se assim obrigado, especialmente a partir da Revolução de 32, quando essas classes tentaram retomar o poder, a buscar apoio nas classes novas que emergiam, no proletariado urbano, a que atendeu com uma extensa legislação trabalhista, na nova classe média, à qual continuou a beneficiar com empregos públicos, e na classe emergente dos empresários industriais. Em relação a esta, o novo Governo adotou logo uma política nitidamente industrializante. Devido ao desaparecimento do Estado brasileiro de então para intervir na esfera econômica, essa política não teve efeitos benéficos de monta. Como veremos mais adiante, as medidas do Governo que mais estimularam o arranque da economia brasileira e o seu desenvolvimento industrial foram tomadas por acaso. Entretanto, o simples fato de que o Governo saído da Revolução de 30 tivesse uma atitude positiva em relação à indus-

trialização, e não negativa, como acontecera nos Governos anteriores, já significava muito. Se a isto somarmos todas as pequenas medidas que o Governo de então tomou em favor da industrialização, e que foram coroadas, no fim dos anos 30, com o início da construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda, veremos que efetivamente essa Revolução é uma peça essencial da explicação do início da Revolução Nacional Brasileira. Não estamos com isso fazendo a apologia do Governo Getúlio Vargas em sua primeira fase, que foi inclusive manchada com uma ditadura declarada, entre 37 e 45. É indiscutível, todavia, que a Revolução de 30 marca uma nova era na história do Brasil, havendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira.

O segundo fator fundamental a explicar o início da decolagem da economia brasileira está no surgimento inesperado e paradoxal de uma imensa oportunidade de investimentos industriais devido à depressão mundial dos anos trinta. Não fora esse fato, a Revolução de 30 teria possivelmente deixado de vingar, e o país voltaria a ser dominado pela oligarquia agrário-comercial de comportamento econômico tradicional. Ao tenentismo da Revolução de 30, que revela suas ligações com o Exército e portanto com a classe média reformista, era preciso somar o industrialismo bem sucedido cujo maior beneficiário seria a nascente burguesia industrial nacional. Em plena depressão econômica mundial, este último fato foi possível no Brasil devido a dois fatores fundamentais: de um lado, a procura interna manteve-se relativamente constante, apesar da crise econômica mundial, que veio afetar diretamente nossas exportações; de outro lado, os preços dos artigos manufaturados cresceram verticalmente, na medida em que o poder aquisitivo externo do país reduziu-se, enquanto se mantinha o poder aquisitivo interno.

Devemos a Celso Furtado a descrição e análise que já se tornaram clássicas de como se manteve o nível de procura nos anos trinta no Brasil. Embora essa análise seja muito conhecida, dada a sua importância faremos seu resumo aqui, usando sempre que necessário as palavras do próprio autor. Observa ele inicialmente que, quando sobreveio a crise, o mecanismo clássico de defesa da economia, através da taxa de câmbio, embora tenha operado, não foi suficiente. Com a crise, baixou o preço do café e desvalorizou-se a moeda. "A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa do preço internacional

do café havia alcançado 60 por cento. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento. O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações.”¹ A baixa dos preços do café permitiu um aumento de 25 por cento das exportações em volume físico. Esse aumento, porém, estava longe de ser suficiente para absorver a produção de café. Mesmo baixando os preços, os produtores continuariam a produzir e colher café até o ponto em que o simples custo da colheita e atividades subseqüentes fosse maior do que o preço do café. Nesse momento, estaríamos diante do caos econômico. Os cafeicultores deixariam de colher café e poderia restabelecer-se o equilíbrio da oferta e da procura do produto. Fica assim evidente que “o mecanismo do câmbio não podia constituir um instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira dentro das condições excepcionalmente graves criadas pela crise”.²

Impunha-se, pois, encontrar outra solução para o problema de forma a evitar que os estoques invendáveis continuassem a pressionar cada vez mais para baixo os preços do café sem que a quantidade vendida aumentasse correspondentemente, dada a baixa elasticidade-preço da procura do produto. A solução encontrada foi a compra pelo Governo e destruição dos excedentes de café. Esta solução era a única possível, tendo-se em vista o objetivo de defender a economia cafeeira, possibilitando que o café continuasse a ser colhido. “À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo”,³ observa Celso Furtado. Mas, “ao garantir preços mínimos de compra, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia... O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes.”⁴ Em outras palavras, fazíamos um investimento improdutivo

(1) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Fundo de Cultura, 1959, Rio de Janeiro, pp. 218-219.

(2) *Idem*, *ibid.*

(3) *Idem*, p. 220.

(4) *Idem*, pp. 222 e 224.

em estoques que depois queimávamos. Isto, porém, era muito melhor do que nada. O problema não era fazer investimentos para aumentar a produção, mas fazê-los para manter o nível de emprego, e portanto o nível da procura agregada. Nas épocas de crise e sempre que haja um excedente para o qual não se encontra colocação, investimentos desse tipo, improdutos, são essenciais. É evidente que seria melhor se pudéssemos encontrar um investimento produtivo, que não só proporcionasse emprego, mas também fosse refletir indiretamente no aumento da produção e (ou) do bem-estar. Mas soluções como essa não são fáceis. A economia capitalista não é em geral flexível a esse ponto. Por isso é que podemos afirmar que estas economias já conseguem uma grande vitória quando conseguem — como de fato o fizeram no após-guerra — utilizar seu excedente na corrida armamentista e nas pesquisas espaciais. Com isto desenvolveram uma arma poderosa contra as crises e recessões. No Brasil, portanto, foi extremamente benéfico que o Governo encontrasse uma fórmula tão fácil e simples de realizar investimentos improdutos em uma hora de crise, como a de comprar os excedentes de café. Não importa que o Governo, ao fazê-lo, não tivesse a intenção de manter o nível da procura agregada nacional, mas simplesmente a de tomar uma medida em defesa da cafeicultura ameaçada de colapso. A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* ainda não fora escrita. Por acaso, todavia, o Governo brasileiro seguiu a política de Keynes, permitindo que o nível da procura agregada fosse mantido durante a depressão econômica.

Esta simples manutenção relativa da procura agregada teve uma importância fundamental no surgimento de uma excepcional oportunidade de investimentos industriais no início dos anos trinta porque a ela se aliou um segundo fato: subiram verticalmente os preços dos produtos manufaturados importados. De fato, entre 29 e 34, o preço em cruzeiros (ou mil-réis) da libra esterlina subiu de quase 50%, apesar da desvalorização da libra em 33. Esta desvalorização da moeda brasileira está diretamente relacionada com a crise do café, cujo preço, nos Estados Unidos, baixa de 22,5 centavos por libra em 29 para 8 centavos em 31 devido à depressão. Confirmando-se a baixa elasticidade-preço da procura do café, suas exportações aumentaram muito pouco, de forma que tivemos entre 21 e 30 uma exportação de 8 371 920 toneladas contra 8 801 263 toneladas no decênio seguinte. Ao ligeiro aumento do volume físico das exportações, todavia, contrapõe-se uma queda violenta do seu valor. Enquanto nos anos vinte as exportações brasileiras alcança-

ram 805,8 milhões de libras-ouro, no decênio seguinte não atingiram senão 44% desse total, ou seja, 377 milhões de libras.⁵ O resultado dessa queda vertical do nosso poder aquisitivo externo, ao mesmo tempo em que se mantinha o poder aquisitivo interno, graças à política de defesa do café, só podia ter como resultado uma alta de aproximadamente 50% nos preços dos produtos manufaturados importados. E este dado ainda é mais significativo quando verificamos que nesse mesmo período (29 a 34) os preços internos em geral não só não haviam subido como haviam caído aproximadamente 7%. Tornava-se assim proibitiva a importação de artigos manufaturados de consumo, e abria-se uma grande oportunidade para que os empresários nacionais que então surgiam realizassem investimentos altamente lucrativos no setor industrial.

Esta oportunidade foi aproveitada. A capacidade ociosa existente nas empresas nacionais foi rapidamente utilizada. Em março de 31 o Governo Vargas, que já contava em seu seio com representantes dos industriais brasileiros de então, baixa um decreto proibindo as importações de maquinarias para todas as indústrias consideradas em estado de superprodução. Visava com isso proteger especialmente a indústria têxtil, de há muito instalada no Brasil. Novos investimentos, em novos setores, foram instalados. As fábricas geralmente começavam como oficinas. O pequeno capital necessário era na maioria das vezes levantado entre os membros da própria família. Com o reinvestimento dos lucros, porém, logo se expandiam. Dedicando-se inicialmente a indústrias de bens de consumo que exigiam equipamentos simples (indústria alimentícia, indústria de artigos de higiene e limpeza, perfumaria, indústria farmacêutica, indústria metalúrgica ligeira, etc.) muitos desses equipamentos já podiam ser fabricados no Brasil. Dessa forma, em 35 a produção industrial brasileira já era 27 por cento maior do que a de 1929 e 90 por cento maior do que a de 1925.⁶ Entre 20 e 29 foram criados 4 697 estabelecimentos industriais contra 12 232 no decênio seguinte.⁷ Estava lançado o desenvolvimento industrial brasileiro.

(5) Cf. Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, 1956, São Paulo, p. 297, e Celso Furtado, *op. cit.*, p. 218.

(6) Cf. *Survey of Latin America*, 1949, CEPAL, p. 206.

(7) Fonte: IBGE.

A Segunda Guerra Mundial: 1940-1945

Depois da conjugação de fatores favoráveis, entre os quais salientamos a Revolução de 30 e a oportunidade de investimentos industriais proporcionada pela manutenção relativa dos níveis da procura interna, durante a depressão, enquanto subiam violentamente os preços dos produtos importados, fatores esses que permitiram a deflagração da Revolução Industrial Brasileira, um novo conjunto de estímulos vem, a partir de 40, condicionar o desenvolvimento industrial brasileiro. O fato fundamental da época é a Segunda Guerra Mundial. E a pergunta inevitável é: até que ponto se constituiu ela obstáculo ou estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro? A resposta mais comum a esta pergunta é a de que a guerra se constituiu um estímulo poderoso ao desenvolvimento brasileiro. Esta crença parte provavelmente de um clichê, segundo o qual as guerras se constituem um benefício para o desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, conforme observou muito bem Celso Furtado, “a política seguida durante os anos da guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise”.⁸ E foi o que de fato ocorreu. Embora os saldos no balanço de pagamentos pressionassem fortemente a taxa de câmbio para baixo, o Governo brasileiro fixou-a, não deixando que o cruzeiro se valorizasse. Isso se constituiu, novamente, uma forma de proteção do setor cafeeiro, pois mantinha sua renda em cruzeiros. Neste caso, também aliam-se aos interesses dos fazendeiros os dos industriais ligados ao mercado interno. Porque, mantendo-se a renda do setor cafeeiro, mantinha-se a procura dos produtos internos. Some-se a isto que, entre 37 e 45, verificou-se uma melhora nas relações de troca do Brasil de 18%.⁹ E mais, enquanto os preços dos produtos exportados cresciam nesse período em 116%, contra 82% dos preços das importações, os preços internos brasileiros cresciam em 97%.¹⁰ Pareciam, portanto, repetir-se as condições dos anos trinta. Não só a procura interna se mantinha em seu nível, graças à política cambial de taxa fixa do Governo federal, como também crescia devido aos estímulos intrínsecos ao próprio sistema. E a própria demanda externa aumentava, como bem demonstra o fato de que as exportações

(8) *Op. cit.*, p. 239.

(9) *Survey of Latin America, 1949, op. cit.*

(10) Fundação Getúlio Vargas, “Índice de Custo de Vida na Guanabara”.

de tecidos chegaram a representar 13% das exportações brasileiras em 43. Por outro lado, a oferta de produtos importados sofria um golpe severo face ao total comprometimento das economias dos países industrializados com o esforço de guerra. Surgia assim uma nova oportunidade para a realização de investimentos, e poder-se-ia esperar novo surto do desenvolvimento industrial brasileiro.

Não foi, todavia, o que ocorreu. A afirmação de que a Segunda Guerra Mundial estimulou o desenvolvimento industrial brasileiro carece de fundamento. A economia norte-americana, sem dúvida, recebeu um forte impulso com a guerra. Nada justifica, todavia, estender este fato ao Brasil. Na verdade o que ocorreu no Brasil foi uma redução do ritmo de seu desenvolvimento industrial durante a guerra. Enquanto no quinquênio anterior a produção industrial brasileira crescera 43%, entre 40 e 44 aumenta em apenas 30%. Se considerarmos também 45, teremos um crescimento de 37% durante a guerra contra 49% nos seis anos anteriores. E se a produção industrial não apresentou índices favoráveis durante a guerra, o mesmo poderemos afirmar em relação ao produto real e ao produto real *per capita*, que entre 40 e 45 crescem, respectivamente, de apenas 23 e 8%.¹¹

A causa básica dessa redução do ritmo de desenvolvimento, quando a procura interna em ascensão propiciava ampla oportunidade nos investimentos industriais, pode ser encontrada em um fato muito simples: o desenvolvimento industrial brasileiro estava ainda na dependência quase total da importação de equipamentos. Nossa indústria de bens de capital era ainda incipiente. Ora, face à guerra, os países desenvolvidos haviam sido obrigados a reduzir drasticamente suas exportações não só de artigos manufaturados de consumo como também de equipamentos industriais. Os empresários brasileiros se viam assim na impossibilidade prática de aumentar sua produção na extensão que o mercado reclamava. O limite de sua expansão estava muitas vezes na utilização plena de sua capacidade instalada. Um indício do que afirmamos foi o desenvolvimento gigantesco da indústria têxtil nesse período. Esse setor tradicional da indústria brasileira, que há muito vinha trabalhando em regime de capacidade ociosa, passa subitamente a operar a todo vapor, produzindo além da sua capacidade normal. Entre 40 e 43 sua

(11) Fontes: CEPAL e IBGE. Os cálculos do crescimento do produto real *per capita* encontram-se em Ary Bouzan, *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, Fundação Getúlio Vargas, EAESP, 1964. São Paulo, mimeo.

produção aumenta 59%.¹² Em 45, quando as exportações de tecidos já se haviam reduzido, a maquinaria das fábricas têxteis estava trabalhando em média mais de 14 horas por dia.¹³ O desenvolvimento industrial, portanto, só foi possível graças à utilização intensiva dos equipamentos existentes. Faltava ainda à economia brasileira um mínimo de autonomia para se desenvolver sem o concurso da importação de bens de capital.

O decênio do após-guerra: 1946-1955

A guerra, todavia, deixou uma herança que nos anos seguintes facilitaria o desenvolvimento da economia brasileira. Referimo-nos aos grandes saldos em cambiais estrangeiros que se acumularam nesse período, face à drástica redução das importações durante a guerra. Esses saldos seriam em grande parte desperdiçados com a importação maciça de bens de consumo e com a compra de algumas empresas européias de serviços públicos, face à recusa dos países devedores, particularmente da Inglaterra, de saldar seus débitos de outra forma. Esse uso irracional de nossos recursos cambiais reflete a tendência liberal economicamente e conservadora politicamente do Governo de então. O fim da guerra coincidira com a queda de Getúlio Vargas. Seu Governo, embora ditatorial, tivera como uma de suas constantes o apoio à industrialização brasileira. O Governo provisório que se segue, vendo-se de posse de tantas divisas, abre nossas portas a todo tipo de importação. Em meio ao desperdício, todavia, tem nessa época início o tão necessário reequipamento da indústria nacional. E com este fato começa um período de grande desenvolvimento para a economia brasileira e para a indústria em particular. A taxa média de crescimento do Produto Interno Real, que durante a guerra, entre 40 e 45, fora de 4,7%, sobe nos cinco anos seguintes para 7,3%, e entre 51 e 55 mantém-se ainda no nível elevado de 5,7% em média ao ano. Durante esse decênio, o crescimento médio anual foi de 6,5% e o crescimento total de 130%. Apesar do elevado índice de crescimento da população (que nesse período cresceu a uma taxa de aproximadamente 3% ao ano), o Produto Interno Real *per capita* também apresentou grande cres-

(12) Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

(13) Cf. Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, Harvard University Press, 1957, Massachusetts, p. 166.

cimento. Durante o decênio 46-55, foi de 3,5%. Confirmando o título geral de Revolução Industrial Brasileira, que estamos dando ao período entre 30 e 60, o desenvolvimento industrial a partir de 46 ganhou também grande impulso, reforçando sua posição de setor dinâmico da economia do país. O crescimento médio anual da produção industrial, que no período da Segunda Guerra Mundial fora de 6,2%, aumenta entre 46 e 50 para 8,9% e no quinquênio seguinte ainda se mantém a uma taxa de 8,1%. O crescimento médio na produção entre 46 e 55 é de 8,5% ao ano, 2% mais, portanto, do que o crescimento do produto.¹⁴ O Quadro I sumariza os dados que acabamos de apresentar.

Quadro I
PRODUTO INTERNO REAL E PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(taxa anual média de crescimento por períodos)

<i>Períodos</i>	<i>Produto Interno Real</i>	<i>Produção Industrial</i>
1940-1945	4,7%	6,2%
1946-1950	7,3%	8,9%
1951-1955	5,7%	8,1%
1956-1961	6,0%	11,0%
1962-1965*	1,9%	2,4%

(*) Estimativa para o primeiro semestre.

Fontes: Fundação Getúlio Vargas e CEPAL.

O decênio imediatamente após a guerra é portanto uma época de prosperidade econômica. Além dos saldos em divisas estrangeiras, que constituíram um estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que permitia a importação dos equipamentos que a indústria nacional tanto necessitara durante a guerra, a um preço baixo em cruzeiros, diversos outros fatores de maior importância iriam exercer influência sobre a economia brasileira e explicar essa prosperidade.

Em primeiro lugar, temos a melhoria das relações de troca ocorrida nesse período. Entre 46 e 55 houve uma melhoria das relações de troca no Brasil de 151%. Se considerássemos as relações

(14) Fontes: CEPAL, estudos citados, e Fundação Getúlio Vargas, dados publicados na *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*.

de troca como índice 100 em 46, em 55 teríamos um índice 251. E observe-se que não escolhemos o ano inicial e o final. Tomamos apenas os limites do período que estamos analisando. Se fôssemos escolher respectivamente o ano de relações de trocas mais baixas, 48, e o de relações de trocas mais altas, 54, dentro desse decênio a melhoria seria de 204%.¹⁵ Responsável por esse fato foi a grande elevação dos preços do café. Enquanto em 46 o preço médio da saca de café era 22,41 dólares, em 55 tínhamos um preço médio de 61,62 dólares.¹⁶ Esta melhoria das relações de troca teve grande importância na explicação do aceleração da industrialização brasileira, na medida em que proporcionava ao país as divisas necessárias ao desenvolvimento, em um momento em que o país não atingira ainda um grau mínimo de autonomia no que diz respeito à produção de equipamentos internamente.

A importância dessa melhoria das relações de troca torna-se ainda mais acentuada se a relacionarmos com a política cambial do Governo durante o período. Em 45 é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito, SUMOC, que seria a organização precursora do Banco Central Brasileiro. Com a derrubada do Governo Vargas, o novo Governo, provisório, e em seguida o Governo Dutra adotam uma política cambial liberal, que teria conseqüências ruinosas para o país. Já através da Instrução 17 da SUMOC era extinto o mercado oficial de câmbio. A política de portas abertas, então adotada, tem como resultado o rápido esgotamento dos saldos comerciais no exterior. E já em 47, depois de um novo fracasso do liberalismo cambial, o Governo adotava um sistema de controle das importações rígido, através de um sistema de prioridades, ao mesmo tempo em que mantinha fixa a taxa do dólar. Essa política de contingenciamento executada pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, CEXIM, apesar da corrupção em que esse órgão se deixou envolver, teria vital importância no desenvolvimento industrial brasileiro. Por um lado, ao estabelecer um sistema de prioridades, as importações de equipamentos e matérias-primas foram facilitadas, ao mesmo tempo em que a importação de bens de consumo, dependente de licenças de importação, tornava-se extremamente problemática devido à sua baixa prioridade. Dessa forma, o mercado interno de bens manufaturados de consumo era novamente reservado para os produtores nacionais, que, além disso, podiam impor-

(15) Fonte: *Conjuntura Econômica*, FGV.

(16) Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

tar máquinas e matéria-prima a um câmbio desligado da realidade, fixado a uma taxa em que o cruzeiro ficava supervalorizado, tornando irrisório o preço dos equipamentos e matérias-primas importados. Com a Instrução 70 da SUMOC, esse sistema é modificado, estabelecendo-se um sistema mais flexível de leilões de câmbio, com várias categorias de importação. Esse sistema, que prevaleceria, ainda que sofrendo diversas modificações, até o fim dos anos cinquenta, mantinha a barreira cambial à importação de produtos manufaturados de consumo, ao mesmo tempo em que garantia uma taxa cambial relativamente baixa para as importações de que necessitava a indústria brasileira. Dessa forma, no período de 46 e 55, e especialmente entre 47 e 53, o sistema cambial brasileiro é transformado em um poderoso estímulo à industrialização.

Por outro lado, na medida em que o câmbio de importação e de exportação era controlado pelo Governo, a melhoria das relações de troca, ao invés de beneficiar os exportadores, particularmente os exportadores de café, era empolgada pelo Governo, que a redistribuía principalmente para o setor industrial. Funcionava assim o chamado "confisco cambial", que permitia a redistribuição da renda nacional em favor do Governo e do setor industrial, que formavam o setor moderno da economia nacional, em oposição ao setor tradicional, exportador, constituído especialmente pela aristocracia cafeicultora. Esse "confisco cambial", que prevaleceria até hoje, fosse qual fosse a orientação ideológica do Governo, foi naquela época transformado em uma das questões políticas básicas. A ele muito deve o desenvolvimento industrial brasileiro.

Tivemos assim um grande desenvolvimento industrial durante o decênio imediatamente posterior à guerra. A produção industrial global, entre 46 e 55, aumentou 122%. É importante notar, todavia, que esse crescimento industrial não se produzia de forma homogênea entre os setores industriais. Como é próprio do processo de desenvolvimento, a estrutura econômica do país se transformava. Ao findar a guerra, podemos afirmar que a indústria leve de consumo estava instalada no Brasil. A partir dessa época teria início o desenvolvimento de indústrias ainda de bens de consumo, mas já mais complexas, como é o caso dos eletrodomésticos. Seria também dado mais impulso às indústrias de base e às de bens de produção. Em outras palavras, se fizermos uma distinção entre as indústrias "tradicionalistas" e as "modernas", eram estas últimas que mais se desenvolviam. Entre 48 e 55, por exemplo, a produção industrial global aumentou 87%, a produção de dois setores industriais tradi-

cionais, como a indústria têxtil e a de alimentação, aumentaram respectivamente 61 e 77%, ficando ambas, portanto, abaixo da média, enquanto a produção da indústria metalúrgica e da indústria química aumentava 172 e 608% respectivamente.¹⁷

O grande desenvolvimento da indústria química é naturalmente devido ao petróleo. Depois de longa batalha política, em que as forças do Brasil novo e do Brasil velho, do nacionalismo então em plena expansão, e do colonialismo, minado pelo complexo de inferioridade nacional, se digladiaram, fora finalmente fundada a PETROBRÁS, em 53. Esta empresa, que teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, produz nos seus primeiros três anos de funcionamento três vezes mais do que durante os 14 anos e sete meses anteriores em que a produção nacional ficara sob o controle do Conselho Nacional de Petróleo.¹⁸ O desenvolvimento da indústria de bens de produção nesse período pode ser ilustrado com os seguintes dados: entre 47 e 54, a produção de bens de capital cresceu 147%. Embora nossas importações entre 47 e 54 crescessem 105% (o que foi possível devido em grande parte à melhoria das relações de troca desse período, conforme já vimos), a participação dos bens de capital produzidos internamente nos investimentos totais, que era de 54,2% em 47, elevou-se para 72,9% em 54.¹⁹ A baixa participação dos bens de capital nacionais em 47 pode em parte ser explicada pela facilidade de importar equipamento logo no após-guerra. Assim mesmo, porém, esse aumento de 54,2% para 72,9% da participação dos bens de capital produzidos internamente, quando as importações totais mais do que dobravam, revela bem o desenvolvimento da indústria de bens de produção do Brasil naquele período.

A consolidação do desenvolvimento industrial: 1956-1961

Tivemos, assim, no decênio que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, um período de grande desenvolvimento no Brasil. Terminado esse período, todavia, o Brasil viu-se ante três grandes ameaças

(17) Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

(18) Cf. Geonísio Barroso, *Ação da Petrobrás no Recôncavo Baiano*, Fórum Roberto Simonsen, 1958, São Paulo, p. 45.

(19) Fonte: Grupo Misto BNDE-CEPAL, *Análise e Projeção do Desenvolvimento Econômico*, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1957, Rio de Janeiro.

ao seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, o processo inflacionário, que de 39 a 53 apresentara uma taxa média de elevação anual de 11%, sobe em 54 a 26,2%.²⁰ Em segundo lugar, a relação de trocas do Brasil, que atingira em 54 um ponto alto, entra em declínio nos anos seguintes, com a baixa dos preços internacionais do café. De 54 para 60 temos uma redução de 25% nas relações de troca.²¹ Finalmente, o desenvolvimento econômico nacional via-se ameaçado pela crise da infra-estrutura econômica do país. Todo o desenvolvimento ocorrido até então fora realizado sem maior planejamento, ao sabor de estímulos externos (fundamentalmente nossa incapacidade cambial de importar bens de consumo manufaturados e a melhoria das relações de troca) que se casavam com a manutenção e crescimento da demanda interna. Ocorre, todavia, esse desenvolvimento em um ritmo acelerado. Era de esperar, portanto, que os investimentos de infra-estrutura não houvessem acompanhado esse desenvolvimento e agora se apresentassem como verdadeiros pontos de estrangulamento da economia. No setor do transporte ferroviário tínhamos um sistema arcaico, deficitário, mal equipado, excessivamente burocratizado, e, por estar ainda voltado para o transporte dos produtos do interior para os portos de exportação, incapaz de atender às necessidades do mercado interno. No setor da navegação, o quadro era também desolador, dominado por empresas estatais deficitárias, mal equipadas e burocratizadas. No setor da energia, as empresas estrangeiras, que dominavam 80% da produção, desinteressavam-se por realizar investimentos, dadas as tarifas baixas impostas pelo Governo. No setor siderúrgico, a base da produção nacional era ainda a usina de Volta Redonda, cuja capacidade estava muito aquém das necessidades do país.

Não bastassem esses fatos, a taxa de crescimento do Produto Interno Real cai para 1,9% em 56, tornando o crescimento da renda *per capita* negativo, devido especialmente à reduzida safra de café desse ano.²²

E, no entanto, o período que se segue ao que acabamos de analisar, e que se estende entre 56 e 61, constitui-se no período áureo do desenvolvimento econômico nacional. Nesse período consolida-se e encerra-se a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, termina o processo de decolagem de sua economia, que nos

(20) "Índice de Custo de Vida na Guanabara de dezembro a dezembro", FGV.

(21) Fonte: *Conjuntura Econômica*.

(22) Fonte: Instituto Brasileiro de Economia, FGV.

propusemos como tema deste capítulo. Conforme vimos pelo Quadro I, a taxa média anual de crescimento do Produto Interno Real sobe para 6%. Mais impressionante, porém, é o crescimento da produção industrial, que alcança uma taxa média anual de 11%, quase o dobro, portanto, da taxa de aumento do produto. Esse extraordinário desenvolvimento atinge seu ponto máximo em 61, para depois a economia entrar paulatinamente em crise, como veremos no capítulo V. Ocorrem então transformações fundamentais na economia, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista político e social, que analisaremos especialmente no capítulo IV deste livro.

No campo econômico, a transformação estrutural básica diz respeito ao crescimento da participação da indústria manufatureira no produto interno bruto. Em 50 essa participação era de 20%. Em 55, aumenta essa participação para 22,6%. Tivemos, pois, um crescimento de 13% na participação. No quinquênio seguinte, porém, a participação da indústria manufatureira no produto sobe para 27,5%, importando um aumento percentual de 21% na participação.²³

Neste período o fenômeno econômico fundamental é a implantação de uma poderosa indústria automobilística no Brasil. Partindo praticamente da estaca zero em 55, o Brasil em 60 já produzia 133 078 veículos, com um índice de nacionalização superior a 90%. A importância dessa indústria é fundamental na explicação de seu desenvolvimento brasileiro nesse período, não só devido às economias de divisas que produz, mas especialmente face às economias externas que as empresas montadoras trazem consigo. Em outras palavras, a presença no Brasil das grandes fábricas de automóveis significou não só salários e lucros para seus empregados e acionistas, mas também um imenso crescimento das oportunidades de emprego e investimento para a indústria de autopeças, para a indústria de base, para o setor da comercialização dos veículos produzidos, etc. Dessa forma, o fato de os lucros dessas empresas irem beneficiar acionistas no exterior pouco significa em comparação com o estímulo ao desenvolvimento econômico do país que representaram.

Mas, por que todo esse desenvolvimento, por que essa extraordinária expansão em um momento em que, como vimos há pouco, as condições pareciam tão desfavoráveis?

(23) Fonte: *idem*.

Vemos uma razão básica para isso: a política econômica do Governo nesse período. Em 31 de janeiro de 56 tem início o Governo Juscelino Kubitschek. Durante os cinco anos que se seguem o Governo federal se transforma, pela primeira vez na história do Brasil, em um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento industrial brasileiro. Antes da Revolução de 30 os Governos haviam sido sempre representantes da oligarquia agrário-comercial brasileira, decorrendo daí atitudes governamentais em relação à industrialização, que iam desde a indiferença até à hostilidade aberta. Com a Revolução de 30 isso naturalmente mudou, especialmente durante os dois períodos de Governo Getúlio Vargas. Durante seu segundo período de Governo, em particular, houve uma tentativa séria de planejar a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro. Mas foi só com o Governo Juscelino Kubitschek que o Estado brasileiro se transformou em um instrumento razoavelmente eficiente de desenvolvimento do país.

Três fatos explicam essa ação positiva do Governo. Em primeiro lugar, fora ele eleito pelas mesmas forças políticas que desde 30 estavam no poder. E essas forças, ainda que muitas vezes contraditórias, podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderadas (no capítulo IV discutiremos esse assunto amplamente). Era de se prever, portanto, que o novo Governo tivesse uma atitude decididamente a favor do desenvolvimento industrial brasileiro. O quadro político em que ele operava era favorável a isso. Apenas esta razão, todavia, não seria suficiente para explicar o problema. Em segundo lugar, temos a personalidade do Sr. Juscelino Kubitschek. A história, sem dúvida, não é obra de líderes políticos ou militares, mas é indiscutível que os líderes de personalidade forte deixam sua marca na história. Foi o que aconteceu com o Sr. Juscelino Kubitschek. Soube ele perceber com raro senso de oportunidade o momento histórico pelo qual o país passava e deu a seu Governo duas linhas mestras: a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança nas potencialidades do país e de seu povo. Seu industrialismo, o extraordinário apoio que deu à industrialização brasileira, ocorreu muitas vezes apesar dos industriais; seu otimismo ilimitado era uma negação frontal do complexo de inferioridade colonial em relação particularmente aos povos de origem anglo-saxã, que então grassava no Brasil. Finalmente, como um terceiro motivo que explica o papel positivo desempenhado pelo Governo no desenvolvimento econômico brasileiro entre 56 e 61, temos que o novo presidente soube

rodear-se de uma equipe de técnicos, particularmente de economistas, que vieram surgindo no Brasil a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da Fundação Getúlio Vargas, da SUMOC, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Essa equipe de técnicos, muitos deles formados no exterior, e sofrendo muito a influência do pensamento econômico da CEPAL, constitui um fato novo no Brasil. O desenvolvimento da Ciência Econômica com um mínimo de autonomia e autenticidade é acontecimento recente no Brasil. Na segunda metade dos anos cinquenta, esse grupo de economistas, que se vinha constituindo como uma verdadeira classe burocrática, estava em condições de assumir um controle crescente da economia nacional e de planejar seu desenvolvimento. Além da capacidade técnica de seus membros, dispunham eles agora de um sistema de contabilidade nacional essencial para o trabalho de planejamento que a Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas desenvolvera a partir de 47. O presidente eleito em 55 apercebeu-se da existência desse grupo e de suas potencialidades. Entregou-lhe a tarefa de elaborar o Plano de Metas, e depois conferiu-lhe um grande número de responsabilidades nos setores-chave da economia do país. Convém notar que esse grupo, que evidentemente não é homogêneo, observando-se muitas vezes divergências sérias entre seus membros, caracteriza-se antes de mais nada pela competência técnica, pelo domínio de uma ciência complexa como a Economia. Isto, aliado ao fato de se haverem constituído num verdadeiro grupo burocrático, inserido nos quadros do Estado e das empresas paraestatais, permitiu-lhe sobremanter-se no poder independentemente dos Governos e de suas orientações políticas. Sob a orientação política do Presidente da República, que assessoraram, ao invés de definirem a política econômica, como aconteceu depois da Revolução de 64, esse grupo constituiu-se num fator de desenvolvimento do país.

Por todas essas razões pôde o Governo federal, apesar de suas muitas limitações, apesar da herança empreguista do Estado semi-colonial brasileiro e da conseqüente ineficiência de seus setores tradicionais, ter uma ação decisiva na promoção do desenvolvimento econômico do país na segunda metade dos anos cinquenta. O estímulo que proporcionou à industrialização do país, criando condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e estrangeiros, e o crescimento dos investimentos governamentais constituem a explicação básica do extraordinário desenvolvimento por que passou o país nesse período.

Aliás, cumpre observar que, em relação à criação de condições favoráveis ao investimento industrial privado, estas condições não foram apenas de ordem econômica, mas também política. A grande habilidade política do Sr. Kubitschek permitiu que o período de seu Governo transcorresse em relativa tranqüilidade, não obstante os interesses em conflito dos grupos sócio-econômicos não propiciassem tal tranqüilidade. Esta só foi possível graças, de um lado, à capacidade de compromisso, de arbitragem entre os grupos revelada pelo presidente, e de outro graças ao fato de ter conseguido, em grande parte, unir o povo brasileiro em torno de uma ideologia particular fascinante, que praticamente nasceu e morreu (ou pelo menos perdeu vigor) com ele: o desenvolvimento.

Uma segunda causa do desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido nesse período, embora de menor importância do que a primeira, é sem dúvida significativa. Referimo-nos ao grande afluxo de capitais estrangeiros ocorrido no período. Na verdade, constitui esse fato um simples destaque da política econômica do Governo, no qual se enquadrava. O Governo federal incentivou a entrada de capitais estrangeiros diretos, seja através da Instrução 113 da SUMOC, baixada pelo Governo de transição que sucedeu ao suicídio de Getúlio Vargas, e que chegava ao exagero de discriminar contra as empresas nacionais em favor das estrangeiras, até os grandes incentivos cambiais, tarifários, fiscais e creditícios que o Governo federal proporcionou para a instalação da indústria automobilística, da indústria naval, da mecânica pesada, etc.

Não cabe discutir aqui as vantagens dos investimentos diretos de capitais estrangeiros no país. Dificilmente ele se constitui em condição essencial e muito menos causa básica do desenvolvimento industrial de um país. Muito pelo contrário, dependendo das circunstâncias, os investimentos estrangeiros diretos podem transformar-se em uma causa de subdesenvolvimento. É indiscutível que, se os investimentos diretos estrangeiros forem dirigidos à mineração, ao comércio, à agricultura, ou aos serviços públicos, onde seus efeitos multiplicadores são geralmente baixos; se a economia for tão subdesenvolvida a ponto de o investimento estrangeiro se transformar em um quisto isolado dentro de uma estrutura econômica tradicional, de forma que os efeitos multiplicadores do investimento são paralisados devido à inexistência seja de fornecedores nacionais (os suprimentos de equipamentos, peças, produtos semi-acabados e mesmo de certas matérias-primas vêm do exterior, importados), seja de trabalhadores nacionais (dada a inexistência de mão-de-obra

especializada); se o Governo, que pelo menos recebe os impostos, for o simples representante de uma oligarquia totalmente agrária e desvinculada do processo de desenvolvimento industrial do país, a qual gastará os recursos auferidos em consumo unitário de bens importados e viagens ao exterior; se o produto produzido se destinar exclusivamente à exportação, dada a inexistência de um mercado interno razoavelmente desenvolvido; se houver uma conjugação desses fatos, o que é comum em países altamente subdesenvolvidos, que ainda não iniciaram seu processo de industrialização, o investimento estrangeiro terá efeitos negativos sobre o desenvolvimento do país.

Mesmo se os investimentos forem realizados no setor manufatureiro, onde são grandes os efeitos multiplicadores, o investimento estrangeiro poderá ser prejudicial ao país, devido ao ônus que acarretará para o futuro com as remessas de lucros, se no setor em que foi aplicado o capital não era escasso. Porque a escassez do capital não é um dado absoluto nos países subdesenvolvidos. Especialmente nos setores em que o investimento econômico é pequeno e mesmo médio, onde não são necessários grandes capitais para se organizar uma empresa eficiente, o capital geralmente não é escasso; pelo contrário, é abundante. Exemplo do que afirmamos foi o caso da indústria farmacêutica, que foi desnacionalizada, não devido à escassez de capital nacional, mas à superioridade técnica (defendida por patentes) dos laboratórios estrangeiros.

Entretanto, se os investimentos estrangeiros forem realizados em um país já com um certo grau de desenvolvimento, possuidor de um mercado interno, em setores em que o capital é realmente escasso, devido especialmente à sua dimensão, e se suas economias externas são poderosas, estes investimentos transformar-se-ão em um fator positivo no desenvolvimento econômico do país.

Foi o que ocorreu no Brasil especialmente na segunda metade dos anos cinquenta. Historicamente a luta do capitalismo internacional, inicialmente inglês e depois norte-americano, em relação ao Brasil fora a de dificultar seu desenvolvimento industrial, a fim de conservar o mercado para seus produtos manufaturados de exportação. Dessa forma, os investimentos estrangeiros no Brasil eram especialmente dirigidos aos serviços públicos, aos transportes (para facilitar as exportações de produtos primários), ao comércio. A partir dos anos cinquenta, e especialmente a partir do período que estamos analisando, todavia, as empresas estrangeiras exportadoras de produtos manufaturados para o Brasil foram obrigadas a modi-

ficar sua política. Face ao surgimento de empresas nacionais e às barreiras cambiais e tarifárias à entrada de seus produtos no Brasil, viram-se diante da alternativa de ou realizar grandes investimentos industriais no Brasil ou perder o mercado brasileiro. É evidente que optaram pela primeira solução. Esse fato, aliado aos estímulos governamentais a que já nos referimos, provocaram enormes investimentos estrangeiros no Brasil, como se pode observar pelo Quadro II. O balanço, entre entrada e saída em forma de lucros, que tradicionalmente era deficitário no Brasil, produziu um grande saldo. Não só a indústria automobilística, mas uma série de outras indústrias caracterizadas pela escassez do capital e a amplitude dos efeitos multiplicadores receberam esses investimentos, que, propagando-se pelo resto da economia brasileira, se constituíram num fator indiscutível de desenvolvimento econômico do país nesse período.

Quadro II
MOVIMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS DIRETOS NO BRASIL
(milhões de dólares)

<i>Períodos</i>	<i>Entrada</i>	<i>Lucros Remetidos</i>	<i>Saldo</i>
1947-1953	97	327	(230)
1954-1961	721	269	152

Fonte: SUMOC.

Teve assim o Brasil um grande desenvolvimento industrial, cujas principais causas acabamos de analisar, entre 56 e 61. Consolidou-se nesse período o desenvolvimento industrial brasileiro impulsionado de modo decisivo pela política industrializante do Governo federal secundada pela entrada maciça de capitais estrangeiros no setor manufatureiro. O surgimento da indústria automobilística, ao qual já nos referimos, constituiu-se no fato econômico dominante do período, ao mesmo tempo em que nos fornece uma demonstração perfeita das causas da rápida industrialização ocorrida nesse período e que acabamos de analisar: a indústria automobilística foi antes de mais nada fruto da política econômica do Governo federal, exercida através do GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Por outro lado, foi resultado dos investimentos estrangeiros estimulados pela política governamental.

Dizemos que nesse período de cinco anos se consolidou o desenvolvimento industrial brasileiro antes de mais nada porque, depois do extraordinário surto industrial ocorrido nele, as oposições e as dúvidas de caráter fundamentalmente ideológico quanto às possibilidades de industrialização do Brasil desapareceram. A crença na vocação agrícola do Brasil perdeu qualquer substância. Mas, além deste motivo, localizado na área dos valores sociais, para a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, temos outras razões de ordem mais objetiva, ou pelo menos mais quantificáveis. A mais importante delas, além da taxa média de crescimento industrial, que nesse período atingiu 11% ao ano, e da instalação da indústria automobilística, foi o grande desenvolvimento da indústria de bens de capital. O Brasil que já atingira um relativo grau de auto-suficiência global, dado seu baixo coeficiente de importações (relação das importações sobre o produto bruto interno), o qual em 60 era de apenas 5,7%,²⁴ começa nesse período a tornar-se independente em um setor fundamental: o da produção de equipamentos. Segundo estudo realizado pela CEPAL,²⁵ o desenvolvimento da indústria de máquinas-ferramentas nesse período foi extraordinário, atingindo a taxa de 14,7% ao ano entre 55 e 61. O desenvolvimento recente dessa indústria era ainda ilustrado pelo fato de que 55% das unidades produzidas tinham menos de dez anos (o estudo foi realizado em 62). Por outro lado, a participação das importações na oferta de equipamentos, que em 49 era de 52,7%, baixou para 32,8% em 58.²⁶ Em outras palavras, 67,2% da oferta em cruzeiros de equipamentos para a industrialização do país, em 1958, era feita pela indústria nacional.

De um modo geral pode-se dizer que este foi o período de desenvolvimento da indústria automobilística (a produção da indústria de matérias de transporte aumentou, entre 56 e 61, 700%), da indústria química (aumento de 106%), da indústria de máquinas-ferramentas (aumento de 125%), da indústria metalúrgica (aumento de 78%), e de algumas indústrias básicas, como o petróleo, o alumínio, o chumbo.²⁷ Terminado esse período, já se podia afirmar

(24) Fonte: *Estudio Económico de América Latina, 1963*, CEPAL, p. 54.

(25) *La Industria de Máquinas-herramientas del Brasil — Elementos para la Programación de su Desarrollo*, CEPAL, janeiro de 1963.

(26) *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965*, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1962, p. 51 da Síntese.

(27) Fontes: *Conjuntura Econômica*, CEPAL, Serviço de Estatística da Produção.

que o Brasil não só estava na prática totalmente auto-suficiente quanto à importação de bens de consumo leves e pesados, mas que fizera enormes progressos no campo da indústria de base e na de equipamentos industriais.

Este fato, somado à crise em que paulatinamente mergulhou a economia brasileira a partir de 62, permitir-nos-ia afirmar, depois de uma análise superficial, que o ano de 61 marca não só a data da consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, mas também o término da Revolução Industrial, da decolagem da economia brasileira. A partir desse momento, o desenvolvimento econômico brasileiro, embora continuasse sujeito às crises próprias dos sistemas neocapitalistas, já se teria tornado automático, necessário e independente. Automático porque, havendo-se consolidado no Brasil um sistema de base capitalista (em substituição a um sistema econômico de base tradicional), o reinvestimento dos lucros em busca de mais lucros se institucionalizara. Necessário porque, havendo esse desenvolvimento capitalista tomado a forma de um amplo crescimento industrial (e não meramente comercial), o reinvestimento tornava-se não só interessante, mas uma necessidade do próprio sistema, uma condição de sobrevivência das empresas em um regime de concorrência e de desenvolvimento tecnológico. Independente, ou melhor, relativamente independente, porque a produção dos equipamentos necessários ao prosseguimento do desenvolvimento industrial já estava sendo feita em sua maior parte no próprio Brasil. Veremos, porém, no último capítulo deste livro, que esta análise não é correta, na medida em que procura simplesmente fazer uma analogia entre a revolução industrial dos países hoje industrializados e o processo de industrialização ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961. Na verdade, o que tivemos nesse período foi a primeira Revolução Industrial Brasileira.

Um modelo do desenvolvimento econômico brasileiro

Terminamos assim nossa breve análise do desenvolvimento econômico do Brasil ocorrido entre 30 e 61. Nesse período transformou-se a estrutura econômica, política e social do país, palco que foi de uma revolução industrial nacional. Antes de passarmos, nos próximos capítulos, à análise do desenvolvimento social e político, faremos agora uma tentativa de reduzir todo o desenvolvimento ocorrido a um modelo, a um esquema abstrato em que apenas

aquelas características fundamentais apareçam, estabelecendo-se entre elas relações de causas e efeitos e também relações circulares, em que os fenômenos são ao mesmo tempo causa e efeito uns dos outros, de forma a ocorrer o processo social em círculos.

Em primeiro lugar, apresentaremos e examinaremos isoladamente cada uma das características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro nesse período de revolução industrial. Entre 40 e 61, o Produto Bruto brasileiro cresceu 232%, mais do que triplicou, portanto. Mais significativo, todavia, é o fato de que nesse período o Produto Interno Bruto *per capita* cresceu de 86%.²⁸ Ocorreu, portanto, um amplo processo de desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento teve como características fundamentais as seguintes:

Industrialização. Foi este praticamente o objetivo de nosso estudo até agora. O setor dinâmico do desenvolvimento econômico brasileiro foi a indústria. Entre 30 e 61 o crescimento da produção industrial brasileira foi de 683%. Se tomarmos o período entre 40 e 61, para podermos comparar o aumento da produção industrial com o aumento do Produto Interno Bruto (que já vimos foi de 232%), temos que aquele aumento foi de 479%.²⁹ Em um período de 22 anos, portanto, a produção industrial brasileira quase sextuplicou, e seu ritmo de desenvolvimento foi mais do que o dobro do ritmo de desenvolvimento global da economia.

Substituição de importações. Todo o desenvolvimento industrial brasileiro no período em foco ocorreu fundamentalmente através de um processo de substituição de importações. Era esta, aliás, a única alternativa para o Brasil, dadas as limitações às possibilidades de aumento de nossas exportações. O Brasil, durante o período de sua Revolução Industrial, voltou-se para dentro. A industrialização ocorreu aproveitando-se o mercado interno já existente para produtos industriais importados que eram substituídos por produtos fabricados no país. Tivemos, assim, uma drástica redução do coeficiente de importações, que baixou de 12,6% no período 50-54 para 8,6% no período 55-61.³⁰ Isso significa que, à medida

(28) Os dados completos sobre o crescimento do Produto Interno Bruto total e *per capita*, ano a ano, encontram-se em Ary Bouzan, *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, op. cit., baseados em levantamentos do Grupo Misto BNDE-CEPAL, da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE.

(29) Fonte: CEPAL.

(30) Fonte: *Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, 1964.

que crescia a renda, cresciam menos do que proporcionalmente as importações, que iam sendo substituídas pela produção nacional. Os empresários industriais, nesse período, não tinham dificuldades maiores em decidir em que setor investir, quais produtos importar. A pesquisa de mercados de que necessitavam já estava pronta. Bastava que examinassem nossa pauta de importações para saberem onde investir.

Limitação à capacidade de importar. Foi ela a causa de ter o processo de industrialização brasileira ocorrido fundamentalmente através de um processo de substituição de importações. Por sua vez, a limitação à capacidade de importar resultou de fatores diversos. Nos anos 30, a causa básica, já por nós analisada foi a depressão mundial desse período, a queda de nossas exportações, e especialmente a deterioração da relação de trocas provocada pela baixa do preço internacional do café. No primeiro lustro dos anos 40 a guerra encarregou-se de limitar nossa capacidade de importar. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial até o fim do período que estamos analisando, foi a incapacidade de aumentarmos nossas exportações o principal fator limitativo de um aumento de nossa capacidade de importar. A preços constantes de 53, em 47 exportamos 1.961 mil dólares, em 61 exportamos 1.976 mil dólares.³¹ Enquanto nosso Produto Interno Bruto crescia, em termos reais, 128% nesse período, permaneciam estáveis nossas exportações. Tínhamos, portanto, que nos voltar para o mercado interno, produzindo no Brasil o que não podíamos importar, e substituindo as importações. É certo que, devido a uma melhora geral em nossas relações de troca ocorrida nesse período (nossas relações de troca estavam em um nível baixo em 47, subiram 186% até 54 e depois baixaram 25% até 61) e ao nosso crescente endividamento externo, foi-nos possível não limitar nossa capacidade de importar tão violentamente quanto a estagnação de nossas exportações sugere. Mas a pressão sobre nossa capacidade de importar foi suficiente para se transformar em um dos fatores básicos que criaram oportunidades de investimentos industriais no Brasil a partir de 1947.

Surgimento de uma classe de empresários industriais. No Brasil surgiu durante essas três décadas de revolução industrial uma

(31) Fonte: *Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966*, PAEG (Síntese), Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Documentos EPEA n.º 1, novembro de 1964, p. 122.

poderosa classe ou grupo de empresários industriais. Uma revolução industrial em moldes capitalistas, aliás, só pode ser realizada desde que surja um grupo de homens com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidades de comandar o processo de investimento e com disposição para arriscar. No século XX, o Brasil foi um dos poucos países onde surgiu uma classe de empresários industriais capitalistas, já que poucos outros países de economia basicamente capitalista realizaram sua revolução industrial, promoveram a arrancada de seu desenvolvimento neste século. Os empresários brasileiros, ou melhor, os empresários paulistas, segundo pesquisa que realizamos,³² eram em geral imigrantes eles mesmos (50%), ou filhos e netos de imigrantes. Apenas 16% dos empresários tinha origem em famílias brasileiras, em que os pais e avós eram brasileiros. Eram também em sua grande maioria originários da classe média. Segundo o critério que estabelecemos nessa pesquisa para classificação dos empresários em classes sociais, na época de sua infância ou adolescência, em que foram levados em consideração a profissão do pai, a situação econômica da família, o fato de estar ligado ou não aos antigos grandes fazendeiros e exportadores, a educação do pai, a educação do próprio empresário, a origem étnica do empresário, a idade com que ele começou a trabalhar, temos que 57,8% dos empresários industriais paulistas se originaram da classe média (superior, média e inferior), 21,6% tiveram origem na classe alta inferior, constituída de famílias ricas, mas não tradicionais, 16,7% vieram da classe baixa e apenas 3,9% originaram-se da classe alta superior, da aristocracia brasileira. A revolução industrial brasileira, portanto, foi realizada basicamente por empresários imigrantes, ou filhos e netos de imigrantes, originários da classe média. Esta constatação é fundamental para compreendermos o comportamento econômico, político e social dos empresários brasileiros e o próprio processo de desenvolvimento do país.

Alta relação marginal produto-capital. A alta relação marginal produto-capital, ou seja, a alta produtividade dos investimentos realizados no Brasil, facilitou extraordinariamente o desenvolvimento econômico do país. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas existentes para o período 47-61, tivemos uma taxa média anual de formação bruta de capital relativamente modesta de

(32) Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira, "Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista", em *Revista de Administração de Empresas*, nº 11, junho de 1964.

16,6%, e uma taxa de investimentos líquidos (excluída a depreciação) de apenas 11,6%. Não obstante, tivemos durante esse período uma taxa média anual de crescimento do produto de 5,8, o que significa uma relação marginal produto-capital de 0,5%.³³ Para cada unidade adicional de capital (excluída, portanto, aquela parte do investimento destinada a substituir o desgaste dos equipamentos representado pela depreciação) tínhamos meia unidade de crescimento do produto. Essa é sem dúvida uma relação marginal produto-capital muito favorável, que “pode ser atribuída: ao caráter extensivo da produção agrícola; à concentração de investimentos na indústria manufatureira, sobretudo em ramos industriais de baixa relação capital-produto (ou seja, alta relação produto-capital); à proporção relativamente pequena de investimentos em habitação e em certos serviços de utilidade pública; e, finalmente, à contabilização dos equipamentos importados a taxas cambiais subsidiadas”.³⁴ Em outras palavras, o investimento no Brasil foi realizado em setores de rentabilidade maior e mais rápida, nos quais um investimento relativamente pequeno permitia, seja diretamente, seja através de economias externas, um grande crescimento do produto. É claro, porém, que esse fator favorável teria ou terá que ser compensado, como veremos no capítulo V, em um período subsequente, quando se tornar imperiosa a realização em uma proporção maior de investimento de infra-estrutura ou de habitação, que apresentam uma relação produto-capital mais baixa.

Estatização. Esta é uma característica do desenvolvimento econômico brasileiro que muitas vezes tem sido apresentada em tom de denúncia. E, de fato, dentro do espírito de uma ideologia liberal, pura, qualquer estatização será inevitavelmente condenada. Na verdade, porém, o liberalismo como prática econômica está morto e enterrado há muito tempo. Não podendo sobreviver como prática econômica, mantém-se à tona apenas como ideologia. Mas mesmo como ideologia não tem a longo prazo condições de manter-se. A estatização, não no sentido de domínio completo da economia pelo Estado, não no sentido de abolição da propriedade privada dos bens de produção (isso seria socialismo), mas de participação crescente do Governo no produto e no investimento nacional, é uma constante no processo de desenvolvimento capitalista em todos os países do

(33) PAEG, 1964-66, p. 18.

(34) *Idem*, p. 19.

mundo. Os Governos não só cada vez interferem mais na economia de forma indicativa, planejando seu desenvolvimento, estabelecendo prêmios e punições de ordem fiscal e creditícia aos investimentos privados, controlando o crédito, como também realizam eles próprios uma parte cada dia maior dos investimentos necessários. Na França, por exemplo, mais de 50% dos investimentos são realizados pelo Governo e pelas empresas sob controle governamental. No Brasil, “em face das modificações estruturais ocorridas na economia, um aumento rápido de urbanização e crescimento das indústrias pesadas, era perfeitamente natural que os investimentos infra-estruturais aumentassem em termos relativos, exigindo-se maior esforço do Governo, tanto na prestação de serviços como no processo de formação de capital, e maior participação do setor público no dispêndio total, à semelhança do que ocorreu com todos os países em rápida industrialização”.³⁵

Assim, a participação do setor público no dispêndio total, que era de 17,1% em 47, cresce para 23,9% em 56 e para 25,9% em 60. A partir de 56, quando o Governo federal se transforma em um agente deliberado e bem sucedido do desenvolvimento econômico, o aumento da participação do Governo ocorre exclusivamente devido ao aumento dos investimentos (que sobem de 3,3% para 5,7% do dispêndio total em 60) e não ao aumento do consumo público, das transferências e dos subsídios governamentais, que constituem as outras parcelas do gasto público.³⁶

Esse crescimento extraordinário dos investimentos públicos pode ser melhor ilustrado com os seguintes números: em 56 o setor público, inclusive empresas do Governo, era responsável por apenas 28,2% do investimento total, da formação bruta de capital do país. Em 60 essa porcentagem alcançava 48,3%.³⁷ (Essa porcentagem continuaria a crescer, de forma que, em 64, 60% do investimento estavam sendo realizados pelo setor público.)³⁸ Transforma-se assim o setor público, à medida que se tornava responsável por uma parcela crescente do fator estratégico do desenvolvimento, ou seja, dos investimentos, no setor dinâmico desse desenvolvimento. Cada vez mais passava a caber ao Governo não só a definição da política econômica a ser seguida, através do processo de planejamento eco-

(35) *Plano Trienal, op. cit.*, p. 39.

(36) *Idem.*

(37) Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

(38) PAEG, 1964-66, p. 60.

nômico, como também a própria execução dessa política através de grandes investimentos na indústria de base, nos transportes, na energia, no desenvolvimento regional, na exploração de recursos naturais e na educação; “a crescente participação do Governo como alocador de recursos disponíveis do país deve ser entendida como conseqüência das próprias condições nas quais atualmente se processa nosso desenvolvimento, baseado em modificações estruturais da procura de bens e serviços. A força propulsora desse desenvolvimento está longe de ser apenas o empresário, como na interpretação schumpeteriana do desenvolvimento econômico. Na maior parte dos países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento parece ser, atualmente, um processo social, nacional e nacionalista. Em maior ou menor grau, o Governo é, por sua vez, o portador de reivindicações populares intensamente sentidas. Atrás dessas reivindicações encontra-se um desejo generalizado por padrões de vida mais elevados”.³⁹

A estatização é, portanto, uma decorrência do próprio processo de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, a participação das despesas públicas no produto nacional bruto era de 2,5% em 1880, subiu para 19,8% em 1957; na França era de 14% em 1913, passou para 32,3% em 1957; na Inglaterra era de 8,9% em 1890, passou para 36,6% em 1955.⁴⁰ No Brasil ocorreu o mesmo processo. Entretanto, ao contrário daqueles países, o aumento da carga tributária no Brasil não foi suficiente para fazer face ao aumento dos gastos governamentais, situando-se aí uma das causas principais da inflação, como veremos em seguida.

Inflação. Foi uma das constantes de nosso desenvolvimento. Entre 1930 e 1960, os preços subiram no Brasil 3.195%. Nos anos quarenta, a taxa de inflação anual no Brasil girou em torno dos 10%; nos anos cinqüenta, em torno dos 20%, com exceção de 59, quando o custo de vida na Guanabara aumentou 52%. Nos anos sessenta, a inflação atingiria uma média superior a 50%.

Enquanto a inflação permaneceu em níveis razoáveis, enquanto seu limite era de aproximadamente 20%, não há dúvida de que se constituiu em um fator mais positivo do que negativo no processo de desenvolvimento econômico do país. Certamente teria

(39) Antônio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore, Pedro Cipollari e Eduardo Pereira de Carvalho, *Aspectos da Inflação Brasileira e suas Perspectivas para 1965*, Associação Nacional de Programação Econômica e Social, ANPES, 1965, São Paulo, p. 17, edição mimeografada.

(40) *Idem*, p. 82.

sido preferível que todo o desenvolvimento ocorresse sem inflação, e teoricamente isso é possível. Para o Brasil, porém, país subdesenvolvido passando por um rapidíssimo processo de industrialização, o desenvolvimento inflacionário era praticamente a única alternativa. Ou teríamos esse tipo de desenvolvimento ou a estagnação. Isso porque a inflação constituiu-se em uma válvula de escape para o desenvolvimento do país, na medida em que possibilitou o financiamento do aumento das despesas e investimentos governamentais que analisamos anteriormente.

Existem duas correntes que procuram explicar o processo inflacionário brasileiro: a corrente estruturalista, que atribui a inflação à inelasticidade da oferta em certos setores da economia, especialmente o setor da produção de bens agrícolas de consumo interno e as importações, que não responderiam adequadamente aos estímulos da demanda, e a corrente monetarista, que atribui a inflação aos *deficits* governamentais e a seu financiamento através das emissões. Quando a inflação girava em torno de 10 e mesmo 20% ao ano, as causas de ordem estrutural, especialmente a limitação à nossa capacidade de importar, podiam explicar uma parte considerável da inflação brasileira. Mesmo naquela época, todavia, não se constituía uma explicação satisfatória. Um dos pontos básicos da teoria estruturalista é o de que, segundo as palavras do Plano Trienal, “a ação conjugada dos fatores apontados — crescimento intenso da demanda de produtos primários, conseqüente à rápida industrialização, e a relativa rigidez do setor primário — resulta numa elevação dos preços dos produtos agrícolas mais forte que a dos preços industriais”.⁴¹ E para sustentar sua tese apresenta o plano o deflator dos preços dos produtos agrícolas de mercado interno e dos produtos industriais, respectivamente 683 e 426,6, em 60, partindo-se de um índice 100 em 49. Este deflator, todavia, não é merecedor de crédito. Conforme observa o PAEG, no setor dos preços por atacado o preço dos produtos agrícolas, partindo-se de uma base 100, em 52, subiu a 411, em 60, contra 520 dos preços dos produtos industriais.⁴² Há, portanto, visíveis contradições entre os dois índices, os primeiros derivados das Contas Nacionais divulgadas pela Fundação Getúlio Vargas e os últimos com base nos índices 46 e 49 da *Conjuntura Econômica*. Essa contradição já havia sido observada por Antônio Delfim Netto, que, depois de submeter

(41) *Plano Trienal, op. cit.*, p. 126.

(42) PAEG, *op. cit.*, p. 95.

esses índices a um longo processo de análise, conclui que “possivelmente existe um erro no deflator da renda industrial, erro que de fato produz uma subestimação dos aumentos de preços verificados a partir de 54... até, portanto, que seja demonstrado como foram obtidos os resultados, parece-nos legítima a dúvida quanto a eles e quanto ao diagnóstico (que pensamos incorreto) de que ‘a relação de preços de intercâmbio é crescentemente favorável à agricultura, em seu conjunto, ao longo de todo o período’ (afirmação do *Plano Trienal*)”.⁴³

Nesses termos, resta como ponto de apoio para a teoria estruturalista a limitação à nossa capacidade de importar. Mas evidentemente esse elemento apenas não seria suficiente para explicar o processo inflacionário brasileiro. Teremos então que ficar com a teoria monetarista? Esta é a primeira impressão que temos, quando lemos o melhor trabalho realizado até hoje no Brasil sobre a inflação: *Aspectos da Inflação Brasileira e suas perspectivas para 1965*.⁴⁴ Declaram os autores nesse livro que “quatro são as variáveis explicativas da inflação brasileira: os *deficits* do setor público e sua forma de financiamento; as pressões de custo derivadas dos reajustamentos salariais; as pressões de custo derivadas das desvalorizações cambiais; e as pressões derivadas do setor privado da economia”.⁴⁵ Todas essas causas são ao mesmo tempo interdependentes e independentes. O processo inflacionário pode começar por qualquer um dos quatro fatores, mas “uma vez iniciado tem condições para criar a sua perpetuação e a sua aceleração”.⁴⁶ O processo inflacionário pode começar pelos *deficits*, que são financiados em sua maior parte por emissões, pode ser estimulado por aumentos salariais (inflação de custos) superiores à taxa de desvalorização da moeda, por pressões do setor privado, seja no sentido de obter mais créditos, seja visando a reduzir sua liquidez e conseqüentemente aumentar a velocidade-renda da circulação da moeda, e finalmente pelas desvalorizações cambiais. Apenas em relação a estas últimas existe um componente estrutural, na medida em que as elevações da taxa cambial forem derivadas de uma oferta de cambiais condicionadas pelas limitações ao aumento de nossas exportações. Com base nesses

(43) Antônio Delfim Netto, “Nota sobre alguns aspectos do Problema Agrário”, em *Temas e Problemas*, primeiro caderno, 1964, pp. 22-23.

(44) Antônio Delfim Netto e outros, *op. cit.*

(45) *Idem*, p. 16.

(46) *Idem*, pp. 26 e 29.

quatro variáveis construíram os autores uma equação, que lhes permitiu atingir um coeficiente de determinação de 92,7%, ou seja, uma equação cujas variáveis explicam 92,7% das flutuações da taxa anual de inflação entre o período de 45 a 63. Além disso, através de seu modelo foram eles capazes de em 64 prever, com dados de 63, a taxa de inflação de 64. Previram um aumento de 82%, e a taxa afinal verificada foi de 87%.⁴⁷ Vemos, portanto, que nesse estudo os componentes monetaristas são predominantes.

Entretanto, uma leitura mais cuidadosa do texto nos levará a outra interpretação. Em sua análise das duas teorias explicativas da inflação, salientam os autores, com muita propriedade, que “a maior divergência entre as duas explicações está nas implicações econômicas que decorrem dos diagnósticos. Para a corrente estruturalista, a inflação é um fenômeno quase normal no processo de desenvolvimento econômico... para a explicação monetarista, a inflação nada tem a ver com o desenvolvimento, devendo mesmo ser eliminada em razão das distorções que provoca no sistema”.⁴⁸

Ora, embora sem chegar ao exagero de considerar a inflação uma condição do desenvolvimento, os autores estão longe de condená-la totalmente e jamais cometem a ingenuidade de atribuí-la à irresponsabilidade dos governantes, como fazem muitos expoentes da teoria monetarista. Reconhecem eles o papel fundamental do Governo na criação de uma poupança forçada e na promoção do desenvolvimento econômico, não só através da definição da política econômica, mas também através de investimentos. “Do exame das condições inerentes ao desenvolvimento das nações economicamente atrasadas no século presente, verifica-se que dificilmente o processo pode ganhar momento pela ação unilateral de uma classe de empresários schumpeterianos. O conflito entre o consumir agora e o consumir mais no futuro faria com que a tentativa de uma maior acumulação de capital resultasse em pressões inflacionárias suficientemente amplas para inibir o próprio processo. O impulso para a industrialização passa a ser, nestes termos, um dos fins últimos do próprio Estado. Os centros de decisão política que comandam a sociedade passam, necessariamente, a interessar-se diretamente e a ser responsáveis, em grande parte, pela *performance* do sistema econômico.”⁴⁹

(47) *Idem*, pp. 26 e 29.

(48) *Idem*, p. 15.

(49) *Idem*, p. 10.

Em outras palavras, o Governo tem uma função fundamental no processo de desenvolvimento econômico. Barreiras institucionais de diversas ordens, todavia, as pressões dos empresários por maiores lucros, as pressões dos operários por maiores salários, em virtude do chamado efeito de demonstração (imitação dos padrões de consumo dos países industrializados), a pressão demográfica, a assimilação de técnicas de produção inadequadas aos países subdesenvolvidos, e o próprio comportamento dos mercados internacionais, ao qual já nos referimos, todos esses fatores pressionam a economia no sentido da inflação.⁵⁰

A solução teórica seria o Governo, ao ver suas funções aumentadas, aumentar correspondentemente sua carga tributária. Foi o que realizaram os países desenvolvidos. Existe uma clara correlação entre o nível de desenvolvimento dos países e sua carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto. Quanto maior o desenvolvimento, tanto maior será a carga tributária. Eis alguns países e sua respectiva carga tributária: em 1960: Noruega, 31,4%; Suécia, 31,3%; Holanda, 30,3%; Itália, 28,8%; Grã-Bretanha, 28,2%; Estados Unidos, 27,7% (desenvolvidos); contra Honduras, 19,2%; Costa Rica, 14,8%; Equador, 14,5%; Colômbia, 11,3%; Índia, 9,1% (subdesenvolvidos).⁵¹

No Brasil, em 60, a carga tributária era de 22,9% contra 14,7% em 47. Verificou-se, portanto, um aumento considerável de carga tributária. Este aumento, todavia, não foi correspondente ao aumento dos encargos governamentais, de forma que, a partir de 56, o *deficit* de caixa da União passa a girar em torno de 3% do Produto Interno Bruto, decorrendo daí poderosa pressão inflacionária.

Em outras palavras, quando foi preciso que o Governo assumisse uma quantidade crescente de responsabilidades na promoção do desenvolvimento econômico nacional, não foi possível aumentar correspondentemente a carga tributária, devido aos obstáculos inerentes ao sistema. Para o estágio de desenvolvimento do país a carga tributária era adequada e, no entanto, insuficiente. Era adequada porque proporcional à renda *per capita* do país, era insuficiente porque os encargos do Governo eram muito maiores do que a receita

(50) *Idem*, pp. 6-9.

(51) FGV, Centro de Estudos Fiscais. "Arrecadação Tributária, Salários e Ordenados na Administração Pública — 1947/52" em *Revista Brasileira de Economia*, ano XV, nº 1, março 1963.

tributária. E seria difícil sair desse beco sem saída, já que essa carga tributária recai apenas sobre aproximadamente a quarta parte da população brasileira, que participa regularmente do mercado interno e paga impostos, especialmente impostos indiretos. Aumentar a carga tributária desse grupo, para inclusive promover, através de investimentos governamentais, a integração no mercado das outras três quartas partes da população brasileira, seria, portanto, perigoso, podendo resultar em um desestímulo aos investimentos privados. Não havia outra alternativa para a economia senão encaminhar-se no sentido da inflação, que, além de possibilitar ao Governo realizar os gastos programados, funcionava como instrumento promotor de poupança forçada ao mesmo tempo em que mantinha elevada, ainda que sob muitos aspectos artificialmente, a demanda.

Ao contrário do que pensam os monetaristas, portanto, a inflação, pelo menos uma inflação moderada, é um processo inerente ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. No Brasil constituiu-se uma forma de tributação indireta, que permitiu resolver o problema das crescentes responsabilidades do Estado em relação à economia. Enquanto não atingiu os índices extraordinários dos anos sessenta, constituiu-se não só um fenômeno natural, mas necessário ao processo de desenvolvimento do país.

Urbanização. É um fenômeno que surge como uma constante dentro do processo de desenvolvimento econômico do país. Segundo o Censo de 40, 31,24% da população brasileira era urbana contra 68,76% rural; em 60, a população urbana já havia atingido a 45,08% da população total; antes de 70 deverá ser superada a marca dos 50%. A urbanização tem em geral três origens: o processo de industrialização, que exige constantemente um maior número de obras nas indústrias e serviços auxiliares localizados nas cidades; o desenvolvimento do sistema de transporte, principalmente do transporte por caminhões, que permite aos trabalhadores das cidades habitar nas pequenas cidades interioranas e trabalhar no campo (esta tendência, aliás, foi intensificada devido à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, desincentivando os fazendeiros a manter colonos); e, finalmente, a urbanização pode ter origem não na demanda de empregos pelo setor urbano, mas simplesmente pela impossibilidade de sobrevivência no setor rural. Em São Paulo, foram mais típicos o primeiro e mais recentemente também o segundo tipo de urbanização. No Nordeste, o terceiro tipo de urbanização foi muito comum. Os dois primeiros tipos estão diretamente relacionados com o processo de desenvolvimento econô-

mico e podem ser considerados naturais. O terceiro tipo é uma aberração. Ameaçado pela fome, o trabalhador rural procura as grandes cidades, onde, através de expedientes, poderá meramente sobreviver, ainda que em condições miseráveis.

Aumento da taxa de crescimento da população. É outra constante do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. À medida que se elevam os padrões de consumo, melhoram as condições de higiene, estende-se o âmbito da medicina preventiva. A própria medicina curativa começa a abranger cada vez maior número de pessoas, através da medicina institucionalizada, seja de origem estatal, seja de origem privada, nas grandes empresas. E à medida que estes fatos vão ocorrendo, reduz-se a taxa de mortalidade da população. Entretanto, enquanto uma porcentagem considerável da população não atinge padrões de consumo próprios da classe média, enquanto os gastos da grande maioria da população com os filhos são relativamente reduzidos, limitando-se à alimentação e a um mínimo de vestuário, já que os serviços de educação e assistência médica ou são gratuitos ou não são prestados, quando essas condições prevalecem em uma determinada sociedade (é o que ocorre no Brasil), a taxa de natalidade não se reduz. Nesses casos, os estímulos à redução da natalidade continuam pequenos, enquanto os estímulos a famílias grandes, inclusive a idéia de que "seguro de pobre é filho homem", continuam a prevalecer. Dessa forma, reduzindo-se a taxa de mortalidade e mantendo-se a de natalidade, o resultado é o aumento da taxa de crescimento da população.

No Brasil, a taxa anual de crescimento da população, que foi de 1,5% entre 20 e 40, subiu para 2,4% entre 40 e 50, e para 3,1% na década seguinte, nos anos sessenta, entretanto, essa taxa baixou para 2,8% e nos anos setenta baixou ainda mais para 2,4%.

Um crescimento tão extraordinário da população, ainda que recentemente a uma taxa decrescente, traz consigo uma série de problemas. Aumenta a necessidade de investimentos em setores assistenciais e na educação. Cresce relativamente a porcentagem da população inativa. O crescimento anual do produto em termos percentuais tem que ser maior para que não seja prejudicada a taxa de crescimento do produto *per capita* (já que este é igual à taxa de crescimento do produto menos a taxa do crescimento da população). Criam-se problemas para a absorção anual da mão-de-obra. No Brasil, por exemplo, estima-se que, com um crescimento de 3,5% ao ano da população ativa, sejam somadas anualmente à força de trabalho 1 100 000 pessoas. Ora, durante os anos

sessenta, apesar do extraordinário desenvolvimento industrial, a indústria de transformação teve o número de seus empregados elevado a uma taxa anual de apenas 3%, o que se explica pelo uso de tecnologia capital-intensiva, economizadora de mão-de-obra. Esse crescimento de 3%, quando comparado com os 3,5% de crescimento da população ativa e com os 5,4%⁵² de crescimento da população urbana, revelou-se claramente insuficiente.

Distribuição desequilibrada da renda. Em relação à distribuição regional da renda só temos dados para o período 50-60. Manteve-se o desequilíbrio regional. Para termos uma idéia desse desequilíbrio tomemos a renda *per capita* das diferentes regiões do país como porcentagem da média nacional, em 60. A renda do Nordeste nesse ano era 50,6% da média nacional, contra 133% do Centro-Sul e 177,7% de São Paulo. O Estado mais pobre da União, o Piauí, tinha uma renda *per capita* de apenas 28,8% da média nacional. Não houve, todavia, uma agudização dos desequilíbrios regionais. Conforme nos mostra o Quadro III, o Nordeste, em 50, tinha uma renda *per capita* de 48,5% da média nacional e em 60 essa porcentagem subira para 50,6%. É verdade que, em 55, essa porcentagem havia caído para 42,9%. Entretanto a PETROBRÁS, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a ação da SUDENE fizeram com que aquela tendência fosse mudada. Entre os fatores que influenciaram aquela perda relativa de renda para o Nordeste nos primeiros cinco anos da década de cinquenta salienta-se a política cambial do após-guerra, que penalizando as exportações e favorecendo as importações, especialmente as importações de equipamentos e matérias-primas, prejudicou as regiões do país tipicamente exportadoras, como é o caso do Nordeste.

Aumento de salários. Entre 47 e 60, os assalariados aumentaram sua participação na renda de 56 para 65%.⁵³ Este dado, todavia, deve ser encarado com reserva. Esse aumento ocorreu especialmente às expensas da redução da participação dos profissionais liberais, administradores de empresas e proprietários de empresas individuais, cuja participação se reduziu de 26 para 18%, enquanto a participação do grupo capitalista (lucros, juros e aluguéis) aumentava de 18 para 20%. Ora, esse aumento de participação dos assalariados às expensas particularmente dos profissionais liberais ex-

(52) PAEG, *op. cit.*, pp. 22-36.

(53) Fonte: *Idem*, p. 40.

Quadro III
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA *PER CAPITA*
(por cento da média nacional)

<i>Regiões e Estados</i>	1950	1955	1956	1957	1958	1959	1960
NORTE	65,1	56,7	65,3	67,7	61,6	58,8	60,7
Amazonas	76,3	62,8	75,1	78,1	72,3	66,8	68,3
Pará	58,5	53,1	59,4	61,4	55,1	53,9	56,1
NORDESTE	48,5	42,9	44,7	46,6	44,7	48,4	50,6
Maranhão	34,0	29,3	28,6	30,2	31,0	33,7	34,4
Piauí	28,7	24,9	27,1	28,2	26,5	29,0	28,8
Ceará	47,0	35,8	39,7	41,5	30,1	41,6	44,9
R. G. do Norte ...	53,0	44,6	53,8	48,6	40,4	53,0	56,7
Paraíba	48,5	41,6	43,4	42,7	38,6	46,4	53,9
Pernambuco	61,1	53,9	56,7	61,4	61,9	61,4	60,4
Alagoas	43,8	39,0	43,9	48,6	50,7	49,9	50,5
Sergipe	48,9	46,3	51,7	54,1	55,9	57,1	54,7
Bahia	49,7	48,6	47,5	48,8	50,2	51,7	55,7
CENTRO-SUL	140,3	141,1	138,5	137,4	137,4	135,4	133,5
Espírito Santo	78,7	77,2	72,1	77,1	67,3	65,6	65,5
Minas Gerais	74,5	78,9	78,8	81,4	74,2	73,9	70,9
Rio de Janeiro	101,8	93,5	100,7	89,4	96,9	96,6	95,0
Guanabara	304,0	308,2	326,1	312,4	326,0	316,5	291,0
São Paulo	188,6	187,2	178,5	177,1	180,5	177,3	177,7
Paraná	117,7	116,5	89,3	96,4	103,1	107,9	110,7
Santa Catarina ...	83,9	88,9	90,2	88,0	89,5	86,5	89,6
R. G. do Sul	111,9	127,2	132,2	126,7	118,9	117,6	120,0
CENTRO-OESTE ...	59,9	73,6	69,2	63,8	66,8	60,9	59,3
Mato Grosso	72,4	97,4	93,1	84,7	94,4	71,4	78,1
Goiás	54,5	62,9	58,4	54,3	54,3	56,2	51,2

Fonte: *Plano Trienal, 1963-1965*, p. 86.

plica-se em parte devido ao fato de que muitos destes tornaram-se assalariados. Além disso, enquanto a carga de impostos diretos aumentava de apenas 21%, entre 47 e 60, a carga de impostos indiretos, que atinge mais fortemente a renda dos assalariados, crescia 72%,⁵⁴ de forma que, na realidade, “a participação da remunera-

(54) Fonte: Centro de Estudos Fiscais, FGV, *Revista Brasileira de Economia*, março de 1963, p. 23.

Quadro IV
ÍNDICE DE SALÁRIO REAL
 (Estado da Guanabara)

<i>Ano</i>	<i>Operário Comum</i>	<i>Operário Qualif.</i>	<i>Funcionário Padrão E</i>
1928	100	100	100
1945	69	69	101
1960	145	111	74

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, julho de 1961, p.75.

ração do trabalho cresceu muito menos em relação ao produto a preços do mercado do que em relação ao produto a custo dos fatores".⁵⁵

Houve, todavia, aumento do salário real, conforme podemos observar pelo Quadro IV, especialmente entre 45 e 60. O aumento da renda *per capita* foi assim distribuído pela população, pelo menos a população urbana. Apenas os funcionários públicos teriam tido seu salário real reduzido. Esse dado, todavia, pode ser discutido. A baixa apresentada pode ser atribuída ou à escolha de um momento desfavorável para a realização do levantamento inicial, ou final, ou ao fato de haver-se modificado a escala de salários do funcionalismo público.

Os assalariados mantiveram assim sua participação na renda relativamente estável; seus salários, todavia, cresceram, acompanhando o crescimento da renda *per capita*. Segundo cálculos do *Plano Trienal*, o salário médio real do trabalhador brasileiro teria crescido entre 50 e 60 à taxa anual de 2,7%. Esse crescimento dos salários permitiu um aumento médio anual, entre 1947 e 1960, de 2,5% para o consumo privado. O consumo público, por sua vez, aumentou nesse período à taxa de 5,5% ao ano, de forma que o consumo total cresceu à taxa de 3% ao ano, ou seja, à mesma taxa de crescimento da renda *per capita* nesse período, o que significa que o desenvolvimento foi realizado sem que fosse necessário aumentar a taxa de poupança,⁵⁶ que durante todo o período girou em torno de 16% do Produto Interno Bruto.⁵⁷

(55) PAEG, *op. cit.*, p. 41.

(56) *Plano Trienal*, *op. cit.*, pp. 23-29.

(57) *Idem*, p. 44.

O modelo de desenvolvimento

Depois dessa análise que acabamos de realizar das características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro — industrialização, processo de substituição de importações, limitações à nossa capacidade de importar, estatização, alta relação marginal produto-capital, inflação, urbanização, aumento da taxa de crescimento da população, manutenção dos desequilíbrios regionais, aumento dos salários reais e do consumo — estamos prontos para montar um modelo do processo de desenvolvimento do país. Na Figura 1, temos uma esquematização gráfica desse modelo. Como não poderia deixar de ser, trata-se de um esforço de abstração, em que apenas os elementos fundamentais e as relações básicas entre esses elementos são representados.

A Revolução Industrial Brasileira, que procuramos analisar neste capítulo, teve dois grandes agentes fundamentais: os *empresários* industriais e o *Governo*. Durante as duas primeiras décadas, a iniciativa coube especialmente aos primeiros. Ao Governo cabia fundamentalmente criar estímulos à industrialização, o que foi possível graças à *Revolução de 30*, que apeou do poder a velha aristocracia agrário-comercial antiindustrialista. Esta predominância dos empresários permitiu que o país se desenvolvesse fundamentalmente em moldes capitalistas. Foi só nos anos cinqüenta, e especialmente a partir da segunda metade dessa década, que o Governo tomou parte mais ativa e direta na realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento do país. Esta maior participação do Governo teve como ônus a aceleração da taxa de *inflação*, já que o Governo não tinha condições políticas nem as empresas condições econômicas, um para impor, as outras para suportar, um aumento da carga tributária maior do que o que ocorreu.

A oportunidade de investimentos que permitiu o surgimento de uma classe de empresários industriais no Brasil resultou fundamentalmente de três fatores: existência de um *mercado interno* ainda que incipiente; *limitações à capacidade de importar*, às quais a economia brasileira foi submetida a partir dos anos trinta, provocando o aumento dos preços dos produtos importados, especialmente dos bens de consumo manufaturados, e permitindo sua produção internamente; e os *estímulos governamentais* seja mantendo a demanda interna, como aconteceu nos anos trinta, com a compra dos excedentes de café, seja subsidiando a importação de equipamentos, como aconteceu no após-guerra, seja transferindo renda da

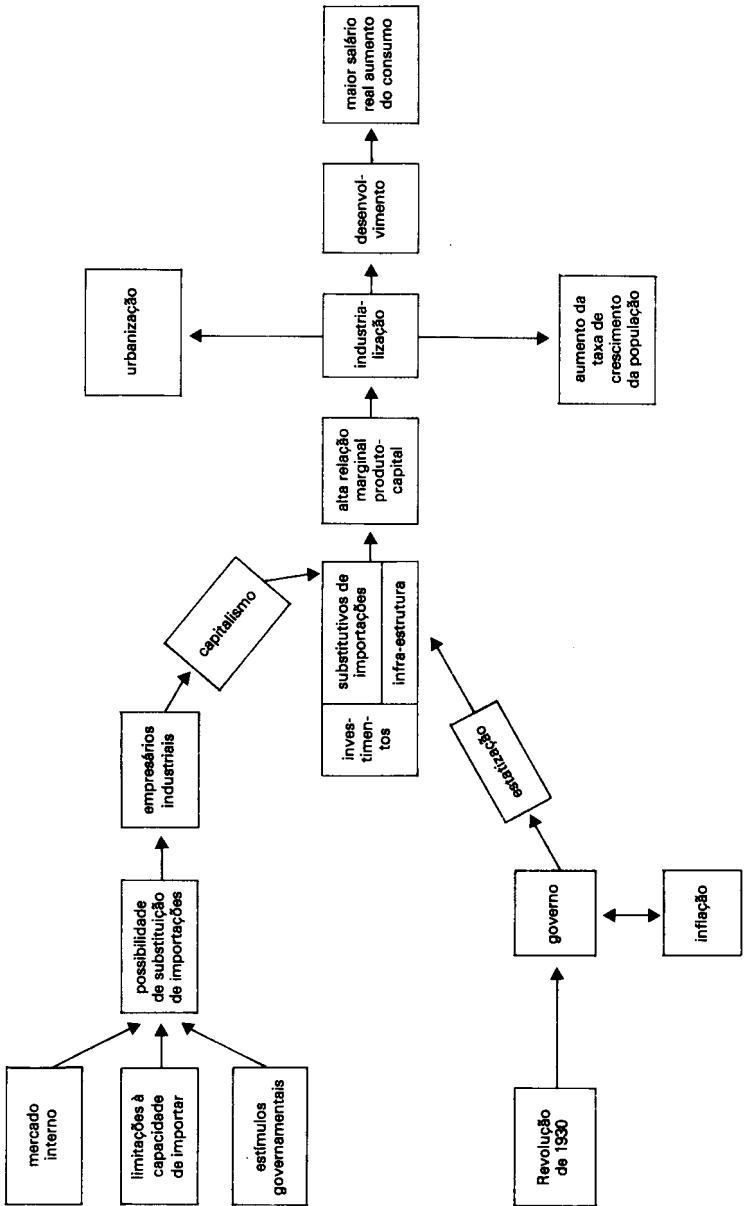


Figura 1 — Modelo do Desenvolvimento Brasileiro, 1930-1961.

agricultura para a indústria, como aconteceu através da política cambial, seja protegendo a indústria nacional contra a estrangeira, como foi feito através da política cambial e tarifária. Esses três fatos abriam uma possibilidade de *substituição de importações*, e podemos afirmar que foi fundamentalmente através desse processo que ocorreu a industrialização brasileira. Os *investimentos* do setor privado foram realizados fundamentalmente tendo em vista a substituição de artigos manufaturados importados. Já os investimentos governamentais destinaram-se à infra-estrutura, ao petróleo, ao sistema de transportes e comunicações, à energia, à indústria siderúrgica, criando assim condições para o investimento privado.

A realização de investimentos pelo setor privado e pelo público, todavia, nunca chegou a níveis extraordinários, de forma a exigir um esforço de poupança muito grande da população. O que permitiu uma alta taxa de crescimento do produto sem um grande esforço de poupança e investimento foi a alta *relação marginal produto-capital*, ou seja, a alta produtividade dos investimentos realizados.

Como resultado disso, o país passou por um amplo processo de *industrialização*, instalou toda a sua indústria de consumo tanto leve como pesada, e fez extraordinários progressos no setor da indústria de base e da de equipamentos. A industrialização trouxe consigo a *urbanização* e o *aumento da taxa de crescimento da população*. Antes de mais nada, todavia, a industrialização significou *desenvolvimento econômico*, que se expressou não só pelo *aumento da renda "per capita"* como também pelo *aumento dos salários reais e dos padrões de consumo*. Além disso, porém, a industrialização e o desenvolvimento econômico foram acompanhados de transformações estruturais de ordem social e política. Sobre essas transformações falaremos nos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO III

Desenvolvimento social e o surgimento de novas classes⁵⁸

As grandes transformações econômicas de que foi palco o Brasil nos últimos trinta ou quarenta anos, das quais acabamos de apresentar um retrato sumário no capítulo anterior, foram acompanhadas de profundas transformações sociais. Sem atribuímos à expressão “desenvolvimento social” qualquer conotação valorativa, mas simplesmente identificando-a com o processo de transformação e pluralização social, não há dúvida de que o Brasil passou por um amplo processo de desenvolvimento social neste período. Será ele o objeto deste capítulo. Os sintomas das transformações são inúmeros, nós os encontramos a todo instante. Não nos referimos agora às grandes mudanças do panorama físico do país, aos arranha-céus, às estradas asfaltadas, às grandes barragens, às fábricas. Ao invés disso poderíamos, por exemplo, examinar a edição do jornal *O Estado de S. Paulo*. A leitura das páginas de propaganda solicitando empregados certamente nos impressionará pelo número enorme de anúncios pedindo engenheiros, vendedores, contadores, gerentes, técnicos, operários especializados, pessoal de propaganda, estenógrafas, encarregados de departamentos de pessoal, compradores — todos empregados de nível médio nas empresas. Ou poderíamos, então, entrar em uma das mais importantes lojas de departamento de São Paulo, o Mappin. Se houvéssemos

(58) Este capítulo é baseado em um artigo publicado pelo autor no vol. IV, nº 3, julho de 1962, da revista *Journal of Inter-American Studies*, sob o título “The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil”, depois transcrito no livro de Irving Louis Horowitz, *Revolution in Brazil*. E. P. Dutton, Nova Iorque, 1964.

conhecido essa loja há trinta anos passados, certamente ficaríamos surpresos não só pelo seu crescimento físico, mas também pelas modificações no tipo de seus fregueses. Sem dúvida ainda encontraríamos alguns dos antigos fregueses — os representantes das velhas e tradicionais classe média superior e classe alta superior. Mas hoje a grande maioria de seus fregueses são um tipo de gente completamente diferente. São constituídos da nova, da sempre crescente classe média à qual aqueles anúncios estavam solicitando.

De fato, muitas coisas aconteceram no Brasil. Não encontramos mais Água de Vichy sendo servida nos restaurantes. Os fazendeiros, os criadores de gado, não mais importam manteiga. Embora possa parecer absurdo, isso era comum há trinta ou quarenta anos. Naquela época, o Brasil era um bucólico país agrícola, de economia nitidamente subdesenvolvida e colonial. Hoje o Brasil é um país industrializado, em um estágio intermédio de desenvolvimento.

Essa profunda transformação teve reflexos imediatos na estrutura social do país. Seu sistema de estratificação social modificou-se. Novas classes surgiram. Entre elas surgiu a nova classe média, a qual um intelectual pertencente à velha aristocracia, à classe alta superior, definiu, em conversa com amigos, de uma forma muito curiosa e significativa. Alguém lhe perguntou que tipo de gente iria assistir a um novo espetáculo teatral que estava sendo exibido em São Paulo, cujo mau gosto era patente. A resposta veio imediatamente, com um incontrolável toque de desprezo: “Ora, a ‘Mooca enriquecida’ pagará para ver semelhante coisa...”.

É esta “Mooca enriquecida”, é a nova classe média e uma parte representativa da mesma, os administradores de nível médio, um dos objetos deste capítulo. Reveremos rapidamente alguns dos aspectos da Revolução Industrial Brasileira, da transformação tecnológica do sistema de produção no Brasil, para, em seguida, examinarmos as transformações sociais ocorridas, a emergência de uma classe média e, dentro desta, do pessoal de nível médio nas empresas. Analisaremos, então, o desenvolvimento dos administradores de nível médio no Brasil. Porque uma coisa parece indiscutível nos países capitalistas desenvolvidos: se o último século teve como figura dominante no setor econômico os empresários, os capitães de indústria, este século caracteriza-se pela ascensão do administrador profissional, geralmente proveniente da classe média. O que tentaremos descrever em seguida, portanto, são os primeiros passos da sociedade brasileira no sentido de se pluralizar, no sentido de diversi-

ficar suas classes sociais, dando-se especial ênfase ao processo de surgimento de uma classe de administradores de nível médio.

Teremos que enfrentar muitas limitações em nosso trabalho. Em primeiro lugar, os dados de que dispomos a respeito de nosso assunto não são muitos. As pesquisas a respeito de estrutura de classes e de mobilidade social, assim como os estudos a respeito do desenvolvimento dos administradores no Brasil estão ainda no começo. Em vista disto, seremos freqüentemente obrigados a recorrer à nossa experiência e observação pessoal e às categorias gerais da macrosociologia, ao invés dos dados específicos derivados de pesquisas.

Mais significativas são as limitações de caráter pessoal e social do autor. Nosso objetivo é sermos objetivos. Mas "a vã esperança de descobrir a verdade numa forma independente de um grupo de significados histórica e socialmente determinados deve ser abandonada de vez".⁵⁹ Em outras palavras, as probabilidades que temos de sermos objetivos, quando fazemos pesquisas e procuramos traduzir a realidade social que nos rodeia são pequenas. Os homens são condicionados pelos sentimentos e valores dos grupos e classes sociais a que pertencem. Por outro lado, os grupos e classes sociais só podem ser compreendidos quando enquadrados dentro de uma situação histórica determinada. Além disso, nossas motivações subconscientes e todos os conflitos que caracterizam a personalidade humana não nos permitem controlar perfeitamente nossas percepções da realidade e de nossos próprios valores.

Entretanto, não há dúvida de que podemos ser mais, ou menos, objetivos. O grau de nossa objetividade dependerá de nossa capacidade de auto-análise, da precisão dos instrumentos de pesquisa de que usemos, e da nossa própria honestidade. Em qualquer hipótese, porém, é importante que o leitor esteja sempre precavido contra as condicionantes do autor, cujas características tanto o leitor como o próprio autor devem conhecer.

A estrutura social tradicional

Todo o desenvolvimento social de que foi palco a sociedade brasileira nas últimas três ou quatro décadas teve como mola as

(59) Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Editora Globo, 1956, Porto Alegre, p. 74.

profundas transformações econômicas que estudamos no último capítulo. O Brasil passa então por um período decisivo de sua história. Seu desenvolvimento, que antes ocorrera de forma aleatória, ao sabor dos azares de seu comércio internacional, tende a tornar-se automático e necessário. As forças semifeudais, que até então dominavam o Brasil, através de um acordo tácito com as grandes potências industriais, começam a ver seu poder reduzir-se rapidamente. É neste período que o Brasil muda de objeto para sujeito de história e começa a tornar-se senhor de seu próprio destino. Até aquele momento somente em um sentido legal o Brasil podia ser considerado uma nação. Sua economia estava orientada para a Europa e os Estados Unidos, dos quais não passava de uma unidade complementar. Seu papel consistia em exportar produtos agrícolas em troca de artigos manufaturados que iriam ser consumidos pela pequena minoria rica da população. Internamente, sua economia era de subsistência; o que não era produzido para exportar destinava-se em sua grande maioria ao autoconsumo. O mercado interno, essencial para o desenvolvimento econômico, só começaria a se tornar significativo a partir de 30.

O processo de industrialização que ocorreu no Brasil entre 1930 e 1961 transformou este quadro de maneira notável. Neste período ocorreu a primeira fase da Revolução Nacional Brasileira. Não significa isto que o Brasil se tenha transformado em um país desenvolvido, que tenha obtido sua independência política, econômica e cultural. Mas um grande caminho foi percorrido nesse sentido. O processo foi sinuoso e contraditório, cheio de compromissos, de concessões, de tentativas bem e mal-sucedidas, de retrocessos. Sem dúvida, porém, grandes transformações, e em geral transformações no sentido de desenvolvimento econômico e social, ocorreram no Brasil. Economicamente, embora ainda se conserve um país subdesenvolvido, já possui uma indústria poderosa e regiões em que o padrão de vida é elevado. Politicamente, embora ainda seja um país dependente, já realizou grandes esforços no sentido de criar internacionalmente uma personalidade própria. Socialmente, as transformações por que passou foram profundas, como veremos a seguir.

Na medida em que o Brasil era um país periférico, agrícola e inteiramente subdesenvolvido, sua estrutura social era muito simples antes de 30. A Declaração de Independência não transformou o Brasil em uma nação verdadeiramente independente. A Constituição imperial de 24 ou a republicana de 91 também não o trans-

formaram em uma democracia. As eleições eram controladas. Durante a Primeira República, por exemplo, um dos partidos sempre ganhava as eleições, enquanto ao partido da oposição era garantido exatamente um terço das cadeiras no Congresso. Sociedade semi-colonial e de características quase feudais, com uma economia baseada na cultura da terra, a qual estava nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, o Brasil era dominado por uma reduzida e poderosa oligarquia. Os senhores de terra, os fazendeiros, que se definiam como aristocratas, estavam tradicionalmente aliados aos grandes comerciantes dedicados ao comércio exterior e, depois da Declaração de Independência, ao capitalismo estrangeiro, inicialmente ao britânico e, mais tarde, já no século XX, também ao norte-americano. E esta oligarquia dominava não só econômica mas também politicamente o país de forma total e tranqüila, dada a inexistência, no resto da população, de grupos sociais com um mínimo de consciência e força política para a ela se opor.

Além dessa oligarquia de aristocratas, que poderíamos chamar de classe alta, tínhamos a classe baixa, onde se concentrava a imensa maioria da população. Era formada essencialmente de trabalhadores agrícolas. Uma parte deles teve sua origem na escravidão. Outros eram descendentes dos primeiros imigrantes portugueses, em sua maioria já tendo passado por um processo de mestiçagem com o negro ou com o índio. Um terceiro grupo era formado pelos imigrantes italianos, alemães e de outras nacionalidades, que a partir de meados do século passado começaram a chegar ao Brasil em grandes quantidades, muitos deles para trabalhar nas fazendas de café. Como um todo, eles constituíam um grande grupo caracterizado por condições de vida miseráveis, pela pobreza, pelo analfabetismo, pela baixa produtividade de seu trabalho, realizado dentro de uma economia de subsistência altamente subdesenvolvida.

Entre a oligarquia agrário-comercial e a grande massa de trabalhadores estava situada a um pouco expressiva, mas crescente, classe média. Ela aparece no Brasil pela primeira vez com uma certa importância após a Declaração de Independência. Com a saída dos portugueses, foi necessário organizar o Estado, executar as funções legislativas, executivas e judiciárias, estabelecer as bases de um exercício. Seria a classe média, geralmente ligada por relações familiares com a classe alta, quem iria realizar essas funções. As primeiras faculdades de Direito foram então criadas para preparar essa gente. Um pouco mais tarde, com a abolição do tráfico de escravos e

a concomitante prosperidade trazida pelo café, em meados do século XIX, constituiu-se um mercado de trabalhadores livres. Isto permitiu a formação de um incipiente mercado interno e o desenvolvimento das cidades costeiras ou próximas ao mar onde esse comércio se realizava. Surgiram também as primeiras indústrias têxteis nas cidades. E nesse ambiente urbano desenvolveu-se a classe média. Conforme observa Nelson Werneck Sodré, “o espaço ocupado pela classe média foi consideravelmente ampliado: as mais diversas atividades urbanas, o pequeno comércio, novas profissões encontram lugar, o exército, os padres, os funcionários públicos...”⁶⁰

O desenvolvimento da classe média, todavia, foi maior do que as condições do desenvolvimento econômico brasileiro da época o permitiam. Originalmente constituída, em grande parte, de parentes distantes e agregados das famílias ricas, que se iam multiplicando biologicamente, esta classe média era maior do que a que comportava o sistema produtivo do país. Foi por isso que Hélio Jaguaribe observou com muita clareza que as classes médias brasileiras “se formaram e expandiram, no quadro de nosso subdesenvolvimento, como subproduto da urbanização de um país que permanecia agrícola e não lhes oferecia condições para se inserirem no processo produtivo; o inevitável marginalismo daí resultante conduziu-as ao parasitismo direto do Estado”.⁶¹

Este fato torna mais fácil a compreensão da precariedade dos serviços públicos no Brasil, especialmente daqueles serviços que têm sua origem na época colonial e semicolonial, na medida em que uma das funções mais importantes do Estado era fornecer empregos a essa classe média parasitária.

Este desligamento do processo produtivo da classe média tradicional torna também compreensível por que esta classe, “originária, em grande parte, da classe dominante, manteve através dos anos a moral, os padrões de comportamento, as regras de conduta da classe dominante, e apenas devido à pressão da necessidade adquiriria pouco a pouca características próprias”.⁶²

Finalmente, o caráter parasitário da classe média tradicional brasileira explica também sua reduzida expressividade política du-

(60) Nelson Werneck Sodré, *A Revolução Brasileira*, Livraria José Olympio, 1958, Rio de Janeiro, p. 46.

(61) Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro, p. 41.

(62) Nelson Werneck Sodré, *op. cit.*, p. 46.

rante o Império e a Primeira República. É certo que, no movimento militar que resultou na Proclamação da República, a classe média teve um papel relevante e depois se manteve no poder por algum tempo. Com a eleição de Prudente de Morais, porém, voltou ao poder a aristocracia agrário-comercial. As classes médias só voltariam à cena política nos anos vinte, participando de uma série de revoluções mal sucedidas, que terminariam com a Revolução de 30, a “revolução dos tenentes” como também seria chamada, e na qual o papel da classe média, representada por grupos não só militares mas também civis, seria dominante.

Em traços amplos, era esta, portanto, a estrutura social tradicional do Brasil: de um lado uma aristocracia agrário-comercial, cujo poder se baseava na propriedade da terra e na produção e exportação de produtos agrícolas, e cujos interesses se confundiam com os do capitalismo internacional que nos exportava produtos manufaturados; de outro lado, um grande número de componentes e alguns trabalhadores urbanos, vivendo, especialmente os primeiros, em condições de extrema pobreza; e, no meio, uma pequena mas crescente classe média.

Novas classes: os empresários e os operários

A Revolução Nacional produziria profundas modificações nesse quadro. A industrialização modificou os padrões de comportamento da população, interferiu e transformou as relações econômicas de caráter tradicional, deu origem a profundas modificações no campo social. Novas classes surgiram, o Brasil se desenvolveu, e perdeu muitas de suas características feudais.

Na classe alta, os empresários industriais apareceram para tomar seu lugar, ao lado dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros. Originários em sua maioria da classe média — particularmente imigrantes italianos, alemães, portugueses e libaneses, nesta ordem de importância⁶³ — seu poder e prestígio cresceram rapidamente com o processo de industrialização. Hoje, embora politicamente sem um poder correspondente, como veremos no capítulo V, eles podem ser considerados, do ponto de vista econômico, o grupo dominante no país. Sua ascensão, todavia, não foi fácil.

(63) Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista*, op. cit., pp. 94 e 101.

Como examinaremos a fundo no próximo capítulo, a batalha política e ideológica que travaram contra a oligarquia agrário-comercial, que representava o setor tradicional e antiprogressista, durou anos.

Na classe baixa, as transformações foram também claras. Da mesma forma que os empresários industriais constituíram um setor inteiramente novo na classe alta, na classe baixa os operários industriais e os trabalhadores urbanos em geral transformaram-se em um grupo suficientemente numeroso e significativo para se constituírem um novo setor. A maioria dos operários veio do interior. Eram camponeses ou filhos de camponeses que abandonavam seus lares atraídos pelos salários mais altos da indústria. Na agricultura o desemprego disfarçado era (e ainda é em muitas áreas) dominante, e conseqüentemente os salários eram extremamente baixos. Resultaram daí o êxodo rural e o processo de urbanização a que já nos referimos no capítulo anterior. Mais importante, porém, foi o fato de que, graças a isto, a indústria em pleno desenvolvimento pôde contar com um suprimento de mão-de-obra abundante e relativamente barata, o que facilitaria enormemente o processo de industrialização.

Este novo setor da classe baixa, constituído fundamentalmente pelos operários industriais, além de gozar de um padrão de vida superior ao dos camponeses, de poder ter melhor alimentação, mais saúde e melhor educação, veio apresentar uma diferença fundamental de caráter político em relação ao setor tradicional, formado de trabalhadores rurais. Enquanto estes jamais tiveram participação política, sendo sempre completamente dominados e controlados pelos "coronéis" do interior, os operários industriais vão-se constituindo pouco a pouco um grupo relativamente organizado, participante, e com razoável poder de reivindicação.

Além da urbanização e da formação de uma nova classe de operários industriais, entre os trabalhadores rurais houve também transformações significativas. A mais importante delas relaciona-se com as diferenças regionais no Brasil. O Norte e o Centro-Oeste continuam praticamente um deserto — um deserto de homens. A industrialização no Centro-Sul ocorreu, enquanto o Nordeste, densamente povoado, só recentemente começou a se beneficiar dos reflexos da Revolução Industrial. Em 60 a renda *per capita* do Nordeste era apenas 28,5% da de São Paulo.⁶⁴ Dessa forma, en-

(64) Fonte: PAEG, 1964-1966, p. 43.

quanto no Centro-Sul e especialmente em São Paulo eram introduzidos métodos de produção capitalistas, a produção agrícola se modernizava e mecanizava, as relações de trabalho iam aos poucos perdendo suas características de dependência feudal, passando a ser regidas por critérios mais racionais, de forma que as antigas figuras do colono, do meeiro, do agregado, iam cedendo lugar à do trabalhador rural assalariado; no Nordeste, a agricultura e as relações de trabalho nesse setor continuavam a ser regidas por critérios basicamente tradicionais. Assim, enquanto os camponeses do Sul viam seu padrão de vida aumentar, podiam educar-se, e ter um relativo acesso à vida política, os trabalhadores rurais do Nordeste, quando não emigravam para o Sul, continuavam na situação miserável e sem expectativa de uma casta desfavorecida dentro de uma sociedade relativamente aberta.

Transformações na classe média

Também na classe média as transformações ocorridas durante a Revolução Industrial foram decisivas. Talvez não seja muito apropriado falar-se no surgimento de um grupo inteiramente novo e diferenciado na classe média, como aconteceu com os empresários industriais na classe alta e com os operários na classe baixa. Podemos, todavia, falar no surgimento de uma nova classe média, que passou a coexistir e, muitas vezes, a se confundir com a classe média tradicional.

A nova classe média se distingue da tradicional porque, enquanto esta se acha desligada do processo produtivo, aquela é uma parte integrante do mesmo; enquanto uma é formada em grande parte por funcionários públicos e profissionais liberais, sem falar de uns poucos empregados de escritório e de lojas, a nova classe média é formada por uma imensa gama de profissões, incluindo não só profissionais liberais e funcionários públicos, mas também técnicos, administradores de empresas, assessores, empregados de escritório, empregados de empresas de serviços auxiliares da indústria e do comércio, vendedores, operários especializados e uma infinidade de outras profissões. Na verdade, o que distingue melhor a classe média tradicional da nova classe média não é a profissão de seus membros, mas o simples fato de, antes da Revolução Industrial, o indivíduo já pertencer a essa classe, o que a caracteriza como classe média tradicional, ou a ascensão à condição de classe média durante o

transcurso da Revolução Industrial. Resulta daí que outra característica distintiva da classe média tradicional em relação à nova classe média é o fato de que a grande maioria dos membros desta última são imigrantes ou têm ascendentes próximos imigrantes.

Fazemos estas observações com uma ressalva: não existe propriamente uma única classe média, existem muitas classes médias, existem muitos grupos sociais que se colocam em uma situação intermediária, entre a classe alta, constituída pelas famílias ricas e (ou) aristocráticas, e a classe baixa, formada pelas famílias pobres ou relativamente pobres, de trabalhadores braçais e semi-especializados, tanto da cidade quanto do campo. Entre esses dois grupos temos os diversos grupos que somados constituem a classe média. Há muitas formas de classificá-los; em classe média tradicional e em nova classe média, em classe média superior e classe média inferior, em pequenos proprietários e empregados, etc. Usamos a classificação em nova classe média e classe média tradicional porque ela nos é útil no presente contexto. É preciso, todavia, advertir o leitor de que, dada a heterogeneidade que constatamos na classe média, as generalizações que possamos fazer sobre ela são sempre perigosas. Por isso restringir-nos-emos àquelas mais evidentes. Além do surgimento de uma nova classe média, ao lado da classe média tradicional, temos três tendências fundamentais que caracterizaram o desenvolvimento da classe média no período da Revolução Nacional: progressiva integração no processo produtivo, seu rápido crescimento e sua diversificação.

Integração. A classe média era mais que tudo um grupo social marginal, composto antes de mais nada por funcionários públicos dos quais não se esperava que trabalhassem duramente já que não tinham muito o que fazer. Agora a classe média participa efetivamente das atividades produtivas. O setor industrial necessita de um grande número de empregados de nível médio. Os serviços que se desenvolveram com a industrialização e a formação de mercado interno — o comércio, os bancos, os transportes, os serviços públicos, as agências de propaganda, as empresas imobiliárias, os corretores de títulos, os profissionais liberais, organizações de assessoria fiscal e legal, e uma infinidade de outras pequenas organizações — também oferecem oportunidades de emprego para a classe média em crescimento. O próprio Estado foi envolvido nas transformações. Durante o período semicolonial o Estado possuía quatro funções — manter a ordem, administrar a justiça, defender o país contra o inimigo externo e oferecer emprego à classe média

tradicional, cujos membros eram freqüentemente parentes distantes dos representantes da oligarquia agrário-comercial. A estas funções, no período colonial, deve ser acrescentada a de defender os interesses fiscais da Coroa e a de servir aos interesses da oligarquia agrário-comercial em ambos os períodos. Depois dos anos trinta e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, apesar de todas as restrições que se lhe possa fazer, o Estado brasileiro tornou-se um participante ativo do processo de desenvolvimento. Inúmeras empresas foram criadas pelos Governos federal e estaduais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, PETROBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce, a ELETROBRÁS, as diversas companhias de energia elétrica estaduais, etc., nas quais a necessidade e a luta pela eficiência são óbvias. Nas próprias repartições públicas observou-se uma crescente compreensão da necessidade e urgência de melhor se organizarem e tornarem-se mais produtivas. Os concursos para a admissão ao funcionalismo público foram-se tornando norma, ao menos para as funções inferiores. A criação de comissões de inquérito visando à moralização do serviço público tornou-se um fato cada vez mais comum. O funcionalismo público e a classe média que o integra, com a Revolução Industrial, foram perdendo paulatinamente seu caráter marginal dentro da sociedade e do processo produtivo brasileiros.

Crescimento. Rápido crescimento é a segunda tendência que se observou no desenvolvimento recente da classe média. A integração no processo produtivo resultou necessariamente em crescimento. A classe média torna-se um setor significativo dentro da estrutura social brasileira.

“É basicamente o crescimento das classes médias que torna o novo Brasil basicamente diferente do velho, que não tinha lugar para tais classes. Os descendentes de imigrantes ambiciosos, os excessivamente numerosos filhos das famílias aristocráticas (famílias que não haviam ainda empregado métodos de controle da natalidade), todos dirigem-se para as profissões liberais, o funcionalismo público, o comércio, o Exército, a indústria, formando uma sociedade individualista...”⁶⁵

(65) Jacques Lambert, *Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques*, Colin, 1953, Paris.

O crescimento da classe média, nas grandes cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, é um fato evidente, mas mesmo nas pequenas cidades do interior, na região Centro-Sul, a classe média emergiu, à medida que o sistema capitalista substituiu o sistema agrário tradicional.

Não há dados estatísticos concernentes a esse crescimento. As pesquisas sociais no Brasil estão ainda no começo. A despeito de sua falta de precisão, todavia, o testemunho de Tobias Barreto, em seu "Discurso em Mangas de Camisa", pronunciado em Escada, próximo a Recife, em 1877, é muito esclarecedor a respeito da estrutura social do Brasil semicolonial, do Brasil em sua fase anterior à Revolução Nacional. Declarou ele então:

"Para as vinte mil cabeças da população do termo, esta cidade contribui com três mil, pouco mais ou menos. Sobre estas três mil almas, ou melhor, sobre estes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo:

90 por cento de necessitados, quase indigentes.
 8 por cento dos que vivem sofrivelmente.
 1,5 por cento dos que vivem bem.
 0,5 por cento de ricos em relação." ⁶⁶

Nesta estimativa, que o autor afirmou que poderia "pecar por excesso de cor-de-rosa", ⁶⁷ é chocante a inexpressividade da classe média, constituída dos 1,5 por cento "que vivem bem", em contraposição ao que poderíamos considerar a classe baixa inferior (90 por cento) e da classe baixa superior (8 por cento).

Hoje o quadro é totalmente diferente. Um estudo da distribuição da população brasileira foi realizado pela revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, baseado no Censo de 50. O estudo divide a população brasileira em cinco classes (classe inferior, classe média inferior, classe média superior e classe superior) e distribui a força de trabalho entre essas cinco classes, usando apenas um critério, o da profissão. A primeira tarefa foi a de dividir a força de trabalho de acordo com suas profissões (Quadro V). Com base nesse quadro foi elaborada uma distribuição aproximada da população brasileira em classes sociais (Quadro VI).

(66) Tobias Barreto, "Um Discurso em Mangas de Camisa", em *Estudos Sociais*, Instituto Nacional do Livro, 1962, Rio de Janeiro, p. 116.

(67) *Idem.*

Quadro V
DIVISÃO DA FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO PROFISSÕES

<i>Profissão</i>	<i>Mil</i>
I — Empregadas domésticas em geral	795
II — Trabalhadores e empregados sem qualquer qualificação	10.692
III — Militares de categoria inferior e assemelháveis	151
IV — Empregados de escritório, do comércio, etc., com o mínimo de qualificação	792
V — Operários e empregados qualificados nas indústrias, comércio, serviços, etc.	2.194
VI — Militares e empregados de categoria média, com função de direção ou supervisão, artesãos urbanos ou rurais	665
VII — Profissionais liberais, intelectuais independentes e oficiais das forças armadas	276
VIII — Dirigentes e administradores de empresas	152
IX — Donos de empresas em geral	779
<i>Total</i>	16.496

(*) Excluídas as profissões com menos de 5 mil pessoas.

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, outubro de 1958, p. 99.

A imprecisão da divisão em classes sociais apresentada no Quadro VI é óbvia. Profissão é certamente um dos critérios para a mensuração da estrutura social de uma sociedade, mas certamente não é o único. Renda, prestígio social, tipo de residência, costumes familiares, relações sociais, bairro em que habita, são alguns outros critérios fundamentais. Além disso, a classificação em profissões no Quadro V é grosseira, exclui as profissões com menos de cinco mil pessoas, e necessariamente exclui a população inativa. Entretanto, apesar de suas falhas, já que outra classificação não é disponível, esta certamente nos auxilia a compreender a estrutura social brasileira.

Feita esta ressalva, tal classificação merece ainda um severo reparo. O Grupo IX não representa em hipótese alguma a classe superior, ou classe alta, como preferimos chamar. Na verdade, a maioria dos donos de empresas deveriam ser considerados membros da classe média superior e da classe média média, já que seus negócios são freqüentemente muito pequenos. Oitenta por cento das unidades industriais brasileiras empregam menos de 10 pessoas.⁶⁸ Provavelmente menos de um por cento da população deveria ser considerada como pertencente à classe alta.

(68) Fonte: Censo de 1950.

Quadro VI
CLASSES SOCIAIS NO BRASIL (divisão aproximada)

<i>Classe Social</i>	<i>Mil</i>	<i>%</i>
Inferior (grupos I/III)	11.638	70
Média Inferior (grupos IV/V)	2.986	18
Média (grupo VI)	665	4
Média Superior (grupos VII e VIII)	428	2
Superior (grupo IX)	779	6*

(*) 3% foram excluídos por não serem representativas de classe alta.

Com esta correção, temos uma divisão da população brasileira em classes sociais razoável. A classe alta, constituída fundamentalmente das pessoas ricas e dos membros da velha aristocracia agrário-comercial brasileira que não entraram em decadência, incluiria aproximadamente um por cento da população. Na classe média superior, temos os profissionais liberais, a pessoa em geral com educação superior, os administradores profissionais de empresas. Esta classe imita tipicamente os padrões de consumo da classe alta, embora não tenha recursos para tanto. Dois por cento parece-nos um número perfeitamente aceitável para este grupo. A classe média média, bem definida pelo Grupo VI, como constituída de militares e empregados de categoria média, com funções de direção ou supervisão, compreende 6% da população. A classe média inferior, constituída pelos empregados de escritório e do comércio e pelos operários especializados, compreenderia 18 por cento da população. Este é tipicamente um grupo social que antes da Revolução Industrial pertencia quase inteiramente à classe baixa. Com a industrialização foram-lhe oferecidas oportunidades de emprego nos escritórios, nas casas comerciais e nas fábricas, elevou-se seu padrão de vida, e eles foram constituir uma parte preponderante do que chamamos a nova classe média. Finalmente temos a classe baixa, com setenta por cento da população. Temos assim, nas três classes médias somadas, aproximadamente um quarto da população brasileira. Comprova-se, pois, seu crescimento.

A industrialização e o decorrente desenvolvimento capitalista no Brasil, portanto, desmentindo as previsões de Marx, e repetindo o já ocorrido nas demais nações industrializadas, beneficiaram e alimentaram a classe média, ao invés de extingui-la. Isto não quer dizer, porém, que a industrialização não tenha tido efeitos desfa-

voráveis sobre certos grupos de classe média. Representantes da classe média tradicional — muitos dos quais tinham rendimentos fixos, muitas vezes derivados de aluguéis — foram grandemente prejudicados pelo processo de desenvolvimento, que ocorreu em um clima altamente inflacionário, enquanto os aluguéis eram congelados. Além disso, em termos mais gerais, essas pessoas foram obrigadas a adaptar-se a um sistema de vida muito diferente daquele com que estavam acostumadas. E assim, para elas, da mesma forma que para muitos representantes da classe alta, da velha aristocracia agrário-comercial, dos “paulistas de quatrocentos anos” em São Paulo, esta adaptação foi sempre penosa e muitas vezes mal sucedida.

O crescimento da classe média, todavia, não foi suficientemente grande para “desachatar” a pirâmide social brasileira. Conforme podemos ver pela Figura 2, o Brasil continua ainda com uma pirâmide social achatada, com uma base muito grande e uma cúpula muito reduzida, o que é típico dos países subdesenvolvidos.

Diversificação. A terceira tendência observada na classe média brasileira é a da diversificação. A pluralização social, própria das sociedades economicamente desenvolvidas, implica exatamente a diversificação dos grupos sociais em geral e particularmente da classe média. A especialização e a divisão do trabalho são muito mais desenvolvidas nas sociedades industriais do que nas sociedades agrárias. Novas profissões, novos tipos de atividades aparecem, ofe-

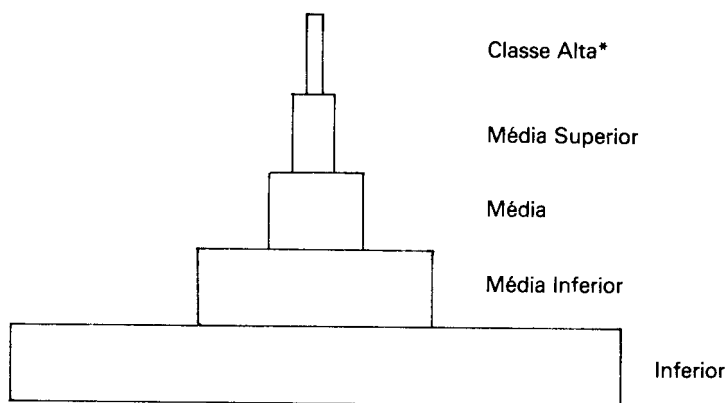


Figura 2 — Pirâmide social do Brasil.

recendo oportunidade especialmente à classe média (e aos membros da classe baixa que desejam ascender às posições de classe média). Em uma empresa moderna, por exemplo, um imenso número de novas funções de nível médio, ou seja, de funções situadas entre a administração de cúpula e os operários, é criado. Este grupo de nível médio, em particular os administradores de linha, os supervisores e os assessores, cujo número vem crescendo grandemente no Brasil, constitui a parte mais representativa da nova classe média que surge com a Revolução Industrial. Isto que afirmamos ficará mais claro quando analisarmos a chamada Segunda Revolução Industrial. Então, a classe média e particularmente a administração de nível médio têm sua maior oportunidade de se desenvolverem com a formação das organizações burocráticas de grandes dimensões.

A Segunda Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial marcou a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, iniciou a era da produção mecanizada, tornou a produção mais eficiente, abriu caminho para um processo de amplo desenvolvimento, sem paralelo na história da humanidade, e representou um golpe definitivo no sistema feudal. Substituindo o sistema feudal e o capitalismo comercial, que durante alguns séculos coexistiram, surgiu o capitalismo liberal, também chamado de capitalismo manchesteriano. No campo econômico, esse capitalismo, fruto da Primeira Revolução Industrial, caracterizava-se pela baixa produtividade, quando comparada com os atuais padrões; no campo social, tínhamos a urbanização, a proletarização das famílias camponesas e o surgimento de uma classe de empresários industriais como as principais características; no campo político, a ideologia do liberalismo, o acirramento das tensões sociais, o início da organização dos trabalhadores em sindicatos e a ideologia liberal e individualista definiam esse capitalismo do século XIX. “Este quadro do capitalismo, que foi o conhecido por Marx, e que permaneceu... como o modelo abstrato sobre o qual recaem as críticas do socialismo, experimentou, a partir dos fins do século XIX e, particularmente, depois da Primeira Guerra Mundial, profunda transformação...”⁶⁹ Tivemos então a

(69) Hélio Jaguaribe, *op. cit.*, pp. 82-83.

Segunda Revolução Industrial, que teve seu centro não mais na Inglaterra, mas nos Estados Unidos.

Se a análise da Primeira Revolução Industrial nos fornece os dados básicos para a compreensão do início e das primeiras conseqüências da industrialização brasileira, a Segunda Revolução Industrial ajuda-nos a compreender a evolução dos acontecimentos na parte final desse período de trinta e dois anos — 30 a 61 —, que estamos analisando nesses primeiros capítulos. Na verdade, a Revolução Industrial Brasileira, ocorrida nesse período, cento e cinquenta anos depois da inglesa, reuniu as características das duas revoluções industriais mundiais. O uso da eletricidade para fins comerciais, o motor de combustão interna, as ondas eletromagnéticas, as descobertas de aplicações industriais no campo da Química, com o petróleo e seus derivados, e as técnicas de produção em massa marcam o início da Segunda Revolução Industrial nos Estados Unidos. O desenvolvimento de grandes empresas, o crescimento do padrão de vida, o crescimento da classe média, o relativo aumento da mobilidade social, estão entre suas conseqüências mais notáveis. “A transformação foi tão grande que, em retrospecto, a fábrica típica de 1910 parece estar mais próxima de sua avó, a oficina do artesão dos dias anteriores ao descobrimento da máquina a vapor, do que de sua filha, a moderna fábrica de produção em massa.”⁷⁰

No campo social, a emergência e o extraordinário crescimento da nova classe média representam a grande transformação social trazida pela Segunda Revolução Industrial. A classe média tradicional nos países hoje industrializados — constituída fundamentalmente de pequenos comerciantes e pequenos proprietários rurais, além dos profissionais liberais e dos empregados no comércio, nos serviços públicos e no Governo — começou a perder sua importância, quando comparada com a nova classe de empregados de nível médio que surgiu, servindo direta ou indiretamente as grandes empresas industriais. “Negativamente, a transformação da classe média é uma mudança da situação de propriedade para a de não-propriedade; positivamente, é uma mudança da situação de propriedade para um novo eixo de estratificação: o emprego.”⁷¹

(70) Peter F. Drucker, *The New Society*, Harper & Brothers, 1949, Nova Iorque, p. 2.

(71) C. Wright Mills, *White Collar*, Oxford University Press, 1953, Nova Iorque, p. 65.

Superposição de fases no processo social brasileiro

O rápido desenvolvimento social brasileiro ocorrido nessas três décadas caracterizou-se pela superposição de fases e pelo conseqüente hibridismo de sua estrutura e instituições sociais. Este fato pode ser explicado por dois fatores. De um lado, temos a própria rapidez do desenvolvimento social, dificultando a delineação mais precisa das fases do processo social. De outro lado, temos que o principal fator dinâmico do desenvolvimento social — ou seja, o desenvolvimento econômico e tecnológico — ocorreu no Brasil de forma derivada e não originária. Não tivemos, ao contrário dos Estados Unidos ou da Inglaterra, que desenvolver paulatinamente nossa tecnologia. Com o início da nossa Revolução Industrial, foi-nos possível importar imediatamente as técnicas de produção as mais avançadas. Resultou daí que as fases históricas do desenvolvimento econômico e social capitalista — o período pré-capitalista, o capitalismo comercial, o capitalismo industrial manchesteriano e o capitalismo moderno da produção em massa que vai rapidamente sendo automatizada —, através das quais o Brasil deveria passar, encontram-se freqüentemente superpostas. Assim dentro da mesma comunidade, no seio da mesma organização, encontramos vestígio de um sistema pré-industrial, semifeudal e escravocrata, ao lado de características do capitalismo manchesteriano, e do capitalismo moderno que surge após a Segunda Revolução Industrial. Estas características, que estão sempre em conflito, porque incompatíveis e contraditórias, podem ser observadas no sistema tecnológico, na estrutura social, no sistema de valores e crenças, nas ideologias. O resultado é uma situação híbrida, constantemente presente no sistema social brasileiro, na economia, na política, nas manifestações culturais e organizações burocráticas.

Um dos setores onde esse hibridismo pode ser encontrado mais facilmente é nas empresas. Ele pode ser observado, por exemplo, no sistema de produção. É comum encontrarmos lado a lado em uma empresa as mais modernas máquinas e os mais antiquados sistemas de administração. Uma contradição típica é a da pequena ou média empresa familiar, fechada, paternalista, trabalhando a um nível de produtividade relativamente baixo, devido principalmente à sua má administração, mas usando técnicas modernas, a última palavra em equipamentos produzidos nos grandes países industriais, e dedicando-se à produção de bens que, nos grandes países industrializados, só começaram a ser produzidos depois da

Segunda Revolução Industrial, como os produtos de plástico e de borracha, os eletrodomésticos, os produtos eletrônicos, as peças para automóveis, etc.

Administradores e a classe média

A classe média e particularmente os técnicos e administradores profissionais de nível médio, que irão se constituir em uma das partes mais representativas da nova classe média — a tecnocracia — só surgiram com grande evidência nos países industrializados com a Segunda Revolução Industrial, enquanto os empresários industriais e os operários emergem no cenário social a partir da Primeira Revolução Industrial. No Brasil, com a superposição em um período de ambas as revoluções industriais, o resultado foi um crescimento acelerado da classe média, e particularmente dos administradores de nível médio e dos técnicos.

Vimos que o grande desenvolvimento da nova classe média representa a grande transformação social provocada pela Segunda Revolução Industrial. Segundo Wright Mills, em 1870 a força de trabalho nos Estados Unidos era constituída de três estratos básicos: a classe média tradicional, com 33% da força de trabalho; a nova classe média, com apenas 6%; e os trabalhadores assalariados, com 61%. Em 40, após a Segunda Revolução Industrial, este quadro havia mudado radicalmente. A classe média tradicional comparecia com 20% da força de trabalho; a nova classe média passara a representar 25%; e os trabalhadores assalariados baixaram sua participação para 55%.⁷²

Tanto nos Estados Unidos, originariamente, quanto no Brasil nos últimos anos, o crescimento da classe média e do número de administradores profissionais de nível médio resultou fundamentalmente das técnicas de produção em massa, do extraordinário aumento da produtividade, do início de automação já ocorrido, todos estes fatores ligados ao aparecimento de enormes empresas e organizações estatais de caráter burocrático.

Com o desenvolvimento das organizações burocráticas — entendidas estas no sentido weberiano, como sistemas sociais racionais, formais e impessoais, administrados segundo critérios de efi-

(72) *Op. cit.*, p. 63.

ciência por administradores profissionais — a expansão da classe média tornou-se uma necessidade fundamental. Podemos, portanto, afirmar que o desenvolvimento da classe média ocorreu devido principalmente ao crescimento em número e tamanho das grandes organizações burocráticas públicas e privadas. Estas, por sua vez, constituíram-se na conseqüência mais importante, no campo das instituições sociais, da Segunda Revolução Industrial. Sem dúvida, antes desta já existiam organizações burocráticas. Os faraós possuíam uma complexa organização burocrática para controlar a distribuição das águas do rio Nilo. Mas foi só com as técnicas de produção em massa, com o petróleo, o motor de combustão interna, os plásticos, a grande indústria petroquímica, a indústria automobilística, os eletrodomésticos, todos fenômenos definidores da Segunda Revolução Industrial, que as organizações burocráticas se tornaram um fenômeno dominante, por se constituírem o único modelo eficiente de ordenação e administração dos grandes sistemas sociais de produção em que as empresas se viram obrigadas a transformar-se.

E, quando isto ocorreu, o crescimento acelerado da classe média tornava-se uma imposição, não só porque, por definição, as organizações burocráticas são dirigidas por administradores profissionais, porém, mais especificamente, devido à maior importância que ganharam as atividades de coordenação. Com este fato, a necessidade de um maior número de administradores de nível médio tornou-se premente. Suas funções são essencialmente funções de coordenação. Eles são “os homens da organização” a respeito dos quais William H. Whyte Jr. fala em seu livro.⁷³ São os administradores de linha e os assessores que, nas grandes organizações, estabelecem uma ponte entre a administração de cúpula e os operários e funcionários de escritórios inferiores, seja dedicando-se diretamente às tarefas de produção, seja trabalhando em setores auxiliares como as relações industriais, o controle de produção, o controle de qualidade, o controle de estoque, as compras, os transportes, os estudos de tempo e movimento, as pesquisas de produto, o desenho de ferramentas e produtos, a manutenção, o planejamento financeiro, a contabilidade, o controle de custos, etc. Taylor foi seu profeta. Em 1911, descrevendo as principais características da administração científica, escreveu ele: “Há uma divisão

(73) Cf. William H. Whyte Jr., *The Organization Man*, Doubleday, 1956, Nova Iorque.

quase igual do trabalho e da responsabilidade entre a administração e o operário... Sob a administração de 'iniciativa e incentivo' praticamente todo o problema ficava afeto ao operário, enquanto sob a administração científica a metade do problema fica afeta à administração".⁷⁴ Para cada unidade de trabalho do operário, portanto, Taylor já considerava necessária uma correspondente unidade de trabalho da administração. Estabelecia-se, assim, a base teórica para o surgimento dos administradores de nível médio, que no Brasil, como nos Estados Unidos, iriam constituir-se na base da nova e cada vez maior classe média.

Além dos administradores de nível médio, outro grupo de classe média que surgiria com grande evidência, em todos os países que realizaram sua Segunda Revolução Industrial, é o grupo dos vendedores e de todo o pessoal que realiza as funções de mercadização nas grandes empresas modernas. Um dos resultados da Segunda Revolução Industrial nos países capitalistas foi aumentar de tal forma a eficiência da produção, em um ritmo tão mais rápido do que o processo de distribuição da renda, que as empresas e a economia como um todo ficaram diante do grande problema do excedente de produção. Necessidades continuavam a existir, desde que mesmo uma sociedade imensamente rica como a norte-americana está longe de haver atingido a fase da abundância. Entretanto, uma distribuição desigual da renda impedia que tudo o que fosse ou pudesse ser produzido fosse consumido. Resolver o problema promovendo melhor distribuição da renda só era possível parcialmente, em um processo lento, tímido, já que os interesses em jogo eram muito poderosos. Além disso, as reformas que seriam necessárias teriam tal profundidade, atingiriam de tal forma a estrutura da sociedade, que seriam provavelmente incompatíveis com o sistema capitalista vigente. Duas outras soluções, portanto, tiveram que ser encontradas. Do lado do Governo, as despesas militares e mais recentemente as despesas espaciais constituíram-se em uma válvula de escape eficaz; do lado das empresas, a orientação mercadológica, a importância crescente dada às vendas, o crescimento dos departamentos de vendas, de propaganda, de pesquisas de mercado, de promoções de vendas, foram a solução encontrada. Não importa discutir aqui se estas soluções foram adequadas ou não. No momento basta-nos salientar que, como resultado delas, e especial-

(74) Frederic W. Taylor, *The Principles of Scientific Management*, Harper, Nova Iorque, pp. 37-38. Primeira edição: 1911.

mente da encontrada pelas empresas, novas e imensas oportunidades de emprego foram criadas para pessoal de nível médio, para vendedores, pesquisadores de mercado, homens de propaganda de todos os tipos, assessores mercadológicos, além, é claro, dos próprios administradores mercadológicos — todos eles procurando levar o consumidor a comprar mais, permitindo a suas empresas alcançar maior participação no mercado.

A Segunda Revolução Industrial e o conseqüente surgimento, de forma dominante, das grandes organizações burocráticas públicas e privadas tiveram, como resultado, uma extraordinária necessidade de pessoal de nível médio, de administradores para realizar as funções de coordenação, de técnicos, e de vendedores e pessoal correlato para se encarregar das funções de mercadização. Em uma sociedade como a norte-americana, em que o desenvolvimento econômico e social ocorreu mais ordenadamente, esta necessidade pôde ser atendida de forma mais ou menos normal. No Brasil, porém, cujo desenvolvimento tem-se caracterizado pela superposição de fases, a necessidade desse pessoal de nível médio, especialmente dos administradores e técnicos, surgiu muito abruptamente. Resultou daí uma grande falta de pessoal de nível médio tecnicamente capacitado para participar das grandes organizações que surgiam, dada a inexistência de instituições adequadas para realizar seu treinamento.

Na verdade, a grande maioria do pessoal de nível médio das empresas brasileiras e do Governo formou-se no próprio trabalho. Entre eles, apenas alguns possuem educação superior. Muitos deles, porém, formaram-se em faculdades de Direito, de modo que o que aprenderam pouca relação tem com o que executam nas empresas. Este excesso de bacharéis em Direito explica-se historicamente. Desde o século passado, quando foram fundadas, as faculdades de Direito tinham como função educar filhos da classe alta e da classe média superior que não tinham uma vocação especial, mas desejavam obter um diploma superior e o decorrente título de “doutor”. Até hoje tais escolas continuam com esta função básica, de forma que um grande número de bacharéis em Direito, não encontrando oportunidade para praticar a advocacia, encaminha-se para as empresas.

Aos poucos, porém, este problema vai sendo resolvido, com o desenvolvimento das escolas de Engenharia, Economia e Administração de Empresas. As primeiras, há trinta anos passados, formavam em sua grande maioria engenheiros civis, que iriam trabalhar

por conta própria. Hoje a maioria dos formandos são engenheiros mecânicos, eletricitas, químicos, etc., que se destinam às empresas e ao Governo. As escolas de Economia e Contabilidade são relativamente novas no Brasil, e vieram atender às necessidades de pessoal de nível médio nas empresas e no Governo. Finalmente, as escolas de Administração de Empresas, recentemente surgidas, sob a liderança da Fundação Getúlio Vargas, constituíram-se a resposta mais específica a essa necessidade de formar administradores profissionais competentes no Brasil.

Tecnocracia

Os administradores profissionais e os técnicos, na medida em que assumem poder dentro das organizações burocráticas, transformam-se em uma tecnocracia (ou em uma *tecnoestrutura*, se preferimos a terminologia usada por Galbraith em *O Novo Estado Industrial*). O desenvolvimento social brasileiro, a partir de 1930, marca ao mesmo tempo a formação de poderosas organizações burocráticas públicas e privadas no Brasil e o surgimento de um grupo tecnocrático dentro do setor que estamos chamando de nova classe média.

Um fato que é importante salientar, porém, é que, ao contrário do que aconteceu na maioria senão em todos os demais países capitalistas, os técnicos e administradores profissionais do setor público transformaram-se em verdadeira tecnocracia — isto é, assumiram uma parte considerável do poder decisório — muito antes do que no setor privado. Na verdade, pesquisa que realizamos sobre a *mobilidade e carreira dos dirigentes das Empresas Paulistas — sua burocratização e democratização de capital*, publicada em *Empresários e Administradores no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1974, demonstrou claramente que o poder dos administradores profissionais nas empresas brasileiras, embora venha crescendo, ainda é muito reduzido. A quase totalidade das empresas brasileiras ainda estão sob total e direto controle de seus proprietários.

Em contrapartida, no setor público, a tecnocracia teve um grande desenvolvimento. Além de administradores profissionais com as mais variadas origens, formaram-se, principalmente no Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda, na Fundação Getúlio Vargas e nas Universidades, grupos de técnicos, particularmente de economistas, cujo poder iria crescendo à medida em que o Governo perdia

suas características de Estado Liberal e, mal ou bem, assumia suas novas funções de planejar e promover o desenvolvimento econômico, de redistribuir a renda e garantir um mínimo de justiça social, de educar e promover o desenvolvimento da ciência, de proteger os menores, as mulheres e os velhos. Nesse momento em que o Estado abandonava seu mero papel de polícia, para intervir diretamente em todos os setores da sociedade, foi necessário que se formassem grandes organizações burocráticas de caráter estatal ou semi-estatal. E nessas organizações vão surgir com um imenso poder os tecnocratas que, depois da Revolução de 1964, passariam a partilhar o controle global da sociedade brasileira com os militares.

Conclusão

A primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, a decolagem de seu desenvolvimento, ocorrida entre 30 e 61, foi portanto caracterizada por profundas transformações na própria estrutura social brasileira. Na classe baixa, surgiram operários como um grupo política e socialmente significativo; na classe alta, tivemos a emergência dos empresários industriais, cuja atuação, especialmente a atuação política, examinaremos no próximo capítulo; finalmente, na classe média, tivemos um grande crescimento, integração no processo produtivo e diversificação. Este crescimento da classe média, e mais especificamente da nova classe média, resultou do surgimento das grandes organizações burocráticas, públicas e privadas, cujas funções deviam ser coordenadas. Estas grandes organizações, produto típico do que podemos chamar de Segunda Revolução Industrial, criaram oportunidade para o surgimento de grande número de funções de nível médio, que iriam constituir-se a base da nova classe média.

A superposição, todavia, em um curto espaço de tempo, da Primeira e da Segunda Revolução Industrial provocou uma falta de administradores de nível médio. Por isso é de se prever que, a continuar o processo de desenvolvimento brasileiro, a classe média, e dentro dela os técnicos e administradores profissionais de nível médio, será o grupo social que maior desenvolvimento deverá apresentar.

Por outro lado, à medida em que estes técnicos (principalmente economistas e engenheiros) e administradores profissionais vão assumindo o controle das organizações burocráticas a que per-

tencem, vão se transformando em tecnocratas. A legitimidade do poder, na tecnocracia, é o conhecimento técnico, da mesma forma que a legitimidade do poder, no sistema capitalista, está na posse do capital, e, no sistema feudal, no domínio da terra. Com o extraordinário desenvolvimento tecnológico que o mundo vem conhecendo, porém, o fator de produção escassa vai deixando de ser a terra ou o capital para ser o conhecimento técnico. Neste momento surgem os tecnocratas. Esse desenvolvimento tecnológico, além de ocorrer no campo das ciências físico-matemáticas, tem lugar também no campo das ciências sociais, e particularmente no campo da Economia. Este fato dá ao homem uma possibilidade de controle social, através do Estado, que ele jamais teve. Ora, o homem dificilmente perde a oportunidade de tentar controlar seu próprio destino e do mundo não só físico mas também social que o rodeia. E então, os técnicos vão sendo chamados de suas organizações burocráticas particulares para participar do controle global da sociedade. A tecnocracia, nesse momento, transcende o limite de suas organizações particulares, para vir partilhar diretamente do poder político. Este fenômeno ocorreu no Brasil, no setor público, muito antes que uma tecnocracia privada assumisse o poder nas organizações burocráticas privadas. A partir de 1964, principalmente, os tecnocratas passaram a partilhar, com os militares, o poder político e econômico no Brasil (principalmente este último), conforme veremos mais pormenorizadamente nos dois últimos capítulos deste livro.

CAPÍTULO IV

Desenvolvimento político e a crise da aliança populista⁷⁵

Se desejássemos compreender as linhas gerais da política brasileira, se partíssemos em busca de uma explicação para o processo político brasileiro, poderíamos adotar vários tipos de abordagem do problema. Poderíamos tentar uma abordagem personalista, explicando os acontecimentos políticos através da análise da personalidade de seus principais líderes. Outra alternativa seria a de uma abordagem estrutural. Buscaríamos então essa explicação através da análise da atual estrutura econômica e social do país. Focalizaríamos nossa atenção especialmente no exame dos interesses dos diversos grupos sócio-econômicos, e na análise das ideologias que expressam, em termos de valor, esses interesses. A abordagem estrutural poderia ser completada se a transformássemos em uma abordagem histórico-estrutural. Iríamos então procurar as causas básicas do processo político brasileiro em uma estrutura social e econômica vista em termos dinâmicos, na qual cada momento histórico poderia ser compreendido em termos do desenvolvimento histórico anterior.

Neste capítulo procuraremos analisar o processo político brasileiro recente através de uma abordagem histórico-estrutural. Não deixaremos, no entanto, a abordagem personalista totalmente esquecida. Na análise política a curto prazo, especialmente, ela é

(75) Este capítulo baseia-se em "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira" *Revista de Administração de Empresas*, nº 8, julho-setembro 1963), onde já examino os fatos históricos novos ocorridos nos anos cinquenta, os quais determinaram a crise da aliança da burguesia industrial com a esquerda.

absolutamente essencial. E mesmo nas análises a longo prazo, quando surgem indivíduos excepcionais que conseguem deixar a marca de sua personalidade na história, a abordagem personalista será essencial para completar a de caráter histórico-estrutural.

Definiremos inicialmente, em breves termos, o quadro geral no qual o processo histórico brasileiro se vem desenvolvendo desde 30. Trata-se da Revolução Nacional Brasileira. Examinaremos a seguir as principais lutas ideológicas que marcaram a primeira fase da Revolução Brasileira, e os principais grupos sócio-econômicos que estavam por trás dessas ideologias. Examinaremos em seguida a série de fatos novos que, no fim dos anos 50, vieram causar transformações estruturais na política brasileira, dando início ao que chamamos de a segunda fase da Revolução Brasileira. Veremos, então, a superação ou a transformação das ideologias em conflito, veremos também o processo de consolidação do poder da burguesia industrial no seio das classes produtoras e a emergência das esquerdas como uma força política autônoma. Finalmente, analisaremos os resultados mais recentes dessas transformações estruturais na política brasileira. Estudaremos então o processo de crescente radicalização que ocorreu no país desde as eleições presidenciais de 60, e o papel do alarmismo como instrumento a serviço do radicalismo da direita e da esquerda.

As lutas ideológicas

O quadro geral que nos permitirá compreender o processo político e social brasileiro dos últimos anos é o da Revolução Industrial Brasileira, ou seja, esse processo radical, embora pacífico, de transformação econômica, social, política e cultural por que passou o Brasil entre 30 e 61.

Durante a Revolução Nacional Brasileira, que vai estender-se até o fim dos anos 50, temos três lutas ideológicas fundamentais:

industrialismo	×	agriculturalismo
nacionalismo	×	cosmopolitismo
intervencionismo		
desenvolvimentista	×	liberalismo

A primeira luta ideológica, a do industrialismo contra o agriculturalismo, já era travada em meados do século XIX. Em torno da

tarifa protecionista de Alves Branco, por exemplo, travou-se longo debate a respeito. Mas a luta não tinha maior expressão, dada a fraqueza dos defensores do industrialismo. A aristocracia rural dominava o país, e foi bem naquela época que a produção e as exportações de café se transformaram no fenômeno dominante da economia brasileira, fortalecendo a posição política dos grandes fazendeiros e a ideologia do agriculturalismo. É só a partir dos anos 30, com a crise das exportações de café, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando já ocorrera um desenvolvimento industrial relativamente grande no país, que o industrialismo ganha força, e a disputa se torna realmente significativa dentro do quadro político brasileiro.

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, por muito tempo, se não indefinidamente, deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o Governo. E, além disso, não haveria nenhuma vantagem em o país industrializar-se. Nada impedia que a produtividade da agricultura fosse tão grande ou maior do que a da indústria. Na verdade, seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. E, neste ponto do debate o agriculturalismo oferecia o argumento que pretendia ser definitivo, cientificamente provado: a lei das vantagens comparativas do comércio internacional.

Já o industrialismo afirmava exatamente o oposto. O Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial. Talvez em termos teóricos abstratos fosse possível imaginar o Brasil um país altamente desenvolvido sem industrializar-se, mas em termos práticos isto seria impossível. A curto prazo, os custos de produção da indústria nacional poderiam ser altos, tornando necessária a proteção governamental, mas a longo prazo o problema se resolveria. E, em qualquer hipótese, mesmo que certos custos de produção industrial permanecessem permanentemente mais altos do que os verificados no exterior, ainda seria aconselhável proteger essas indústrias. Quando o Brasil estivesse em pé de igualdade com os países industrializados, desenvolvidos, então nos poderíamos guiar pela lei das vantagens comparativas. Nas relações de troca entre os países industrializados e os agrícolas, porém, a famosa lei de Ricardo não poderia ser aplicada. E a disputa entre o industrialismo e o agriculturalismo continuava nesses termos, constituindo-se um

interminável debate, a expressar os interesses em jogo, debate esse que teria seu desfecho no fim dos anos 50.

A segunda luta ideológica, a do nacionalismo contra o cosmopolitismo,⁷⁶ tem também origens no século passado. O nacionalismo, no entanto, confundia-se naquela época com o nativismo ou com o patriotismo. É só após o início da Revolução Industrial Brasileira, e particularmente é a partir dos anos 50, quando o processo de industrialização brasileira já deixava de ser um projeto para transformar-se em uma realidade, quando os empresários industriais já se constituíam um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, é a partir desse momento que a luta entre o nacionalismo e o cosmopolitismo eclode.

O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o intervencionismo. Sua tese central é a que o Brasil, que até 30 fora um país semicolonial inteiramente dominado pela aristocracia local, a qual estava aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava agora condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação.

Quais eram essas condições? Fundamentalmente, a industrialização que já vinha ocorrendo, e que agora deveria ser acelerada. Através da industrialização, o país não só deixaria sua situação de país exportador de produtos primários, não só se desenvolveria economicamente, mas surgiriam, entre os empresários industriais, a nova classe média e, eventualmente, entre os operários industriais, os quadros habilitados a dirigir o país de acordo com os interesses do povo brasileiro. Em outras palavras, a industrialização provocaria o que Celso Furtado chama de "a transferência dos centros de decisão"⁷⁷ de fora para dentro do país. Da mesma forma, a industrialização permitiria o desenvolvimento de uma cultura nacional autêntica, provocaria a diversificação da estrutura social do país, excluiria definitivamente a aristocracia rural do Governo do país. O nacionalismo, portanto, englobava o industrialismo, mas colocava uma ressalva: a industrialização deve ser realizada através de uma burguesia nacional. O desenvolvimento industrial através do investimento estrangeiro é de um modo geral considerado impossível

(76) Preferimos essa expressão, em lugar de "entreguismo", que possui uma conotação valorativa evidente. Hélio Jaguaribe já a usa em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro.

(77) Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1961, Rio de Janeiro, p. 243.

pelo nacionalismo. Mas mesmo que ele fosse possível, ainda assim seria desinteressante por razões de ordem política. Controlando a indústria nacional, o capitalismo internacional continuaria a dominar politicamente o país, que continuaria semicolonial. A diferença seria que esse domínio, ao invés de se exercer através da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, seria exercido diretamente.

O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar um país semicolonial, em uma verdadeira nação independente (o neutralismo de muitos dos nacionalistas seria uma decorrência desse projeto). A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo essa transformação. Restava saber como promover a industrialização do país. O industrialismo afirmava que o Brasil podia e devia industrializar-se. O intervencionismo desenvolvimentista nos diria como proteger a indústria nacional, promovendo seu desenvolvimento.

Contra o nacionalismo levanta-se o cosmopolitismo que, naturalmente, negava todas as teses da primeira ideologia a começar pela de que o Brasil era um país semicolonial. Negava-as formalmente, ou então simplesmente as ignorava. Ideologia tipicamente de defesa, que se completava com o agriculturalismo e o liberalismo, o cosmopolitismo não chegava a organizar perfeitamente suas idéias. Apenas em um ponto elas alcançavam um vigor e uma concatenação maiores. Referimo-nos ao momento em que defendiam o capital estrangeiro, que o nacionalismo mais exaltado (é claro que em todas essas ideologias há diversos graus de radicalismo) condenava quase totalmente. Esse era provavelmente o ponto mais vulnerável do nacionalismo. Ora, o cosmopolitismo, ao contrário do nacionalismo, partia de uma atitude de descrença em relação às potencialidades do Brasil. Afirmava, direta ou indiretamente, que as condições de clima e de raça não permitiam o desenvolvimento de uma grande civilização no Brasil, participando, portanto, do chamado "complexo de inferioridade colonial".

Coerente com essa linha de idéias, o cosmopolitismo negava qualquer possibilidade de o Brasil desenvolver-se economicamente com rapidez sem a participação de investimentos diretos estrangeiros. E, neste ponto, da mesma forma que o caso da lei das vantagens comparativas no comércio internacional, a teoria econômica ortodoxa lhe dava maior cobertura do que ao nacionalismo em geral e particularmente aos nacionalistas mais extremados. Era natural, portanto, que o cosmopolitismo quisesse concentrar a discussão

nesse ponto, deixando estrategicamente de lado a maioria das demais teses nacionalistas.

A terceira principal luta ideológica da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira foi a do intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo. O intervencionismo desenvolvimentista não deve ser confundido com o socialismo ou o comunismo. Trata-se de uma ideologia que, na forma pela qual foi apresentada e discutida no Brasil, não tem o caráter radical do comunismo. O intervencionismo desenvolvimentista é uma ideologia moderada, que funciona como um complemento do industrialismo e do nacionalismo. Tem como objeto a determinação dos meios através dos quais se deverá promover a industrialização brasileira. Sua tese fundamental é a de que a intervenção do Estado na economia é condição para um desenvolvimento econômico rápido. Sem essa intervenção, deixando-se a economia ao sabor das leis do mercado, como quer o liberalismo, ou a economia permaneceria estagnada ou se desenvolveria a uma taxa muito pequena. É certo que alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, haviam-se desenvolvido sem maior intervenção do Estado, mas esses países constituíam exceção, havendo-se beneficiado de uma conjugação extremamente feliz de recursos naturais e humanos, aos quais se somava uma situação de mercado interno e internacional particularmente favorável. Outros países capitalistas, como a França, a Alemanha, o Japão, só havia conseguido desenvolver-se graças a uma intervenção maior do Estado. No Brasil, em meados do século XX, não se verificava aquela conjugação de fatores favoráveis. Por outro lado, as técnicas de planejamento, de administração racional de uma economia, haviam-se aperfeiçoado grandemente, graças ao desenvolvimento da teoria econômica e das técnicas de elaboração da contabilidade nacional. Deveria, portanto, caber ao Estado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país, devendo seu esforço dirigir-se particularmente no sentido da proteção e do estímulo à indústria nacional.

A intervenção do Estado deveria ser exercida através de duas formas que se complementaríamos: através do planejamento econômico e dos investimentos diretos. O planejamento econômico, usando da política fiscal, monetária, creditícia, cambial (esta última seria a que mais polêmicas levantou), deveria racionalizar o processo de investimento público e privado, através de um bem equilibrado sistema de estímulos aos investimentos considerados mais ou menos interessantes para o desenvolvimento do país. Através de investi-

mentos diretos, o Estado deveria controlar certos setores básicos da economia, como os serviços públicos, os transportes, a indústria do petróleo, do aço, a petroquímica, seja em caráter monopolístico, seja em concorrência com a iniciativa privada. Esses investimentos diretos seriam necessários, segundo o intervencionismo desenvolvimentista, não só devido à impossibilidade de a iniciativa particular realizar os investimentos necessários nesses setores, como também porque, sem o controle por parte do Estado desses setores, planejamento econômico tornar-se-ia quase impraticável.

Contra o intervencionismo desenvolvimentista levantava-se o liberalismo. Não é preciso lembrar aqui as teses fundamentais dessa ideologia nascida na Europa para dar cobertura valorativa à emergência da burguesia como classe dominante e, em seguida, transplantada para o Brasil. O único aspecto curioso a observar é o seguinte: enquanto na Europa o liberalismo constituiu-se uma ideologia essencialmente burguesa, um instrumento de luta dos comerciantes e industriais contra os privilégios concedidos à aristocracia de base rural, no Brasil ocorreu o oposto, transformando-se o liberalismo em uma arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Tal fato pode parecer paradoxal, mas, na verdade, é perfeitamente compreensível. Embora tipicamente burguês, o liberalismo não era, necessariamente, uma ideologia a serviço apenas da burguesia. Em seu aspecto puramente econômico, o liberalismo afirmava a superioridade da economia de mercado, regulada pelo mecanismo de preços, sobre qualquer outro sistema que importasse em intervenção do Estado na economia. Não deveria haver qualquer tipo de proteção a quem quer que fosse. Era preciso deixar à concorrência a tarefa de controlar o sistema econômico, punindo os menos eficientes. Ora, colocado nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma daqueles grupos, daqueles setores da economia que a curto prazo fossem mais eficientes e tivessem condições para concorrer tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Dessa forma, enquanto na Europa os mais capazes de competir, os mais eficientes, eram os industriais e comerciantes burgueses que então surgiam, no Brasil, a curto prazo, apenas as culturas agrícolas tropicais e semitropicais tinham condições de concorrer nos termos propostos pelo liberalismo. O liberalismo transformava-se, assim, em uma arma ideológica dos grandes fazendeiros e do alto comércio importador e exportador brasileiro, ideologia essa que se vai opor em termos práticos à emergência de uma classe de empresários industriais no Brasil. E então, desde o começo

do século passado, quando D. João VI se propõe a proteger e incentivar, ainda que timidamente, o desenvolvimento industrial do país, vemos surgirem críticas acerbas, que vão todas se inspirar no credo liberal.

Os grupos socioeconômicos e a luta ideológica

Feita esta análise sucinta das três principais lutas ideológicas que marcaram a Revolução Nacional Brasileira, não é difícil descobrir quais os grupos sócio-econômicos que estavam por trás das mesmas. O industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista eram claramente a expressão política dos novos grupos sociais que surgiam. Na medida, no entanto, em que a Revolução Nacional Brasileira tinha toda a sua ênfase colocada no processo de industrialização, elas eram, antes de mais nada, representativas dos interesses da classe emergente dos empresários industriais. Isso é evidente em relação ao industrialismo. Essa ideologia vinha atender diretamente às necessidades dos empresários industriais brasileiros.

Da mesma forma, o nacionalismo, que alcançou sua maior repercussão nos anos 50, caracterizou-se essencialmente como uma ideologia burguesa. É certo que o nacionalismo dos industriais era moderado. Mais do que isso, tinha objetivos mais restritos do que o nacionalismo mais exaltado de certos grupos de esquerda. Sob muitos aspectos, esse nacionalismo quase que se identifica com o industrialismo. O industrial era nacionalista na medida em que se tratasse de proteger sua empresa contra a concorrência seja de produtos importados, seja de produtos fabricados no Brasil por empresas estrangeiras. Vimos que a tese central do nacionalismo era a de que o Brasil só superaria sua fase semicolonial através da criação de uma indústria nacional. Com isso, concordava a maioria dos empresários industriais brasileiros. Assim, quando se tratava de dar proteção cambial ou tarifária à indústria nacional, de conceder facilidades especiais na importação de equipamento, de transferir a renda da agricultura de exportação para a indústria, de se impedir a entrada no país de certas empresas estrangeiras, nesses momentos os empresários industriais se identificavam com a teses nacionalistas. O nacionalismo estava posto diretamente a seu serviço. Interessavam-se menos, porém, quando se falava em controle das remessas

de lucros, *royalties* ou, então, na nacionalização de empresas estrangeiras já aqui instaladas.

O apoio dos empresários industriais ao intervencionismo desenvolvimentista decorre naturalmente do que acabou de ser dito. Todas as medidas de proteção preconizadas pelo nacionalismo só poderiam ser efetivadas através da intervenção do Estado. Além disso, os industriais verificavam que para o desenvolvimento de suas próprias indústrias seria necessário que o Estado investisse diretamente em certos setores da economia, como o do aço por exemplo.

A defesa das três ideologias contrárias, do agriculturalismo, do cosmopolitismo e do liberalismo, ficava, naturalmente, a cargo da classe média tradicional e, mais particularmente, da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial vinha pôr em jogo o domínio tranqüilo sobre o país, que a aristocracia rural e o alto comércio vinham exercendo desde a Independência, em perfeita consonância com os interesses dos países industrializados e sob a égide do liberalismo econômico. A esses países interessava manter o país como uma economia complementar, de base agrícola. Esse mesmo objetivo era compartilhado pela velha classe dominante brasileira, que via na industrialização uma ameaça a suas posições. É certo que a industrialização beneficiaria a agricultura, mas o setor beneficiado seria o da produção de produtos agrícolas de consumo interno, enquanto a velha classe dominante brasileira estava toda ela ligada à produção e à comercialização de produtos de exportação. Ora, o mercado exterior não seria aumentado de forma significativa com a industrialização, já que o objetivo principal do desenvolvimento industrial brasileiro era substituir importações. Por outro lado, a velha aristocracia brasileira, que sofrera um rude golpe político com a Revolução de 30, percebera claramente que o desenvolvimento industrial só ocorreria no país com a proteção do Governo. Ora, qualquer tipo de proteção importaria, imediatamente, em um processo de transferência de renda em benefício da indústria e provavelmente em prejuízo da agricultura de exportação. Esse foi o caso, por exemplo, do "confisco cambial".

Vemos, portanto, que a aristocracia rural e o alto comércio exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados tinham uma série de razões para defender o agriculturalismo, o cosmopolitismo e o liberalismo: sua posição política e social ficaria ameaçada com a emergência de um novo grupo sócio-econô-

mico, o dos empresários industriais; a industrialização não aumentaria os mercados para os produtos de exportação; a importação de produtos manufaturados tradicionais seria suspensa ou reduzida grandemente; e a proteção que o Governo daria à indústria importaria em transferência de renda com prejuízo da agricultura tradicional de exportação.

O papel das esquerdas

As lutas políticas que se travaram a partir de 30 até o Governo Juscelino Kubitschek, ou seja, durante a Revolução Nacional Brasileira, têm, portanto, como principais interessados: de um lado, a classe de empresários industriais; de outro, a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo. Tínhamos, pois, uma luta entre dois grupos pertencentes à classe alta. De um lado, a nova burguesia, a nova classe capitalista de empresários industriais, cujas origens poderiam ser encontradas nos diversos escalões da classe média; de outro, a velha oligarquia agrário-comercial, os “paulistas de 400 anos” ligados ao café, em São Paulo, os senhores de engenho, no Nordeste, enfim, todos aqueles elementos incluídos na chamada aristocracia rural brasileira.

Pergunta-se, então: qual o papel dos demais grupos sócio-econômicos no debate político? Mais particularmente, qual o papel dos grupos de esquerda? A luta se travava entre dois grupos sócio-econômicos que geralmente pertencem às forças de centro ou de direita dentro do processo político. Estaria, então, a esquerda, estariam os operários mais politizados, os estudantes, os militares e os intelectuais de esquerda alienados da grande batalha política da Revolução Nacional Brasileira?

Antes de responder a essa pergunta é preciso saber, em primeiro lugar, o que entendemos por esquerda. Neste livro, incluiremos na esquerda aqueles grupos políticos que visam, através de reformas ou da revolução, paulatinamente ou radicalmente, a instaurar no país um sistema socialista qualquer, em que, pelo menos nos setores básicos da economia, a propriedade privada seja substituída por um sistema de propriedade coletiva ou estatal. Esta é uma definição bastante flexível, de forma a incluir na esquerda e, por oposição, na direita toda uma gama de idéias e objetivos políticos.

Em segundo lugar, é preciso saber desde quando a esquerda, entendida nesses termos, pode ser considerada uma realidade política significativa dentro do Brasil.

Acreditamos que as esquerdas só começam a surgir no Brasil como uma realidade política significativa a partir do início da Revolução Nacionalista Brasileira e, particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, certamente, já havia esquerda no Brasil, já existiam organizações socialistas, comunistas, trabalhistas. Em outras palavras, tínhamos desde grupos de esquerda os mais moderados até os mais radicais. Mas não eram grupos políticos significativos. Restringiam-se, geralmente, a um grupo pequeno de intelectuais e, eventualmente, de alguns líderes sem maior expressão. Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira. Em 35, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro tentou atingir o poder através de um golpe, não através de uma revolução em que o povo estivesse envolvido. Predizivelmente, a tentativa falhou, demonstrando a falta de representatividade política dessa corrente radical da esquerda.

Após a Segunda Guerra Mundial, porém, uma esquerda mais autêntica, mais representativa das aspirações de certos setores da população começa a surgir. O comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país. Contraditório, orientado de fora do país, jamais consegue transformar-se em uma força política ponderável dentro do Brasil. Grupos de esquerda mais moderados, porém, começam a se constituir força política dentro do Brasil. Em todos os partidos, e particularmente no Partido Trabalhista Brasileiro, surgem grupos de esquerda. No Congresso, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista. O controle de grande número de organizações estudantis e sindicais passa para a esquerda. Enfim, nos anos 50 já se podia afirmar a existência no Brasil de uma esquerda com significativa expressão política.

Mas quais eram os objetivos políticos, quais eram as ideologias das esquerdas nessa época?

Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil a curto prazo em um país socialista? Não. Esse objetivo era afastado pela grande maioria, por ser considerado impraticável. O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no Brasil. Existiam, mas em estado latente. Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda

eram as mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais.

É certo que o nacionalismo da esquerda era mais radical do que o dos empresários industriais. Alguns grupos de esquerda chegavam, por exemplo, a negar a utilidade de todo e qualquer investimento estrangeiro no país, e a recomendar a nacionalização de quase todas as empresas estrangeiras aqui instaladas. Tais idéias não foram partilhadas pelos industriais, assim como por grupos nacionalistas menos exaltados. O intervencionismo desenvolvimentista, que era moderado entre os industriais, era bem mais radical entre certos setores esquerdistas. Apenas em relação ao industrialismo havia plena identidade entre os objetivos da esquerda e da burguesia industrial.

Mas, se havia divergências, estas, pelo menos entre os empresários industriais e os elementos de esquerda mais representativos, eram divergências menores. Muito mais importante do que as possíveis divergências era a identidade de pontos de vista na luta comum contra o cosmopolitismo, o agriculturalismo e o liberalismo. E assim não é de causar surpresa que um grupo de intelectuais de esquerda como o chamado "grupo de Itatiaia", que publicaria de 53 a 56 os "Cadernos de Nosso Tempo", e depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), viesse a se transformar, em grande parte, em ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto.⁷⁸ Não é de espantar também que o PTB, que, mal ou bem, era a manifestação política das esquerdas, se aliasse ao Partido Social Democrático, no qual, entre muitos outros, estavam representados os interesses de boa parte da burguesia industrial brasileira.

Ora, que conclusão tirar dessa identidade de ideologias entre as esquerdas e a classe de empresários industriais? Já vimos que, em seu cerne, o nacionalismo brasileiro dos anos 50 era uma ideologia essencialmente burguesa. Na verdade, o nacionalismo, que era a ideologia básica, e o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista, que funcionavam como meios de realização dos objetivos

(78) Este fato ficou particularmente patente em relação a um dos mais brilhantes representantes do grupo, Hélio Jaguaribe. A respeito ver Simon Schwartzman, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", estudo crítico, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, março de 1963, vol. III, nº 1. Em fins dos anos 50, esse grupo entraria em desagregação, talvez como um reflexo das transformações estruturais a que nos vamos referir logo adiante, e o ISEB passaria para o controle de grupos mais radicais resultando daí seu fechamento pela Revolução de 1964.

do nacionalismo, eram ideologias a serviço, antes de mais nada, da burguesia industrial emergente. O objetivo geral a que se proponha o processo geral de transformação que chamamos de Revolução Nacional Brasileira era, naquela época, o de fazer do Brasil uma verdadeira nação independente. A industrialização, a ser realizada pelos empresários industriais, com o auxílio do Governo, seria o meio por excelência de se atingir aquele objetivo. O grupo sócio-econômico mais beneficiado pela Revolução Nacional Brasileira era portanto o dos empresários industriais.

A conclusão importante a ser tirada deste fato é que o papel da esquerda, na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira, era o de força política auxiliar da burguesia industrial. Em outras palavras, a esquerda, que estava naquela época ganhando expressão política, não alcançara ainda autonomia política. Adotando as mesmas ideologias que os empresários industriais, transforma-se em força política auxiliar dos mesmos.

Fatos novos provocam modificações estruturais

Era este, portanto, o esquema político que caracterizou a Revolução Nacional Brasileira: de um lado, as velhas forças que dominavam o Brasil desde sua Independência; de outro lado, a burguesia industrial, à qual se aliavam, às vezes explícita, às vezes tacitamente, os grupos de esquerda que surgiam à medida que a industrialização ganhava ímpeto. É claro que este é um esquema muito simplificado, um modelo simples para a compreensão de uma realidade muito mais complexa. Certamente havia muitos empresários industriais que não tomavam consciência da luta que travavam com a velha aristocracia rural. Da mesma forma, havia elementos da esquerda que não percebiam ou não queriam admitir o papel de força auxiliar da burguesia industrial que lhes fora atribuído. Mas essa aliança, cujas bases Getúlio Vargas estabelecera ainda em seu primeiro período de Governo, e que teve confirmação plena nas eleições presidenciais de 55, quando as esquerdas apoiaram um representante típico da burguesia industrial como o Sr. Juscelino Kubitschek, essa aliança — a tentativa de uma Frente Única — foi sem dúvida a característica política mais significativa da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira.

A partir das eleições presidenciais de 55, porém, uma série de fatos novos iria ocorrer, os quais provocariam modificações estrutu-

rais na política brasileira. Vejamos quais foram esses fatos e suas conseqüências mais diretas.

O primeiro e mais importante fato novo foi o da consolidação da industrialização brasileira. Durante o Governo Juscelino Kubitschek ocorreu um extraordinário desenvolvimento industrial no país. Hélio Jaguaribe, usando o modelo de Rostow, afirma que nesse período ocorreu a decolagem do desenvolvimento brasileiro.⁷⁹ Não concordamos. Essa decolagem, ou, se preferirmos uma terminologia mais tradicional, o início da Revolução Industrial Brasileira, da transformação acelerada do país em economia industrial, ocorrera nos anos 30 e particularmente nos anos 40. Nesses anos desenvolvemos nossa indústria de bens de consumo e estabelecemos os fundamentos de nossa indústria de base, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, por exemplo. Como vimos no Capítulo II, porém, é no Governo Kubitschek que se instala definitivamente no Brasil a indústria pesada, com a indústria automobilística, a indústria de equipamentos industriais, a indústria naval, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação da indústria petroquímica, com a construção de novas usinas siderúrgicas, etc. Em outras palavras, nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

A conseqüência mais direta deste fato novo é a vitória e a subseqüente perda de importância, como ideologia, do industrialismo. Depois de todos os grandes investimentos industriais realizados no transcorrer dos anos 50, especialmente em sua segunda metade, já não tinha mais sentido discutir se o Brasil poderia ou não, deveria ou não, tornar-se um país industrial. São Paulo já era Estado industrial. A realidade havia negado as velhas teses de que o Brasil não poderia industrializar-se, que nossas condições naturais e étnicas não nos permitiriam criar uma indústria poderosa, semelhante à existente nos países desenvolvidos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, cada vez ficava mais claro, mais indiscutível, que o desenvolvimento econômico não seria possível sem a industrialização, que a agricultura só atingiria altos níveis de produtividade se o país se industrializasse. Economistas, sociólogos, quase todos os cientistas sociais interessados no desenvolvimento econômico eram obrigados a chegar à mesma conclusão. Esses dois fatores, e principalmente o primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial

(79) Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Fundo de Cultura, 1962, Rio de Janeiro, p. 184.

brasileiro, tornaram o agriculturalismo anacrônico. Estava vencida a batalha para o industrialismo, que deixava de ser uma ideologia deste ou daquele grupo sócio-econômico, da esquerda ou da direita, para se transformar em uma idéia geralmente aceita no país.

Um segundo fato novo foi o da crise de superprodução de café. Este fato veio provocar outro sério abalo no sistema de poder da velha aristocracia rural. Dizemos outro sério abalo porque, desde 30, a agricultura de exportação e particularmente a agricultura do café vinha sofrendo uma série de reveses.

Com o café em crise, ao mesmo tempo em que se reduzia o poder dos grandes fazendeiros, crescia o dos empresários industriais. Por outro lado, o grande motivo de luta por parte dos grandes fazendeiros, o chamado "confisco cambial", através do qual o Governo transferia a renda da agricultura de exportação para os demais setores da economia, e particularmente para a indústria, com a crise de superprodução de café perdia importância. O confisco continuaria, mas seria em grande parte compensado pela compra dos excedentes, dentro da política de sustentação dos preços do café. Os grupos ligados ao café continuariam a protestar contra o confisco, mas sem a mesma energia, sem a mesma violência.

Esses dois fatos novos, somados, têm uma consequência de importância capital. O empresário industrial fortalecido com sua posição consolidada, a aristocracia rural e o alto comércio importador e exportador enfraquecidos, não havia mais razão para luta. O empresário industrial é finalmente aceito como membro da classe capitalista. E assume imediatamente uma posição de liderança, particularmente nas regiões mais industrializadas como São Paulo. Até há pouco, a burguesia industrial era uma classe em ascensão, usando de ideologias progressistas para facilitar sua subida ao poder. Agora, chegando ao topo, começa a abandonar as ideologias que levavam o processo social a um estado de contínua transformação. Aliando-se aos demais setores da classe capitalista, preocupa-se agora em conservar as vantagens conseguidas. Em outras palavras, os empresários industriais, que já não tinham no industrialismo uma ideologia avançada, progressista, para defender, começam a caminhar para a direita, rompendo a aliança com a débil esquerda.

Outra consequência da consolidação do desenvolvimento industrial e da crise do café é o início da perda de importância do nacionalismo dentro do cenário político brasileiro. Com o nacionalismo acontece algo semelhante ao sucedido ao industrialismo: tor-

nando-se ideologia vitoriosa, começa a perder sua força como instrumento político. A diferença é que, enquanto a vitória do industrialismo foi praticamente total, o mesmo não ocorreu com o nacionalismo, permitindo que o mesmo sobrevivesse como ideologia de luta. Com a consolidação da industrialização brasileira, que era a principal tese do nacionalismo, este começa a esvaziar-se. Ainda havia muito por realizar em matéria de industrialização, mas o arranque inicial já fora dado, a indústria já era um fato definitivo no Brasil.

O esvaziamento do nacionalismo se acentua com a aprovação da Lei de Tarifas pelo Congresso, em 58. Este é o terceiro fato novo que vem provocar modificações estruturais na política brasileira. Antes da Lei de Tarifas a proteção à indústria nacional era realizada através de instrumentos administrativos, como o sistema de licenças de importação, e de medidas cambiais, como os leilões de câmbios estabelecidos no Brasil com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Essas medidas de proteção eram instáveis, estavam sob constante ameaça de revogação por um simples ato administrativo do Governo. Sofriam, pois, constante ataque dos adversários de um sistema de proteção à indústria nacional. Com a aprovação da Lei de Tarifas, porém, o nacionalismo alcançava uma grande vitória. A proteção à indústria nacional deixava de ser algo eventual, provisório, instável. Agora uma lei, não um simples ato administrativo, assegurava o desenvolvimento industrial brasileiro. À medida, porém, que esta vitória era alcançada, à medida que os empresários industriais se tornavam seguros de suas posições adquiridas, perdia também maior razão de ser seu nacionalismo, pelo menos o nacionalismo como eles entendiam.

À aprovação da Lei de Tarifas adiciona-se um quarto fato novo, que afasta ainda mais os industriais do nacionalismo. Ao contrário dos fatos anteriores, porém, este não tem o efeito de também esvaziar o nacionalismo defendido pelos diversos grupos de esquerda. Pelo contrário, fortalece-o. Referimo-nos à Instrução 113 da SUMOC, que dá às empresas nacionais condições desvantajosas em relação às empresas estrangeiras no que diz respeito à entrada de equipamentos industriais no país. Este fato provoca, inicialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao desatendimento de suas reivindicações, muitos deles decidem pela solução mais fácil, que melhor atende a seus interesses econômicos: aliam-se às empresas estrangeiras que podem fazer entrar no país equipamentos sem cobertura cambial. Por outro lado, devido ao sistema de

proteção à indústria brasileira que fora organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com empresas estrangeiras somava-se, portanto, o interesse dessas empresas em entrar no Brasil. Vemos, então, ocorrer uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que empresas nacionais e estrangeiras se associavam. É claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se. O nacionalismo dos empresários industriais perdia vigor. Um novo nacionalismo, com características diferentes, começava a surgir, não mais para atender diretamente aos interesses da burguesia empresarial, mas como instrumento das esquerdas. Esse novo nacionalismo não teria o mesmo impacto que o primeiro. Sua ênfase principal passaria, da proteção à indústria nacional, ao combate às empresas estrangeiras instaladas ou por se instalar no país, do apoio à industrialização realizada por empresários nacionais à tese da nacionalização das empresas estrangeiras e ao controle das remessas de lucros, chegando os mais radicais a propor a total congelamento das remessas. Mas estamos nos adiantando. Examinemos os outros fatos novos que vêm provocar profundas modificações na política brasileira.

Em quinto lugar, temos o aumento de poder do sindicalismo durante os anos 50. É em 53 que temos a primeira greve dos marítimos. É também nos anos 50 que surge o primeiro acordo inter-sindical de importância no Brasil — o Pacto da Unidade Sindical. Surgiram, depois, muitos outros. Durante esse período o sindicalismo se organizava, abandonava a tutela governamental que o criara nos anos 30; o “peleguismo” perdia força, líderes mais autênticos, embora ainda representando uma pequena parcela dos operários da classe, assumiam o controle das organizações sindicais, tanto das regulamentadas quanto das não-regulamentadas por lei.

Esse aumento do poder das organizações sindicais, controladas em sua maioria por líderes com posições nitidamente de esquerda, havendo entre eles diversos líderes comunistas, tem duas conseqüências básicas. De um lado, aumentando o poder de reivindicação dos movimentos operários, leva os empresários industriais a caminhar mais em direção à direita, adotando uma atitude de resistência. De outro lado, tal fato aumenta a força das esquerdas, que passam a ter no movimento sindical um de seus pontos de apoio.

Em sexto lugar, verifica-se nos anos 50 uma aceleração no processo de participação política do povo brasileiro. Diz Guerreiro Ramos: “O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência de povo (...) como protagonista eminente do processo político”.⁸⁰ Durante toda a história pregressa do Brasil não podíamos falar na existência de um “povo”, ou seja, de uma parcela ponderável da população brasileira que participasse em termos mínimos do processo político do país. Nos primeiros tempos, antes da Independência e muitos anos depois desta, o controle político ficara a cargo de uma pequena classe dominante de senhores de terra em aliança com a metrópole portuguesa e mais tarde inglesa. Nos fins do século passado, com o desenvolvimento de um incipiente mercado interno e, depois da Guerra do Paraguai, com a crescente importância do Exército, começa a surgir a classe média como força política. Toma o poder com a Proclamação da República, perde-o logo em seguida, com a eleição de Prudente de Moraes, recupera-o mais tarde com a Revolução de 30. Depois disso, a velha classe dominante volta a partilhar do poder, mas da classe média emerge um novo setor da classe alta — o setor dos empresários industriais — e, de qualquer forma a partir de 30, a participação da classe média no processo político brasileiro e em seus postos de comando estava assegurada. O resto da população, os trabalhadores rurais, os operários, e mesmo grandes parcelas da classe média inferior permaneciam ainda, como no Império e na Primeira República, completamente alheios ao processo político. Com a Revolução Industrial Brasileira, porém, esta situação começa a mudar. A crescente importância dos operários industriais como grupo sócio-econômico, a difusão dos meios de comunicação em massa, particularmente do rádio, entre outros fatores, provocam um crescente interesse da população pelos destinos políticos do país. Os líderes populistas, que surgem especialmente no após-guerra, aproveitam-se desse clima de interesse para se elegerem. Observe-se, porém, que o populismo, apesar de seu caráter demagógico, já representava um progresso em relação à política de clientela, em que os “coronéis” manipulavam as eleições. Agora já era preciso convencer o eleitorado. E nas eleições de 60, como, mas em menor grau, já havia acontecido com as duas eleições presidenciais anteriores, pode-se observar uma manifestação clara da vontade popular. Depois dessas

(80) Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores, 1961, Rio de Janeiro, p. 42.

eleições, já era possível falar-se na existência de povo no Brasil. Pelo menos em relação às eleições para os cargos executivos e particularmente para a Presidência da República verificara-se uma dedicada participação da população no processo político.

Rompimento da aliança entre a esquerda e os empresários industriais

Em resumo, tivemos seis fatos novos da maior importância no cenário político brasileiro: a consolidação do desenvolvimento industrial; a crise de superprodução do café com a subsequente perda de importância da questão cambial, que servia de divisor de águas entre os interesses da indústria, de um lado, e da agricultura e do alto comércio, do outro; a aprovação da Lei de Tarifas, que viria proteger em termos estáveis a indústria nacional contra a importação de artigos estrangeiros; a Instrução 113 da SUMOC e o sistema de proteção tarifária, que levariam a um grande número de associações entre empresas nacionais e estrangeiras; o aumento do poder do sindicalismo através, principalmente, dos acordos intersindicais; e, por fim, a crescente participação do povo no processo político, particularmente nas eleições presidenciais e nas demais eleições majoritárias.

Já vimos, isoladamente, as conseqüências, as profundas modificações por que passou a política brasileira devido a esses fatos novos. Vimos que o industrialismo se tornou uma ideologia vitoriosa, deixando, assim, de ser um instrumento de luta, que o nacionalismo perdeu grande parte de sua substância e sofreu modificações à medida que deixava de ser uma ideologia da burguesia industrial para se tornar uma ideologia das esquerdas. Vimos também que, ao passo que esses fatos novos ocorriam, a burguesia industrial cada vez mais se unia a seus antigos opositores — à aristocracia rural, ao alto comércio, às empresas estrangeiras — e com eles se confundia. Vimos, ainda, que, devido ao aumento do poder do sindicalismo e até um certo ponto devido à crescente participação do povo no processo político, as esquerdas se fortaleciam (dizemos “até certo ponto” porque esse fenômeno beneficiou também correntes políticas não-esquerdistas).

Estas duas últimas conseqüências, a união da burguesia industrial aos demais setores capitalistas e o fortalecimento relativo das esquerdas, são de importância capital para a compreensão da

evolução política do Brasil depois de 60. De um lado víamos os empresários industriais, à medida que a industrialização brasileira se tornava um fato consumado, abandonar, paulatinamente, as ideologias progressistas, próprias de um grupo sócio-econômico em ascensão, que necessita de novas ideologias, de novos sistemas de valores para apoiar sua subida ao poder. De outro lado, as esquerdas se fortaleciam, à medida que passávamos de uma política de clientela para uma política populista, e desta para uma política ideológica. Não é preciso maior tirocínio para concluir qual seria o principal resultado desses dois acontecimentos. A antiga aliança política entre os empresários industriais e as esquerdas rompia-se. As esquerdas deixavam de ser uma força política auxiliar da burguesia industrial. Ganhavam autonomia. Na verdade, pela primeira vez na história do Brasil podia-se falar na existência de uma esquerda autônoma e com razoável significado político.

É claro que nem todos os empresários industriais e nem todos os elementos de esquerda desejavam esse rompimento. Em particular os industriais mais progressistas, aqueles que viam que a Revolução Nacional Brasileira, esse processo de transformação econômica, social, política e cultural, não estava, de fato, terminada, e a esquerda mais moderada, esses dois grupos sentiam prematuro, desnecessário, esse rompimento. Mas o processo de radicalização política pelo qual passaria o Brasil, especialmente após a renúncia do Sr. Jânio Quadros, enfraqueceria a posição desses elementos. Veremos esse problema da radicalização um pouco mais adiante.

Reformismo × Conservadorismo

Com a consolidação do desenvolvimento industrial, a vitória do industrialismo, o esvaziamento e transformações do nacionalismo, o rompimento da aliança entre os empresários industriais e a esquerda com concomitante autonomização desta última, terminava também a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, aquela fase em que toda a ênfase da luta política dos novos grupos que surgiam fora colocada a serviço da industrialização. Agora começaria uma nova fase, em que, ao lado do desenvolvimento econômico através da industrialização, ganharia importância a exigência de reformas das estruturas econômicas sociais com o objetivo de não só facilitar o desenvolvimento econômico, mas também melhor distribuir a renda. O termo "reformas de base" entra em voga. Começam

a ser discutidas em todo o país as principais reformas preconizadas, a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma bancária, etc. Na verdade, tinha início no Brasil uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo.

O reformismo surge com todo o vigor após as eleições presidenciais de 60. Era a ideologia das esquerdas, dos seus setores moderados e de boa parte de seus setores hoje considerados extremados. A tese fundamental do reformismo era que as estruturas jurídicas brasileiras, que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, eram arcaicas; correspondiam, em grande parte, à fase semicolonial e semifeudal do Brasil. Segundo o reformismo, essas estruturas, entre as quais era dada especial ênfase à estrutura da propriedade agrária (observe-se que a velha aristocracia rural continuava a ser o principal alvo das esquerdas), representariam a institucionalização do privilégio, dificultando o progresso econômico e social do Brasil. Era preciso, portanto, reformar essas estruturas, eliminar os privilégios, melhorar a curto prazo o baixíssimo padrão de vida da população brasileira, não só através do desenvolvimento econômico e o decorrente aumento geral da renda, mas também através de melhor distribuição da renda presentemente auferida. E para reformar as estruturas não seria preciso revolução. As reformas seriam feitas pacificamente.

Observe-se, ainda, em relação ao reformismo, que essa ideologia englobava o nacionalismo. Mas agora o nacionalismo entrava como componente subsidiário. O capitalismo internacional continuava ainda a ser considerado pelas esquerdas um inimigo, um explorador em busca de lucros fáceis, mas não era mais o principal inimigo. Este estaria dentro do próprio Brasil, seria constituído pelos grupos capitalistas e semifeudais mais retrógrados, que agora se haviam fortalecido com a adesão de grande parte dos industriais.

Já o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigidas pelos reformistas não chegavam a ser radicais, não pretendiam transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendiam, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido. Os conservadores não aceitavam a necessidade dessas reformas. Segundo eles, o que o Brasil necessitaria, realmente, seria mais educação, mais moralidade administrativa,

maior desenvolvimento econômico. A justiça social se faria naturalmente, através do simples processo de desenvolvimento e de algumas medidas legislativas oportunas.

Este era o quadro político que, a partir das eleições presidenciais de 60, começa a se definir no Brasil. As duas novas ideologias em choque traduziam o rompimento da aliança da esquerda com a burguesia industrial e o realinhamento que vinha ocorrendo no Brasil desde meados dos anos 50. É curioso, porém, observar como as forças políticas perceberam com atraso essas transformações. As próprias eleições presidenciais de 60 são um exemplo disso. O *New York Times*, em notícia publicada algumas semanas antes das eleições, afirmava que no Brasil o candidato pessoalmente de direita era apoiado pelas forças de esquerda, enquanto o candidato com tendências de esquerda era apoiado pela direita... A afirmação era paradoxal, mas não deixava de ter grande fundo de verdade. Esse fato era uma decorrência da grande confusão política que aquela série de fatos novos a que nos referimos trouxera. As esquerdas, principalmente, continuavam a pensar nos termos ideológicos dos anos 50. Para elas um candidato adequado deveria ser nacionalista e industrialista. Ora, o General Henrique Teixeira Lott era ambas as coisas, embora fosse pessoalmente um homem de direita, um conservador. Enquanto isso, o Sr. Jânio Quadros, apesar de todas as suas contradições pessoais, era um reformista. Mas, na medida em que ele nunca se definira muito particularmente em termos nacionalistas e jamais se aliara aos grupos políticos que haviam tradicionalmente permanecido no poder durante a primeira fase da Revolução Brasileira, estava em condições de obter o apoio das forças de direita.

O alarmismo e o radicalismo

A razão pela qual a luta ideológica por excelência desta fase seria o reformismo contra o conservadorismo e não, em lugar do reformismo, uma ideologia mais radical, como o comunismo ou o socialismo, é simples. Muitos dos grupos de esquerda no Brasil não chegavam a ter como objetivo a curto prazo socializar o país. Por outro lado, aqueles que tinham esse objetivo viam claramente que no Brasil, dado o relativo êxito do capitalismo, que, através da industrialização, elevava o padrão de vida de amplos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que permitira o desenvol-

vimento de um grupo empresarial e de uma classe média poderosos, no Brasil, dizíamos, não havia condições para uma revolução socialista.

Dessa forma, era de se prever que a luta ideológica que deveria dominar todas as demais, pelo menos durante vários anos, seria a do reformismo contra o conservadorismo. A partir da renúncia do Sr. Jânio Quadros, no entanto, e mais ainda a partir do começo de 63, quando o Sr. João Goulart propôs algumas reformas de base, começa a verificar-se no Brasil um processo de radicalização política. Com o reformismo e o conservadorismo era possível ainda o diálogo, o compromisso, o processo de barganha, através do qual os grupos sócio-econômicos resolveriam os conflitos por meio de concessões mútuas. Com a radicalização das posições, porém, esse diálogo foi-se tornando cada vez mais difícil. Muitos dos reformistas se transformam em revolucionários, desanimados de transformar a sociedade por meios pacíficos; muitos dos conservadores transformam-se em imobilistas, decididos a nada ceder, dentro da racionalidade de que qualquer concessão será uma derrota e um degrau para as esquerdas se apoiarem e pedirem mais. Conservadores que, antes da Convenção da União Democrática Nacional em Curitiba, no início de 63, aceitavam uma reforma agrária com emenda constitucional deixam de aceitá-la. Por outro lado, reformistas que concordavam em obter uma reforma agrária moderada só se contentam com uma reforma mais radical.

Perguntava-se, então: Por que essa radicalização? Cremos que suas bases estão nas modificações estruturais a que nos referimos anteriormente. Essas modificações uniram as forças de direita e fortaleceram, tornando independentes, as forças de esquerda. Era de esperar, portanto, que os elementos extremados das duas forças políticas não se contentassem com ideologias moderadas, como o reformismo e o conservadorismo, e decidissem experimentar suas forças através da pregação da revolução e do imobilismo.

A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 63, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 64, tem portanto raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar. Os grupos de esquerda, apesar de sua relativa fraqueza dentro do cenário político brasileiro (a política ideológica estava apenas começando), ganharam autonomia, fortaleceram-se em relação ao que eram antes, e os esquerdistas mais extremados, baseados nesse aumento relativo de poder, baseados nas vitórias dos grupos de esquerda, nos sindicatos, nos meios

estudantis, entre os sargentos, entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas, passaram a acreditar que possuíam uma grande força política no Brasil. O caminho para a radicalização das esquerdas estava evidentemente aberto.

Por outro lado, a direita começa a verificar que pela primeira vez na história do Brasil grupos de esquerda com certa expressão política estavam tentando alcançar o poder. Antes a luta pelo poder travava-se entre subgrupos dentro da própria classe dominante. No máximo, tivemos lutas entre a classe média ascendente e a velha aristocracia rural. Agora, porém, eram grupos de esquerda, cujo objetivo, pelo menos a longo prazo, era acabar com o sistema capitalista, eram grupos dessa natureza que surgiam na arena política para disputar o poder. Estava assim aberto o caminho para o alarmismo, e, através do mesmo, o radicalismo da direita tinha um meio favorável onde se desenvolver.

O alarmismo vai ser, pois, o grande instrumento da radicalização a serviço dos líderes mais extremados da direita. Servirá também aos radicais de esquerda, mas com menor eficiência. A forma pela qual a direita usava do alarmismo para obter radicalização é simples. Espalhavam-se, inicialmente, afirmações de cunho aparentemente derrotista, como por exemplo: "A revolução comunista está às portas"; "não dou um ano para uma revolução comunista no Brasil"; "vamos aproveitar os últimos momentos do conforto burguês"... A última frase tinha um tom de brincadeira, mas seu efeito é o mesmo que o obtido com as outras frases: alarmavam, atemorizavam. Eram frases, evidentemente, sem fundamento real. O comunismo, no Brasil, jamais teve maior expressão política. E as próprias forças de esquerda não-comunista eram ainda demasiadamente fracas para realizar uma revolução armada no país. Mas eram frases que, por traduzirem aquela emergência das esquerdas como força política autônoma, encontravam ressonância. Começavam a ser repetidas. Ora, concluíam os alarmistas da direita, se a revolução comunista está às portas, é preciso que nos unamos para resistir, é preciso que não cedamos nada, é preciso voltarmos todas as nossas forças contra os comunistas. Em outras palavras, é preciso que nos radicalizemos. E, assim, um grande número de pessoas, que até havia pouco não eram radicais, que tinham tendências conservadoras mas não imobilistas, subitamente se radicalizam em direção à direita, sem saberem que estavam sendo vítimas de um processo de manipulação política por parte dos líderes radicais, que se beneficiavam grandemente dessas circunstâncias.

A radicalização da direita foi aproveitada pelos grupos radicais da esquerda para também transformar esquerdistas moderados em esquerdistas radicais. “O reformismo não resolverá nossos problemas”, diziam eles. “O Brasil precisa das reformas, mas não será possível obtê-las em termos pacíficos. A direita domina a imprensa, domina o Congresso e não está disposta a ceder em nada. Só através da revolução poderemos transformar este país.” E à medida que estas afirmações se confirmavam com a radicalização da direita, as esquerdas radicais iam também ganhando um maior número de adeptos.

Sem dúvida, para completar esta análise seria necessário agora examinar os fatores de ordem personalista que vinham contribuindo para este processo de radicalização do Brasil, além de assinalar a importância da inflação, cujo aceleração, a partir de 61, trouxe maior instabilidade econômica e política, favorecendo as posições políticas extremadas. Em relação aos fatores personalistas, porém, queremos fazer referência apenas ao processo de frustração da direita e da esquerda que a renúncia do Sr. Jânio Quadros e a presença do Sr. João Goulart na Presidência da República provocaram.

Em relação à renúncia do Sr. Jânio Quadros, a frustração foi particularmente da direita. Esta acreditava ter obtido uma vitória política em 60. Durante seu curto Governo, porém, o Sr. Jânio Quadros já causa uma série de frustrações para a direita, especialmente quando realiza sua política internacional independente. Se não bastasse isso, porém, o Sr. Jânio Quadros renuncia, entregando o poder a um inimigo histórico das direitas no Brasil, o Sr. João Goulart. É claro que isto frustra a direita, levando para um tipo de agressão política que é a radicalização.

A presença do Sr. João Goulart na presidência frustrava particularmente a esquerda. Com sua subida ao poder, acreditava a esquerda que afinal o Brasil tinha um presidente que realizaria uma política de esquerda. O Sr. João Goulart, porém, devido às características pessoais de sua personalidade, e devido, principalmente, ao fato de que as esquerdas não eram, politicamente, suficientemente fortes para mantê-lo no poder, não realiza o Governo desejado pela esquerda. A frustração deste grupo é profunda. Por outro lado, a direita se frustra também, porque o Sr. João Goulart não podia realizar uma política de direita. Se o fizesse, estaria em condições políticas insustentáveis, já que perderia todo e qualquer apoio da esquerda, sem jamais conseguir a confiança da direita.

Esse processo de frustração tanto da esquerda quanto da direita, somado à inflação e principalmente às modificações estruturais que haviam realinhado as forças políticas e transformado as ideologias em luta no Brasil, levaria o Brasil a um radicalismo cada vez maior, à total supressão do diálogo político, à recusa tanto da direita radical quanto a esquerda radical de participarem de um processo de barganha, em que concessões mútuas fossem realizadas. Ficamos dentro de um impasse, uns pregando a revolução, outros o imobilismo, quando nenhuma das duas soluções tinha condição de vitória no Brasil. O resultado foi a Revolução de 64, que marcaria a previsível vitória da direita ante uma esquerda imatura, e representaria a consolidação do sistema capitalista no Brasil.

Conclusão

Em resumo, ocorreu no Brasil um processo de transformação econômica, social, política e cultural que chamamos de primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, ou Revolução Nacional Brasileira, e que teve como ênfase a industrialização. As principais ideologias em luta, o nacionalismo contra o cosmopolitismo, o industrialismo contra o agriculturalismo, o intervencionismo desenvolvimentismo contra o liberalismo, traduziam o conflito entre os novos grupos sociais, e particularmente dos empresários industriais contra a velha oligarquia agrário-comercial, que desejava manter o país em seu estágio agrícola. Nesse conflito, as esquerdas tinham o papel de força auxiliar dos empresários industriais. A partir de fins dos anos 50, porém, uma série de fatos novos, a consolidação do desenvolvimento industrial, a crise de superprodução do café, a Lei de Tarifas, as associações entre capitais nacionais e estrangeiros, o aumento de poder do sindicalismo e a crescente participação do povo no processo político brasileiro, vêm causar modificações estruturais na política brasileira, dando início à segunda fase, fase essa que, além da industrialização, teria como ênfase melhor distribuição da renda. As conseqüências principais daqueles fatos novos são a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação

do nacionalismo, e, finalmente, o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo.

Uma série de fatores, porém, entre os quais se destacam essas transformações estruturais, e particularmente a autonomização das esquerdas, de um lado, e a união das direitas, do outro, provocou um movimento de radicalização política. Esse movimento, que beneficiaria politicamente os líderes mais radicais, tanto da direita quanto da esquerda, encontrou um instrumento extremamente útil no alarmismo, desencadeando-se, assim, em forma de círculo vicioso, um processo de radicalização no qual, quanto mais um lado se radicalizava, tanto mais o outro lado encontrava razões para se radicalizar. Com a radicalização, suprimia-se o diálogo, aumentava-se a insegurança política, o desenvolvimento social tendia a estancar-se e o econômico a reduzir seu ritmo. O resultado final desse processo foi a tomada do poder pelos militares, com amplo apoio da direita, na Revolução de 64.

CAPÍTULO V

A crise dos anos 60

Até o começo dos anos 60 pouca gente pensaria em termos de crise. Falava-se de “Revolução Industrial”, nas grandes transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o país estava passando, na “Revolução Brasileira”. Sem dúvida, problemas surgiam no processo de desenvolvimento econômico e social, e tais problemas eram apontados, discutidos. Mas a abordagem que dominava o Brasil era otimista, positiva. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o país era dominado por um sentimento de otimismo, que nos últimos anos da década de 50 se transformara em euforia. O Brasil não era apenas “o país do futuro”. Estava-se transformando rapidamente nesse país.

A partir de 1961, porém, a situação foi mudando. O sentimento de otimismo (o que não dizer do de euforia) foi dando lugar ao de dúvida e depois ao de decidido pessimismo. O país foi pouco a pouco entrando em uma conjuntura de crise, em que as dificuldades emergentes superavam as soluções encontradas. Entramos em uma fase histórica que chamaremos de Crise Brasileira.

Esta crise assumiu fundamentalmente um caráter econômico e político. Poderíamos falar também em uma crise cultural e mesmo em uma crise social. Mas vamos nos limitar àqueles dois aspectos da crise. São eles os mais evidentes. Inicialmente definiremos os principais fatores de ordem econômica e política que definiram a crise presente. Estudaremos em seguida suas causas a médio e a curto prazo. Às causas a longo prazo faremos apenas referência, de forma a não nos estendermos demais. No estudo das causas a curto e a médio prazo, adotaremos subseqüentemente uma abordagem eco-

nômica, uma abordagem política e uma abordagem sociológica para as mesmas. Examinaremos a seguir a posição do empresário industrial em relação à crise brasileira. Verificaremos então até que ponto representa ele um papel-chave na determinação das causas da crise e na escolha das políticas a serem adotadas para sua solução.

A crise definida

Em seu aspecto econômico, a crise é facilmente discernível. A taxa de desenvolvimento da renda *per capita* que, até 61, costumava girar em torno de 3%, tornou-se negativa em 64, apresentando uma redução de 6,1%. A este dado corresponde um decréscimo da renda global de 3%. O principal fator que explica esse fenômeno foi a redução de 4,5% que sofreu a produção rural, mas também a produção industrial sofreu uma queda, de 0,4%. Este fato é especialmente grave quando nos lembramos que o Brasil no pós-guerra foi o país da América Latina cuja produção industrial mais cresceu. No período 1945-50 a 1956-61 o ritmo médio de aumento da produção manufatureira atingiu a elevadíssima taxa de 9,4%.

Entretanto, segundo os cálculos da Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas, a queda da atividade industrial em 64 ocorreu toda ela no primeiro semestre, verificando-se no segundo semestre uma recuperação que quase anulou a redução inicial. No primeiro semestre a produção caiu 6,4%, aumentando no semestre seguinte 6%. Daí a queda de 0,4%.⁸¹ Poder-se-ia daí concluir que a partir do segundo semestre de 64 a economia do país já teria iniciado seu processo de recuperação, não se podendo mais falar em crise.

Infelizmente, porém, esta visão otimista não se sustentou. O decréscimo da produção industrial ocorrido no começo de 64 pode em parte ser aplicado pelo racionamento de energia elétrica, que vigorou até abril-maio, e pela crise política pela qual passou o país naquela época. Eliminadas essas duas mais imediatas causas do problema, porém, seria de esperar que a economia reagisse vigorosamente, ganhando novamente impulso. Não foi, todavia, o que ocorreu. A recuperação foi lenta, débil. E, já a partir do começo de 65, começaram a operar novas causas a curto prazo — a ação anti-

(81) Cf. *Conjuntura Econômica*, Ano XIX, nº 2, fevereiro de 1965, e *Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, Santiago do Chile, 1964, CEPAL.

inflacionária do Governo particularmente — no sentido do retrocesso econômico.

Em um processo de contínuo agravamento, as vendas, especialmente aquelas de bens duráveis de consumo, caíram. As empresas, sem ter onde colocar sua produção, foram obrigadas a reduzi-las. Muitas usaram do expediente das férias coletivas. Tratava-se, porém, de um simples adiantamento de duas medidas que seriam tomadas em seguida: a redução da jornada de trabalho e a dispensa dos empregados. O resultado foi que, pela primeira vez na história do Brasil, passamos a ter um problema sério de desemprego industrial. Desemprego disfarçado, subemprego, pessoal trabalhando nos campos e mesmo nas cidades em serviços marginais em que a produtividade marginal do seu trabalho é zero sempre houve no Brasil. Este, aliás, é um mal geral dos países subdesenvolvidos. Mas desemprego aberto de pessoal que já se havia integrado na economia industrial do país, este nunca tivéramos em escala considerável. Passamos a tê-lo no começo de 65. Segundo cálculos realizados depois de cuidadosa pesquisa pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o desemprego na cidade de São Paulo em junho de 65 subia a mais de 13% da força de trabalho industrial.⁸² Dos operários do município de São Paulo, excluindo portanto os municípios do ABC, mais de 80 mil estariam desempregados. No Estado de São Paulo, haveria cerca de 140 mil desempregados. Esses dados, todavia, são conservadores por dois motivos: em primeiro lugar, partiram da hipótese altamente improvável de que em dezembro de 64 haveria pleno emprego em São Paulo. Ignoraram todo o contingente de jovens, que então atingiam a idade de trabalhar e não encontraram emprego. Em segundo lugar, porque não levaram em consideração a redução da jornada de trabalho. O desemprego devia, portanto, ser maior. E observe-se que ele não se circunscreve a São Paulo. O fenômeno ocorria em todas as grandes cidades industriais do país. De Recife, de Belo Horizonte, as informações eram especialmente desalentadoras, mas também das demais, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, a notícia básica era a mesma: de redução da atividade industrial, desemprego.

E não é preciso salientar que esse tipo de desemprego é muito mais grave do que o desemprego disfarçado. Enquanto neste último

(82) Cf. Departamento de Documentação, Estatística e Cadastro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dados publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1º de fevereiro de 1966.

caso temos um problema já inserido e habitual à economia subdesenvolvida, que pode inclusive transformar-se em um fator positivo de desenvolvimento, na medida em que a faixa de desemprego disfarçado se transforma em uma reserva de mão-de-obra, que possibilita a industrialização do país sem que a produção agrícola seja prejudicada, o desemprego industrial aberto representa um rude golpe na economia. Além de seus aspectos sociais danosos, vemos subitamente toda uma faixa de população que participava ativamente do mercado como consumidora ser obrigada a reduzir drasticamente suas compras. Tem início imediatamente um processo de causação circular, em que a situação só tende a agravar-se.

A crise econômica, portanto, dominou o panorama econômico brasileiro no primeiro semestre de 65. O desemprego foi sua evidência mais palpável. Mas muitos outros fatores a denunciaram. Os empresários, sentindo a debilidade do mercado, suspenderam seus investimentos, tornando ainda mais agudo o problema. O mesmo fizeram os investimentos estrangeiros. Os industriais operando em quase todos os setores apresentaram relatórios e entrevistas as mais pessimistas. Recomendaram, inclusive, com urgência, que se modificasse a legislação trabalhista, tornando possível a redução de horas de trabalho, para que não fossem obrigados a despedir operários qualificados. E não é preciso salientar o quanto custa formar um operário especializado, e o quanto eles eram procurados pela indústria até há bem pouco. As lojas varejistas de artigos eletrodomésticos entravam em liquidações perigosas, procurando fazer caixa para poder pagar seus compromissos. O crédito, que se constituiu inicialmente em uma das causas a curto prazo de crise, tornava-se fácil demais. Os bancos, antes insistentemente requisitados pelas empresas, passavam a realizar uma coisa que há muito não se via no Brasil, passavam a oferecer crédito. Já então, porém, as empresas, com suas vendas reduzidas, não tinham duplicatas em quantidade suficiente para descontar.

Durante o primeiro semestre de 65, portanto, o Brasil passou por um período de violenta redução da atividade econômica, registrando-se então a mais grave crise por que passou a economia industrial brasileira. A partir de agosto de 65, porém, iniciou-se o processo de recuperação, o qual, todavia, não atingiu a plenitude. A economia brasileira saiu da fase de crise aguda para voltar ao estado de crise crônica que a vem caracterizando desde 62. O próprio problema do desemprego ainda não fora resolvido. Os índices de emprego da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo que

até fevereiro se mantinham em 100%, baixaram para 97% em março, 93% em abril, 89,6% em maio, 87,7% em junho e 86,5% em julho. A partir de agosto voltaram novamente a elevar-se para 88,2% nesse mês, 90,7% em setembro, 92,6% em outubro, 94,2% em novembro e 95,5% em dezembro. Continuávamos, assim, no fim do ano, em um mês em que a atividade econômica é em geral intensa, com um desemprego de 4,5%. E essa porcentagem não leva em conta o contingente de jovens que atingiu a idade de trabalho durante o ano. A crise econômica, portanto, embora amainada, era um fato presente. Em 1965 a taxa de crescimento do produto foi de 3,8%. Esse aumento, todavia, foi devido fundamentalmente às grandes safras agrícolas, depois do ano desfavorável para a agricultura que foi 64. O desenvolvimento industrial foi negativo nesse período (redução de 4,7% na produção industrial em 65), residindo aí a principal característica da crise econômica.

Durante o ano de 1966 houve uma certa recuperação do desenvolvimento industrial, que cresceu à taxa de 7,5%, graças especialmente à continuação do ritmo de desenvolvimento durante o primeiro semestre do ano. Já no segundo semestre, porém, a economia voltava a apresentar índices de crise. Em dezembro de 66, o índice de emprego industrial em São Paulo, levantado pela FIESP, de base 100 em dezembro de 63, depois de haver alcançado um mínimo de 83,5 em julho de 65, alcança um máximo extremamente modesto de 101 em julho do ano seguinte, para, em seguida, entrar novamente em declínio, chegando a dezembro de 66 com índice 94,7. Por outro lado, pesquisa realizada pelo DIEESE em São Paulo revelava que, entre 63 e 66, o número de empregados da indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico decrescia de 242 834 para 195 615 empregados, ou seja, uma redução de 19,4%. Finalmente, dados mais atuais, baseados na oferta de empregos, através do jornal *O Estado de S. Paulo*, indicam que a redução na oferta de empregos, reiniciada em meados de 66, continuou em 67, alcançando em maio seu ponto mínimo, comparável ao nível de oferta de emprego de 58.⁸³ A partir de junho de 1967 tem início um período de recuperação da economia. Iniciava-se então um novo ciclo de expansão (que só terminaria em 1974). Seria prematuro, porém, imaginar que a crise houvesse sido plenamente superada devido a este período de prosperidade.

(83) Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, abril de 1967, pp. 72 e seguintes, e *O Estado de S. Paulo*, 3 de setembro de 1967.

Conforme demonstram as cifras do Quadro VII, que apresenta os dados sobre o crescimento do Produto Interno Líquido do Brasil a partir de 62, ano a ano, e os compara com o período 56-62, o Brasil, entre 1962 e 1966 entrou em regressão econômica. Mesmo considerando-se para efeito do cálculo da média 1962, que foi ainda um ano bom, verificamos que o crescimento médio da renda, entre 62 e 66, foi de 2,6% ao ano. Como a população cresce a um ritmo superior a 3%, a renda *per capita* declinou no Brasil nesse período. Define-se, assim, de maneira clara, o aspecto econômico da crise brasileira.

A crise brasileira não é, todavia, apenas econômica. É também política. Sem nos preocuparmos, por enquanto, com suas causas, podemos simplesmente enumerar seus indicadores. São muitos. Limitar-nos-emos, todavia, a citar apenas dois que, pelo seu caráter geral, englobam todos os demais que gostaríamos de apresentar nesta análise: são eles a falta de representatividade política e o militarismo intervencionista.

Todo sistema democrático tem como um de seus objetivos fundamentais ser representativo. Não há democracia sem representação, não há liberdade sem participação nas decisões superiores, não se pode falar em Governo do povo se este não está presente no Governo através de todos os grupos e classes sociais, através de todas as correntes políticas e ideológicas em que esse mesmo povo se subdivide.

No Brasil, a falta de representatividade de há muito está no cerne dos nossos problemas políticos. O simples fato, por exemplo, de mais da metade da população brasileira adulta não ter direito a voto ilustra bem o que afirmamos. Recentemente, porém, este problema se agravou. A falta de representatividade passou para o centro dos problemas políticos brasileiros, na medida em que se acentuava o divórcio entre governantes e governados.

Essa situação não deriva simplesmente do fato de que, a partir de 64, o Governo brasileiro se tornou fruto de um movimento armado, não tendo sido seu executivo eleito pelo povo. Este é sem dúvida um aspecto relevante, mas não é necessariamente o mais importante do problema. Mesmo se admitirmos que este movimento teve mais as características de um golpe do que de uma revolução, na medida em que ele não envolveu todo o povo, que não significou modificações estruturais no sistema econômico e social do país e que nem chegou a registrar conflito armado; esta não é explicação suficiente. Mas não entremos ainda na discussão das causas. Fiquemos

Quadro VII

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE (taxas anuais de crescimento por períodos em percentual)

Discriminação	1956-62	1962-66	1961-62	1962-63	1963-64	1964-65	1965-66*
Agricultura	5,7	2,4	5,5	1,0	1,3	13,8	-5,7
Indústria	10,7	2,3	8,3	0,1	5,5	-3,6	7,6
Mineração	10,8	19,4	1,5	18,4	22,4	21,4	14,6
Manufaturas	10,8	1,8	8,1	-0,3	5,1	-4,7	7,5
Eleticidade	9,8	5,3	11,3	2,6	7,2	4,1	7,3
Construção	5,4	-4,4	0,6	1,3	2,2	-24,0	6,4
Transportes	8,4	3,7	6,7	6,2	3,6	0,8	4,4
Outros serviços	4,5	3,1	3,2	2,3	3,0	3,7	3,6
TOTAL	6,7	2,6	5,3	1,6	3,1	3,8	1,9

Fonte: 1956-65 com base em publicações e séries inéditas da Fundação Getúlio Vargas. 1965: estimativa realizada pelo Centro CEPAL/BNDE com base em diversas fontes e em estudos próprios. (*) Estimativas preliminares. Cf. "A Evolução Recente da Economia Brasileira", em *Desenvolvimento e Conjuntura*, abril de 1967, p. 25.

por ora apenas analisando a sintomatologia do problema. E o que verificamos ao fazê-lo é que, de um lado, um Congresso, que nunca teve representatividade, passa, a partir de 64, a assinar em branco todas as proposições governamentais; de outro, um Executivo forte e ativo, legislando por decreto e representando apenas uma pequena parcela do largo espectro sócio-econômico brasileiro. O resultado é um Governo sem praticamente nenhuma representatividade, do qual grupos sociais inteiros estão ausentes, sendo conspícuas entre essas ausências a dos trabalhadores, a dos estudantes, a dos grupos de esquerda, desde a mais moderada (o simples trabalhismo) até as mais radicais e a dos empresários industriais. Voltaremos novamente a este tema. Por enquanto fica constatada a crise política em termos de aguda falta de representatividade.

A outra faceta da crise política é a emergência do militarismo dominador. O Exército Nacional só surgiu como força organizada e poderosa a partir da Guerra do Paraguai, quando tomou o lugar da Guarda Nacional. Em oposição a esta última, que não passava de uma série instável de grupos militares, organizados ainda em bases semifeudais, sob o controle dos *coronéis* locais, o Exército surgiu desde o início como uma força organizada e estável, recrutada basicamente entre os elementos das classes médias.

Sua primeira atuação política de envergadura resultou na República. E desde então o Exército sempre teve um papel da mais alta importância na vida política brasileira. Entretanto, a partir de Prudente de Moraes, o Exército assumiu um papel todo especial no Brasil, que se expressou através do que chamaríamos de militarismo tutelar. Inicialmente, o Exército, juntamente com a Igreja, eram as duas únicas grandes forças organizadas dentro do país. Derivava daí uma grande soma de poder para o Exército. Mas, além da força baseada na organização, o Exército contava ainda com a força das armas. Desta forma, concentrava-se nele um imenso poder. Como é natural, os militares se aperceberam disso. Daí adotarem uma atitude militarista. Entretanto, por uma série de motivos que não cabe agora analisar, esse militarismo não tomou características intervencionistas e dominadoras, mas moderadoras e tutelares. O militarismo era tutelar na medida em que os militares consideravam o país sob sua tutela. Aos políticos, ligados por toda uma série de laços de interesses aos fazendeiros, aos grandes comerciantes, banqueiros e industriais, caberia governar o país. Mas os militares permaneceriam vigilantes, arbitrando os conflitos, moderando as disputas, exercendo sua missão de tutela, que lhes era conferida pelo poder

que representavam e pela situação relativamente afastada do processo político e do processo econômico em que se encontravam. Esse militarismo tutelar, que pretendia transformar os militares em guardiães da Constituição, da democracia e da moralidade pública, não chegou a trazer conseqüências especialmente negativas para o país. A ideologia dos militares, caracterizada muitas vezes por um nacionalismo moderado, permitiu que, na maioria das vezes, o exercício da tutela fosse praticado em favor das forças progressistas do país. E de qualquer forma, após o exercício da ação tutelar, os militares se retiravam.

Esta situação sofreu radical modificação. A partir da Revolução de 64, o militarismo, de tutelar, passou a dominador. Os militares não só intervieram, dentro ainda de seu típico papel tutelar, como também decidiram conservar o poder. Esta era naturalmente uma transformação decisiva, que punha ainda mais em jogo o débil sistema democrático do país e vinha ajudar a definir a crise política por que estamos passando.

Está assim delineada, em suas linhas mais gerais, a crise brasileira atual, em seus aspectos econômico e político. Cumpre agora determinar as causas desta crise. Estudaremos inicialmente as suas causas a médio prazo, e em seguida as a curto prazo.

Causas a médio prazo da crise econômica

Seria ingênuo pensar que a crise brasileira tem apenas causas recentes, ou pior ainda, que sua origem está unicamente no Governo Castelo Branco. Devemos começar, pelo menos, pelas causas a médio prazo da crise. Poderíamos também falar das causas a longo prazo. Poderíamos voltar a analisar a Revolução Industrial Brasileira, a emergência de novas classes sociais e as mudanças no equilíbrio das forças políticas, a examinar os conflitos decorrentes, o surgimento de uma política ideológica, a emergência das esquerdas como força autônoma ainda que débil, o domínio, no cenário internacional, de uma potência autárquica como os Estados Unidos, e assim por diante. Já fizemos esta análise nos capítulos anteriores, de forma que, agora, nos limitaremos às causas a médio prazo, àquelas causas que não datem de mais do que cinco a dez anos do momento atual.

Examinemos inicialmente as causas a médio prazo da crise econômica.

Causas Personalistas. Duas causas, que chamaremos de personalistas, são geralmente apontadas: o caráter inflacionário do Governo Kubitschek; a insegurança política e a incapacidade administrativa que prevaleceram durante o Governo Goulart. A primeira delas só pode ser aceita com muitas restrições. Em primeiro lugar, é preciso não confundir a crise econômica brasileira, que definimos basicamente como um fenômeno de regressão econômica, com inflação. Sem dúvida a inflação aumentou de ritmo nos últimos anos, é um grande problema econômico para o país e constitui-se inegavelmente uma das causas da redução da taxa de desenvolvimento do Brasil. Mas não é a principal causa dessa redução e muito menos do retrocesso que se verificou mais recentemente. Em segundo lugar, atribuir ao Governo Kubitschek a responsabilidade pela aceleração do processo inflacionário é uma meia verdade. Se examinarmos a taxa de inflação de 1956 a 60, verificaremos que nos três primeiros anos a taxa de inflação permaneceu na média dos anos anteriores. Segundo o Índice de Custo de Vida da Guanabara, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, a taxa de aumento desse índice, de dezembro a dezembro, que em 54 havia sido de 26,2%, foi em 56, 57 e 58, respectivamente de 21,2, 13,4 e 17,3%. Em 59, todavia, a inflação tem um imenso impulso, subindo aquele índice a 52%. Parece assim se confirmar a tese de se responsabilizar o Governo Kubitschek pela aceleração do surto inflacionário. Entretanto, no ano seguinte, e pela última vez desde então, a taxa de inflação reduz-se radicalmente, caindo para 23,8%. Depois, terminado aquele Governo, começa novamente a taxa ascensional da inflação. Verificamos portanto que a atuação do Governo Kubitschek na aceleração do processo inflacionário, embora real, especialmente pelo ano 59, não é tão grande quanto se pretende. Por outro lado, foi durante esse período que o país teve seu desenvolvimento econômico mais acelerado, foi esta a época da consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, como vimos no capítulo II. Não nos parece, portanto, que este período tenha uma especial relevância na análise das causas da crise econômica brasileira.

Já o mesmo não é possível afirmar em relação ao Governo Goulart. Este foi realmente um período de insegurança política, e não é preciso dizer que nessas situações os capitalistas se retraem, os investimentos são reduzidos. Além disso, esta foi uma época de ineficiência administrativa, de planos iniciados e inacabados, de total prevalência do político sobre o administrativo e o econômico. Não há dúvida, portanto que em parte a crise tem origem nesse período.

Entretanto, se as causas da crise brasileira estivessem apenas aí, assim que o Governo Goulart foi derrubado ou pouco depois, deveria ter-se manifestado um processo de recuperação. Não foi o que ocorreu. É verdade que chegou a se esboçar uma reação. Mas foi muito débil. Em seguida retomou-se o processo da crise, que no primeiro semestre de 65 tomou tons dramáticos, perdendo sua intensidade no semestre seguinte. Que significa isto? Que as causas personalistas em pauta, embora nos ajudem a compreender o problema, estão longe de explicá-lo plenamente. Como veremos em seguida, é nas causas de caráter estrutural que está o fulcro da crise.

Temos três causas estruturais, ou seja, que dizem respeito à estrutura econômica do país, as quais, a médio prazo, explicam basicamente a crise econômica presente: a diminuição das oportunidades de investimento, a limitação à capacidade de exportar (e portanto de importar) e a inflação aberta.

Diminuição das oportunidades de investimento. A diminuição das oportunidades de investimento constitui a causa estrutural a médio prazo mais importante. Na medida em que não houver oportunidade de investimento, enquanto não houver perspectivas de altos lucros e amplas possibilidades de expansão, não haverá investimentos privados. Tanto os investimentos nacionais quanto os estrangeiros deixarão de investir ou reduzirão drasticamente suas inversões. E não há desenvolvimento sem investimento. No Brasil, a partir de 62, começou a se verificar claramente uma diminuição das oportunidades de investimento. Isto poderia ser comprovado com precisão se tivéssemos dados sobre a taxa média de lucro real das empresas. Entretanto, embora tais dados não existam, as leituras dos balanços e dos relatórios das empresas, as entrevistas dos industriais nos jornais, os contatos que mantemos com muitos deles e o próprio resultado da falta de oportunidade — a redução dos investimentos — deixam claro que a redução das oportunidades de investimentos realmente ocorreu.

Este fato pode ser verificado através dos dados do Quadro VIII, em que são apresentadas algumas relações macroeconômicas básicas. Vemos por aí que a percentagem de formação bruta de capital (investimentos brutos), que girava em torno de 16,5% no início da década cai para 10,7% e 12,8% respectivamente em 1965 e 1966. A responsabilidade por esta queda, como vemos no mesmo quadro, cabe inteiramente ao setor privado. Enquanto o Governo mantinha seu nível de investimentos, o setor privado, que investira

Quadro VIII
RELAÇÕES MACROECONÔMICAS

Consumo do Gov./Y*	13,8	15,3	15,5	15,5	16,3	15,4	13,7	13,8
Formação Bruta de Capital/Y	15,9	16,5	17,1	16,3	16,5	14,3	10,7	12,8
Formação de Capital Gov./Y	4,7	5,2	4,4	5,7	4,6	4,8	5,2	5,0
Formação de Capital/ Setor Privado	11,2	11,3	12,2	10,6	11,9	9,5	5,5	7,8
Importação**/Y	8,5	8,4	8,6	8,1	12,6	7,8	7,5	8,2
Exportação**/Y	7,4	6,9	7,9	6,2	12,0	9,1	10,4	9,3

Fontes: Computados de dados do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas. — Transcrito de "Substituição de Importações, Estagnação e Mudança Estrutural", Werner Baer e Andra Maneschi, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 23, n.º 1, março de 1969, p. 74.

(*) Produto Interno Bruto.

(**) Exportações e Importações de bens e serviços.

entre 11% e 12% da renda (produto interno bruto) no início da década, baixa sua participação para 5,5% e 7,8% em 1965 e 1966.

Vemos três razões que contribuíam diretamente para que tal redução ocorresse: a redução das possibilidades de substituição de importações, a falta de mercados e a capacidade ociosa. Cada uma delas mereceria um estudo longo e cuidadoso. Neste trabalho, na impossibilidade desses estudos, limitar-nos-emos a tratá-las como hipóteses, de forma bastante resumida.

Redução das possibilidades de substituição de importações. A redução das possibilidades de substituição de importações é provavelmente o fato mais grave surgido nos últimos anos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Este se fez, desde seus primórdios até o fim dos anos cinquenta, basicamente através da substituição de importações. As novas empresas industriais já iniciavam suas atividades com um mercado cativo: aquele que fora aberto pelas importações de artigos manufaturados similares, importações essas agora não mais possíveis devido às barreiras alfandegárias e (ou) cambiais contra elas levantadas. Depois de instalada no país, e depois de abastecido o mercado tradicional, só então a empresa passava a procurar expandir o mercado interno, atingindo setores que antes não eram alcançados pelos produtos importados. Foi esse

processo de substituição de importações, aliás, que permitiu que o país continuasse a se desenvolver, mesmo sem conseguir ampliar proporcionalmente suas exportações. Mas, nos últimos anos, começou a ocorrer uma redução nas possibilidades de substituição de importações, conforme Celso Furtado bem observou em seu livro *Dialética do Desenvolvimento*.⁸⁴ E, de fato, esse fenômeno é facilmente observável. Até há alguns anos era relativamente fácil iniciar uma nova empresa industrial no Brasil. Bastava tomar algum produto manufaturado que vinha sendo importado, adquirir o *know-how* a seu respeito simplesmente copiando-o ou pagando *royalties*, obter o capital inicial e o financiamento necessário, e iniciar a empresa. Hoje a situação é muito diferente. Continuaremos a importar uma grande gama de mercadorias. Portanto, teoricamente, o processo de substituição de importações continua viável. Na prática, porém, a realidade é outra. Se examinarmos a pauta de importações do Brasil, verificaremos que as mercadorias que continuamos a importar dificilmente poderão ser produzidas economicamente no Brasil ou então — e este é o problema principal — exigem investimentos grandes, que os empresários nacionais, mesmo os grandes empresários, não estão em condições de financiar. A solução agora não é simplesmente levantar barreiras alfandegárias à importação. Tomemos o caso da uréia, por exemplo. Trata-se de uma matéria-prima e de um fertilizante de mais alta importância, que importamos em grande quantidade. Entretanto, para produzi-la no Brasil, há duas dificuldades fundamentais. Em primeiro lugar, seria necessário um investimento fabuloso, com o qual nenhum grupo financeiro brasileiro estaria em condições de arcar. Em segundo lugar, para ser econômica a produção de uréia, devido a um problema de economia de escala, deveria ser tão grande que sobrepujaria de longe as necessidades do mercado nacional. Esta dificuldade ainda poderia ser superada através da exportação do excedente, não obstante todas as dificuldades que uma operação dessa natureza envolve. Mas o problema financeiro do grande investimento a ser realizado é realmente essencial, ilustrando bem essa redução das possibilidades de substituição de importações.

Falta de mercados e salários reais. A segunda e terceira causas da diminuição das oportunidades de investimentos — a falta de

(84) Cf. Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1964, Rio de Janeiro.

mercado e a capacidade ociosa — podem ser estudadas em conjunto. A diminuição das oportunidades de investimento é função tanto de falta de mercado quanto da capacidade ociosa, e esta, por sua vez, está relacionada diretamente com o problema da falta de mercados.

É evidente que, à medida que as empresas não encontram perspectivas de mercado para colocação de novos produtos ou para ampliação da produção, elas deixam de investir, a não ser aquela parcela estritamente necessária para repor o equipamento desgastado. Esse problema só surge depois que a substituição das importações de um determinado artigo se completou, depois que todo o mercado tradicional que era abastecido pelas importações passa a ser abastecido pela indústria nacional. Isso geralmente leva algum tempo, permite que diversas empresas se instalem para suprir esse mercado. Até esse momento, em princípio não se colocará o problema da falta de mercados. Mas, uma vez suprido o mercado que chamaríamos de tradicional, surge o problema da ampliação de mercados. Se o produto produzido internamente for mais barato do que o produto que vinha sendo importado, inclusive por não ter incluído em seu custo as tarifas e o preço do transporte internacional, o processo inicial de ampliação será fácil. Mas depois, salvo as exceções causadas pelas mudanças de moda, pela introdução de inovações tecnológicas revolucionárias, pela propaganda, etc..., a procura do produto tenderá a crescer à medida que crescem a população e seu poder aquisitivo, à medida que crescem sua renda *per capita* e seu salário médio real, desde que a elasticidade-renda da procura desse produto seja igual a 1. Se a elasticidade-renda da procura dos produtos industriais for um pouco maior do que 1 — o que de fato acontece no Brasil — a procura tenderá a crescer um pouco mais rapidamente do que a renda. Mas não muito mais rapidamente.

Nestes termos, para que as empresas industriais brasileiras encontrem mercado para se expandir além da taxa de crescimento da população, será necessário que não haja um divórcio entre o crescimento do produto *per capita* e o salário médio real, ou, pelo menos, já que a elasticidade é superior a 1 que o salário real médio cresça pelo menos quase à mesma taxa do crescimento da renda *per capita*. Caso contrário, ver-nos-emos diante do problema da falta de mercados.

Ora, no Brasil, a partir aproximadamente de 58, este fenômeno passou a ocorrer. Enquanto o produto *per capita* continuava a

crescer, os salários reais caíam. Resultava daí uma distribuição de renda menos favorável para a classe consumidora, enquanto aumentava a produção e especialmente a capacidade de produção. Os dados que temos sobre os salários reais são infelizmente incompletos. Apenas em relação ao salário mínimo real temos dados satisfatórios. Verificamos assim que o salário mínimo real, a preços de março de 64, quando foi estabelecido o último salário mínimo de 66.000 cruzeiros antigos, tomando-se a média do salário mínimo real de junho e dezembro, cair de 85.374 cruzeiros antigos para 54.405 cruzeiros antigos em 65 e 52.437 cruzeiros antigos em 66. Tivemos, assim, uma queda de 38% no salário mínimo real, entre 58 e 66. É certo que tomamos os extremos. O Quadro IX apresenta o salário mínimo real deflacionado pelo custo de vida na Guanabara nos últimos onze anos. Verificamos que a queda ocorrida a partir de 61 para 62 é brutal e coincide exatamente com o ano em que o ritmo de desenvolvimento econômico do país começou a reduzir-se. É muito improvável que esta coincidência tenha sido fortuita. O Brasil, apesar da grande intervenção do Estado na economia, é ainda basicamente um país capitalista. O fator dinâmico de seu desenvolvimento, portanto, é a procura e não a oferta. E na área da procura agregada, é mais o consumo do que o investimento. Este

Quadro IX
SALÁRIO MÍNIMO REAL DA GUANABARA
(a preços de março de 65)

<i>Ano</i>	<i>Salário Mínimo Real (em cruzeiros antigos)</i>
1956	71.591
1957	72.205
1958	85.374
1959	73.879
1960	80.910
1961	79.906
1962	61.603
1963	55.019
1964	57.753
1965	54.405
1966	52.437

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Obs.: para cada ano foi tomada a média do salário mínimo real em junho e dezembro.

pode ser realizado ainda durante algum tempo, depois que cai o consumo. Mas, caso a queda do consumo persista, causada, como aconteceu no Brasil, por uma redução dos salários reais, os investimentos terão também necessariamente que reduzir-se.

Evitando-se os extremos, se tomarmos a média do salário mínimo real entre 56 e 61 e a dos quatro anos seguintes, teremos, respectivamente, 77.311 e 57.195 cruzeiros antigos. A queda é ainda extraordinária, atingindo aproximadamente 26%. Em outras palavras, estes dados revelam que de um período para o outro o poder aquisitivo dos trabalhadores de salário mínimo caiu aproximadamente um quarto. Além dos aspectos de injustiça social envolvidos no caso, os efeitos sobre a economia do país de tal fenômeno teriam que ser altamente negativos.⁸⁵

Esta redução do salário real não ocorreu apenas entre os que recebem salário mínimo. O salário mediano da indústria de transformação na Guanabara, a preços de 55, caiu de 2.861 e 2.790 cruzeiros antigos respectivamente em abril e novembro de 58 para 2.822 e 2.613 cruzeiros antigos em abril e novembro de 62. E observe-se que 58 não foi o ano de maior salário real para os trabalhadores na indústria de transformação. Mais violenta é a queda dos salários reais no comércio atacadista na Guanabara. Em 58, a preços de 55, tínhamos respectivamente para abril e novembro 3.761 e 3.708 cruzeiros antigos, contra, em 62, apenas 2.399 e 3.285 cruzeiros antigos.

Temos, portanto, uma efetiva queda nos salários reais, a partir de 1962. Esse fenômeno iria ter conseqüências negativas sobre o consumo. O produto nacional, porém, continuou a crescer, embora a um ritmo menor. Resultou daí que as empresas foram paulatinamente vendo-se sem mercado onde aplicar sua produção e acabaram também obrigadas a reduzir seus investimentos. Estava, assim, delineada uma causa fundamental da crise econômica. Em seguida este problema seria agravado pela política salarial do Governo Castelo Branco, que procurou reduzir ainda mais a participação dos assalariados na renda, apesar de esta participação ter diminuído consideravelmente nos anos anteriores, como acabamos de ver.

O pano de fundo dessa redução salarial, porém, seria a concentração da renda provocada por investimentos cada vez mais capi-

(85) Fonte: IBGE e Fundação Getúlio Vargas.

tal-intensivos, condicionados por uma tecnologia importada dos países desenvolvidos. Essa tecnologia visa a economizar mão-de-obra, que é exatamente o fator abundante nos países subdesenvolvidos. Os resultados dessa tecnologia importada, portanto, seriam, conforme examinaremos mais adiante, uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra pelos novos investimentos, e, conseqüentemente, desemprego, baixa de salários, redução de poder aquisitivo e falta de mercados.

Estrutura agrária. A falta de mercados, que provoca a redução das oportunidades de investimento, está também relacionada com o problema de estrutura agrária brasileira. Examinamos este problema detidamente em "Problemas da Agricultura Brasileira e Suas Causas" (*Journal of Inter-American Studies*, janeiro de 1964). Verificamos naquele trabalho que a estrutura agrária do Brasil, marcada por profundos desequilíbrios, caracterizada concomitantemente pelo minifúndio e pelo latifúndio, estava intimamente relacionada com a baixa produtividade agrícola, com a baixa utilização das terras das grandes propriedades, com as distorções na utilização das terras, com o desemprego e o subemprego rural.

Estes fenômenos não são novos na economia brasileira. Pelo contrário, sempre existiram. E no passado eram mais graves. A Revolução Industrial e o surgimento de um mercado interno, poderoso no Brasil deram oportunidade, especialmente em São Paulo e nos Estados limítrofes, a um processo de racionalização da agricultura, na qual foram introduzidos critérios capitalistas de produção. Houve também consideráveis progressos nas técnicas agrícolas e no processo de comercialização dos bens agrícolas, embora este setor ainda continuasse a ser um dos pontos críticos da agricultura brasileira, dominada por intermediários especuladores e por grandes empresas industriais compradoras que se constituem oligopólio.

Estes progressos, mais a própria vitalidade da agricultura brasileira, foram fatores essenciais no desenvolvimento econômico brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961. Durante esse período, a agricultura foi sempre relegada para um segundo plano. Mais do que isso, a política econômica dos diversos governos baseou-se na transferência de renda do setor agrícola, particularmente do café, para o setor industrial.

Essa política era a única viável, nos quadros do projeto de industrialização em que o Brasil se envolvera. É fato amplamente sabido e estabelecido que em geral a industrialização só tem início

em um país através de um processo de transferência de renda dos setores agrícolas tradicionais para o setor moderno.

Para que o desenvolvimento ocorra, porém, é preciso que a agricultura tenha suficiente resistência não só para suportar a transferência de renda, mas também para ser capaz de liberar mão-de-obra para as atividades industriais e dos serviços (através do êxodo rural) e ao mesmo tempo continuar a aumentar a produção, a fim de atender à demanda crescente de produtos agrícolas, causada pelo aumento da população e da renda. Se a agricultura não tiver essa resistência, provocar-se-á um ponto de estrangulamento grave no desenvolvimento econômico. Além da inflação estrutural, será necessário importar alimentos, desviando-se preciosos recursos da importação de máquinas e equipamentos.

Ora, no Brasil a agricultura teve a resistência necessária para suportar esse duplo impacto — transferência de renda e liberação de mão-de-obra. Há indicações, porém, de que os limites dessa resistência estão chegando ao fim.* Além disso — e este é o aspecto mais grave do problema — a fase da substituição de importações em que os mercados eram cativos para os novos investimentos, está terminada. Em vista disto, cabia agora à agricultura um novo papel dentro da economia brasileira: o de se constituir mercado para prosseguimento da industrialização.

Este papel nunca fora desempenhado pela agricultura brasileira. A estrutura agrária extremamente desequilibrada não o permitia. E a reforma agrária, sempre prometida, sempre esperada, não era executada. Durante o governo João Goulart travou-se em torno dela talvez a batalha política mais acirrada e dramática. Depois da Revolução de 1964 ela continuou a ser anunciada. Enquanto não for realizada, porém, dificilmente será viável incorporar ao mercado nacional os dois terços de brasileiros que hoje vivem dele afastados. A reforma agrária somada a uma efetiva e revolucionária campanha de alfabetização são as duas condições mais importantes para uma extraordinária ampliação do mercado interno brasileiro, que abriria novas e extraordinárias perspectivas para a

(*) Segundo cálculo de Lúcia Sílvia Kingston ("A Produtividade da Agricultura no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 23, nº 2, abril/junho de 1969) embora a produção por hectare permanecesse praticamente estagnada, o índice básico de produção por trabalhador aumentou em 50% entre 1950 e 1965. A análise estatística dos dados, porém, permitiu à autora desse excelente estudo concluir que nos últimos anos notava-se uma tendência perigosa de redução da taxa de aumento da produtividade agrícola.

economia brasileira. O Brasil é um país que ainda permite uma economia de fronteira — de fronteira e de ampliação de fronteiras. Esta fronteira não é geográfica. É a fronteira do mercado, que a estrutura agrária arcaica impede de se expandir.

Evidentemente, além da reforma agrária e da alfabetização, será preciso enfrentar outros problemas para que a agricultura deixe de ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro, na medida em que mantém afastada do mercado a população que a ela se dedica. Há naturalmente os problemas relativos ao transporte, à energia rural, ao desenvolvimento das técnicas de cultivo, à mecanização, à introdução de métodos racionais de produção e organização de trabalho, à comercialização. Todos esses fatores, porém, devem ser encarados dentro da perspectiva da estrutura agrária inadequada e injusta que sobrevive no Brasil. Nos anos sessenta, quando a falta de mercados para a produção industrial transformava-se em um problema crucial para o país, essa estrutura agrária constituía-se no mais sério obstáculo à incorporação ao mercado interno das populações rurais.

A capacidade ociosa. O problema da capacidade ociosa está relacionado com a discussão que acabamos de fazer a respeito da falta de mercado. Se o mercado era débil, sem vigor, as empresas reduziriam seus investimentos, e conseqüentemente o desenvolvimento perderia impulso. Como, portanto, podemos afirmar que o crescimento dos mercados não acompanha o ritmo de desenvolvimento? A explicação está na capacidade ociosa. Esta não se formou, como seria de esperar, porque a economia depois de um grande desenvolvimento entrou em processo de recessão. Formou-se porque as empresas, apesar do crescimento débil do mercado, continuaram, durante um certo tempo, a investir, e o país, portanto, a se desenvolver. A inflação, provocando uma demanda artificial, tornando a taxa de juro geralmente negativa e dificultando os cálculos de rentabilidade dos investimentos, levou as empresas a continuar a investir quando, de fato, já não havia mais condições econômicas para isso. Foi-se, assim, criando uma capacidade ociosa em diversos setores industriais, principalmente nos artigos de consumo. E é claro que essa capacidade ociosa veio agravar ainda mais o problema da falta de oportunidades de investimentos. Agora, mesmo que os mercados voltassem a crescer, que a procura tomasse novo impulso, seria preciso primeiro eliminar a capacidade ociosa, para depois os empresários se disporem a investir.

Limitações à capacidade de importar. Depois da diminuição das oportunidades de investimentos, a limitação à capacidade de exportar (e de importar, conseqüentemente) é uma segunda causa a médio prazo da crise econômica brasileira. Esta causa está também relacionada à primeira, no sentido de que as dificuldades em importar matérias-primas e especialmente equipamentos reduzem as oportunidades de investimento, devido à decorrente subida de preço das cambiais estrangeiras. Podemos, todavia, pensar nela também como uma causa relativamente independente na medida em que as limitações em nossa capacidade de importar equipamentos não reduzem diretamente as oportunidades de investimento, que existiriam internamente, mas criam obstáculos à sua realização. De uma forma ou de outra, porém, o fato é que no comércio internacional se localiza uma das causas fundamentais da crise econômica brasileira dos últimos anos.

A limitação de nossa capacidade de importar pode ser ilustrada simplesmente. Nossas importações anuais médias, que eram de 1.420 milhões de dólares no período de 50-54, caíram para 1.360 milhões de dólares no período de 55-61, enquanto o produto interno crescia a uma taxa de 6,1% ao ano. O resultado foi uma redução do coeficiente de importações, que passou de 12,6% no período anterior para 8,6% no último período.⁸⁶ Mais recentemente, esta situação não melhorou. Pelo contrário, agravou-se. Em 1964, nossas importações foram de apenas 1.263 milhões de dólares. Em 65 e 66 verificou-se uma melhoria em nosso balanço de pagamentos, devido em parte ao consumo de nossas exportações, mas principalmente à redução das importações provocadas pela crise.

Ora, a queda de 31% (de 12,6 para 8,6%) em nosso coeficiente de importações demonstra bem ter sido a substituição de importações a válvula de escape que permitiu ao país continuar a desenvolver-se apesar da queda de nossa capacidade de importar. Agora que as possibilidades de substituição de importações se reduzem drasticamente, tornava-se necessário que a nossa capacidade de importar voltasse a crescer. Mas, como vimos, não foi isto o que ocorreu. A capacidade de importar continuou a reduzir-se, criando uma situação extremamente difícil para a economia brasileira. A recuperação verificada em 65 é alentadora, mas ainda não permite grande otimismo.

(86) Cf. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, op. cit.

A limitação de nossa capacidade de importar é naturalmente função direta da mesma limitação de nossa capacidade de exportar. Esta, por sua vez, tem como causas clássicas a tendência à deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos, a inelasticidade-renda da procura internacional de produtos agrícolas, entre os quais o café é um caso conspícuo, a concorrência internacional crescente face à entrada de novos produtores no mercado, como é novamente o caso do café em relação aos países africanos, e a introdução de substitutos artificiais, como as fibras sintéticas, que vieram reduzir a procura do algodão internacionalmente. Além dessas causas gerais, que estão fora de nosso controle, temos ainda o fato de que os últimos Governos brasileiros, baseados no fato de que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro vinha sendo feito através de um processo de substituição de importações, descuidaram de estimular nossas exportações de produtos manufaturados para nossos mercados tradicionais e para a América Latina e de produtos primários e manufaturados para novos mercados na Europa oriental, na África e na Ásia.

Por todos esses motivos foi-se aprofundando o vazio entre nossas necessidades de importação, que especialmente nos últimos anos tendem a crescer proporcionalmente ao aumento do produto nacional, e nossas exportações. É preciso, todavia, em relação à limitação à capacidade para importar, que se faça uma ressalva importante. Durante 65 e 66, dado o agravamento da crise econômica, ela deixou de ser, a curto prazo, um obstáculo ao desenvolvimento. Especialmente em 65 nossas importações reduziram-se drasticamente, não porque não tivéssemos capacidade para importar, mas porque, face à crise, diminuiu fortemente a procura de importação. À medida que as empresas reduziram sua produção, reduziram concomitantemente suas importações de matérias-primas. Por outro lado, o aumento da capacidade ociosa desestimulou a importação de equipamentos. O resultado foi que a nossa limitação da capacidade para importar deixou de ser, nesses anos, uma causa de crise. Além disso, a partir de 1966 as exportações brasileiras revelaram um crescimento bastante favorável, alcançando em 1968 o recorde de 1.890 milhões de dólares. Como veremos mais adiante, porém, a limitação à capacidade de importar será um dos maiores desafios que a economia brasileira terá que enfrentar.

Do investimento capital-intensivo à inflação. Finalmente — como causa a médio prazo da crise econômica brasileira — temos a

inflação, cujo processo já estudamos no capítulo II. Esta, cuja taxa anual permanecera por muitos anos em torno de 20%, depois de um ensaio em 59, passou, a partir de 61, a ganhar características de inflação aberta, ao mesmo tempo em que a economia entrava em crise. E, a partir daí, a discussão acirrada entre estruturalistas e monetaristas a respeito de suas causas começou a perder sentido. Quando a inflação estava ainda em torno de 20% ainda era possível buscar suas origens no comércio externo (subida do preço do dólar devido à crônica tendência ao desequilíbrio entre nossas importações, necessárias a um país em plena industrialização, e nossas exportações, ainda baseadas em nossa economia tradicional agrícola), na oferta insuficiente de produtos agrícolas de consumo interno e em outros pontos de estrangulamento da oferta. As emissões seriam então mais uma consequência do que uma causa da inflação.

Mas, nos últimos anos, ficou claro que a inflação no Brasil deixou de ser uma inflação de procura, para transformar-se em uma inflação de custos. A crise econômica definiu-se, como assinalamos anteriormente, por uma crescente capacidade ociosa. O processo de substituição de importações, que definiu o processo de desenvolvimento industrial brasileiro entre 1930 e 1961, permitiu que os investimentos industriais fossem realizados sem que ocorresse um concomitante e proporcional crescimento do mercado interno. As empresas encontravam um mercado preexistente, antes suprido pela importação. No momento, porém, em que o mercado preexistente era satisfeito, as empresas passaram a depender da expressão do mercado interno — já que o mercado internacional estava fora sequer das cogitações da maioria dos empresários.

Ora, acabamos de ver que o mercado interno brasileiro em absoluto não crescia proporcionalmente ao desenvolvimento econômico do país. Além da política salarial tendente a reduzir o poder aquisitivo dos assalariados, em benefício da classe capitalista, tivemos, a partir de 55, um processo adicional de acumulação da renda causado pela passagem da primeira fase do processo de substituição de importações, caracterizada pela instalação da indústria leve de consumo, para a segunda fase, caracterizada pela ênfase na produção de equipamentos, bens de consumo durável e produtos químicos.

Ora, os investimentos necessários para esse tipo de produção são muito mais capitais-intensivos do que no caso da indústria leve de consumo. A tecnologia desenvolvida pelos países industrializados para a sua produção visa a economizar o mais possível o fator

trabalho. A natureza dos produtos, por outro lado, facilita o atingimento desse objetivo, de forma que nas indústrias de bens de capital, de bens duráveis de consumo e em especial na indústria química, a relação capital-trabalho tende a ser consideravelmente maior do que nas indústrias leves de consumo, típicas da primeira fase do processo de substituição de importações. O resultado foi uma tendência ainda maior à concentração da renda, a qual já se definia pela queda dos salários reais. E o processo de concentração de rendas e de redução relativa do mercado consumidor agravou-se na medida em que os investimentos capital-intensivos tornando-se dominantes, a economia ia-se tornando cada vez menos capaz de absorver a oferta de mão-de-obra motivada pelo crescimento da população e o êxodo rural, surgindo assim o desemprego. Nesses termos, entre 50 e 60, enquanto a população urbana crescia 5,4% ao ano, a taxa de crescimento do emprego industrial foi de apenas 2,6%. No mesmo período, a participação do setor industrial no PNB cresceu de 20 para 29%, enquanto a percentagem da população ativa empregada na indústria decresceu de 14 para 13%. Nesse período, porém, o setor terciário ainda foi relativamente capaz de absorver parte dessa mão-de-obra desempregada, outra parte adotou atividades e comportamento típicos do desemprego disfarçado, e evitou-se o desemprego aberto. Nos anos sessenta, porém, o problema se agravaria, e surgiria o desemprego industrial de forma aberta, não apenas devido à incapacidade da economia absorver aproximadamente um milhão de novos trabalhadores que se oferecem ano a ano no mercado de trabalho brasileiro, mas também à redução em termos absolutos do emprego industrial em diversos setores industriais. Dados a respeito desse último fenômeno já foram por nós apresentados no início deste capítulo, quando falamos sobre os sintomas da Crise Brasileira.

Nesses termos, portanto, e dada a tendência inerente ao sistema capitalista de criar desemprego ao mesmo tempo em que concentra a renda, nas épocas de prosperidade, como ocorreram na segunda metade dos anos cinquenta no Brasil, não é de estranhar que, setor industrial por setor industrial, à medida que se esgotavam as possibilidades de substituição de importações, entrassem em regime de capacidade ociosa. Ora, seria exatamente esta capacidade ociosa, resultante fundamentalmente da concentração da renda, que se tornaria um dos pilares da inflação brasileira dos anos sessenta, e que tornaria pelo menos temporariamente ultrapassada a disputa entre monetaristas e estruturalistas.

Da inflação de procura à de custos

De fato, o início da Crise Brasileira é marcado por um processo de mudança das causas da inflação, que antes se definia essencial, ainda que não exclusivamente, como uma inflação de procura, e agora passaria a se definir como uma inflação de custos.

Quem primeiro se apercebeu disto foi Ignácio Rangel, em seu livro *A Inflação Brasileira*. Este livro, apesar de todas as imprecisões teóricas de que sofre, é sem dúvida uma das obras mais importantes que já se escreveu no Brasil sobre a inflação. A extraordinária imaginação de seu autor, seu agudo senso de observação, permitiram-lhe abrir novas perspectivas para a análise do fenômeno inflacionário no Brasil. Afirma Ignácio Rangel que “a pedra de toque para avaliar ambas essas teorias é a capacidade ociosa. Ambas as escolas a negam aberta ou sub-repticiamente (...) O problema está em que (...) tanto estruturalistas como monetaristas (...) colocam como centro da problemática uma hipotética insuficiência da oferta, perante uma demanda supostamente excessiva, quando a verdade é que o nível de demanda é este, que aí temos — insuficiente, ainda assim, para assegurar uma medida satisfatória de utilização de potencial produtivo existente — precisamente por causa da inflação”.⁸⁷ A inflação, portanto, não é de demanda, é de custos. A função da inflação é estimular uma procura insuficiente, dada a existência de capacidade ociosa.

Mais adiante, o autor precisa melhor a função da inflação na economia brasileira: “uma vez saturados os campos institucionalmente preparados para absorver investimentos novos, e antes que se preparem novos campos, a rentabilidade de novas aplicações entra a declinar, desestimulando as imobilizações globais do sistema. Noutros termos, define-se uma tendência à depressão econômica, a qual passaria de potencial a efetiva, se deixássemos que as imobilizações realmente declinassem. A elevação da taxa de inflação é um dos meios pelos quais a economia resiste a essa tendência, sustentando a taxa de imobilização do sistema...”⁸⁸ A inflação, portanto, “é um mecanismo de defesa da economia contra a tendência à redução da taxa de imobilização”.⁸⁹ Em seguida, Ignácio Rangel mostra como,

(87) Ignácio Rangel, *A Inflação Brasileira*, Tempo Brasileiro, 1963, Rio de Janeiro, pp. XIV e 16.

(88) *Idem*, pp. 56-57.

(89) *Idem*, p. 57.

historicamente, a inflação agiu sobre o sistema econômico, no seu papel de defesa contra a depressão econômica: “a) inicialmente, meio eficaz de captação de recursos pelo Estado, para habilitá-lo a, através do seu próprio dispêndio, expandir o dispêndio global, no início do processo de industrialização; b) depois, na fase de culminação do esforço de substituição de importações de bens de consumo, e nas condições de câmbio congelado, instrumento eficaz para elevar a eficiência marginal do capital, através do barateamento dos itens fundamentais do custo fixo (equipamentos importados), comparativamente aos itens principais do custo variável (mão-de-obra e matérias-primas nacionais), induzindo, assim, o aumento dos investimentos privados; c) na fase da culminação do esforço de industrialização aliado na substituição de importações de bens de produção (depois do Programa de Metas), meio eficaz para impedir que a mais-valia se condensasse parcialmente sob forma monetária ou ‘líquida’ — o que implicaria depressão econômica — levando-a a imobilizar-se, indiferentemente, em bens de consumo durável ou em bens de capital”.⁽⁹⁰⁾

Transcrevemos uns trechos relativamente extensos de Ignácio Rangel, não só devido à sua importância intrínseca, mas também porque podemos assim estabelecer um paralelo com as idéias que já começáramos a desenvolver neste capítulo sobre a inflação. Estas idéias inspiram-se, sem dúvida, no trabalho do autor de *A Inflação Brasileira*, embora divirjam em alguns aspectos fundamentais.

Ao explicarmos as causas da capacidade ociosa e da insuficiência da demanda, por exemplo, não damos à falta de uma reforma agrária a mesma importância que aquele autor dá, embora sem dúvida reconheçamos que a estrutura da propriedade agrícola no Brasil é sem dúvida uma das causas do insuficiente desenvolvimento do mercado interno do país. Preferimos ligar o problema da capacidade ociosa ao esgotamento das oportunidades de substituição de importações e à concentração da renda, como acabamos de ver.

Além disso, vemos esta inflação de custos em termos de fase histórica. Durante a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, terminada em 61, não se podia falar em insuficiência de demanda nem em predominância de uma inflação de custos.

Vejamos como, a partir da concentração da renda, da capacidade ociosa e de um fator que ainda é preciso acrescentar — o cará-

(90) *Idem*, pp. 79-80.

ter monopolístico do mercado brasileiro — chegamos a explicar o processo inflacionário.

Sobre o caráter monopolístico do mercado brasileiro cremos não ser necessário insistir muito. É um fato por demais evidente. No Brasil, imperam os oligopólios e os cartéis. A concentração da renda é ao mesmo tempo causa e resultado também de um permanente processo de concentração econômica. Por outro lado, a invasão da economia nacional pelos capitais estrangeiros, no setor da indústria manufatureira, ocorrida nos anos cinquenta, deu grande impulso a esse processo de trustificação da economia. O resultado é que boa parte dos setores industriais brasileiros, inclusive aqueles que fornecem principalmente para o Governo, são organizados em forma de oligopólio. Do lado da comercialização da produção agrícola, em especial, é também notório o caráter oligopsonístico do mercado. E tanto os oligopólios como os oligopsônios, mesmo os menos estruturados e definidos como tais, organizam-se com a maior facilidade em cartéis, tornando impensável qualquer autêntica concorrência de preços.

O processo inflacionário. Definido o quadro nestes termos, é fácil compreender o processo inflacionário que atinge o Brasil a partir do início da crise brasileira.

As empresas, operando em regime de capacidade ociosa, vêm seus custos aumentarem e seus lucros reduzirem-se. Em outras palavras, a eficiência marginal do capital decresce rapidamente, à medida que os diversos setores da economia vão, um após outro, entrando em situação de capacidade ociosa.

Como medida de defesa, as empresas passam imediatamente a: *a)* elevar seus preços; *b)* pressionar o Governo para que aumente suas compras do setor privado; e *c)* pressionar o Governo e o sistema bancário para que aumentem o crédito.

O aumento dos preços, em uma situação de procura insuficiente, só é possível dado o caráter oligopolístico dos mercados. Face a uma demanda que não crescia no ritmo adequado, se é que crescia, e já havendo um processo inflacionário em curso, que até então fora baseado no excesso de demanda, o aumento de preço era uma medida natural. Com isso, as empresas defendiam-se ao mesmo tempo contra a inflação já existente e contra a queda da procura. O mercado oligopolístico e cartelizado, excluindo a ameaça de uma guerra de preços, tornava tal política viável. As elevações de preços das empresas, assim, deixavam de ser uma simples resposta ao

aumento de seus custos causado pela inflação. Na medida em que suas elevações de preços superavam a taxa vigente de inflação, transformavam-se em uma causa de aceleração do processo inflacionário.

A pressão sobre o Governo para que aumentasse suas compras era outra medida de defesa do setor privado perfeitamente natural. Face a um declínio acentuado do consumo privado, não havia outra alternativa para as empresas senão pressionar o Governo para aumentar seu dispêndio. A pressão dos cafeicultores para que o Governo comprasse sua produção excedente, a preços os mais altos possíveis, é um aspecto particular do fenômeno que estamos analisando. O Governo, por sua vez, respondia facilmente a essa pressão. De um lado, a pressão era forte; do outro, o aumento dos encargos governamentais é hoje um fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que o Estado Liberal está morto, na medida em que o setor privado se tem revelado incapaz de assumir a principal responsabilidade do desenvolvimento, na medida em que o planejamento econômico e a intervenção crescente do Estado na economia se tornam realidades universalmente aceitas.

Ora, com o aumento do dispêndio do Governo, causado pelas pressões do setor privado (realizadas, naturalmente, apesar dos empecilhos de ordem ideológica que a iniciativa privada vê nesse tipo de solução), sem que houvesse um correspondente aumento da receita de impostos, provocava imediatamente o *deficit* de caixa do Governo e as conseqüentes emissões. É preciso salientar que o aumento autônomo dos preços das empresas, particularmente daquelas que forneciam diretamente para o Governo, as quais, aliás, são as que mais facilmente se organizam em termos de cartel, além de causar diretamente a inflação, tinham o efeito de agravar ainda mais o *deficit* governamental. E, assim, o Governo, que iniciara o exercício financeiro com o propósito de executar um orçamento equilibrado, pressionado pelas empresas a comprar mais do que o planejado e a preços maiores do que os previstos, acabava sendo obrigado a grandes emissões para resolver seus problemas de caixa.

Finalmente, em terceiro lugar, para se defender contra a inflação existente, as empresas pressionavam o Governo e o sistema bancário pela obtenção de maiores créditos. A importância da obtenção de um crédito cada vez maior era fundamental para as empresas por dois motivos interdependentes. De um lado, o maior volume possível do crédito tende a reduzir o capital circulante

líquido das empresas, particularmente o capital circulante líquido menos estoques.

Ora, em um regime já inflacionário, além, naturalmente, dos aumentos de preço, que as empresas precisam adotar para defender seu lucro real da inflação, fazendo-o divergir o menos possível do lucro contábil, é preciso reduzir ao mínimo, e se possível tornar negativa, a diferença entre o disponível e as contas a receber (não se trata do realizável, porque não se devem considerar os estoques) e as contas a pagar. Em outras palavras, o importante é reduzir ao mínimo permitido, pela segurança econômica, o índice seco de liquidez, porque, em última análise, o que realmente sofre o efeito da inflação em uma empresa é esse saldo entre o disponível e o a receber de um lado e o a pagar do outro, ou seja, são os bens líquidos, exceto estoques, da empresa.⁹¹ Era natural, portanto, que as empresas fizessem todos os esforços no sentido de aumentar seu crédito. Na medida em que eram bem sucedidas, produziavam-se imediatamente efeitos inflacionários.

De outro lado, o crédito obtido, embora fosse onerado com taxas de juro nominais elevadas que a posição privilegiada do sistema bancário dentro de uma economia inflacionária propiciava, implicava, ainda assim, uma taxa de juro real negativa. Ora, sabemos que o nível de investimentos de um país depende do nível da renda e, dado este, da relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juro corrente do mercado. Na situação de depressão em que as empresas se viram, no momento em que, depois de uma longa fase de prosperidade, teve início esse período que chamamos de Crise Brasileira, a eficiência marginal do capital, ou seja, as expectativas de lucros dos empresários eram muito baixas. Só uma taxa de juro negativa, propiciada pela inflação, permitiria que continuassem a investir, ainda que com o risco de agravar sua capacidade ociosa. A alternativa para os novos investimentos, além, naturalmente, da compra de divisas estrangeiras, era aumentar a liquidez de cada empresa, mas já vimos que esta solução era totalmente insuportável em um regime inflacionário.

As empresas, portanto, por esses dois motivos que acabamos de analisar, pressionavam o sistema bancário por maiores créditos, além de desenvolver novas formas de financiamento, como as finan-

(91) Cf. Luiz Carlos e Silvio Luiz Bresser Pereira, "A Inflação e os Lucros da Empresa", em *Revista de Administração de Empresas*, vol. IV, nº 10, março 1964.

ciadoras. Esta ampliação do crédito, somada aos aumentos de preços autônomos já examinados, e a pressão sobre o Governo para aumentar seu dispêndio transformaram-se nas causas básicas da inflação dos últimos anos.

É claro que houve outros fatores a provocar pressões inflacionárias. O grande saldo da balança comercial em 1965 obrigou o Governo a emitir em grande quantidade, para pagar aos exportadores nacionais, ao mesmo tempo em que se acumulavam divisas no exterior. Os enormes *deficits* das empresas estatais de estradas de ferro e navegação, causados em parte por tarifas excessivamente baixas, eram uma causa da inflação, devido às emissões que acarretavam. Depois da Revolução de 64, inverteu-se a situação. Os drásticos aumentos de tarifas implicaram uma inflação de custos.

Aliás, todo o processo inflacionário brasileiro dos últimos anos caracterizou-se basicamente por uma inflação de custos. Quais custos? Quando o Governo Costa e Silva assumiu o poder, a equipe de economistas que foi levada ao poder, sob a liderança do Sr. Delfim Netto, definiu a inflação imediatamente, e com muita propriedade, como sendo uma inflação principalmente, de custos. Não definiu, todavia, de forma completa, de que custos se tratava. Os salários, naturalmente, não foram mencionados. Embora constituam uma causa típica de inflação de custos, no Brasil, em que eles vêm declinando, em termos reais, não podiam ser considerados como fator de inflação de custos. Três custos foram apontados: as taxas de juro excessivas, o aumento dos preços dos serviços públicos e o aumento da carga tributária. Estes custos, sem dúvida, são parcialmente responsáveis pela inflação. O custo mais importante, porém, o custo cujo aumento constitui a base de todo o processo inflacionário que vimos analisando, esse custo não foi apontado. Referimo-nos ao lucro das empresas.

Porque é preciso não esquecer que o lucro não passa de um tipo de custo. Como juro, embora em termos diferentes, o lucro pode ser considerado o custo de capital próprio. Quando as empresas, face à crise, passaram a elevar automaticamente seus preços, quando a procura, ao invés de aumentar, diminuía, o que estavam era provocando diretamente uma inflação de custos, na medida em que procuravam defender a sua taxa de lucro da crise. É claro que a inflação de custos só é possível quando temos situações monopolísticas. Ora, da mesma forma que o Governo as tem naturalmente, e assim tornou-se uma causa de inflação de custos ao aumentar a carga tributária, para poder, assim, fazer frente ao aumento do dis-

pêndio público pressionado pelas empresas, estas também possuem condições monopolísticas de mercado (já vimos que o oligopólio, organizado em termos de cartel, é a forma por excelência de estruturação dos mercados brasileiros, em seus setores-chave) e podiam, assim, provocar uma inflação de custos originada na tentativa de não ver reduzido o seu lucro. Com isto não pretendemos afirmar que a inflação tenha proporcionado imensos lucros aos empresários, a partir de 61. Longe disso, tudo indica que, face à crise, a taxa real de lucro declinou violentamente, quando não se tornou negativa. Com os aumentos autônomos de preços o que as empresas procuravam, simplesmente, era manter, relativamente, sua taxa de lucro, impedindo que ela entrasse em total *débâcle*.

Visto o problema nesses termos, de o lucro ter sido o custo fundamental da inflação de custos que se tornou dominante no Brasil nos anos sessenta, o problema da taxa de juro cobrada pelo sistema bancário pode ser compreendido mais facilmente. Em uma primeira fase de inflação galopante, os bancos que recebiam depósito a uma taxa nominal de juros, exigiam uma elevadíssima taxa das empresas. Estas pagavam porque, assim mesmo, a taxa de juro real para elas era negativa. Estávamos, assim, diante de uma típica inflação de procura. Eles cobravam taxas tão elevadas, e preocupavam-se pouco com seus custos operacionais, porque a procura de crédito das empresas era enorme. No momento em que a taxa de inflação começou a declinar, as taxas de juro reais, de negativas passaram a positivas. A procura de crédito das empresas tendeu a diminuir. Seria natural que os bancos reduzissem suas taxas de juro, para aumentar suas aplicações. Não podiam fazê-lo, todavia, na proporção que a queda da procura indicava em vista de seus custos elevados. E se alguns deles que haviam sido melhor administrados tinham melhores condições de baixar decisivamente suas taxas de juros, mesmo assim não o fizeram, dado um acordo tácito entre os bancos de não entrarem em uma guerra de juros. Era novamente a inflação de custos, motivada pelo fator lucro, e propiciada por organizações imperfeitas de mercado.

Em resumo, a partir da Crise Brasileira, havendo-se esgotado as oportunidades de substituição de importações, as empresas entraram em situação de crescente capacidade ociosa, agravada pelo processo de concentração de renda então unificado. Para defender sua declinante taxa de lucros, as empresas passaram a provocar uma inflação de custos, possível graças ao caráter monopolístico dos mercados. Passaram, assim, em épocas de queda da demanda, a

aumentar autonomamente seus preços, provocando diretamente a inflação, a pressionar o Governo para aumentar o seu dispêndio e a pressionar o Governo e o sistema bancário para aumentar o crédito. O Governo, para responder à pressão das empresas, aumentou seu dispêndio e entrou em situação de *deficit* crescente de caixa. Resolveu inicialmente esse problema através das emissões e depois aumentando a carga tributária, o que veio a constituir-se novo foco de inflação de custos.

Ora, a inflação aberta, embora ainda desempenhando alguns papéis no sistema de economia brasileira, não mais podia ser considerada como um fator de desenvolvimento. Seus maiores méritos continuavam a ser a criação de uma poupança forçada, a transferência dessa poupança para o Governo e para os industriais, a criação de uma demanda maior, ainda que artificial, de bens de consumo duráveis, o estímulo ao investimento dos recursos transferidos dos assalariados para o setor privado, estímulo esse ainda mais salientado por financiamentos e taxas negativas de juro. Em contrapartida, porém, essa poupança cada vez mais diminuía, na medida em que as classes prejudicadas pela inflação, particularmente os empregados, conseguiam reajustar seus salários mais freqüente e rapidamente. As distorções nos investimentos provocadas pela inflação se acentuavam. A capacidade ociosa de alguns setores industriais aumentava. O controle contábil e financeiro das empresas tornava-se mais difícil e impreciso, levando muitas delas a terem seus controles efetivamente perdidos. As injustiças sociais provocadas pela redistribuição de rendas se agudizavam. A inflação tornava-se um foco permanente de instabilidade social. Constituíam-se, assim, tipicamente, uma causa a médio prazo da crise econômica brasileira atual.

Resumindo, temos, pois, como causas mais gerais a médio prazo da crise econômica a falta de oportunidade de investimentos, a limitação à capacidade de importar e a inflação aberta. Estas causas estão interligadas. Mais diretamente relacionados com a redução das oportunidades de investimento, temos o esgotamento das possibilidades de substituição de importações, a capacidade ociosa, a falta de mercado e a insegurança política.

Causas a médio prazo da crise política

Se quiséssemos buscar as causas a longo prazo da crise política, teríamos provavelmente que chegar até à Guerra do Paraguai, à Proclamação da República, ao sistema de estratificação social e de controle do poder de então. Passaríamos, em seguida, pelos anos agitados da década de 20, pela Revolução de 30, pela formação dos partidos políticos, pela passagem da política de clientela para a populista e desta para a ideológica, pela luta entre o industrialismo e o agriculturalismo e pela superação dessa luta, pela emergência das esquerdas como força autônoma, para só então chegarmos às causas a médio prazo da crise política. Estes fatos já foram por nós analisados anteriormente, quando discutimos em especial as transformações estruturais da política brasileira. Agora limitar-nos-emos às causas que nos anos recentes levaram a política brasileira a uma situação de crise.

Como no caso das causas da crise econômica, em relação às causas a médio prazo da crise política temos também as de caráter personalista e as de caráter estrutural. Neste caso, as causas de ordem personalista têm provavelmente quase tanta importância quanto as de ordem estrutural.

Entre as causas personalistas, a renúncia do Sr. Jânio Quadros é sem dúvida a primeira. De um dia para outro, um dos Presidentes que obteve uma das vitórias eleitorais mais expressivas da história do Brasil, que representava um sem-número de classes e grupos sociais, que encarnava as aspirações de milhões de brasileiros, esse Presidente, incapaz de resolver os conflitos e contradições inerentes ao esquema de forças que o elegera, e de realizar os compromissos que a Presidência exige, renuncia, aprofundando de maneira dramática a sempre presente crise de representatividade da política brasileira.

O Vice-presidente, empossado depois de uma tentativa mal sucedida de golpe por parte de setores consideráveis das forças armadas, só vem agravar o problema. Não só faltava representatividade ao Governo João Goulart. Sua instabilidade, sua falta de objetivos e diretrizes, sua falta de seriedade e autenticidade política, sua abordagem dos problemas sistematicamente demagógica, as tinturas de esquerda de que se revestia, e que em seu final se acentuaram, todos esses fatores só poderiam contribuir para a crise política.

Entre as causas estruturais a médio prazo, salientaremos rapidamente apenas três, não obstante este tema nos desse ensejo às mais longas análises.

Em primeiro lugar, temos a emergência como força política autônoma e a imaturidade das esquerdas. De fato, conforme já verificamos anteriormente, foi praticamente só depois do Governo Juscelino Kubitschek que as esquerdas puseram em segundo plano as ideologias do industrialismo e do nacionalismo e se tornaram autônomas em relação à burguesia industrial, à classe dos empresários industriais. Essa autonomia, porém, teve que ser paga com o preço da imaturidade. De repente, não só as esquerdas ganhavam autonomia, mas também obtinham alguns êxitos eleitorais e viam no Governo da República um Presidente que as deixava operar em liberdade e até certo ponto lhes abria as portas. Desses fatos para um grosseiro erro de cálculo quanto à sua real força política e para uma estratégia de agitação, que, no final do Governo João Goulart, ganhou para alguns dos grupos mais extremados de esquerda condições de preparação revolucionária, foi um passo. Alguns chegariam inclusive a ponto de imaginar em um país como o Brasil, que o capitalismo industrial já é um fato consolidado, e no qual as classes médias já constituem uma realidade política indiscutível, de imaginar, repetimos, atingir o poder e socializar o país através de um simples golpe de Estado.

Em segundo lugar, temos o alarmismo da direita. Desde o início do Governo João Goulart o alarmismo foi sem dúvida a grande estratégia política usada pelos elementos mais radicais da direita para aglutinar as classes médias e as classes produtoras. O tema era sempre o mesmo: o comunismo está às portas, o Governo está dominado por comunistas, a conspiração comunista está para eclodir, e assim por diante. Tanto disseram que no final até muitos elementos das esquerdas começaram a acreditar no que afirmava a direita e a agir correspondentemente, e assim o alarmismo ganhou um mínimo de base na realidade.

Em terceiro lugar, temos, no seio das forças armadas, a crescente influência dos elementos saídos da Escola Superior de Guerra, que melhor preparados do que seus demais colegas de armas, e melhor organizados, desenvolveram uma ideologia e uma estratégia militar toda especiais, baseadas na inevitabilidade da Terceira Guerra Mundial e na necessária vinculação do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos.

Finalmente, como uma causa a médio prazo, de caráter personalista, temos, no âmbito internacional, a morte de Kennedy, cujo progressismo, idealismo e coragem vinham transformando a face política mundial e dando novas perspectivas políticas, econômicas e sociais particularmente aos países latino-americanos, e a subida à Presidência dos Estados Unidos de Lyndon Johnson, que endureceu a política externa norte-americana e fez reviver, em relação à América Latina, métodos de afirmação de liderança continental de há muito condenados e sepultados.

A conjugação de todos esses fatores personalistas e estruturais tornou possível a Revolução de 64, cuja vitória viria a constituir-se na causa dominante a curto prazo da crise política atual.

Causas a curto prazo da crise econômica

As causas a curto prazo da crise econômica, particularmente da recessão ocorrida no primeiro semestre de 65 e que até agora não foi plenamente superada, estão diretamente relacionadas com a política econômica do Governo Castelo Branco. Procuraremos ser breves na análise desta política a fim de não lhe darmos uma importância maior do que aquela que ela tem no quadro da crise brasileira atual. Além disso, limitar-nos-emos aos seus aspectos que tiveram uma influência direta e imediata na crise econômica.

Em primeiro lugar, devemos examinar os objetivos da política econômica governamental. O *Programa de Ação Econômica do Governo — 64-66*, muito corretamente, coloca como primeiro objetivo “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país” e como segundo objetivo “conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 64 e 65, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 66”. Cita, em seguida, três outros objetivos. Na página seguinte, esta primazia dada ao desenvolvimento é ainda mais enfatizada em um gráfico em que o objetivo de acelerar o desenvolvimento é colocado no centro, e os objetivos de contenção do processo inflacionário, de assegurar pleno emprego, de corrigir os *deficits* do balanço de pagamentos e de atenuar os desníveis setoriais e regionais são colocados em volta, como se fossem objetivos-meios.⁹²

(92) *Op. cit.*, pp. 15 e 17.

Entretanto, neste aspecto verificou-se uma contradição entre a teoria e a prática. No próprio *Programa de Ação Econômica* fala-se da “urgência” do combate à inflação.⁹³ E o que se verificou, na realidade, foi que, a título de urgência, foi dada inteira primazia à política desinflacionária, colocando-se o desenvolvimento em segundo plano. Toda a ênfase da política econômica governamental, expressa tanto nos discursos e declarações dos responsáveis por ela como nas medidas concretas tomadas, foi colocada na luta contra a inflação.

Teremos, portanto, que examinar a política econômica governamental sob esse prisma. E desde logo já encontramos uma contradição de caráter geral no próprio seio do *Programa de Ação Econômica*. Afirma este que um “tratamento de choque” seria desaconselhável.⁹⁴ Todavia, pretendia reduzir a taxa de inflação, que chegou a 92%, em 64, para 25% neste ano e para 10% no próximo.⁹⁵ Ora, ainda que possamos afirmar que este é um problema de semântica, só um tratamento de choque poderia lograr redução tão drástica.

Esse tratamento de choque, que recebeu o nome de “contenção progressiva”,⁹⁶ foi posto em prática. Partiu de uma análise estritamente monetarista da inflação,⁹⁷ embora mais adiante apresentasse índices de preços nos quais o deflator agrícola crescia de 66, em 49, para 456, em 60, enquanto o deflator da indústria aumentava de 72, em 49, para apenas 333, em 60. E a contradição ainda tornava-se mais patente em face à seguinte afirmação contida no *Programa*: “A persistir a tendência historicamente observada na produção agrícola orientada para o consumo interno, a demanda potencial de alimentos no Brasil, proveniente de um crescimento econômico regular de 3,4% por habitante ao ano (taxa almejada), e de uma elasticidade média de demanda de 0,49, traduzir-se-á, anualmente, por uma diferença de 5% nos ritmos de expansão entre demanda e oferta, cujos efeitos cumulativos, no tempo, representarão uma pressão inflacionária de intensidade crescente”.⁹⁸

Esta tomada de posição estruturalista, todavia, em contradição com a monetarista tomada anteriormente no mesmo docu-

(93) *Idem*, p. 33.

(94) *Idem*, p. 33.

(95) *Idem*, p. 35.

(96) *Idem*, p. 33.

(97) *Idem*, pp. 28 e segs.

(98) *Idem*, pp. 93-95.

mento, não teve qualquer repercussão na terapêutica aplicada. A estratégia de combate à inflação foi estritamente monetarista. Definiu erroneamente a inflação como se fosse uma inflação exclusivamente de demanda e se baseou em três pilares: a redução do *deficit* de caixa, a redução da demanda e o combate às causas psicológicas e especulativas da inflação.

A redução do *deficit* de caixa foi realizada através do aumento de impostos, da redução das despesas e investimentos governamentais, de eliminação de subsídios governamentais, do aumento das tarifas dos serviços públicos. A redução da demanda procurada por intermédio, novamente, do aumento da carga tributária, reduzindo-se assim as disponibilidades nas mãos do público, das restrições de crédito, limitando-se as possibilidades de investimento das empresas, e da política salarial, visando à diminuição do consumo. Finalmente, o combate às causas psicológicas e especulativas da inflação foi tentado através de instrumentos como a Portaria Interministerial nº 71, a Lei de Estímulos, em um sem-número de discursos e apelos, a Campanha em Defesa da Economia Popular, realizada pela União Cívica Feminina, com a colaboração da SUNAB, a afirmação de que a inflação de fato já terminara e que agora estávamos em sua fase "corretiva", etc.

Com isto esperava-se a contenção da inflação, mas os economistas governamentais eram suficientemente realistas para admitir que concomitantemente, face à redução dos investimentos e do consumo, o país estaria ameaçado de uma recessão.

Foram, então, previstos diversos mecanismos compensatórios, que deveriam contrabalançar os efeitos negativos das medidas desinflacionárias. Salientamos, entre outros, os seguintes: o plano habitacional, o aumento das obras públicas, o aumento das exportações e a entrada de investimentos estrangeiros.

Cada um dos mecanismos compensatórios falhou. O plano habitacional, que deveria produzir grande quantidade de empregos, dada a baixa relação capital-trabalho existente na indústria de construção, não produziu efeitos, como o reconheceram os próprios membros do Governo. E não era realista esperar que tais efeitos viessem a se fazer sentir de forma profunda a curto prazo, já que todo o plano se baseava na idéia simplista e idealista de que a simples promulgação de uma lei permitindo a correção monetária dos financiamentos imobiliários e a criação de instrumentos de financiamento resolveriam o problema. Além disso, é ingênuo imaginar que a mobilidade ocupacional fosse tão grande que o pessoal da

indústria metalúrgica ou da têxtil que viesse a perder seus empregos transferir-se-ia para a indústria de construção civil.

Em relação ao aumento das obras públicas, entre as quais o plano rodoviário tinha especial importância, além de merecer a última restrição que fizemos ao plano habitacional, estava em conflito com o objetivo de reduzir o *deficit* da caixa do Governo. É fácil imaginar, portanto, por que este efeito compensatório não funcionou.

O aumento das exportações industriais, embora venha ocorrendo, não poderia ter o efeito desejado, dado o caráter irrisório dessas exportações. Um grande aumento das mesmas representaria muito pouco em nossa pauta de exportações e em nossa atividade industrial. Em 64, por exemplo, nossas exportações de manufaturados subiram a apenas 63,1 milhões de dólares, correspondendo a 4,6% de nossa exportação.⁹⁹

Finalmente, o grande afluxo de investimentos estrangeiros diretos, esperado depois da subida ao poder do Governo conservador do Marechal Castelo Branco e da modificação da lei de remessas de lucros, não se verificou, comprovando-se mais uma vez que os investidores estrangeiros se preocupam muito menos com os problemas legais relativos a restrições de remessas de lucros do que com as reais oportunidades de investimentos lucrativos.

Ora, todas aquelas medidas desinflacionistas, que vinham agravar ainda mais um dos problemas fundamentais da economia brasileira, qual seja o da falta de mercados, o da insuficiência da demanda (já analisamos este problema quando tratamos das causas a médio prazo da crise econômica), somadas ao não-funcionamento dos mecanismos compensatórios, tiveram como resultado necessário a crise, o desemprego, a redução da atividade econômica.

Para esse resultado contribuiu ainda um fator muito simples. A inflação, apesar de todas as distorções que ultimamente vinha provocando na economia do país, tinha ainda um papel dentro dessa economia, o de manter, ainda que artificialmente, uma parte da demanda. As medidas antiinflacionárias, embora não lograssem conter senão parcialmente a inflação (segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, o aumento do custo de vida na Guanabara, em 65, foi de 45% e, em 66, de 40%), fizeram com que a inflação perdesse aquela função. De repente, criou-se um vácuo no sistema econômico. A inflação deixou de estimular a demanda, e nada em seu

(99) Fonte: CACEX.

lugar surgiu. Muito pelo contrário, todas as demais medidas inflacionárias a que nos referimos passaram a operar negativamente sobre a economia.

E se não bastasse isto, face a essas medidas, tivemos não só a eliminação daquela demanda artificial provocada pela inflação como uma retração daquilo que poderíamos chamar de demanda normal. Prevendo a redução, se não o estancamento do ritmo inflacionário, os empresários iniciaram imediatamente uma política de redução de estoques. Sem dúvida, esta é uma atitude típica dos homens de empresa quando há perspectivas de estabilização monetária. Além da redução da demanda das empresas provocada pelo aumento dos impostos e pelas restrições de crédito, tivemos também um desinvestimento em estoques. A redução de estoques é portanto apenas um dos fatores que levaram à redução da demanda intermediária. Não é o único, como pretenderam os representantes do Governo quando se viram face à crise.

Além disso, há a redução da demanda final por parte dos consumidores. Para estes também faz sentido reduzir suas compras — especialmente as de artigos duráveis — quando há perspectivas de estabilização. Por outro lado, a política salarial do Governo, e particularmente a decretação do salário mínimo teve efeitos os mais negativos. O novo salário mínimo, em princípio de 65, representou uma redução violenta do salário real dos trabalhadores (ver Quadro VIII) e, naturalmente, teve um efeito negativo sobre a demanda final de bens de consumo. Posteriormente, quando da decretação de novos salários mínimos, no princípio de 66 e 67, o Governo manteve a política de redução do salário real, estabelecendo sempre um resíduo inflacionário inferior ao que, realisticamente, dever-se-ia prever. Só em 1968 o Governo Costa e Silva começaria a rever esta política.

Julho de 65 foi o mês em que a crise chegou a seu ponto máximo. O desemprego em São Paulo atingia então a 13,5%. Desde junho, porém, a taxa de aumento do desemprego começou a diminuir. Esta tendência já era provavelmente efeito das grandes safras agrícolas de 65, que mantiveram o poder aquisitivo da população no interior. Por outro lado, embora o Governo propriamente viesse realizando investimentos relativamente de pouca monta, as empresas estatais continuavam a comprar intensamente do setor privado. A esses dois fatores somou-se, em julho, uma medida muito feliz do Governo federal: a redução temporária do imposto de consumo. A redução de preços decorrente teve um efeito psicológico favorável na

população. A confiança começou novamente a ser readquirida. Os investimentos tomaram novo alento, especialmente os realizados através do recém-criado FINAME — Fundo Nacional de Máquinas e Equipamentos —, o qual possibilitava um financiamento generoso para a compra de máquinas e equipamentos nacionais. Os investimentos estrangeiros, também, voltaram a ser realizados, embora em um volume abaixo das expectativas do Governo. Os consumidores voltaram a comprar novamente. Reduziu-se o desemprego. Os índices de decretação de falências e concordatas e o de homologação de saídas de empregados na Justiça de Trabalho diminuíram. A crise econômica, porém, estava longe de ter sido superada. Perdera seu impulso, mas continua presente no desemprego ainda existente, na capacidade ociosa das empresas, nos investimentos ainda insatisfatórios, na redução do ritmo de desenvolvimento industrial. No segundo semestre de 66, porém, a crise voltaria a se fazer presente, como já vimos, permanecendo o estado de recessão econômica até meados de 67.

O resultado desta política de combate à inflação através da redução da demanda, quando, como veremos mais adiante, a inflação era de custos, foi, portanto, a estagnação econômica, ou, mais precisamente, o retrocesso econômico. Um resultado intermediário dessa política, que funcionou como causa fundamental da crise econômica, foi a redução do consumo privado, que baixou, conforme se pode verificar pelo Quadro X, de 69,2%, em 1960 — ano em que ainda estávamos em pleno desenvolvimento econômico — para 65,6%, em 1965. Essa redução de consumo, fruto básico da política salarial e da concentração de renda recorrida no Brasil, porém, não implicou um aumento da taxa de formação bruta de capital fixo. Esta, pelo contrário, declinou de 17,3% para 14,9%, devendo-se esta queda, basicamente, à redução dos investimentos privados. O que realmente aumentou foi a variação de estoque, definindo bem o caráter da crise. Não havia estímulo à produção na medida em que as empresas acumulavam estoques em seus armazéns, face à redução do poder aquisitivo da classe assalariada.

Causas a curto prazo da crise política

As causas a curto prazo já foram por nós em parte analisadas quando vimos a sintomatologia da crise política brasileira atual. De um lado, temos os problemas gerais, a falta de representatividade,

Quadro X
PRODUTO REAL POR TIPO DE GASTO — 1956/1965 (ANOS ESCOLHIDOS)
 Bilhões de Cr\$ de 1960
 Percentagens de Produto Bruto Total

<i>Discriminação</i>	1956	1960	1961	1962	1963	1964	1965
I — Inversão total	14,0	18,1	18,1	19,7	17,4	18,1	18,9
Formação bruta de capital fixo	12,3	17,3	16,8	17,8	16,5	16,1	14,9
a) Público ²	3,5	7,4	7,6	8,2	7,0	6,7	7,2
b) Privado	8,8	9,9	9,1	9,4	9,4	9,4	7,7
Variação de estoques	1,7	0,8	1,4	1,8	1,0	2,0	14,0
II — Consumo total	87,6	84,6	83,5	82,2	83,7	82,2	79,9
a) Governo	14,7	15,3	15,5	15,5	16,3	15,4	14,3
b) Pessoal	72,9	69,2	68,0	66,7	67,4	66,7	65,6
III — Exportação de bens e serviços	8,5	7,2	7,4	6,4	7,2	6,3	6,9
IV — Importação de bens e serviços	10,1	9,9	9,1	8,3	8,3	6,6	5,7
V — Produto interno bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes:

(1) Estimativas realizadas pelo Centro CEPAL/BNDE.

(2) Inclui empresas de economia mista.

Cf. — "A Evolução Recente da Economia Brasileira", *op. cit.*, p. 28. Existem diferenças entre os dados deste quadro e do Quadro VIII. São devidas a diferenças de critérios. As variações, porém, não chegam a ser grandes ao ponto de alterar as conclusões.

a negação do direito de voto ao analfabeto, a intransigência e a recusa ao diálogo das elites, a imaturidade das esquerdas, a instabilidade política do Governo João Goulart, todas como causas a longo e médio prazo da crise; de outro, temos fundamentalmente a Revolução de 64, que veio, em parte, resolver alguns daqueles problemas, principalmente o da instabilidade política, mas também e principalmente veio agravá-los.

De fato, salvo no que diz respeito à instabilidade, a Revolução só veio agravar a crise política brasileira. Particularmente a falta de representatividade, que já era aguda, tornou-se ainda mais profunda. O Executivo tornou-se fruto de um golpe de Estado; o Legislativo, ao qual sempre faltou representatividade, perdeu o pouco que dela lhe restava, seja devido às cassações, seja face à sua total subserviência ao Executivo.

Mas não é só. As esquerdas sofreram profunda amputação, tanto naquilo que elas tinham de mais autêntico quanto no de mais demagógico. Nas cassações, oportunistas foram confundidos com homens sinceros; moderados, com extremistas. Dessa forma, interrompeu-se quase totalmente o diálogo com as forças progressistas do país. E nada há de mais grave para a vida de um país do que a cessação do diálogo.

Há outras causas a curto prazo para a crise política. Estas causas, porém, tiveram também influência direta na crise econômica. Chamamo-las, por isso, de causas gerais a curto prazo da crise brasileira.

Enquadramento social e ideologia do governo Castelo Branco

Estas causas são função direta da posição ideológica e do enquadramento social do Governo Castelo Branco.

Vejam, em primeiro lugar, em linhas gerais, o enquadramento social dos homens que governaram o Brasil entre 1964 e 1967. Em primeiro lugar, e obviamente, tratava-se de um Governo de militares. Não é preciso maior argumentação para demonstrar este fato. Ele é evidente. São os militares, particularmente os oficiais do Exército, o grupo com maior soma de poder hoje no Brasil. Mas não são apenas os militares. Ao seu lado, com uma soma de poder quase tão grande, especialmente na esfera econômica, temos os tecnocratas. Estes são quase todos economistas. Durante o Governo Castelo Branco ocuparam todos os cargos econômicos chaves do

Brasil, com exceção da presidência do Banco do Brasil. No Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, na presidência do Banco Central e na do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, tínhamos economistas, técnicos que deixaram suas posições de assessoria para tomar as rédeas do Governo, tecnocratas portanto.

O Governo Castelo Branco foi, portanto, um Governo de militares e de tecnocratas e praticamente de mais nada. Nunca tivemos um Governo no Brasil tão definido profissional e socialmente. Os demais grupos que, em outros países, ou em outras épocas no Brasil, costumavam participar do poder, estavam ausentes neste Governo. Os políticos estavam ausentes. O Governo foi feito com a subserviência quase total dos políticos. Mesmo os membros da extinta União Democrática Nacional, que poderiam parecer os maiores beneficiários da Revolução, eram mais instrumentos do que elementos ativos de controle do Governo. Os sindicatos estão ausentes. Este fato é evidente, não exigindo comprovação. A velha aristocracia brasileira, o sistema econômico tradicional brasileiro baseado na agricultura, não foi beneficiado, do ponto de vista econômico, com a política governamental. A política cafeeira de 66, extremamente severa para com os cafeicultores, é uma prova do que afirmamos. Não se pode dizer, portanto, que esse tenha sido um Congresso representativo da velha aristocracia brasileira, sequer da agricultura. Finalmente, também estão ausentes os empresários (na acepção ampla do termo, não schumpeteriana) e particularmente os empresários industriais. São eles, juntamente com os operários industriais, os maiores prejudicados pela política governamental. Da elaboração desta não participaram de forma alguma. No máximo foram chamados em determinados momentos formais para aplaudir, receber instruções e prestar colaboração. Ao significado e às conseqüências deste fato voltaremos mais adiante.

O Governo Castelo Branco, portanto, era um Governo apenas e basicamente de militares e tecnocratas. Em outras palavras, era um Governo de classe média. Mais especificamente, já que não existe apenas uma classe média, era um Governo da classe média tradicional, já que tanto os tecnocratas como também, e especialmente, os oficiais do Exército pertencem em geral à classe média tradicional, à velha classe média, à classe média de profissionais liberais, dos funcionários públicos, padres e militares que já existiam antes da Revolução Industrial Brasileira. Era um Governo em que os demais grupos, e particularmente a classe de empresários industriais e financeiros, estavam ausentes.

Como uma decorrência quase direta do enquadramento social na classe média tradicional, temos a posição ideológica (*lato sensu*) deste Governo.

Filosoficamente, era um Governo idealista. Idealista no sentido de acreditar mais nas idéias do que na realidade. Idealista porque negava a realidade ou pelo menos não conseguia captá-la. Idealista porque acreditava que seria preciso modificar antes as mentalidades e depois as estruturas, que, mais importante do que se criarem condições efetivas para a mudança social, era fundamental "converter", persuadir. Este caráter idealista do Governo Castelo Branco pode, aliás, ser ilustrado pela frase muito significativa de um de seus representantes. Conversando sobre a crise econômica do primeiro semestre de 65, disse-nos ele a um certo momento: "A situação econômica realmente está difícil, mas há uma compensação. O mais importante agora é mudar a mentalidade dos industriais, é fazê-los preocuparem-se com custos, com aumento da produtividade. Acabou-se o tempo em que era só produzir para vender e ter muitos lucros. Agora, ou eles mudam sua mentalidade, e passam a concorrer efetivamente no mercado, ou não sobreviverão". Esta é uma abordagem tipicamente idealista. Idealista no sentido filosófico. Idealista porque alienada da realidade. Mentalidade não se muda de um dia para outro, preocupação com custo não se cria nas horas de depressão econômica, quando o problema não é efetivamente reduzir custos, mas simplesmente reduzir a produção, despedir empregados e tentar sobreviver.

Outra faceta do idealismo filosófico do Governo Castelo Branco estava na crença de que o desenvolvimento econômico pode ser feito basicamente através de leis. Poucos Governos foram tão prolíficos em leis. E não há dúvida de que muitas delas eram boas, tecnicamente bem feitas. É o caso das leis do inquilinato, da lei do CONCEX, das incorporações imobiliárias, da criação do Banco Central (embora não se possa falar realmente em uma reforma bancária), da reforma tributária. Podemos discordar delas em muitos aspectos, mas devemos reconhecer que são frutos do trabalho de técnicos inteligentes e capazes. Todo o problema, porém, está, no fundo, em pensar que tais leis resolverão a curto prazo os problemas do Brasil, que as modificações introduzidas na lei de remessas de lucros farão chover capitais estrangeiros sobre o país, que a lei sobre o mercado de capitais produzirá um súbito interesse do público em participar desse mercado e a poupar, que a lei do plano habitacional fará surgirem casas e mais casas por todo o país como por encanto...

Ora, não há atitude mais idealista, mais desligada da realidade do que esta. Em grau de idealismo é sem dúvida comparável às teses de que é preciso primeiro educar para depois desenvolver, ou então, como já vimos, que a primeira tarefa a realizar é mudar as mentalidades. E esse idealismo é típico da classe média tradicional, na medida em que ela, sendo constituída principalmente de profissionais liberais, militares e funcionários públicos graduados, não está diretamente integrada no processo produtivo do país.

Se filosoficamente esse era um Governo idealista, economicamente era um Governo imobilista e antiindustrializante. Imobilista, não porque visasse à estagnação econômica do país, mas porque colocava o objetivo da estabilização monetária em primeiro lugar e estava disposto a sacrificar o desenvolvimento em favor do combate à inflação. Antiindustrializante, não no sentido de que procurasse estancar o desenvolvimento industrial brasileiro, mas porque, devido a um moralismo típico de classe média, olhava para os industriais, para os homens de negócios em geral, de forma desconfiada, encarava-os como eternos aproveitadores, dispostos sempre a auferir lucros máximos, especulativos, e que, portanto, é preciso sempre fiscalizá-los. Antiindustrializante, porque, no combate à inflação, não hesitou em vitimar, em primeiro lugar, a própria indústria, restringindo seu crédito muito mais, por exemplo, do que o da agricultura.

Por fim, politicamente, o Governo Castelo Branco, no campo interno, era conservador, na medida em que visava a preservar o *status quo*; moralista, enquanto via na honestidade dos políticos a solução para os problemas do Brasil, e anticomunista com tal violência que chegava às raias da paranóia. No campo internacional, esse era um Governo politicamente colonialista, na medida em que colocava o país sob o total domínio e dependência de uma potência estrangeira, da qual se tornava mais do que caudatário, um instrumento para a cobertura política das demais ações internacionais dessa potência. Colonialista porque acreditava que o desenvolvimento do Brasil só poderia ser realizado com auxílio do exterior, não havendo quaisquer condições para um desenvolvimento autônomo.

O conservadorismo, o anticomunismo paranóico e o colonialismo não são posições ideológicas exclusivas da classe média tradicional. Mas sem dúvida são ideologias que ela em geral adota. E o moralismo é uma ideologia essencialmente da classe média tradicional.

O empresário industrial e a crise brasileira

O Governo Castelo Branco foi, portanto, um Governo de militares e tecnocratas, um Governo da classe média tradicional, que exerceu uma política econômica imobilista e alienada da realidade. Foi um Governo em que operários, camponeses, estudantes e empresários estavam ausentes.

Ora, um Governo em que estejam ausentes todos esses grupos sócio-econômicos não podia promover o desenvolvimento econômico e social do país. Faltava-lhe o mínimo de representatividade necessária para isso. Todo o desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir de 30 foi realizado na medida, especialmente, em que dois governantes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e dois partidos, PTB e PSD, através de uma complicada alquimia de compromissos e concessões mútuas, representavam no poder uma ampla gama de interesses e de grupos sociais, que iam desde os operários industriais até os empresários e mesmo a aristocracia. O único grupo sócio-econômico que foi sempre totalmente colocado à margem do processo político brasileiro foram os camponeses.

Essa exclusão generalizada dos grupos mais representativos da sociedade brasileira e particularmente dos que estão mais diretamente inseridos no processo produtivo, como os operários e os empresários industriais, é um fato extremamente grave, é, sem dúvida, a causa por excelência, a causa mais geral, da crise brasileira atual.

A curto prazo, porém, fariamos ainda uma distinção. A ausência, a exclusão mais grave, dentro da sistemática do regime capitalista, é a dos empresários industriais.

De fato, na medida em que o Brasil continuar a se desenvolver economicamente em moldes capitalistas mistos, através da ação empresarial do Estado e dos industriais, como vinha acontecendo até há pouco, será preciso que caiba aos industriais, e também aos grandes comerciantes e banqueiros, uma parte importante, principal mesmo, embora de forma alguma exclusiva, no controle do Governo. Só é possível desenvolver rapidamente um país em termos capitalistas se o Estado representar os interesses capitalistas. Só é possível prosseguir na industrialização se empresários industriais tiverem parte das rédeas do Governo.

Ora, o Governo Castelo Branco pretendia manter o capitalismo no Brasil, mas excluía os empresários industriais do Governo. Era um contra-senso.

Caberia, porém, perguntar, por que esta exclusão dos empresários industriais e de um modo geral das classes produtoras do Governo?

Responderemos a esta pergunta apenas em relação aos empresários industriais, que são os que nos interessam mais de perto. Da parte do Governo Castelo Branco esta exclusão operou-se naturalmente. É bem provável que no fato não tenha havido qualquer caráter deliberado. Foram excluídos porque a Revolução foi uma revolução da classe média, liderada por militares da classe média, e encampada por tecnocratas da classe média. O que deveríamos perguntar é por que os industriais se deixaram excluir? E há duas respostas para isto.

Em primeiro lugar, porque sempre foram omissos e lhes faltou organização. Uma das características típicas dos industriais brasileiros foi sempre sua falta de participação e presença política, sua limitação às fronteiras estreitas de sua empresa e ao objetivo do lucro. Quando houve no Brasil um Governo, como o do Sr. Juscelino Kubitschek, todo voltado para a indústria, esse Governo representou os industriais quase que apesar deles. Não foram os industriais que levaram Kubitschek ao poder, não foram eles que lá o mantiveram. Muito pelo contrário, especialmente em São Paulo, quando se manifestaram politicamente, muitas vezes o faziam para se opor àquele presidente.

Aliás, esta última afirmação nos leva ao segundo motivo. Quando os industriais participaram politicamente, especialmente nos últimos tempos, depois que sentiram que a industrialização já era um fato consumado e que a luta agricultura *versus* indústria já não tinha mais sentido, participaram de uma forma crescentemente conservadora. Não perceberam a importância da manutenção do diálogo com as esquerdas. Não viram como era fundamental para a manutenção do processo democrático e a estabilidade política do país que os operários continuassem organizando-se e reivindicando. Ao invés disso, deixaram-se envolver pelas forças mais conservadoras do país tornaram-se instrumentos delas, abandonaram-se a um alarmismo infantil no ano que antecedeu à Revolução, mantiveram-se em uma total intransigência, incapazes de ceder em nada. Identificaram-se, assim, totalmente, com a Revolução de 64, que, em seguida, os ignorou, quando não se voltou contra eles.

CAPÍTULO VI

A viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil

Desenvolvimento e crise foram, portanto, as duas palavras-chave do processo histórico brasileiro entre 30 e 68. Durante os primeiros trinta e um anos, não obstante as intermitentes situações de crise, seja política, seja econômica, a tônica foi para o desenvolvimento. Realizou-se então o que já fomos tentados a chamar de a Revolução Industrial ou Revolução Nacional Brasileira, mas que hoje estamos convencidos haver-se constituído apenas na primeira grande fase dessa revolução. A partir de 62, teve início o período do que chamamos de Crise Brasileira, caracterizado por permanente crise econômica, social e política, que em certos momentos se agrava, para em seguida voltar ao seu estado natural de crise crônica.

Pergunta-se, agora: há viabilidade para o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil? Poderemos continuar nosso desenvolvimento econômico, superar as condições desumanas de nosso subdesenvolvimento, dentro dos limites de uma sociedade basicamente capitalista?

A pergunta tem sentido na medida em que vivemos sob a égide de um sistema capitalista que, depois do desenvolvimento industrial dos anos trinta, quarenta e cinquenta, a Revolução de 64 terminou por consolidar, pelo menos a médio prazo.

Essa Revolução, embora não tenha sido liderada pela classe capitalista, mas pela classe média tradicional, e particularmente pelos militares, acabou por adotar uma ideologia basicamente capitalista. A adoção da ideologia capitalista pela classe média tradicional que comandou a Revolução de 64 explica-se pela disponibilidade

ideológica que caracteriza genericamente a classe média. Ela não possui uma ideologia própria. Além do idealismo, que é mais uma característica filosófica, decorrente do tipo especial de sua inserção no real, geralmente em termos alienados do processo produtivo quando se trata da classe média tradicional, o que define fundamentalmente a classe média é o conservadorismo. Não é causa para surpresa, portanto, que no Brasil, onde conservar, manter a segurança, significava ficar com o capitalismo, este sistema fosse o preferido.

Ora, com a Revolução de 64, o movimento de esquerda que apenas a partir dos anos sessenta começava a se definir como força autônoma, como vimos no Capítulo IV, sofre um golpe violento. Sua imaturidade o fez expor-se demais, em uma época em que ainda era muito fraco e desorganizado para fazer frente aos grupos de centro e de direita. O resultado disso é que a Revolução de 64 teve talvez como principal resultado consolidar, pelo menos a médio prazo, o sistema capitalista no Brasil.

As condições para qualquer retomada do poder por grupos de esquerda são muito débeis no Brasil da segunda metade dos anos sessenta. Condições para uma revolução de caráter socialista, então, são ainda mais longínquas. O poder econômico, o poder militar, estão todos muito bem organizados para permitir qualquer rompimento do quadro institucional vigente. Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários, a qual, embora não seja politicamente atuante, é economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil, como vimos no capítulo III, e acabou por assumir o poder, através dos militares e tecnocratas. Ora, vimos que a classe média é por natureza conservadora.

Finalmente, dentro do quadro internacional, o Brasil está situado na área privativa dos Estados Unidos, e esta superpotência, dentro de uma perspectiva tipicamente imperialista (a história tem demonstrado que basta ser verdadeira grande potência para ser imperialista), tem deixado sempre claro, depois da experiência cubana, que qualquer revolução de esquerda na América Latina implicará intervenção americana. O caso da República Dominicana, onde não se tratava sequer de uma revolução de esquerda, demonstrou que esta posição não se traduz apenas em palavras. Nesses termos, face ao poder econômico da classe empresarial, ao número, ao conservadorismo, ao poder militar e ao poder político da classe média, e ao jugo norte-americano, há poucas dúvidas de que qual-

quer outra alternativa que não a capitalista tem poucas possibilidades de vigência no Brasil, pelo menos a médio prazo.

Revolução industrial e falsa analogia

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961 alcançou tais proporções que levou muitos observadores a pensar que nesse período se havia completado a Revolução Industrial Brasileira.

De fato, nesse período o país viu instalado dentro de suas fronteiras um amplo, diversificado e integrado parque industrial. Toda a indústria de consumo, desde a dos bens de consumo leves até a dos bens de consumo duráveis, fora instalada. Em 1961, o Brasil praticamente não importava mais artigos de consumo. A indústria de base — siderúrgica, do alumínio, do cobre, da barrilha, química — fora também basicamente instalada, e se nesse campo, particularmente no caso da indústria química, havia ainda muito a fazer, a parte mais importante já fora realizada, utilizando-se os subprodutos das refinarias de petróleo. O mesmo se pode dizer da indústria de bens de capital. Durante os anos cinquenta, seu desenvolvimento fora intenso, de forma que no fim desta década cerca de dois terços dos equipamentos exigidos pela indústria nacional eram aqui produzidos.

Estes fatos levaram à conclusão de que a Revolução Industrial Brasileira fora concluída. Este autor mesmo chegou a acreditar nisto e a escrevê-lo. E, de fato, tudo indicava que o país alcançara aquele estágio em que o investimento e o reinvestimento tornavam-se parte integrante do próprio sistema econômico, estimulados pelo objetivo lucro e transformados em condição de obtenção de novos lucros, tornando, assim, o desenvolvimento automático e necessário. Na verdade, porém, ao afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos, e hoje estou convencido de que esta era uma falsa analogia, uma analogia sem que os fatos fossem perfeitamente análogos.

Realmente, quando os países hoje desenvolvidos alcançaram o grau de integração industrial que o Brasil atingira em 1961, seu desenvolvimento passou a tomar um caráter auto-impulsionado. Os três países que primeiro realizaram sua Revolução Industrial — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — haviam atingido um nível de desenvolvimento industrial aproximadamente comparável

com o do Brasil quando terminou, basicamente, o período de instalação da indústria nacional, e esses países passaram a ter um desenvolvimento auto-impulsionado.

Por analogia, portanto, seríamos facilmente levados a concluir que também o Brasil, em 1961, havia terminado sua Revolução Industrial, e seu desenvolvimento, não obstante as crises por que pudesse passar, seria agora auto-impulsionado.

Entretanto, essa analogia esquecia um fato elementar, mas fundamental. O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu em termos muito diferentes dos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França. Os fatores que determinam essas diferenças são, fundamentalmente, de três tipos:

1) o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu sob a égide da substituição de importações, enquanto esta não foi a característica definidora por excelência da Revolução Industrial dos países hoje desenvolvidos, que logo de início começaram a participar do mercado internacional de manufaturados, como exportadores;

2) o desenvolvimento industrial dos países hoje desenvolvidos foi realizado através da absorção de técnicas que estavam na época sendo aperfeiçoadas, adequando-se às necessidades econômicas dos respectivos países, enquanto a tecnologia usada pelo Brasil foi importada, desadaptada das nossas necessidades, e provocou sérias distorções em sua economia, particularmente no que diz respeito ao problema do emprego;

3) finalmente, o desenvolvimento industrial brasileiro vem ocorrendo sob a vista de uma superpotência imperialista que, como todas as superpotências, pretende controlar e orientar o desenvolvimento econômico e político do país.

Estes três fatores nos levam a concluir que o Brasil não completou ainda sua Revolução Industrial. As distorções produzidas na economia e na sociedade nacional por aqueles fatores são de tal gravidade que, enquanto não forem superadas, o desenvolvimento industrial brasileiro não estará definitivamente consolidado. Teremos apenas uma aparência de consolidação do desenvolvimento industrial, o qual, porém, não terá atingido a fase em que pode ser legitimamente considerado auto-impulsionado, ou seja, automático e necessário.

Teste básico: exportação de manufaturados

As distorções causadas pelo processo de substituição de importações sugerem o primeiro teste que a economia brasileira terá que enfrentar para superar essas distorções. Referimo-nos à exportação de manufaturados. Uma das condições essenciais para que se possa considerar o desenvolvimento industrial brasileiro auto-impulsionado é que passemos a participar de forma crescente do comércio internacional de manufaturados.

Há dois motivos para o que afirmamos. Em primeiro lugar, partimos da premissa de que as oportunidades de substituição de importações e redução do coeficiente de importações estão basicamente esgotadas. Nesses termos, a única alternativa que resta para o Brasil, para aumentar seu Produto Nacional, é aumentar, concomitante e proporcionalmente, suas exportações. Se não é mais possível reduzir o coeficiente de importações, ou seja, a participação percentual das importações no Produto Nacional, isto significa que, quando este cresce, aumentarão também as necessidades da indústria de importar máquinas e matérias-primas. Logo, o desenvolvimento para dentro, que praticamos até recentemente, não é mais possível: impõe-se o aumento das exportações.

Em segundo lugar, basear o aumento de nossas exportações nos produtos primários é inviável por uma série de razões já amplamente discutidas (baixa elasticidade-renda da procura de produtos agrícolas, crescente concorrência entre os subdesenvolvidos, uso de substitutos artificiais pelos desenvolvidos, instabilidade de preço dos produtos primários, etc.). Logo, teremos que colocar toda a ênfase de nossos esforços na exportação de manufaturados.

Em 1966, a exportação de manufaturados no Brasil, que vinha crescendo paulatinamente, representou 5,9% das exportações totais brasileiras, contra 6,8% em 1965. Em termos absolutos, a queda foi de 109,5 para 104,4 milhões de dólares.¹⁰⁰ Em 1967, as exportações de manufaturados reagiram bem.

Podemos, todavia, considerar que os manufaturados representam 6% das exportações brasileiras. Se planejarmos um crescimento do Produto Nacional de 6% ao ano — o que seria o mínimo aceitável — as exportações terão que crescer também 6%, para que o coeficiente de importações permaneça constante. Se quiséssemos

(100) Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, fevereiro de 1967, p. 36.

basear o aumento de nossas exportações apenas nos manufaturados, teríamos, no primeiro ano, que aumentar de 100% nossas exportações desses produtos. Nos anos seguintes, essa porcentagem ir-se-ia reduzindo para 50%, 33%, e assim por diante, até atingir o limite teórico de 6%, quando nossas exportações fossem exclusivamente de produtos manufaturados. Ora, evidentemente, crescimento tão rápido é inviável. Logo, embora concentrando nossos esforços na exportação de manufaturados, será preciso também procurar aumentar as exportações dos produtos primários. As dificuldades implícitas nessas duas tarefas são sem dúvida enormes, colocando em discussão a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Entretanto, se ambas as tarefas são essenciais, é indiscutível que o teste real da economia brasileira só ocorrerá na medida em que nos tornarmos um país efetivamente exportador de manufaturados. Eventuais condições favoráveis do mercado, extrínsecas à economia brasileira, poderão permitir um novo surto de exportação de primários. Com isso, porém, a própria estrutura da economia brasileira não estará sendo testada, já que o surto exportador não se relacionará com a mesma. O Brasil continuará um país subdesenvolvido, exportador de produtos primários, à mercê das flutuações típicas do mercado internacional desses produtos, sujeito a sofrer concorrência tanto de produtores dos mesmos produtos primários com utilização de mão-de-obra mais barata como de produtores de substitutos sintéticos nos países industrializados. O que é mais grave, porém, é que, na medida em que a produção de produtos primários não permite a introdução de técnicas de produção muito avançadas, continuaremos sem necessidade de treinar mão-de-obra especializada para essas funções, a produtividade continuará baixa, e o subdesenvolvimento será um fenômeno permanentemente dentro do cenário brasileiro.

Nesses termos, o grande teste da economia brasileira só poderá ser vencido na medida em que o Brasil se tornar um participante significativo do comércio internacional de manufaturados, e como tal admitido pelos países industrializados.

Não poderemos pretender, naturalmente, competir em todos os setores industriais. Alguns setores deverão ser escolhidos pelas empresas e estimulados pelo Governo. Os critérios para escolha dos setores em que deverão ser feitos os esforços principais no sentido de estimular a exportação de manufaturados são dois: existência de matérias-primas nacionais baratas (é o caso clássico do café solúvel)

e exigência de uma relação capital-trabalho reduzida. Este segundo critério é óbvio. Na medida em que contem com mão-de-obra abundante e barata, é pacífico, dentro da teoria do desenvolvimento econômico, que os países subdesenvolvidos devem concentrar seu esforço industrial nos setores trabalho-intensivos e não nos setores capital-intensivos. É claro que um sem-número de qualificações pode e deve ser feito a esta afirmação, mas tais qualificações não cabem neste momento nem modificam a idéia central que estamos afirmando.

Queremos, todavia, salientar que existem, entre as indústrias trabalho-intensivas, dois tipos de indústrias. A primeira é a indústria de tipo semi-artesanal, da qual as indústrias de vestuário, do couro, do mobiliário, seriam exemplos. Geralmente, quando se fala em indústrias trabalho-intensivas, o que se está pensando é apenas nesses tipos de indústrias caracterizadas não só por uma baixa relação capital-trabalho, mas também por um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Exportações de produtos manufaturados deste tipo certamente deverão ser realizadas. Mas ficar apenas nelas é outra forma de expressar-se o complexo de inferioridade colonial e, o que é mais grave, é outra maneira de permanecermos subdesenvolvidos, mesmo exportando manufaturados.

Existe outro tipo de indústria, também trabalho-intensiva, mas que, ao invés de possuir um baixo nível tecnológico, requer um alto desenvolvimento tecnológico. O exemplo por excelência desse tipo de indústria é o da produção de equipamentos eletrônicos ou mecânicos por encomenda. Por se tratar de um produto por encomenda, sua produção não pode ser padronizada e, conseqüentemente, não pode ser altamente mecanizada senão automatizada. Cada produto exige um projeto especial. Apenas algumas peças podem ser padronizadas. Muitas das partes, porém, têm que ser feitas especialmente, a montagem é sempre singular. Nesses termos, a relação capital-trabalho nesse tipo de indústria tem que ser baixa. A mão-de-obra, porém, deverá ser altamente especializada. E é nesse momento que perguntam os antinacionalistas, minados pelo complexo de inferioridade colonial: mas teremos capacidade de desenvolver uma mão-de-obra especializada à altura? Estou certo que sim. É muito mais fácil e barato para os países subdesenvolvidos importar tecnologia, pagando *royalties*, contratando técnicos estrangeiros, enviando bolsistas ao exterior, do que importar equipamentos.

Nesses setores, com facilidade de matéria-prima e (ou) com uma relação capital-trabalho baixa (o que não significa um nível

tecnológico baixo), deverá ser estimulada a produção para a exportação. Em qualquer hipótese, porém, mesmo que escolhamos os setores mais favoráveis para nós, a condição fundamental é a de que os custos de produção baixem, ou seja, que a produtividade aumente decisivamente, de forma que possamos competir no comércio internacional. Inicialmente seremos, inclusive, obrigados a ter custos e preços inferiores as dos nossos concorrentes mais ricos, como aconteceu com o Japão, porque não contaremos com a vantagem de um nome e uma tradição estabelecidos no comércio internacional.

O teste fundamental da economia brasileira, que, uma vez superada, significará que o Brasil terminou sua Revolução Industrial e alcançou o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado, é portanto o da mudança de sua pauta de exportações de forma a transformar os manufaturados em um dos seus principais itens. Isto, além de exigir, naturalmente, uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos e uma interferência direta do Governo no sentido de estimular certas exportações, importará na necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e conseqüente baixa de custos.

Três ideologias capitalistas possíveis

No final dos anos sessenta, quando a crise econômica está sendo superada, podemos discernir três ideologias possíveis para o Brasil. Por “possíveis” queremos significar que são ideologias que podem ter vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de Governo, na medida em que se tornem politicamente vitoriosas.

São as seguintes as três ideologias possíveis: o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista.

O neoliberalismo clássico é a ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do *laissez-faire*, mas não pode ser com ele identificado em vista do simples fato de que o liberalismo puro está hoje morto, sepultado. É a ideologia que prega a menor intervenção possível do Estado na economia, que pretende deixar a responsabilidade, e também os principais frutos do desenvolvimento, fundamentalmente nas mãos da classe capitalista. É uma ideologia sistematicamente colonialista, nos países subdesenvolvidos, na medida em que não crê na capacidade da classe capitalista nacional para a

realização do desenvolvimento e então apela para a eventual e discutível ajuda estrangeira. É uma ideologia que defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas idéias quando vêem que o próprio sistema está em jogo, como aconteceu em 1964. Esta ideologia pressupõe o controle do país fundamentalmente por dois grupos: a própria classe capitalista, que detém o poder econômico, e irá ocupar no Governo os cargos-chave definidores da política econômica, e os políticos profissionais, que funcionam não como meros representantes da classe capitalista, como querem alguns críticos apressados, mas como participantes de um estamento social, relativamente autônomo, que, defendendo seus interesses particulares, têm como papel o de servir de intermediários entre o Estado, a classe capitalista, a classe média e o povo em geral, nessa ordem de prioridade.

Não vemos para esta ideologia, que é provavelmente ainda esposada pela grande maioria da classe empresarial brasileira, e por boa parte da classe média, qualquer operacionalidade no sentido de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Três motivos para isso: é colonialista, e a nosso ver o desenvolvimento do Brasil só será possível desde que haja um projeto nacional bem definido; é liberal, minimizando a função do Estado, e sabemos hoje que o desenvolvimento econômico sem intervenção do Estado é obra do mero acaso, que os problemas hoje enfrentados pelos países subdesenvolvidos são tão grandes que só um planejamento e uma intervenção deliberada e inteligente do Estado na economia poderão levar ao desenvolvimento; e, finalmente, é estritamente capitalista, é a ideologia de apenas um pequeno grupo, que procurava trazer para ele as maiores vantagens do desenvolvimento; ora, isto podia ser aceitável politicamente no século XIX, mas no século XX, e particularmente no Brasil, não o é, além do fato de que, economicamente, os efeitos da concentração da renda decorrentes desta ideologia são funestos.

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil entre 1964 e 1967. Examinamo-la com certo cuidado no capítulo anterior, quando estudamos o enquadramento sócio-econômico dos militares e tecnocratas que assumiram o poder a partir da Revolução de 1964. Esta ideologia, como o próprio nome que lhe demos está a indicar, baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal. Na verdade, é toda um emaranhado de contradições, na medida em que é dominada por tecnocratas e militares. Estes, como membros da

classe média tradicional, desligados portanto do processo produtivo, não-beneficiados pelo desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961, caracterizam sua atuação política pelo idealismo, no sentido de alienação da realidade, e de pretenderem mudar o mundo através de leis e decretos; pelo moralismo, no sentido de personalizar os problemas, atribuí-los a responsabilidades individuais ou mesmo coletivas, mas sempre de caráter moral, e não às estruturas vigentes; e pelo conservadorismo, definido por uma política aparentemente reformista, mas cujas reformas são sempre epidérmicas.

A estas três características do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar junta-se a de ser uma ideologia capitalista. Trata-se, porém, de uma ideologia capitalista que não tem como autores e principais defensores os próprios empresários capitalistas, que foram excluídos do poder pela Revolução de 1964, e sim os militares e tecnocratas. Ora, para estes, o capitalismo não é algo de intrínseco, de vivencial. O capitalismo é um rótulo para opor ao comunismo, que os apavora, na medida em que são conservadores. Nesses termos, seu capitalismo é muito pouco autêntico e cheio de contradições. Dizem-se capitalistas, mas têm horror ao lucro privado, do qual não participam. Defendem o liberalismo, mas estabelecem um sistema rígido de controle das empresas, com características inclusive policiais, como jamais se viu no Brasil. Afirmam em todos os documentos que pretendem fortalecer o setor privado em detrimento do público, mas nacionalizam empresas hidrelétricas estrangeiras, e aumentam de maneira progressiva a participação do Estado na economia.¹⁰¹

Nacionalismo desenvolvimentista

Resta-nos agora a terceira ideologia “possível” para o Brasil em termos capitalistas. É o que chamamos de nacionalismo desenvolvimentista, e que tem como características fundamentais o fato

(101) Estas contradições, que detectamos em 1967 na ideologia dominante, resolveram-se no sentido de um desenvolvimentismo tecnoburocrático-capitalista, baseado na aliança da tecnoburocracia estatal, da burguesia local e das empresas multinacionais. Examinaremos esta quarta alternativa, que é, na verdade, uma evolução da segunda, com elementos da primeira e da terceira, no capítulo seguinte, escrito em 1970 e 1971.

de ser nacionalista e colocar o desenvolvimento nacional como seu objetivo fundamental.

O nacionalismo se opõe ao colonialismo. Define-se pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorrerá na medida em que a própria nação o colocar como projeto, definir os sacrifícios que são necessários para atingi-los, e cientificar-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço. Além disso, conforme observa muito bem Barbosa Lima Sobrinho, "a substância do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de idéias".¹⁰² A idéia do conflito, do antagonismo, não é essencial ao patriotismo, mas não se pode falar de nacionalismo sem que esteja implícito ou explícito um conflito de interesses.

Antagonismo e crença nas potencialidades do Brasil, nos valores da Nação brasileira em formação, são portanto as características essenciais do nacionalismo.

O antagonismo pode tomar muitas formas e objetos, dependendo da época e da situação em que um investimento ou uma ideologia nacionalista despontam. No Brasil, hoje, esse antagonismo deve partir da constatação de que os interesses nacionais do Brasil, país subdesenvolvido, não estão em acordo com os dos países industrializados, que os interesses dos grupos capitalistas nos países desenvolvidos geralmente (faremos, em seguida, algumas qualificações) não são os mesmos do povo brasileiro; muito pelo contrário, os interesses dos países desenvolvidos e de suas empresas estão, frequentemente, em claro conflito com os interesses do Brasil. E esta afirmação será especialmente verdade em relação aos Estados Unidos, que, na qualidade de superpotência imperialista, diretamente dominadora dos países latino-americanos, é a fonte dos maiores conflitos de interesse.

Esta constatação de falta de identidade de interesses e portanto desse conflito é essencial para que alguém seja hoje definido como nacionalista no Brasil. É claro, porém, que não é necessário ver conflito em tudo, apontar contradições em todos os setores.

Aliás, foi uma atitude desta natureza que levou o nacionalismo a uma fase de declínio como ideologia no Brasil. Examinamos no capítulo IV os motivos pelos quais, em fins dos anos cinquenta e

(102) Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Desde Quando Somos Nacionalistas?*, Civilização Brasileira, 1963, Rio de Janeiro, p. 11.

início dos anos sessenta, o nacionalismo deixou de ser uma ideologia atrativa para a classe capitalista brasileira, e, conseqüentemente, como deixou de ser o frágil, mas de qualquer forma essencial, ponto de união ideológica entre as esquerdas e os empresários, que nos anos cinquenta tentaram formar uma frente única, exatamente em torno do nacionalismo.

Quando esta frente única se tornou inviável, conforme ficou claro no capítulo IV, o nacionalismo passou a ser monopolizado pelas esquerdas. Ora, as esquerdas, muito compreensivelmente, radicalizaram o nacionalismo, confundindo, inclusive, argumentos de ordem econômica com argumentos de ordem política. A argumentação econômica em favor do nacionalismo foi-se tornando, nesses termos, muito fraca e imprecisa. E o nacionalismo, como ideologia, entrou em fase de plena decadência, na medida em que os grupos da classe trabalhadora, da classe média e naturalmente da classe capitalista não eram predominantemente de esquerda.

A discussão travou-se especialmente na área dos capitais estrangeiros. A posição nacionalista foi, em geral, radicalmente contrária a eles. Sua argumentação teórica, porém, em termos de análise econômica, era muito deficiente. Possuíam, sem dúvida, uma série enorme de casos isolados, de empresas estrangeiras no Brasil, especialmente empresas de serviços públicos, que agiam e agem em termos altamente antinacionais. O trabalho do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, sobre a ação das empresas elétricas é um clássico na matéria.¹⁰³ Mas quando se tratava de provar teoricamente que os investimentos estrangeiros, ou pelo menos uma grande parte deles, eram prejudiciais ao Brasil, a teoria econômica nacionalista de esquerda revelava suas limitações de forma gritante, e o nacionalismo entrava em processo de desmoralização.

Na verdade, a posição contrária a todo e qualquer investimento estrangeiro no Brasil é insustentável economicamente. Poderemos, sem dúvida, apresentar motivos de ordem política. Se quisermos instalar o socialismo a curto prazo no Brasil, não tem sentido permitirmos a entrada de capitais estrangeiros no país. Mas, se isolarmos os motivos políticos, não é possível sustentar em termos de análise econômica a tese da negação de todo e qualquer capital estrangeiro. Se nos países subdesenvolvidos se aceita que o grande

(103) Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares*, Fulgor, 1963, São Paulo.

problema é a falta de capital para investir, se se admite que o investimento, especialmente o de caráter industrial, tem efeitos multiplicadores, produzindo renda não só e diretamente para os proprietários estrangeiros de capital, mas também para os assalariados, o Governo e para outras empresas, se estamos de acordo na grande importância do *know-how* para o desenvolvimento industrial, então será difícil apresentar motivos de ordem econômica contra o capital estrangeiro.

Eles existem, todavia, e sugerem uma política nacionalista de seletividade rigorosa de investimentos e de controle das atividades da empresa estrangeira (remessa de lucros, processo obrigatório de nacionalização paulatina, etc.). Pretendemos que esta posição, efetivamente, tenha uma base teórica sólida. A explanação dessa base teórica para a seleção dos capitais estrangeiros mereceria um capítulo à parte. Em termos muito resumidos, porém, o argumento é o seguinte. Na verdade, a afirmação de que o grande problema dos países subdesenvolvidos é a falta de capital é uma meia verdade. Há, de fato, falta em alguns setores, onde a tecnologia é desconhecida, os investimentos necessários são muito elevados, o campo é virgem. Mas, em um grande número de setores, não há falta de capital. Pelo contrário, há sobra. As empresas trabalham em regime de capacidade ociosa, os empresários e capitalistas isolados não sabem o que fazer de seus lucros, juros e aluguéis; acabam consumindo-os, remetendo-os para o exterior ou investindo-os improdutivamente no aumento de capacidade ociosa.

Mas isso é um contra-senso em termos de análise econômica, dirá alguém. E, de fato, se admitirmos a existência de um mercado integrado, de um mercado de capitais altamente desenvolvido, capaz de canalizar a poupança das mãos dos poupadores para as dos investidores, de uma perfeita mobilidade dos fatores de produção e particularmente de capital, e a existência de um comportamento essencialmente racional, próprio do *homo economicus*, então, de fato, não poderemos imaginar a possibilidade de, dentro de uma mesma economia, haver áreas estancadas, haver setores com abundância e setores com falta de capital.

Como, porém, no caso brasileiro, não podemos admitir nenhuma daquelas premissas, somos obrigados a concluir que em determinados setores da economia brasileira há, efetivamente, sobra de capital. Não há sentido, portanto, em se admitir o capital estrangeiro nestes setores. E o que já foi admitido deve ser cuidadosamente controlado.

CAPÍTULO VII

A expansão a partir de 1967

A partir de 1967 a economia brasileira entra em novo processo de expansão, repetindo e tendendo a superar o desempenho expansivo ocorrido na segunda metade dos anos cinquenta. A crise econômica estava superada, enquanto a crise política marcada pelo autoritarismo do governo militar continuava a agravar-se.

A expansão econômica iniciada em 1967 coincide com a subida ao poder do General Costa e Silva. As reformas econômicas realizadas durante a crise anterior estabelecem as bases para essa recuperação. Entre elas são essenciais a reforma bancária, a reforma do mercado de capitais, a reforma tributária e principalmente a instituição da correção monetária. Todas essas reformas já estavam mais ou menos delineadas antes de 1964, mas não podiam ser realizadas por falta de poder político. Roberto Campos e Octávio Gouvea de Bulhões realizam-nas entre 1964 e 1966 com notável inteligência, ao mesmo tempo que adotam uma política econômica monetarista de curto prazo baseada na restrição da demanda agregada e no arrocho salarial, que criticamos no capítulo VI.

Conforme veremos neste capítulo, entretanto, a causa fundamental da nova expansão está relacionada com o aumento da capacidade de compra de bens de consumo durável (principalmente automóveis) por parte da classe média. Isto será possível devido à concentração da renda não apenas ao nível da grande burguesia, como aconteceu no ciclo da expansão anterior, mas da classe média para cima, e, em segundo lugar, ao grande desenvolvimento do crédito direto ao consumidor possibilitado pela instituição da correção monetária. A política de minidesvalorizações cambiais instituí-

da em 1967, ao estimular as exportações, será outra causa importante da recuperação da economia. Finalmente é preciso assinalar a mudança na política econômica de curto prazo. A inflação deixa de ser encarada como principalmente de demanda. Seu componente de custos é salientado, resultando daí uma política econômica conjuntural baseada na expansão da demanda e no controle administrativo dos preços.

O período 1967-1971

O Governo Costa e Silva, iniciado em 67, ao mesmo tempo em que mantinha uma boa parte dos aspectos negativos, agravadores da crise, do Governo Castelo Branco, apresentava uma série de sinais de mudança política, que nos permitem distingui-lo claramente do Governo anterior.

Modificações de ordem política. Devemos, inicialmente, distinguir dois períodos: os dois anos que antecedem o Ato Institucional nº 5 e o período posterior a esse ato. No primeiro período, observa-se, em primeiro lugar, que a unidade e aparente firmeza ideológica dos primeiros momentos, por parte dos militares, rompeu-se. Coube a eles a liderança do movimento. No instante em que se viram assumindo o poder, adotaram aquela atitude idealista típica de imaginar que poderiam transformar rapidamente o país. Em contato com a realidade porém, foram-se apercebendo pouco a pouco que esta era menos moldável do que esperavam, que a sociedade brasileira possuía uma estrutura, um caráter e um ritmo que lhe são próprios, os quais não podem ser mudados de uma hora para outra, através de algumas reformas superficiais e de um sistema policial de cassações indiscriminadas de direitos políticos e de supressão de liberdades. O resultado disto foi o desencantamento do grupo militar e a perda daquela precária unidade ideológica conseguida com a Revolução.

Em consequência disso, os dois pilares da ideologia idealista revolucionário-militar: o moralismo, traduzido no combate à corrupção, e o anticomunismo, expresso na luta contra a subversão, entraram em processo de diluição e amaciamento. Este fato se acentuou à medida que foi ficando claro que a sinceridade da cúpula governamental em relação ao combate à subversão e, especialmente,

à corrupção estava longe de ser total. No episódio das cassações em especial, ficou em diversos casos claríssimo que, sob a cobertura do combate à subversão ou à corrupção, o que se objetivava realmente, era a segurança da permanência no poder do grupo governamental. E é claro que esta falta de sinceridade ideológica foi pouco a pouco contribuindo para desmoralizar a caça às feiticeiras que os militares da chamada “linha dura” realizavam em nome da “ideologia revolucionária”.

Este processo de desencantamento e perda de entusiasmo por parte dos militares, e de perda de unidade, diluição e amaciamento da ideologia revolucionário-militar resultaram, naturalmente, em perda relativa do poder por parte dos militares, na medida em que estes se dividiam, esmoreciam em sua atividade e se desorganizavam. Ganhavam assim, relativamente, poder os grupos civis, embora ainda permanecessem nos primeiros meses do Governo Costa e Silva em uma posição tipicamente subordinada. Um sintoma dessa relativa recuperação do poder civil estava na crescente preocupação do Governo Costa e Silva com a opinião pública, a qual fora inteiramente desprezada pelo Governo anterior.

A modificação por que passou a Revolução de 1964 pode também ser confirmada através da análise superficial da personalidade dos dois Presidentes. Enquanto o Presidente Castelo Branco era um homem frio, deliberado, aristocrático em seu desprezo pelo povo, o Presidente Costa e Silva revelou-se um homem emotivo, apaixonado, comprometido com a vida. É claro que personalidades tão diferentes implicariam um estilo de Governo muito diferente. Mais importante, porém, é lembrar que, enquanto o General Castelo Branco era um dos líderes intelectuais da Escola Superior de Guerra, o General Costa e Silva foi um representante típico do “militar de caserna”, tocado apenas superficialmente pelos modelos abstratos e alienados daquela escola.

Finalmente, com o fim do Governo Castelo Branco, o quadro jurídico-institucional modificou-se. Os atos institucionais, com seus poderes discricionários, são substituídos pela nova Constituição, pela lei eleitoral e dos partidos políticos, e pela lei de segurança nacional. Estas, embora nem em suas origens nem em seu conteúdo fossem exemplos de democracia, e, a médio ou longo prazo, representassem um retrocesso político, a curto prazo, quando comparada com o regime ditatorial do Governo Castelo Branco, representavam uma mudança e uma institucionalização que também nos permitem afirmar que a Revolução de 64 perdia vigor.

Provavelmente como uma reação a essa perda de vigor da Revolução de 1964, a essa diluição do poder militar, foi editado em dezembro de 1968 o Ato nº 5. Com essa medida, o Governo assumia novamente todos os poderes. O processo de redemocratização do país era paralisado. Esta medida foi provavelmente tomada menos como uma resposta ao tímido aumento do poder civil, ao início de reorganização das esquerdas, à revolta estudantil que, deflagrada em todo o mundo, ocorria também no Brasil, e mais como uma tentativa do grupo militar dirigente de conservar o poder e reunir forças para realizar uma tarefa que não fora terminada.

Aqui, porém, está o grande problema da Revolução de 1964, ao qual o Ato nº 5 deu novo alento. Esta tarefa não estava definida. A Revolução partiu de uma ideologia essencialmente negativa — o combate à subversão e à corrupção. Havia também objetivos positivos teoricamente estabelecidos — particularmente a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. O primeiro desses objetivos, porém, acabava por se definir também negativamente, em termos de combate à subversão. Um aspecto positivo, a afirmação de uma ideologia nacionalista, embora tenha feito alguns progressos no Governo Costa e Silva, em relação ao Governo Castelo Branco, cuja posição era claramente colonialista, não chegou a se definir. E o desenvolvimento econômico continuava a ser definido em termos muito genéricos. Já não se podia mais dizer, como fora lícito fazê-lo em relação ao Governo anterior, que o desenvolvimento econômico fora subordinado à política de combate à inflação. Mas também não conseguia se transformar em um objetivo que reunisse todos os esforços da nação.

Nesses termos, e apesar dos inegáveis êxitos da política econômica do Governo Costa e Silva, continuava faltando ao país um verdadeiro projeto nacional, que fosse capaz de sensibilizar amplas parcelas da população.

Em um certo momento pareceu possível, dada a constituição do Governo Costa e Silva, que esse projeto poderia eventualmente se definir em termos de uma bandeira nacionalista e voltada para o desenvolvimento, mas tal possibilidade não se confirmou. Nesses termos, no momento em que o Ato nº 5 era editado, o País entrava em um novo capítulo de sua crise política, sem que um projeto nacional abrisse perspectivas otimistas para o futuro. O diálogo democrático, interrompido em 1964, mas que, em seguida, pouco a pouco, ganhava alento, foi novamente eliminado. Como resultado, teve início mais uma onda de radicalização, com os grupos mais

extremados da direita e principalmente da esquerda partindo para a ilegalidade, em face à impossibilidade de agir através de canais institucionalizados. A crise brasileira mais uma vez ganhava todos os seus contornos.

Mudanças na política econômica. Também nesse setor houve modificações significativas. No plano preliminar do Governo, já publicado, é feito um diagnóstico da economia brasileira no qual está implícita uma severa crítica ao Governo Castelo Branco. Seu resumo apresentado no próprio documento é o seguinte:

“I — DEBILITAMENTO DO SETOR PRIVADO, resultante:

- 1) do agravamento do problema de liquidez;
- 2) da queda da demanda, verificada em grande número de setores.

A redução de liquidez, que dificultou a manutenção da produção a níveis próximos da plena capacidade, resultou, por sua vez:

- a) da expansão rápida de certos custos, especialmente financeiros (juros), de tarifas e preços de serviços públicos, ônus tributários e encargos sociais;
- b) do controle quantitativo do crédito;
- c) da elevação do custo médio de produção, ligada à queda de demanda em vários setores;
- d) da injeção maciça de papéis do Governo no mercado de capitais, em condições extraordinariamente atraentes.

A queda da demanda, em grande número de setores, foi provocada:

- a) pela redução dos níveis de salários médios reais;
- b) pela queda da renda disponível, resultante do aumento da carga tributária (sem o correspondente aumento de dispêndios públicos);
- c) pelo aumento autônomo dos preços de certos serviços, importantes na composição do dispêndio dos assalariados;
- d) pela queda da produção agrícola em 1966;
- e) pela redução no nível dos investimentos privados.

Os setores foram atingidos em graus diversos pela insuficiência de procura ou de capital de giro: os setores mais dependentes da demanda governamental apresentaram melhores condições relativas de vendas e liquidez; os setores mais dependentes da procura privada, principalmente dos assalariados, enfrentaram sérios problemas conjunturais, agravando uma situação de longo prazo já bastante difícil.

II — PRESSÃO EXCESSIVA EXERCIDA PELO SETOR PÚBLICO, sob várias formas.

O impacto global sobre o sistema, decorrente do esforço realizado pelo Governo anterior, no sentido de corrigir distorções na economia e preparar o setor público para grandes programas de investimentos, parece haver sido excessivo; se é verdade que declinou a participação da despesa orçamentária no produto, o reajustamento drástico das tarifas e dos preços de empresas públicas e a criação de novas contribuições (como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) transferiram, em prazo relativamente curto, do setor privado para o setor público, um volume de recursos que reduziu excessivamente a renda disponível dos consumidores e a liquidez das empresas".¹⁰⁴

Este quadro, cujas cores sombrias foram evidentemente agravadas pela política do Governo anterior, resultou fundamentalmente em uma formulação da estratégia de combate à inflação, em termos muito inteligentes, que fazem honra ao novo grupo de técnicos que assumiu o controle econômico do país.

Basicamente, a inflação foi definida como sendo de custos e não de procura, nos termos em que vinha sendo atacada pelo Governo Castelo Branco. Afirma o plano governamental, logo após o diagnóstico acima apresentado, que esse quadro explica a característica recente do processo inflacionário brasileiro, que, de uma fase de predominante expansão da demanda, com níveis elevados de utilização de capacidade produtiva, passou a uma fase de predominante expansão de custos, com níveis acentuados de capacidade

(104) *Diretrizes do Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento* — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, julho de 1967, pp. 20-21.

ociosa. Nesta última fase, a inflação prosseguiu, apesar da retração da demanda, devido à influência da elevação autônoma de certos custos, da elevação da taxa de juro, do aumento do custo médio resultante de menores vendas e da ação das expectativas.¹⁰⁵ O Sr. Delfim Netto, Ministro da Fazenda, e evidente inspirador principal dessa reformulação, já havia declarado anteriormente que “a presente inflação brasileira dificilmente poderá ser compreendida nos esquemas teóricos da pura inflação de demanda ou pura inflação de custos. A experiência indica que essas duas formas de tensões têm surgido com a prevalência ora de uma, ora de outra. Na verdade, a pressão autônoma de custos esteve sempre presente no processo inflacionário, oculta, no entanto, pela magnitude dos efeitos derivados da demanda. Tais tensões continuaram a se agravar pela própria natureza de combate à inflação”.¹⁰⁶

O acerto básico do diagnóstico é indiscutível. Sem dúvida, a análise poderia ter ido um pouco mais fundo. Os envoltimentos políticos do Governo, porém, naturalmente, devem ter impedido esta análise. De um lado, por exemplo, fez-se sempre questão de afirmar que a modificação da estratégia de combate à inflação resultou de uma mudança da conjuntura econômica, não implicando crítica ao Governo anterior. Ora, não há dúvida de que houve mudança da conjuntura, mas esta mudança já havia claramente ocorrido quando o General Castelo Branco e seu Ministro do Planejamento assumiram o poder. Já vivíamos em regime de capacidade ociosa pelo menos a partir do início da Crise Brasileira, como vimos ainda neste capítulo. Por outro lado, na determinação dos custos que implicaram a inflação de custos, vimos no início deste capítulo, quando examinamos a inflação brasileira como uma das causas econômicas a médio prazo da Crise Brasileira, que o fator mais importante era o lucro, ou seja, o custo do capital próprio. Ora, este custo foi esquecido na análise oficial.

De qualquer forma, porém, não há dúvida de que o Governo Costa e Silva teve o grande mérito de, pela primeira vez, ter diagnosticado em termos oficiais a inflação brasileira como sendo de custos. E as medidas que passou a tomar são, sem dúvida, coerentes com esse diagnóstico. Boa parte das medidas econômicas do Governo

(105) *Idem*, p. 21.

(106) Antônio Delfim Netto, “Discurso no Clube da ADECIF”, em *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho de 1967. Esta posição está claramente baseada nas idéias de Ignácio Rangel, cuja *A Inflação Brasileira* o Ministro leu em seminário na USP em 1964.

passaram a ter como objetivo estimular a procura, ao invés de coarctá-la como fizera o Governo anterior.

Os resultados da política econômica iniciada pelo Sr. Delfim Netto mostraram-se positivos. Definindo a inflação principalmente como sendo de custos e apenas secundariamente como de demanda, o Governo não teve receio de tomar medidas, ainda que sempre limitadas, para estimular a procura. Nesses termos, a política salarial foi reformulada, procurando-se compensar as perdas que os assalariados haviam sofrido com a subestimação do resíduo inflacionário. A política de crédito revelou-se mais flexível. Os investimentos governamentais continuaram em nível elevado. O estímulo à procura permitiu que as empresas aumentassem sua produção e que os níveis de emprego fossem restabelecidos. Entrava, assim, a economia em um processo cumulativo de prosperidade, em que o aumento da procura estimulava a produção e esta, por sua vez, voltava a estimular a procura. Os lucros das empresas aumentavam, de forma que estas não tinham mais aquela necessidade de aumentar seus preços para cobrir seus custos.

O Governo, por sua vez, coerente com sua definição da inflação, estreitava cada vez mais os controles administrativos sobre os preços industriais. Se a inflação é de custos, isto é sinal de que os preços estão sendo estabelecidos em termos monopolísticos. Nesta circunstância, portanto, não tem sentido pretender combater a inflação com severas restrições à demanda. É preciso liberá-la, ao mesmo tempo em que um severo controle dos custos e preços industriais é estabelecido, com a adoção de técnicas modernas de verificação (e não o velho tabelamento de preços, que acabava sempre por ser burlado) das variações de custo ocorridas e dos aumentos de preço pretendidos, que serão ou não autorizados pelo poder público. Esta política foi adotada através da criação do Conselho Interministerial de Preços, que controlava custos e preços das 350 maiores indústrias brasileiras, precisamente o setor oligopolista da economia. Além disso, o *deficit* do Governo era contido dentro de estreitos limites, e o crédito bancário controlado, de forma que, ao mesmo tempo em que entrávamos em um período de relativa prosperidade, a inflação se reduzia para quase a metade da verificada em 1965 e 1966, girando em torno de 25% em 1967 e 1968, e caindo ainda mais em 1969.

Em relação à redução do *deficit* do Governo e das emissões de papel-moeda, é preciso salientar que isto foi em parte possível graças ao saneamento financeiro ocorrido durante o Governo Cas-

telo Branco. Já vimos que este Governo teve um nítido sentido antidesenvolvimentista. Devemos, porém, admitir que o combate à inflação que realizou, ainda que equivocado, não distinguindo inflação de custos da de demanda, e exagerado, agravando a crise econômica e atrasando o desenvolvimento brasileiro, teve como mérito facilitar o trabalho do Governo Costa e Silva em conter o *deficit* de caixa. Os principais fatores de permitiram esta contenção, porém, foram originados no próprio Governo Costa e Silva. De um lado, houve novo aumento dos impostos, e, de outro, a prosperidade possibilitou maior arrecadação, de forma também a permitir a redução do *deficit*. Além disso, é preciso salientar que o *deficit* governamental, muito mais do que uma causa, é uma conseqüência da inflação. Na medida em que o Governo conseguia reduzir a taxa inflacionária (de custos) através do estímulo à demanda e ao controle dos preços, tornava-se mais fácil controlar o *deficit* de caixa e as emissões, evitando-se, assim, que a espiral inflacionária ganhasse fôlego.

Outro aspecto positivo da conjuntura econômica no Governo Costa e Silva, além da redução da taxa de inflação, era o aumento das exportações. Estas foram elevadas em 1967, atingiam um recorde de 1.890 milhões de dólares em 1968, e tudo indicava que em 1969 superariam a casa dos dois milhões de dólares. Além da situação econômica internacional favorável, um fator que sem dúvida teve uma influência positiva sobre as exportações, principalmente as exportações de manufaturados, foi o estabelecimento pelo Ministro da Fazenda, em 1967, de uma taxa cambial móvel. Esta política de minidesvalorizações cambiais, além de limitar a especulação, deu uma segurança muito maior aos exportadores, que não ficavam arriscados a ver, de repente, que os produtos que exportavam haviam se tornado gravosos.

A recuperação da economia. Vimos que a taxa de crescimento da renda, que se mantivera em níveis extremamente elevados até 1961, começou a cair verticalmente a partir de 1962. O período de 1963 a 1965 foi de grave crise econômica. A renda *per capita* brasileira cresceu a taxas negativas nesses três anos. De um modo geral, o desempenho da economia brasileira, entre 1962 e 1967, é bastante desfavorável. Especialmente a partir de 1968, porém, entramos em uma fase de decidida recuperação econômica. Nesse ano, em 1969 e em 1970 a renda cresceu às elevadas taxas de 8,4%, 9% e 9,5%, respectivamente.

Quadro XI
TAXA DE CRESCIMENTO DO PNB

1960	9,7%
1961	10,3%
1962	5,3%
1963	1,5%
1964	2,9%
1965	2,7%
1966	5,1%
1967	4,8%
1968	8,4%
1969	9,0%
1970	9,5%
1971	11,3%

Fonte: Dados revistos da Contabilidade Nacional Brasileira, apurados pela Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Ver *Conjuntura Econômica*, janeiro 1970 e janeiro 1971. Os dados de 1971 são estimativas do Ministério da Fazenda, realizadas em dezembro desse ano.

Durante o ano de 1971, apesar da recessão que ocorria nos Estados Unidos, a atividade econômica continuava firme no Brasil, o nível dos investimentos mantinha-se elevado, as exportações prometiam girar em torno de três milhões de dólares, as exportações de manufaturados apresentavam grande crescimento, o *deficit* de caixa do Governo estava controlado, e os preços cresciam a uma taxa decrescente. A taxa de crescimento da renda era estimada em 11,3%.

A débil tradição democrática brasileira

Entretanto, se do ponto de vista econômico, a crise estava superada, o mesmo não pode ser dito do ponto de vista político. Em fins de 1969, o país é abalado pela morte do Presidente Costa e Silva. Sucede-o um outro militar, o General Garrastazu Médici, escolhido por um conselho de militares. O país continuava sob regime de exceção. À ditadura, os grupos mais radicais de esquerda, desorientados e sem perspectivas, respondiam com o terrorismo. E, ao terrorismo, a polícia retrucava, muitas vezes, com a violência. Os escalões mais altos do governo faziam tentativas no sentido de

eliminar esse fenômeno, mas não chegavam a aprofundar sua campanha, dadas as resistências das bases policiais. E o terrorismo, apesar de sucessivas derrotas, que revelavam sua fraqueza e sua falta de apoio na população, continuava relativamente ativo, embora cada vez mais enfraquecido.

Por outro lado, a juventude, os intelectuais, as lideranças políticas, continuavam mudos. O diálogo democrático permanecia rigorosamente fechado. O regime militar ditatorial, que era disfarçado até dezembro de 1968, torna-se declarado a partir de então. Vivemos sob a égide do Ato nº 5.

Não obstante, conforme a vitória do partido do Governo nas eleições de 1970 revelará, o regime militar consegue aos poucos construir uma imagem favorável de seu governo junto às massas populares. A vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970 ajuda-o bastante. Mais importantes, porém, são dois fatores: de um lado, a débil educação democrática do povo brasileiro, e de outro, a tentativa do governo de formular um projeto nacional.

A falta de educação democrática do povo brasileiro fá-lo aceitar, com grande facilidade, os governos fortes. Este fenômeno não ocorre apenas ao nível das classes mais baixas. Estas, analfabetas, miseráveis e marginalizadas, não chegam a ser contadas no processo político. A classe operária e a baixa classe média urbana, porém, revelam também uma grande falta de espírito democrático. O problema está relacionado com as origens artificiais do liberalismo político brasileiro. A tradição liberal no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou na Inglaterra, jamais envolveu a maioria de sua população. O liberalismo foi sempre uma ideologia importada.

Até 1930, enquanto dominou no país uma oligarquia agrário-comercial, o liberalismo econômico e político era a ideologia dessa classe, a qual, todavia, jamais a praticou no plano político. Adotava-o no plano econômico como uma forma de manutenção do *status quo* colonial no Brasil. O liberalismo econômico, o *laissez-faire*, impedia que o governo realizasse uma política intervencionista e protecionista, com o objetivo de industrializar o país. Nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma poderosa para a oligarquia agrário-comercial manter no país um modelo de economia dependente, primário-exportador, no qual todos os benefícios ficavam reservados para essa mesma oligarquia e para o imperialismo dos países industrializados.

O liberalismo político entrava nesse esquema como um apêndice. O sistema político era efetivamente oligárquico, baseado no poder dos grandes latifundiários e do alto comércio exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Havia lugar para o liberalismo econômico, não para o liberalismo político. Nesses termos, este sobrevivia artificialmente, cultuado nas Faculdades de Direito, em que dominavam a classe média e uma parte dos filhos da classe alta. Sobrevivia na medida em que era a ideologia dominante na Europa, e porque era coerente com o liberalismo econômico, completando-o. Não representava, todavia, nem os interesses nem as convicções profundas da nação como um todo, ou mesmo de alguns de seus setores sociais significativos.

As transformações econômicas, sociais e políticas por que passa o país a partir de 1930 — e que chamamos neste livro de Primeira Fase da Revolução Brasileira — não foram de molde a resolver esse problema. Sem dúvida, o caráter antinacional do liberalismo econômico é denunciado e seus defensores marginalizados do processo político e econômico do país. Este é um dos sentidos da Revolução de 1930, que é confirmado pela de 1964. Ambas as revoluções, porém, além de negarem o liberalismo econômico, negam também o liberalismo político. Não é surpreendente, portanto, a falta de educação democrática do país. Entre 1930 e 1964, particularmente, o liberalismo político, em conjugação com o liberalismo econômico, era defendido pelos grupos sociais e políticos que haviam dominado o país até 1930. O liberalismo político, portanto, era especialmente defendido pelas forças mais retrógradas da nação, que não hesitavam em negá-lo e apelar para as Forças Armadas, todas as vezes que viam seus interesses arriscados.

Certamente, havia também defensores do liberalismo político entre os grupos progressistas que emergiam no país nesse período. Foi isto, inclusive, que permitiu que tivéssemos um período de governo democrático entre 1945 e 1964. Mas esses grupos — a classe operária, os empresários industriais, os intelectuais, os estudantes, a nova classe média — estavam mais preocupados em definir uma ideologia nacionalista, industrializante e economicamente intervencionista, do que em defender as liberdades democráticas. Os intelectuais de esquerda no Brasil, em especial, até 1964, pouco se preocuparam em formular e defender uma ideologia política liberal, em que a liberdade política fosse um valor essencial. Na verdade, a liberdade teve até 1968 poucos defensores autênticos no Brasil.

Compreende-se, portanto, por que falta espírito democrático ao povo brasileiro, e por que um governo forte pode ser popular.

Mas além deste elemento negativo — a falta de espírito democrático do povo — há um elemento positivo para explicar o fenômeno da popularidade do Governo. Referimo-nos à tentativa de formulação de um projeto nacional para o país. Após 1964, o Governo Castelo Branco foi marcado por dois lemas de caráter negativo: o combate à subversão e à corrupção. Este tipo de apelo conservador e moralista não podia, naturalmente, encontrar repercussão popular. Entretanto, depois da transição representada pelo Governo Costa e Silva, durante o Governo Médici, a ênfase da mensagem governamental perde seu caráter negativo e adquire um cada vez mais afirmativo. Um nacionalismo ainda impreciso e mal definido começa a surgir, com o apoio das bases militares, que eram tradicionalmente nacionalistas, mas que haviam visto negada essa tradição durante o Governo Castelo Branco—Roberto Campos.

O novo nacionalismo brasileiro confunde-se ainda muito com patriotismo. Transparece na preocupação com a bandeira, com o hino nacional, com os programas de moral e civismo. Deixa-se entrever no novo desenvolvimento do Governo, que agora procura subordinar tudo à construção de um país economicamente grande e poderoso. Expressa-se através da política externa do café e do café solúvel, da política de fretes marítimos e na política da pesca. Tem uma manifestação clara no projeto da rodovia Transamazônica, cujo principal objetivo é o de garantir a soberania nacional sobre aquela região. Além disso, a Transamazônica representa uma tentativa de mobilização do povo brasileiro, da mesma forma que Brasília e a construção da rodovia Belém—Brasília exerceram esse papel durante o Governo Kubitschek.

Uma ideologia nacionalista e um projeto nacional começam, portanto, a ser esboçados. Os militares brasileiros, nesse momento, começam a reencontrar sua vocação nacionalista. Esse nacionalismo, porém, ainda não se definiu, na medida em que não tomou uma posição em relação ao capital estrangeiro, e à dependência econômica, política e cultural aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Por enquanto, sob influência das lideranças tecnocráticas, o Governo vem adotando uma atitude pragmática, sem radicalismo, que dificulta a formulação de uma ideologia efetivamente nacional. Na verdade, a estratégia do grupo tecnoburocrático no poder está baseada claramente em uma aliança entre o governo e o capitalismo nacional e internacional. Nessa aliança o governo não é mais ele-

mento subordinado. Pelo contrário, é um elemento ativo, que procura, através dessa aliança, uma maior taxa de crescimento da renda no País.

A distribuição da renda e a recuperação da economia¹⁰⁷

Conforme vimos, as causas da crise econômica por que passou o Brasil entre 1962-67 estão claramente relacionadas com o esquema de redistribuição da renda. A tendência à concentração da renda nas mãos da classe capitalista, a partir de meados dos anos cinquenta, causada pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, mantinha a economia em um permanente estado de subconsumo. A debilidade da demanda agregada, no que se refere ao consumo, não podia ser facilmente compensada por investimentos particulares, já que estes, em última análise, estão relacionados com a capacidade de consumo da população. Em uma economia fechada (como era a nossa do ponto de vista de produção industrial) todo investimento vai resultar, a curto ou a longo prazo, em um aumento da oferta de bens de consumo, que necessitam encontrar mercado. Ora, o momento em que se esgotaram as oportunidades de substituição de importações coincidiu com um processo de concentração da renda, que vinha dificultar gravemente o crescimento do mercado de bens de consumo necessário à manutenção, em nível elevado, da demanda agregada.

Celso Furtado constatou, inicialmente, este fenômeno em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*,¹⁰⁸ em que desenvolveu as bases da chamada "tese da estagnação da América Latina". Esta tese foi por nós em parte adotada quando fizemos a análise do círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Em seguida, e coerentemente com o diagnóstico que havia realizado anteriormente, Celso Furtado, em seu livro *Um Projeto*

(107) Esta análise foi publicada na revista *Visão*, novembro de 1970, e agora incluída na terceira edição deste livro. Entramos, depois em contato com trabalho de Maria Conceição Tavares e José Serra, "Mas Allá del Estancamiento, una Discusión sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil", *Trimestre Económico*, vol. 33, n.º 152, outubro-dezembro 1971. No último subcapítulo deste livro, também escrito para a terceira edição, *O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*, usaremos subsídios desse notável trabalho.

(108) Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, 1966, Rio de Janeiro, pp. 77-81.

Quadro XII
PERFIL DA DEMANDA GLOBAL NO BRASIL

Grupos	% da população	População (1.000)	Renda per capita (dólares)	Renda Total (1.000 dólares)	% da renda
1º	50%	45.000	130	5.850	18,6
2º	40%	36.000	350	12.600	40,1
3º	9%	8.100	880	7.128	22,7
4º	1%	900	6.500	5.850	18,6
	100%	90.000	350	31.428	100,0

para o Brasil,¹⁰⁹ fez uma proposta para superação da crise econômica, baseada em um esquema de maior participação do Estado na economia e de distribuição de renda.

Nesse trabalho apresenta-nos Celso Furtado inicialmente um quadro, baseado em dados da CEPAL, sobre a distribuição da renda, ou perfil da demanda global, no Brasil, admitindo-se uma população de 90 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 350 dólares.

Vemos pelo Quadro XII que a concentração de renda é um fenômeno marcante da economia brasileira. 50% da população vive praticamente ao nível da subsistência, com uma renda *per capita* de 130 dólares. Esses mesmos 50% da população têm uma participação na renda equivalente (os dados são, evidentemente, aproximações) ao 1% mais rico da população.

Partindo desses dados, e da constatação de que o recente processo de concentração de renda está na base da crise econômica brasileira, Celso Furtado propôs uma política econômica de redistribuição da renda. Esta política seria executada através de um grande aumento da carga tributária sobre os 10% mais ricos da população. Isto implicaria uma redução de 25% na renda *per capita* do 4º grupo, que teria sua renda reduzida de 6.500 para 4.875 dólares, e em uma redução de 10% na renda do 3º grupo, que teria sua renda *per capita* reduzida para 792 dólares. Por outro lado, Celso Furtado estima uma propensão marginal a consumir de 80% para o 4º grupo, e de 100% para o 3º grupo. Nesses termos, dos

(109) Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, Editora Saga, 1968, Rio de Janeiro, pp. 37-42 e 49-58.

1.625 dólares *per capita* retirados do 4º grupo, a poupança líquida seria de 80% desse valor, ou seja, 1.300 dólares, já que os restantes 325 dólares deixariam de ser poupados pelo 4º grupo. Em outras palavras, o Governo pouparia 1.625 dólares, mas o 4º grupo deixaria de poupar 325. Já em relação ao 3º grupo, os 10% de imposto seriam inteiramente transformados em poupança do Governo, ou seja, haveria uma poupança de 88 dólares *per capita*. Dada a população dos dois grupos (900 000 para o 4º grupo e 8 100 000 para o 3º grupo), temos que haveria um aumento na poupança de 1.882.800 dólares ($1.300 \times 900\,000$ mais $88 \times 8\,100\,000$), correspondente a cerca de 6% da renda.

Este aumento da poupança, através do aumento da carga tributária, seria transformado em grandes investimentos públicos, altamente trabalho-intensivos. Cresceriam o emprego e os salários no primeiro e no segundo grupo. Com o aumento da participação na renda desses grupos, cresceria a procura por bens de consumo simples, demandados por esses grupos e geralmente produzidos segundo técnicas trabalho-intensivos. O resultado seria novo aumento do emprego, até a eliminação do desemprego aberto e disfarçado ainda existente no país.

Esta proposta de Celso Furtado é extremamente atrativa, porque parte de uma análise objetiva da crise econômica brasileira e apresenta soluções socialmente favoráveis, na medida em que implicam distribuição da renda. É uma proposta economicamente viável, ainda que radical. Não necessitará ser aplicada abruptamente. Precisarão levar em consideração as reações dos investidores privados, que seriam obrigados a reorientar seus investimentos. Entretanto, esta proposta possui uma limitação básica. É politicamente de muito difícil implantação. Exigiria um governo extremamente forte e independente dos interesses econômicos. Além disso, a proposta não considera suficientemente os efeitos negativos dessa redistribuição de renda sobre a expansão das indústrias tecnologicamente de ponta, que fornecem principalmente para os grupos mais abastados (3º e 4º grupos). Certamente tais efeitos podem ser contornados, mas esta não seria uma tarefa fácil. É sempre mais difícil caminhar contra a corrente. As indústrias tecnologicamente de ponta não só tendem a marcar o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também é em torno delas que os interesses econômicos mais atuantes politicamente estão concentrados.

Foi provavelmente uma análise deste tipo que levou o economista Antonio Barros de Castro a examinar uma outra alternativa

para a economia brasileira.¹¹⁰ Partindo de um perfil de demanda global semelhante ao apresentado por Celso Furtado, o economista da CEPAL observou que o 1º grupo encontra-se totalmente marginalizado do mercado brasileiro, enquanto que o 2º grupo participa apenas marginalmente desse mercado. Por outro lado, a história da industrialização brasileira é marcada pela produção de bens cada vez mais sofisticados tecnologicamente, destinados a uma parcela cada vez menor da população. No processo de substituição de importações foram inicialmente substituídos bens simples, de consumo geral. É o caso da indústria têxtil e da indústria de alimentação. À medida, porém, que avançava o processo de substituição de importações, as indústrias que permaneciam dinâmicas, com possibilidades de grande crescimento, começavam a produzir bens cada vez mais caros e mais sofisticados tecnologicamente, destinados apenas às classes mais elevadas. O automóvel, o gravador de alta fidelidade seriam exemplos de bens desse tipo.

Sendo corretas essas premissas, dizia Antonio de Castro que, para superar a crise, o país teria que realizar um processo de concentração e não de distribuição da renda. Esta concentração, porém, não deveria limitar-se apenas à classe capitalista, ao 4º grupo. Já vimos que esta foi uma das causas básicas da crise econômica de que estamos saindo. Deveria incluir também a classe média, representada pelo 3º grupo. E poderia ainda alcançar os escalões superiores do 2º grupo, que poderiam ir sendo transferidos para o 3º grupo. O 1º grupo e grande parte do 2º grupo deveriam ser mantidos com sua renda aproximadamente estagnada. Todos os aumentos de renda deveriam dirigir-se para os grupos intermediários e de altas rendas. Antonio de Castro fazia estas constatações com desagrado, admitindo que socialmente a solução não lhe parecia recomendável. Mas do ponto de vista estritamente econômico, a solução seria concentrar a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, na medida em que apenas estes grupos teriam possibilidades de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país.

Tudo indica que foi basicamente esta, e não a apresentada por Celso Furtado, a solução pela qual se encaminhou a economia

(110) Esta alternativa foi proposta em uma conferência pronunciada na Universidade Católica de São Paulo, em 1968. Esta conferência não foi publicada, de forma que o autor responsabiliza-se pelas eventuais imprecisões com que apresentou a posição de Antonio de Castro.

brasileira após 1964. Está aí, provavelmente, uma das causas básicas da recuperação da economia do país, a partir de 1967. Esta solução não foi formulada pelos economistas do governo. Não foi, portanto, o resultado de uma política econômica deliberada e consciente. Entretanto, temos boas razões para estabelecer como hipótese — já que pesquisas definitivas sobre o assunto não existem — que a retomada do desenvolvimento que vem ocorrendo no Brasil está calcada em um processo de concentração de renda nas classes médias e altas.

Temos dois tipos de evidência para sustentar esta hipótese. Em primeiro lugar, não há dúvida de que o Governo brasileiro, a partir de 1964, na medida em que é um governo de militares e tecnocratas, é um governo de classe média. Em vista disto vem, consciente ou inconscientemente, realizando uma política que beneficia especialmente a classe média. O programa do Banco Nacional de Habitação constitui um exemplo conspícuo a respeito. O Plano Nacional de Habitação foi formalmente estabelecido para a construção de casas populares. Na prática, porém, transformou-se em um excelente meio de financiamento para casas de classe média. A política salarial do Governo, controlando rigidamente os salários da classe operária, mas deixando liberados os salários da classe média, é outro exemplo altamente significativo.

Por outro lado, em um momento em que as indústrias se tornam cada vez mais automatizadas e capital-intensivas, a tendência natural do mercado seria a de favorecer os grupos intermediários, em prejuízo das classes baixas. Esse tipo de indústria demanda, direta ou indiretamente, pessoal de nível médio em muito maior proporção do que a indústria trabalho-intensiva.

Não nos baseamos, porém, apenas em dados indiretos e em inferências para afirmar que está ocorrendo um processo de concentração de renda no Brasil em benefício dos grupos de rendas médias e altas. Estudo realizado pelo Banco do Nordeste revelou que forte concentração de renda vem ocorrendo nas capitais dos estados do nordeste brasileiro. Segundo essa pesquisa:

— em Recife, os 40% mais pobres da população, que recebiam 16,5% da renda total em 1960 passaram a receber 11,5% em 1967;

— em Salvador, os 20% mais pobres da população, que recebiam 5,3% da renda total em 1960, passaram a receber 3,8 em 1966;

— em Fortaleza, os 20% mais pobres da população que recebiam 8% da renda em 1962, passaram a receber 5,3% em 1965.

O mesmo fenômeno ocorreu em Natal, João Pessoa, Maceió, Campina Grande e São Luís, onde também essa pesquisa foi realizada.

O Quadro XIII apresenta os dados completos a respeito do problema.

Quadro XIII
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SEGUNDO QUINTOS DA POPULAÇÃO
(% sobre totais)

<i>Cidades</i>	<i>Quintos da População</i>					<i>Total</i>
	<i>1.^a</i> <i>(inf.)</i>	<i>2.^a</i>	<i>3.^a</i>	<i>4.^a</i>	<i>5.^a</i> <i>(sup.)</i>	
Recife — out. 60	10,5		14,5	21,9	47,1	100,0
mar. 67	3,2	8,3	10,9	21,2	56,4	100,0
Salvador — 1962	5,6	8,5	13,6	21,8	50,5	100,0
ago. 66	3,8	7,7	13,9	23,6	51,0	100,0
Fortaleza — 1962	8,0	11,2	16,0	15,0	49,8	100,0
jul. 65	5,3	8,8	14,4	22,5	49,0	100,0
Natal — nov. 64	5,2	8,6	15,0	22,2	49,0	100,0
jul. 66	4,2	10,9	13,2	20,9	50,8	100,0
Maceió — abr. 64	15,4		12,0	20,1	52,5	100,0
mar. 68	3,0	7,3	12,6	21,3	54,9	100,0
J. Pessoa — nov. 64	5,6	8,1	14,8	20,7	50,8	100,0
jul. 67	2,8	6,5	12,9	23,7	54,1	100,0
S. Luís — set. 63	5,6	11,7	15,9	22,9	43,9	100,0
fev. 67	4,6	8,5	13,2	21,4	52,3	100,0
C. Grande — maio 62	16,2		13,8	21,3	48,7	100,0
jul. 67	2,7	5,7	11,2	20,9	59,5	100,0

Fonte: *Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano*. Banco do Nordeste do Brasil, 1969, Fortaleza, p. 22. Pesquisa realizada por BNB/ETENE - SUDENE.

Outra evidência a respeito é a relação que vem se verificando entre o salário-mínimo e o salário-médio. Enquanto o primeiro cai, em termos reais, de ano para ano, o segundo tem se revelado ascendente.

A evolução do salário-mínimo real demonstra que o mesmo manteve sua tendência descendente durante toda a década. Tomando-se como base os preços de maio de 1969, o salário-mínimo real, que era de 331,50 cruzeiros em 1959, cai sistematicamente, todos os anos, até alcançar 187,20 cruzeiros em 1970. O Quadro XIV mostra essa queda constante, a qual é especialmente pronunciada de 1964 para 1965, caindo 20%, apenas nesse ano.

Em contrapartida, dados da Fundação IBGE, publicados na revista *Visão* (23-5-70), revelam que o salário médio real vem apresentando tendência ascendente no Estado de São Paulo. A preços de fevereiro de 1969, o salário médio real, que era de 405,66 cruzeiros em 1965, subiu para 534,05 cruzeiros em 1970, conforme podemos observar pelo Quadro XV.

Finalmente, este processo de concentração de renda era confirmado de forma definitiva pelo censo de 1970. Verificou-se então

Quadro XIV
SALÁRIO MÍNIMO REAL

<i>Mês e Ano</i>	<i>Salário Mínimo Nominal — Cr\$</i>	<i>Deflator Índice Custo de Vida 1965/67: 100</i>	<i>Salário Mínimo Real Cr\$ preços de maio de 1969</i>
1-1959	5,90	4,04	331,50
10-1960	9,44	7,08	302,65
10-1961	13,216	10,1	297,02
1-1963	21,00	16,3	292,55
2-1964	42,00	34,1	279,55
3-1965	66,00	64,9	230,80
3-1966	84,00	90,1	211,60
3-1967	105,00	122	195,36
3-1968	129,60	151	194,83
5-1969	156,00	187	189,37
5-1970	187,20	227	187,20

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Índice de Custo de Vida do Rio de Janeiro.

Quadro XV
SALÁRIO MÉDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

<i>Mês e Ano</i>	<i>Salário Médio Nominal — Cr\$</i>	<i>Deflador</i>	<i>Salário Médio Real Cr\$ (preços fevereiro / 1969)</i>
3-1965	119,7	64,9	405,66
3-1967	219,55	122	466,00
3-1968	267,82	147	400,66
5-1969	400,48	187	470,96
2-1970*	534,05	220	534,05

(*) Os dados disponíveis são de fevereiro de 1970.

que, enquanto em 1960, os 5% mais ricos da população recebiam 37% da renda, em 1970 essa porcentagem havia subido para 45%.

A conclusão que podemos tirar daí é muito simples, confirmando a nossa hipótese inicial: está-se realizando um processo de concentração de renda da classe média para cima. O salário mínimo é uma indicação, ainda já imperfeita, da remuneração das camadas mais pobres da população. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, cerca de 30% dos empregados recebem salário-mínimo. Já o salário-médio é influenciado, de um lado pelo salário-mínimo, e de outro, pelos salários elevados, que são pagos aos operários especializados, aos mestres, aos técnicos, ao pessoal de escritório, aos engenheiros, às funções técnicas e burocráticas típicas da classe média, desde a baixa classe média até a alta classe média. Se o salário-mínimo cai e, mesmo assim, o salário-médio cresce, é óbvio que isto está ocorrendo devido a uma redistribuição de renda em favor daqueles que recebem os maiores salários.

É certo que também se poderia explicar o fenômeno com a hipótese de que o salário-mínimo é cada vez menos significativo, na medida em que as indústrias passam a pagar acima do salário-mínimo a seus operários e empregados. Entretanto, embora seja correta a afirmação de que já há um grande número de empresas pagando acima do salário-mínimo, este continua uma base ou referência para o estabelecimento dos salários dos trabalhadores não-especializados ou semi-especializados. A hipótese de concentração de renda nos níveis salariais mais elevados, portanto, além de estar

coerente com a análise que estamos realizando, parece muito mais significativa para explicar as tendências inversas que o salário-mínimo e o salário-médio vêm apresentando.

Desenvolvimento das indústrias dinâmicas

Este processo de concentração de renda garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, tecnologicamente de ponta. A indústria automobilística, por exemplo, que vem sendo a base do movimento de recuperação do desenvolvimento econômico brasileiro, tem apresentado taxas elevadíssimas de desenvolvimento (a produção de automóveis aumentou em 5,6% em 1969, passando de 112 844 automóveis produzidos em 1968 para 183 367 em 1969).¹¹¹ Esta indústria independe inteiramente do crescimento da renda do 1º grupo. Para ela, o que interessa é o crescimento do 3º grupo, inclusive pela incorporação de elementos do 2º grupo.

A este processo, que garantia mercado para os bens industriais das indústrias dinâmicas, adicionou-se um outro elemento (além da política conjuntural do Governo) que visava permitir o crescimento da renda, dos investimentos sem um constante processo de redistribuição da renda. Referimo-nos aos estímulos às exportações de manufaturados realizados pelo Governo. Estes estímulos, altamente necessários, têm também a característica de compatilizar concentração de renda e desenvolvimento. Os investimentos podem ser realizados sem que, em última análise, aumente o consumo. Os produtos finais produzidos são exportados, ao invés de consumidos internamente. A importação derivada das exportações pode concentrar-se na compra de matérias-primas e equipamentos destinados a elevar a produção exportável. E assim entramos em um ciclo em que o sistema capitalista se mantém dinâmico, independentemente de redistribuição da renda e elevação do consumo interno.

A recuperação da economia brasileira nos anos recentes está portanto, em suas bases, relacionada a dois fenômenos ligados à distribuição da renda. De um lado, temos o fenômeno previsto por Antonio de Castro, que concentrou renda nas classes médias; de

(111) Cf. *Conjuntura Econômica*, janeiro de 1970, p. 34.

outro lado, temos os estímulos às exportações, que compatibilizaram desenvolvimento com concentração de renda. Ambos os fenômenos podem ser considerados negativos do ponto de vista social. Neste trabalho, porém, não estamos realizando um estudo de crítica social. Estamos simplesmente fazendo uma análise do desenvolvimento brasileiro. E o desenvolvimento é um fenômeno histórico ao qual não devem ser atribuídas conotações valorativas. Este é um erro muito freqüentemente cometido. Pretende-se que só há desenvolvimento econômico quando toda a população está beneficiada, através de um processo de distribuição de renda. Infelizmente (permitam-nos esta interferência valorativa), esta afirmação não é correta. É produto de um tipo de raciocínio idealista, ao invés de histórico. A revolução industrial inglesa, por exemplo, foi, historicamente, um processo de grande desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, foi um período de concentração de rendas e de pauperização das classes camponesas, obrigadas a transformar-se em operários. Foi necessário um século para que esta tendência se invertesse, e começasse a ocorrer uma efetiva elevação do padrão de vida da classe operária inglesa.

Isto não significa que, em pleno século XX, dois séculos depois da Revolução Industrial inglesa, devamos repetir a mesma experiência. Entre 1930 e 1955, por exemplo, acreditamos que este fenômeno de concentração de renda não chegou a ocorrer no Brasil. A partir de meados dos anos cinquenta, porém, tudo indica que o desenvolvimento econômico brasileiro passou a ter por base um processo de concentração de renda nas classes médias e altas. E foi essa concentração um dos fatores básicos que permitiu, depois de um período de crise, que a economia brasileira se recuperasse.

Finalmente, é preciso admitir que esse modelo baseado na concentração de renda e no abandono do 1º grupo, apesar de socialmente injusto, é economicamente viável por um longo período. Enquanto for possível aumentar a renda do 3º e do 4º grupos e transferir elementos do 2º para o 3º grupo, a economia poderá continuar dinâmica, apesar da miséria de mais de 50% da população brasileira.

O novo modelo político¹¹²

Na verdade, tudo indica que o Brasil está entrando em um novo modelo histórico de desenvolvimento econômico e político. Durante o século XIX e até 1930, o Brasil desenvolveu-se de acordo com o modelo primário-exportador. Era um modelo de desenvolvimento voltado para fora, produto do grande desenvolvimento do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho ocorridos a partir, principalmente, de meados do século XIX. A partir de 1930, com a crise do sistema capitalista internacional, tem início para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento: o modelo de substituição de importações.

A industrialização brasileira realizou-se de acordo com esse modelo de desenvolvimento. A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas.

Durante todo o transcorrer deste livro não fizemos outra coisa senão analisar esse modelo de desenvolvimento na forma que ele ocorreu no Brasil. Examinamo-lo sob o ponto de vista econômico, político e social. No último capítulo, examinamos o momento em que o modelo de substituição de importações entrou em crise. Analisamos longamente as causas desta crise. Em um determinado momento partilhamos da impressão de que esta era uma crise duradoura estrutural. Parece evidente agora, porém, que essa era uma crise de transição. O momento em que o modelo de substituição de importações maximizava as suas próprias distorções e esgotava suas virtualidades coincidiu com uma série de problemas econômicos conjunturais e com uma revolução política. Todos esses fatores fize-

(112) Este capítulo foi escrito em 1971. Definíamos então as bases do modelo político estabelecido em 1964, o qual baseou-se na aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as empresas multinacionais, com exclusão dos trabalhadores. É preciso, entretanto, salientar que o modelo econômico concentrador de renda, baseado na indústria de bens de consumo durável, que então começávamos a perceber, na verdade instalou-se no Brasil já a partir dos anos cinqüenta, quando as empresas estatais e as empresas multinacionais começam a implantar o setor moderno da economia brasileira. Examinarei posteriormente este fato em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, 1977, Editora Brasiliense, pp. 213 e seguintes.

ram desencadear uma crise econômica, entre 1962 e 1967, que serviu de transição para o novo modelo de desenvolvimento econômico e político em que entraria o Brasil.

Já esboçamos as características básicas desse novo modelo econômico nas páginas anteriores, quando fizemos a análise das causas estruturais da recuperação da economia brasileira e as relacionamos com a tendência à concentração da renda nas classes médias e altas. Tentaremos agora realizar uma síntese de suas características principais.

O modelo de substituição de importações está definitivamente superado. O novo modelo de desenvolvimento tem características econômicas essencialmente diversas. O coeficiente de importações não está mais baixando. Pelo contrário, tende a aumentar. Nossa pauta de exportações não permanece estagnada, nem quantitativa nem qualitativamente. Pelo contrário, nossas exportações aumentaram de uma forma dramática a partir de 1966 e nossa pauta de exportações diversifica-se rapidamente, com um grande crescimento da exportação de manufaturados. Alguns produtos estão ainda tendo sua importação sendo substituída pela produção interna, mas o fator dinâmico do desenvolvimento industrial brasileiro deixou de ser o processo de instalação de novos setores industriais e conseqüente substituição das importações por produção nacional. Baseia-se agora no crescimento do mercado interno e externo e no aprofundamento dos setores industriais já instalados.

Da mesma forma, o modelo político de desenvolvimento brasileiro, que prevaleceu entre 1930 e 1961, baseado em uma aliança da burguesia nacional nascente com as correntes populistas e as forças de esquerda, em torno do industrialismo, do nacionalismo e do intervencionismo moderado, entrou em colapso já a partir de fins dos anos cinquenta, conforme analisamos longamente no capítulo IV. A revolução de 1964 preencheu o vácuo político causado pelo colapso daquela aliança política. Adotou inicialmente um projeto liberal,¹¹³ na medida em que foi realizada com a participação da classe média tradicional e dos grupos oligárquicos que representavam a oposição no modelo político anterior. O projeto declarado do Governo Castelo Branco era o de restabelecer rapidamente a demo-

(113) Usamos a expressão "liberal" no sentido clássico e não no sentido norte-americano. Opomos "liberal" a "intervencionista" no plano econômico e a "autoritário" no plano político, e não a "conservador" como geralmente fazem os norte-americanos.

cracia representativa no País e implantar um sistema capitalista liberal, com a redução da participação do Governo na economia. Mas também esse projeto foi rapidamente abandonado.

O modelo político de desenvolvimento que hoje se esboça no Brasil poderia ser chamado de tecnoburocrático-capitalista. Está baseado em uma aliança entre a tecnoburocracia¹¹⁴ militar e civil de um lado, e o capitalismo internacional e nacional do outro. Esta aliança apóia-se, por sua vez, em um modelo econômico de desenvolvimento que se caracteriza pela modernização da economia, pela concentração da renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa.

Na verdade, o modelo econômico e político de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista constitui um todo único que, no plano de abstração em que estamos trabalhando, exige uma análise integrada. Poderíamos também chamar a esse modelo de desenvolvimento de "capitalismo de Estado", mas entendemos que esta denominação retiraria ao modelo grande parte de sua especificidade. Temos, de fato, no Brasil, um modelo de desenvolvimento baseado no controle tecnoburocrático do Governo por parte dos militares, dos técnicos e dos burocratas civis, e no controle capitalista da produção por esse mesmo governo e pelos grupos capitalistas nacionais e principalmente internacionais.

Os militares, que assumiram o poder em 1964, constituem um grupo tecnoburocrático por excelência. Originam-se de uma organização burocrática moderna como são as Forças Armadas. Possuem preparo técnico, administram recursos humanos e materiais consideráveis. Adotam sempre os critérios de eficiência própria da tecnoburocracia. Como não se bastassem, chamaram imediatamente para participar do Governo os tecnoburocratas civis. Estes dois grupos, de origem na nova classe média, a partir especialmente do Governo Costa e Silva, assumiram plenamente as rédeas do Governo, e colocaram como seus objetivos básicos o desenvolvimento econômico e a segurança.

Por outro lado, já a partir de 1964 o capitalismo nacional e internacional fora chamado para participar do sistema. As tendências economicamente liberais da Revolução de 1964 explicam ini-

(114) Para um aprofundamento do conceito e significado da tecnoburocracia consulte-se Luiz Carlos Bresser Pereira, *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, 1972, Petrópolis. Em 1981, todos os ensaios do autor sobre o assunto foram reunidos em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, Editora Brasiliense, São Paulo.

cialmente este fato. A idéia inicial era a de realmente entregar o poder ao grupo capitalista, dentro dos moldes clássicos do capitalismo liberal. Entretanto, em pouco tempo o grupo tecnoburocrático verificou que possuía suficiente força e suficiente capacidade técnica e organizacional para se manter no poder em seu próprio nome. Verificou que poderia liberar uma política desenvolvimentista, em estreita aliança com o capitalismo nacional e internacional.

Estavam, assim, estabelecidas as bases do modelo de desenvolvimento tecnoburocrático capitalista para o Brasil. Este modelo baseia-se no grande governo tecnoburocrático e na grande empresa capitalista. O grande governo tecnoburocrático controla diretamente uma imensa parcela da economia nacional, planeja o desenvolvimento, estabelece a política fiscal, monetária, financeira, salarial, habitacional, e intervém diretamente na economia através das grandes empresas públicas. A grande empresa capitalista e a grande empresa pública incumbem-se da produção. Adotam uma tecnologia moderna, recebem estímulos fiscais e creditícios do governo, captam a grande parte da poupança nacional através da obtenção de grandes lucros e, secundariamente, do recurso ao mercado de capitais.

Grande governo tecnoburocrático e grande empresa capitalista complementam-se. O grande governo, além de controlar a economia, em geral, produz energia elétrica, transportes, aço, petróleo, comunicações. A grande empresa capitalista, principalmente, a internacional, controla, por sua vez, a indústria de transformação, particularmente a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, a indústria de bens duráveis de consumo, a indústria eletrônica, a petroquímica. Em relação a esta última, e também em relação à mineração e ao setor financeiro internacional, a aliança entre o governo e o capitalismo internacional torna-se explícita, através de acordos firmados pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelo Banco do Brasil.

Esta aliança estabelece as bases de uma nova dependência — de uma dependência tecnológica e política. Não se trata mais da dependência colonialista, antiindustrializante, que caracterizava a aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional no século XIX e primeira metade do século XX. Depois que o capitalismo internacional estabeleceu no Brasil suas próprias indústrias, principalmente nos anos cinqüenta, sua oposição à industrialização brasileira naturalmente desapareceu. Continuava a existir uma série de limitações ao nosso desenvolvimento industrial,

especialmente quando houvesse conflito entre os interesses da matriz com os da filial ou subsidiária no Brasil. Continuavam também a existir grupos, como é o caso do café solúvel, que, por não terem tido oportunidade de se estabelecer no Brasil, opunham-se à nossa industrialização. De um modo geral, porém, o capitalismo internacional passou a interessar-se diretamente na industrialização brasileira, na medida em que isto significava excelentes possibilidades de lucros e de acumulação de capital.

Uma segunda característica diferenciadora da nova aliança era a de que esta não coloca o parceiro brasileiro em posição nitidamente subordinada, como era o caso da aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional. Na atual aliança o capitalismo nacional é ainda elemento subordinado, tanto ao capitalismo internacional quanto ao governo tecnoburocrático. Este, porém, é parceiro igual. Participa de uma aliança que lhe interessa, na qual ele faz concessões mas à qual ele não se subordina necessariamente. O Governo brasileiro é hoje suficientemente forte e representa com suficiente coerência e coesão os interesses da nova classe média tecnoburocrática para poder desempenhar um papel, no jogo político do poder, em seu próprio nome.

O Governo não é mais um simples representante do poder econômico capitalista, como poderia pretender uma análise marxista ortodoxa. O desenvolvimento sem precedentes, em progressão geométrica, da técnica em geral e da técnica administrativa de dirigir grandes organizações transferiu o poder para a tecnoburocracia governamental. Por outro lado, o crescimento extraordinário do aparelho estatal, seu controle direto de uma quantidade já enorme e sempre crescente de meios de produção, conferiu ainda mais autonomia ao sistema tecnoburocrático.

Nesses termos, o grande governo tecnoburocrático tem hoje condições de ser parceiro e mesmo, até um certo ponto, controlar o capitalismo internacional em sua ação dentro do Brasil. Tem também condições de, apesar dessa aliança, tomar medidas nacionalistas, como aconteceu no caso do café solúvel, dos fretes marítimos, das 200 milhas de mar territorial, da Transamazônica, da limitação ao controle dos bancos pelo capitalismo internacional.

Apesar dessa aliança se realizar entre parceiros relativamente iguais, porém, o modelo não perde suas características de modelo de desenvolvimento dependente. Trata-se de uma nova dependência, que, ao invés de ser colonizante e antiindustrializante, é desenvolvimentista. O desenvolvimento, porém, é feito através da integração

do Brasil no sistema capitalista internacional, do qual ele se transforma em um apêndice sem autonomia tecnológica e sem autonomia em matéria de acumulação de capital. A dependência tecnológica em relação ao exterior acentua-se, na medida em que as empresas estrangeiras, muito naturalmente, não se preocupam em desenvolver uma tecnologia nacional. Por outro lado, através da auferição de altas taxas de lucro pelas empresas estrangeiras, uma parcela crescente da poupança nacional vai saindo do nosso controle, ao mesmo tempo em que se processa um permanente processo de desnacionalização da economia.

O novo modelo econômico

Estas observações finais a respeito do modelo político de desenvolvimento, baseado na aliança da tecnoburocracia governamental com a grande empresa capitalista internacional, nos introduzem ao novo modelo econômico de desenvolvimento em que o Brasil entrou nos últimos anos. Da mesma forma que fizemos com o modelo político, delinearemos apenas os traços fundamentais desse modelo, complementando a análise que realizamos sobre a distribuição de renda e a recuperação da economia.

Do lado da oferta, ou seja, do lado da organização do sistema produtivo, este modelo caracteriza-se pelo fenômeno que Maria Conceição Tavares e José Serra chamam de "heterogeneização progressiva da economia brasileira".¹¹⁵ A economia, ao esgotar-se o modelo de substituição de importações, pode ser dividida grosseiramente em um setor moderno e um setor tradicional. O setor moderno é constituído pelas grandes empresas capitalistas e públicas, seja no setor industrial, seja no financeiro e no comercial. É caracterizado especialmente, embora não exclusivamente, pelas indústrias tecnologicamente de ponta, que usam tecnologia importada altamente capital-intensiva. Em contrapartida, o setor tradicional é constituído não apenas de grande parte do setor agrícola e das atividades artesanais, mas também da pequena e média indústria. Este setor produz bens pouco sofisticados, adotando uma tecnologia relativamente simples. Fazem parte ainda desse setor o pequeno comércio e os serviços voltados ao atendimento da classe baixa.

(115) Cf. Maria Conceição Tavares e José Serra, *op. cit.*, pp. 25-37.

O setor moderno distingue-se do tradicional principalmente pela adoção de uma tecnologia extraordinariamente mais avançada e capital-intensiva. Este diferencial de produtividade, somado à sua maior dimensão, permite-lhe apropriar-se de grande parte da poupança e, conseqüentemente, possibilita-lhe controlar o grosso da acumulação de capital, em conjunto com o Governo. Nos setores em que o setor moderno e o tradicional coexistem, dedicados ao mesmo tipo de produção, o diferencial de produtividade não leva necessariamente à expulsão do mercado do produtor tradicional, mas à garantia de elevada taxa de lucro para o produtor moderno.

Este setor moderno, além de contar com a vantagem de sua tecnologia mais avançada, seja no plano técnico propriamente dito, seja no plano administrativo e organizacional, recebe ainda toda uma série de estímulos por parte do Governo. Coerente com sua política de basear o desenvolvimento do país no crescimento da grande empresa, o Governo propicia e estimula fusões, concede vantagens fiscais, concede créditos especiais, desenvolve o mercado de capitais. Resulta daí, pelo menos a curto prazo, e — veremos mais adiante — também a longo prazo, o processo de heterogeneização progressiva da economia.

O modelo se completa através da reestruturação do lado da procura que examinamos no subcapítulo anterior. Podemos dividir também a demanda agregada em dois setores, que correspondem aproximada mas não exatamente aos dois setores produtivos. Os dois setores, do lado da demanda, seriam o da classe média e alta, de um lado, correspondendo a aproximadamente 30% da população brasileira, e o da classe baixa, representando os restantes 70% da população. O primeiro setor consome principalmente bens de luxo, os automóveis, os bens de consumo duráveis e os serviços que são produzidos pelo setor moderno tecnologicamente de ponta. A concentração de renda na classe alta e na classe média favorece, assim, um desenvolvimento ainda maior das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais e das empresas públicas. Todas essas grandes empresas, por sua vez, na medida em que são altamente capital-intensivas e tecnologicamente sofisticadas, aumentam sua procura de pessoal especializado e de pessoal administrativo, ao invés de aumentarem sua procura de pessoal não especializado. Aumenta, assim, o emprego para a classe média, enquanto acentua-se a marginalização da classe baixa. Completa-se, assim, um círculo de desenvolvimento, em que o desenvolvimento do setor moderno permite a concentração da renda na classe média e alta, e esta

concentração, por sua vez, estimula o crescimento do setor moderno. Ficam excluídas do processo tanto o setor produtivo tradicional quanto a classe baixa, que são marginalizados do processo de desenvolvimento.

Do lado da demanda deve ainda ser observado que, além do progresso de concentração da renda nas classes médias e altas, que também são grandes consumidoras, um outro fenômeno reforça o modelo, compatibilizando concentração de renda com desenvolvimento. Referimo-nos às exportações, que cresceram extraordinariamente no Brasil nos últimos anos. Não só o país está vencendo o grande teste a que nos referimos anteriormente, de exportar manufaturados, mas também encontra uma forma através da qual os bens de consumo produzidos não necessitam ser consumidos internamente. São exportados, e, em contrapartida, importam-se maquinaria e matérias-primas. Não é necessário, assim, que cresça o poder aquisitivo dos consumidores proporcionalmente ao crescimento da produção.

Este modelo de desenvolvimento foi recentemente objeto de um estudo econométrico de simulação, realizado pelos professores Samuel A. Morley e Gordon W. Smith. Concluíram eles que "quanto mais regressivo for o esquema de distribuição de renda, maior será a taxa de desenvolvimento industrial, em boa parte devido à importância dos bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e de suas indústrias fornecedoras — borracha, maquinaria, metais e gasolina".¹¹⁶ Entretanto, verificaram eles também que o efeito negativo de uma distribuição de renda mais equitativa seria pequeno na taxa de desenvolvimento do país. A simulação que realizaram com o padrão de distribuição de renda mais progressivo apresentava uma taxa de crescimento industrial apenas 0,8% menos do que aquela realizada com o padrão de distribuição de renda mais regressivo ou concentracionista.

Esta análise, embora confirmando a teoria de que a concentração de renda está associada positivamente com o desenvolvimento econômico recente no Brasil, dá nova força à tese distributivista de Celso Furtado, na medida em que verificamos que, mesmo sem todo o plano de intervenção do Estado na economia proposto por Fur-

(116) Samuel A. Morley e Gordon W. Smith, *The Effect of Changes in the Distribution of Income on Labor, Foreign Investment and Growth in Brazil*. Program of Development Studies, Paper nº 15, 1971, Price University, Texas, p. 11. *Idem*, p. 12.

tado, a taxa de crescimento industrial seria pouco reduzida com uma distribuição de renda socialmente mais justa.

Entretanto, claramente não é o modelo Celso Furtado que está sendo aplicado ao Brasil, e sim o modelo de concentração de renda. Quando este modelo é apresentado a representantes da classe média e da classe alta, é comum ouvirmos do interlocutor a afirmação de que este é um modelo de curto e médio prazo: a longo prazo, segundo a versão, a renda terá necessariamente que redistribuir-se, as populações marginalizadas terão que se integrar e o setor tradicional deverá homogeneizar-se com o moderno, da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa.

Infelizmente, esta análise não é necessariamente verdadeira. Se reduzirmos a economia brasileira a um modelo muito simples, em que a população seja de 100 milhões, com 70% na classe baixa, com uma renda *per capita* de 214,3 dólares e os demais 30% na classe média e alta, com 1.000 dólares de renda média *per capita*, teremos uma renda *per capita* geral de 450 dólares. Identifiquemos, agora, para simplificar, a classe baixa com o setor tradicional, e a classe média e alta com o setor moderno. O setor tradicional terá uma renda de 15 bilhões de dólares e o setor moderno, uma renda de 30 bilhões de dólares.

Imaginemos, agora, que a população cresça à mesma taxa de 3% em ambos os setores, e que a renda cresça à taxa de 3% no setor tradicional (hipótese de marginalização do setor tradicional, portanto, com estagnação da renda *per capita*). Bastará que o setor moderno cresça à taxa de 9% para que a economia como um todo cresça à taxa de 7% ao ano.

Entretanto, para crescer à taxa de 9%, o setor moderno não precisará, necessariamente, de recorrer ao mercado e à mão-de-obra do setor tradicional. Do mercado, já vimos que não há necessidade, na medida em que prossiga o processo de concentração de renda na classe média e alta, pertencentes ao setor moderno. Em relação à mão-de-obra, tudo dependerá da tecnologia empregada. Imagine-mos um investimento anual de 9 bilhões de dólares, dos quais 90% sejam realizados no setor moderno. Imaginemos, por outro lado, que a oferta de mão-de-obra do setor moderno (que inclui operários especializados na classe média) seja de 3% ao ano, sobre 50% da população (correspondendo à população ativa). Teremos, assim, chegando ao mercado de trabalho, 450 mil jovens provenientes do setor moderno. Nestes termos, dado o investimento anual de 8,1 bilhões de dólares, bastará que a relação marginal capital-trabalho

seja de 18 mil dólares para que o setor moderno não tenha que ir disputar mão-de-obra no setor tradicional. Em outras palavras, se, para empregar um novo trabalhador, forem necessários 18 mil dólares ou mais, de acordo com este modelo, não será necessário transferir mão-de-obra do setor tradicional para o moderno, e teremos uma marginalização permanente do mesmo.

Não existem estudos disponíveis que meçam esta relação marginal capital-trabalho. É preciso lembrar, por outro lado, que esta relação inclui não só os empregos diretos criados pelo novo investimento, mas também os empregos indiretos, no setor de serviços. Por isso, embora sendo uma relação bastante baixa, não nos permite conclusões definitivas a respeito.

Entretanto, uma observação geral pode ser feita. Os investimentos, hoje, no setor moderno, são altamente capital-intensivos. Empregam muito menos mão-de-obra por unidade de capital do que na fase aproximadamente correspondente de desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos. Nestes termos, é perfeitamente aceitável imaginar que o setor moderno não necessitará de mão-de-obra do setor tradicional, a continuar a tendência atual do modelo de desenvolvimento do país. A alta intensividade dos investimentos que estão sendo realizados deixa de ser uma causa de subdesenvolvimento e crise, como em certos momentos chegamos a pensar, para se tornar uma causa de desenvolvimento, com marginalização econômica e social.

Este modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, baseado na concentração de renda e na marginalização permanente de grande parte da população é portanto economicamente viável. Não sabemos, porém, até que ponto é politicamente viável. E, sem dúvida, conforme já vimos, ele não é nem econômica, muito menos politicamente necessário. O máximo que podemos afirmar é que a aliança do governo tecnoburocrático com a grande empresa capitalista, e o processo de concentração de renda facilitam hoje o processo de desenvolvimento. Criam, todavia, distorções sociais profundas e uma dependência econômica e política que, mais cedo ou mais tarde, terão que ser reavaliadas. Por isso, não é impossível imaginar que essa reavaliação do modelo de desenvolvimento venha a ocorrer no momento em que, de um lado, as pressões sociais dos grupos marginalizados eventualmente aumentarem, e, de outro, na ocasião em que a tecnoburocracia governamental começar a pôr em dúvida as vantagens de uma aliança com o capitalismo nacional e, principalmente internacional. Nada assegura que isto venha a ocor-

rer. As tendências atuais são mesmo em sentido contrário. Mas também não há nenhum fator estrutural que impeça necessariamente essa mudança de tendência.

Tecnocracia industrializante, a quarta alternativa

No capítulo anterior, examinamos três ideologias possíveis e suas respectivas lideranças — o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista. Vimos que as duas primeiras ideologias não se coadunam com um projeto nacional de desenvolvimento econômico e que à terceira falta viabilidade política, dada a falta de organização, independência e conscientização políticas dos empresários industriais e ao colonialismo, conservadorismo, idealismo (alienação da realidade) e moralismo dos tecnocratas e militares que assumiram o poder em 1964. Entretanto, é preciso observar que estas características dos tecnocratas e militares não são necessárias. São elas características da classe média tradicional, onde os tecnocratas do Governo Castelo Branco e as lideranças militares foram principalmente recrutados. Ora, tecnocratas e militares podem e são também recrutados na nova classe média, produto da industrialização brasileira destes últimos quarenta anos.

Ora, a nova classe média, da mesma forma que a classe média tradicional, cujas origens são anteriores à revolução industrial, é conservadora e prudente, preocupando-se sempre com sua segurança. Diferentemente da classe média tradicional, porém, a nova classe média está integrada no processo produtivo, o que a torna realista. Além disso, a nova classe média depende fundamentalmente do desenvolvimento econômico. Ela é produto desse desenvolvimento, seu poder e seu prestígio crescem diretamente com a industrialização. Esta leva ao surgimento das grandes organizações burocráticas privadas e públicas, nas quais os elementos da nova classe média, os administradores profissionais e os técnicos, vão assumindo paulatina mas inexoravelmente o poder.

Nestes termos, e dentro da perspectiva (que ainda repugna aos marxistas ortodoxos, mas que se torna cada vez mais real em um grande número de países, inclusive o Brasil) de termos grupos de classe média como sendo os grupos dominantes politicamente, podemos imaginar que o Brasil venha a ser governado principalmente por tecnocratas e militares dessa nova classe média, caracterizada

por sua grande necessidade, sua premência mesmo, de promover o desenvolvimento econômico do País (já que nesse desenvolvimento está toda a fonte de seu prestígio e seu poder). Caso isto ocorra, é possível prever-se que os militares brasileiros acabem livrando-se do jugo de suas idéias colonialistas e autoritárias e que os tecnocratas comecem a desenvolver uma teoria econômica mais adaptada às reais necessidades do desenvolvimento brasileiro. Para ganharem representatividade política, essencial para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, terão que chamar para o Governo outros grupos, especialmente os empresários industriais. O diálogo com as esquerdas poderá recomeçar. Os sindicatos poderão ser novamente liberados. Por outro lado, este tipo de Governo perceberá cedo que o desenvolvimento econômico brasileiro só poderá ser realizado em termos nacionalistas e com uma intervenção crescente do Estado. Só assim poderá ser vencido o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Ora, na medida em que seus interesses não estão visceralmente ligados ao sistema capitalista liberal, tecnocratas e militares da nova classe média não terão dificuldades em adotar as posições estatizantes que se fizerem necessárias. Com isto não estarão fazendo uma opção socialista. O que caracterizaria este tipo de Governo de tecnocratas e militares da nova classe média seria a disponibilidade ideológica. Para esse grupo o que é realmente importante é a sua segurança e poder, a que está ligada indissoluvelmente a necessidade de desenvolvimento tecnológico e industrial, já que o conhecimento técnico (hoje o fator estratégico, em substituição, historicamente, à terra e ao capital) é o fator que dá legitimidade ao poder tecnocrático. Desde que uma maior estatização seja necessária para garantir-se esse desenvolvimento, essa estatização será naturalmente adotada.

Não citamos esta alternativa inicialmente porque não é uma alternativa tipicamente capitalista. Dentro do quadro institucional vigente, porém, quer-nos parecer que esta alternativa possui alguma viabilidade. Não há nenhuma garantia de que ela venha a ocorrer. Nem a consideramos uma solução ideal. Mas se é possível prever uma alternativa que não seja estritamente socialista para o desenvolvimento econômico, político e social brasileiro, esta alternativa será provavelmente a que acabamos de expor.

Cabe, aqui, uma pergunta: e um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente, estou convencido de que um sistema basicamente socialista, em que fossem reservados, porém, alguns setores

de difícil planejamento e execução, para a iniciativa privada (a pequena indústria, o pequeno comércio, a agricultura em geral, e boa parte do comércio e da indústria que exige uma constante adaptação ao mercado), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, os serviços públicos — um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fossem elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planejamento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes.

O objetivo deste livro, porém, não foi fazer teoria econômica e política e muito menos entrar pelo caminho do dever ser e de discutir qual seria, na opinião do autor, o sistema econômico e político ideal para o Brasil. Ao invés, pretendemos com este livro apresentar uma análise global da sociedade brasileira, nesse período crucial de sua história, que teve início em 1930 e chega até o presente. Ao concluirmos esta análise, a evidência dos fatos nos levou a diagnosticar uma crise, e, mais do que isso, um círculo vicioso estrutural em que está inserido o subdesenvolvimento brasileiro. Nesses termos, fomos obrigados a concluir que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje pequena. Nem a estrutura econômica vigente nem as lideranças atuais nos deixam antever claramente perspectivas para a continuação a longo prazo do desenvolvimento brasileiro em termos capitalistas.

Vimos, todavia, que por uma série de razões, que vão desde o poder econômico e numérico da classe empresarial e da classe média no Brasil até à situação de subordinação em que nos encontramos, face ao imperialismo americano a nos vigiar, que qualquer solução socialista apresenta também um grau de viabilidade diminuto.

O Brasil encontra-se, portanto, diante de um impasse. Desenvolvimento nos primeiros trinta anos e crise em seguida caracterizaram este período da história brasileira que analisamos neste livro. A crise, porém, que inicialmente parecia passageira, revelou-se persistente, calcada profundamente na estrutura econômica, social e política do Brasil. As soluções alternativas foram pouco a pouco tornando-se cada vez menos satisfatórias. Depois da Revolução de 1964, a crise agravou-se, e hoje o Brasil é um país dividido e sem horizontes. Vimos, todavia, que apesar de difíceis, existem alternativas que poderão levar o Brasil ao caminho do desenvolvimento econômico e social. E eventualmente uma solução poderá ser encon-

trada dentro de um clima de respeito às liberdades. Gostaríamos, por isso, de afirmar que temos a certeza de que, de uma forma ou de outra, esta crise será superada. Não dispomos de uma bola de cristal, nem pretendemos dizer aqui como a crise deveria ser superada. Admitimos que as perspectivas não são otimistas. Não cremos, todavia, que o pessimismo seja legítimo. O Brasil é muito grande e muito jovem. O mundo está passando por um processo de profundas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. A revolução tecnológica, com sua poderosa força reformista, e a revolução estudantil, marcada pelo idealismo e pelo sentido de responsabilidade pessoal, estão ocorrendo no Brasil tanto como no resto do mundo. Estou certo, portanto, que, se um esporádico leitor, daqui a alguns anos, eventualmente ler estas páginas, verificará que a Crise Brasileira, nos termos em que aqui foi definida, já foi superada. Serão outros os problemas, novos os desafios a enfrentar. O período de desenvolvimento e crise que analisamos até aqui, desde 1930 até 1971, fará parte da história.

CAPÍTULO VIII

Auge e declínio nos anos setenta*

O processo de expansão iniciado em 1967 no Brasil alcança seu auge em 1973. A partir de 1974 tem início um processo de desaceleração econômica que culmina com a grande recessão de 1981. Entre 1967 e 1973, o produto interno bruto cresce a uma taxa de 11,3%, enquanto que entre 1974 e 1981 essa taxa baixa para apenas 5,4%. O produto industrial sofre uma queda mais acentuada: cresce 12,7% ao ano no primeiro período, contra 5,4% entre 1974 e 1981.

Estávamos, portanto, assistindo a um segundo ciclo industrial no Brasil. Desde os anos cinqüenta a economia brasileira alcançou suficiente densidade industrial para passar a ser palco dos ciclos econômicos clássicos. A existência não apenas de uma completa indústria de bens de consumo, mas também de uma indústria de bens de capital e de insumos básicos permitiu que os ciclos econômicos de sobre e subacumulação de capital se tornassem endógenos, ligados à dinâmica interna do sistema capitalista brasileiro. O ciclo econômico no Brasil deixava de ser mero reflexo dos ciclos das economias centrais, que se reproduziam no Brasil através da elevação ou da queda dos preços dos produtos exportados (principalmente o café) e do valor das nossas exportações; deixava, portanto, de ser o ciclo primário-exportador, de caráter exógeno, e passava a ser resultado da dinâmica interna do sistema capitalista brasileiro.

(*) Agradeço a Geraldo Gardenalli pela colaboração no levantamento dos dados e pelas críticas e sugestões.

Mas, ao mesmo tempo, o ciclo econômico interno continuava a refletir os movimentos cíclicos do capitalismo internacional, com o qual a economia brasileira é naturalmente e cada vez mais solidária. O Quadro XVI apresenta a evolução do produto brasileiro nos dois últimos ciclos industriais.

A primeira questão que devemos responder é por que ocorreu em 1974 a reversão do ciclo e a economia entrou em desaceleração. Mas, além de responder esta pergunta básica, é preciso também indagar o que ocorreu (a) com a taxa de inflação, (b) com o endividamento externo e (c) com a distribuição de renda a partir do momento em que a economia entrou em desaceleração cíclica. A resposta a estas perguntas nos obrigará, naturalmente, a examinar a política econômica praticada no período.

A reversão do ciclo

Um problema preliminar em relação à crise iniciada em 1974 é, naturalmente, saber se se trata efetivamente de um fenômeno cíclico. Segundo os economistas neoclássicos ou monetaristas, na medida em que eles acreditam que as economias capitalistas tendem a equilibrar-se automaticamente, não há por que falar em ciclos. Na verdade, para os economistas neoclássicos, é muito difícil formular uma teoria sobre os ciclos. As crises podem ocorrer, mas só um fator de ordem exógena ao sistema econômico pode explicá-las. No caso brasileiro, esse fator exógeno foi facilmente encontrado no primeiro choque do petróleo ocorrido no segundo semestre de 1973. Conforme observa, generalizando, um de seus mais significativos repre-

Quadro XVI
EVOLUÇÃO DO PRODUTO NOS CICLOS INDUSTRIAIS
(taxas anuais de crescimento)

<i>Períodos</i>	<i>PIB</i>	<i>Ind.</i>	<i>Agr.</i>	<i>Serviços</i>
1955-62	7,1	9,8	4,5	6,8
1963-67	3,2	2,6	4,2	3,7
1968-73	11,3	12,7	4,6	9,8
1974-81	5,4	5,4	4,9	6,6

Fonte: Contas Nacionais, FGV e *Conjuntura Econômica*, vol. 35, maio de 1982 para o PIB de 1981.

sentantes, referindo-se às desacelerações ocorridas entre 1962 e 1980, “as recessões de crescimento no Brasil foram influenciadas por choques externos” para, em seguida, mais específico, concluir: “nos anos mais recentes de recessão de crescimento — 1975 e 1977 — temos obviamente os efeitos diretos e indiretos do choque do petróleo... a título de complementação, cabe assinalar na década de setenta o choque financeiro”,¹¹⁷ ou seja, o grande aumento da taxa de juros ocorrido a partir de 1979.

Embora não haja dúvida quanto à importância desses fatores exógenos, é óbvio que eles não explicam as flutuações cíclicas da economia. Estas são sempre causadas por um processo de sobreacumulação na fase de expansão, seguida de uma drástica redução dos investimentos na desaceleração. Este fenômeno tem sido observado sistematicamente em todas as economias capitalistas. Em 1973 é certo que o choque do petróleo ajudou a provocar a reversão do ciclo, mas também é óbvio que a extraordinária acumulação ocorrida então teria necessariamente que desembocar em crise. Conforme mostra o Quadro XVII, entre 1967 e 1973 os investimentos na indústria de transformação cresceram a uma taxa anual de 26,5%, caindo verticalmente para um crescimento de apenas 0,1% ao ano entre 1973 e 1980. Não é difícil compreender que aquela taxa absolutamente incrível, não poderia ser sustentada por muito tempo.

A sobre-acumulação, entretanto, só explica a reversão do ciclo na medida em que sirva de base para uma redução nas expectativas ou lucro das empresas e conseqüentemente para uma subsequente queda nos investimentos. Porque a reversão do ciclo em princípio ocorre em virtude de uma redução na taxa de acumulação de capital, a qual por sua vez decorre da queda na previsão da taxa de lucros em relação à taxa de juros.

Em 1974 a taxa global de lucros e de acumulação ainda cresceu, mas provavelmente a taxa de lucro esperada das empresas de bens de consumo (D-II: bens de salário e D-III: bens de consumo de luxo) já estava declinando, implicando redução subsequente na taxa de acumulação. Apenas os investimentos do D-I, promovidos artificialmente pelo II PND, eram mantidos.

A redução na taxa de acumulação a partir de 1974 ocorreu especialmente na indústria de bens de consumo durável (em parti-

(117) Antonio Carlos Lemgruber, “As Recessões de Crescimento no Brasil”, em *Conjuntura Econômica*, vol. 35, nº 4, abril 1981, pp. 88-89.

Quadro XVII
PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL NOS CICLOS
 (taxas anuais de crescimento)

Períodos	Investimentos na Ind. Transf.	Indústria de Transformação				
		Bens de Consumo Não-Durável	Bens de Consumo Durável	Bens de Capital	Bens Intermediários	Total
1955-62	17,4	6,6	23,9	26,4	12,1	9,8
1962-67	(3,5)	0,0	4,1	(2,6)	5,9	2,6
1967-73	26,5	9,4	23,6	18,1	13,5	12,7
1973-80	0,1	4,4	9,3	7,4	8,3	7,6

Fonte: José Serra, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra", em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 2, abril-junho de 1982.

cular de automóveis) que vinha liderando o ciclo expansivo. Trata-se, portanto, de uma clássica crise de subconsumo. A única peculiaridade, conforme já observamos em um trabalho anterior,¹¹⁸ está no fato de que não foram apenas os salários dos trabalhadores, mas principalmente os ordenados da classe média tecnoburocrática que cresceram menos do que os lucros na fase expansiva do ciclo. Se consideramos que o consumo é função de salários e ordenados, e que os investimentos (e conseqüentemente a produção industrial) é função dos lucros, é fácil compreender que embora a capacidade de consumo dos trabalhadores e principalmente da classe média empregada (que era o mercado fundamental da indústria automobilística) estivesse crescendo, a produção de bens de consumo durável estava crescendo muito mais rapidamente. No período 1967-1973, a indústria de bens de consumo durável estava crescendo à taxa anual explosiva de 23,6%, enquanto os salários médios no mesmo período (não são publicados dados separando salários de ordenados)

(118) Luiz C. Bresser Pereira, "Debate sobre o Fim do Milagre" (1975) e "A Recessão Econômica de 1974-1979" (1976), reproduzidos em *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Brasiliense, 1978, pp. 74-76 e p. 81.

criaram apenas à taxa anual de 3,1%, conforme se pode deduzir do Quadro XXII. Mesmo que consideremos que o consumo de duráveis é também parcialmente função dos lucros, é evidente que essa sobre-acumulação na indústria de bens duráveis era insustentável. A sobre-acumulação e conseqüentemente a superprodução ocorreram, portanto, em relação à capacidade de consumo.

É preciso ainda acrescentar que essa capacidade de consumo estava sendo artificialmente alimentada pela instituição e generalização do crédito direto ao consumidor, tornado possível graças à instituição da correção monetária estabelecida ainda em 1964 (que na prática derogou a Lei da Usura, retirando o limite de 12% ao ano para os juros). Em 1973, porém, é provável que a capacidade de endividamento primário dos consumidores estivesse se esgotando. Com a grande maioria dos consumidores já endividados, o crédito direto ao consumidor deixava de ser um fator de crescimento da demanda superior ao crescimento da renda.

Convém assinalar que essa interpretação da reversão do ciclo, de caráter subconsumista, não é pacífica entre os economistas neo-marxistas e pós-keynesianos, que representam a visão alternativa ao monetarismo neoclássico.¹¹⁹ Embora a teoria do subconsumo como explicação do ciclo tenha sólidas bases não apenas na realidade, mas também no pensamento de Marx, Rosa Luxemburgo, Keynes, Sweezy e Baran e Celso Furtado, ela é freqüentemente criticada, especialmente pelos marxistas fundamentalistas, que a consideram "reformista", na medida que pressupõe que uma adequada política de rendas e de administração da demanda agregada pode neutralizar parcialmente o ciclo. Os economistas fundamentalistas pretendem explicar o ciclo através da tendência (transformada em artigo de fé) à elevação da composição orgânica do capital, à diminuição da relação produto-capital, e, finalmente, à queda da taxa de lucro. Não conheço, entretanto, nenhum economista brasileiro que tenha

(119) Não é este o momento para uma análise das teorias marxistas e pós-keynesianas do ciclo. Em síntese existem três teorias: (a) teoria do subconsumo com a vertente da teoria da desproporção; (b) teoria da elevação da composição orgânica do capital; e (c) teoria do esgotamento do exército industrial de reserva. Sobre o assunto escrevi, em *O Desenvolvimento e os Lucros*, São Paulo, EAESP-FGV, 1979, mimeo. Entre a extensa literatura a respeito consultar especialmente Thomas E. Weisskopf, "Marxist Perspectives on Cyclical Crisis", em Bruce Steinberg e outros (organizadores), *U. S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union for Radical Political Economics, 1978. O caráter "reformista" das teorias de subconsumo é desenvolvido por Guido Mantega, em *Raízes e Formação da Economia Política Brasileira*, São Paulo, USP, tese de doutoramento não publicada, 1982.

seriamente se utilizado dessa teoria para explicar a reversão do ciclo em 1974. Na verdade, embora essa teoria possua certa consistência lógica, ela é pouco adaptada para explicar os ciclos econômicos de curto prazo (duração de aproximadamente dez anos) que estamos examinando. De fato, tende a ocorrer uma certa elevação da composição orgânica do capital quando o ciclo se aproxima do auge, já que a acumulação de capital cresce mais rapidamente do que os salários e ordenados. Mas esse fato é compensado pelo crescimento da taxa de mais-valia, já que o volume de lucros está também crescendo mais rapidamente do que o volume de salários e ordenados, de forma que a taxa de lucro não cai em função da elevação da composição orgânica do capital. Ela só cairá em termos de expectativas quando as empresas já não têm mais para quem vender os bens que produziram.

Uma terceira explicação, também adotada pelo marxismo contemporâneo, e também com sólidas bases no pensamento de Marx, é a da redução da taxa de lucro no auge do ciclo devido ao esgotamento do exército de reserva e à elevação da taxa de salários. Embora essa teoria, sem dúvida, ajude a explicar a reversão cíclica nos países centrais, onde os sindicatos são fortes, seu poder explicativo é bem menor em um país como o Brasil onde, além do desemprego aberto, há um grande e permanente contingente de subempregados. É preciso admitir, entretanto, que no auge do ciclo, em 1973, quando o desemprego aberto praticamente desaparece, houve uma elevação de salários reais que pode ter tido alguma influência na reversão cíclica.¹²⁰

A percepção, por um lado, de que tanto a teoria baseada na elevação da composição orgânica do capital quanto a explicação apoiada no esgotamento do exército industrial de reserva são inadequadas, e, por outro, a curiosa resistência à teoria do subconsumo (que só pode ser explicada pela virulência das críticas do marxismo fundamentalista contra ela) levaram diversos economistas brasileiros a adotar uma espécie de teoria de desproporção para explicar a reversão de 1974.¹²¹ É importante assinalar, entretanto, que esses

(120) Este fato foi assinalado por Paul Singer em um artigo escrito ainda em 1973, em que a reversão do ciclo já era prevista ("As Contradições do Milagre", em *Estudos CE-BRAP*, nº 6, outubro-dezembro 1973).

(121) Ver especialmente João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, "Reflexões sobre a Crise Atual", em *Escrita Ensaio*, ano 1, 1977, pp. 22-25; Maria Conceição Tavares, *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1979, tese não publicada, pp. 68-98;

autores acabam adotando uma posição basicamente subconsumista. Isto fica claro, por exemplo, na correta afirmação de Maria Conceição Tavares de que "as tendências recessivas dos setores de bens de consumo não-duráveis são as que primeiro aparecem, dado que a maioria dos salários vem crescendo muito menos do que a produção".¹²²

Na verdade, a teoria de desproporção é também uma teoria do ciclo de origem marxista, e, em última análise, é também uma teoria de subconsumo. Essa teoria divide a economia em dois setores — Departamento I, produtor de bens de capital e intermediários e Departamento II, produtor de bens de consumo —, e pressupõe que, porque os lucros crescem mais rapidamente que os salários na fase expansiva do ciclo, também o Departamento I cresce mais rapidamente do que o Departamento II nessa fase. Em linguagem keynesiana, é o mecanismo do acelerador que está funcionando. Esse crescimento mais do que proporcional da produção de bens de capital leva afinal à sua superprodução em relação à indústria de bens de consumo. Reduzem-se, então, as expectativas de lucro no setor de bens de capital, cortam-se os investimentos. E, através do efeito multiplicador, o restante da economia é atingido, desencadeando-se a desaceleração cíclica. Trata-se, portanto, também de uma teoria de subconsumo. Difere e complementa a inicialmente apresentada porque considera a economia dividida em dois setores (ou em três se os bens duráveis — Departamento III — forem separados dos bens de salário).

Aqueles economistas, entretanto, não se aperceberam disto. Viram apenas que a industrialização brasileira no período 1967-73 estava ocorrendo através de profundos desequilíbrios intra e inter-setoriais. O desequilíbrio fundamental estava no crescimento mais rápido da indústria de bens duráveis em relação à indústria de bens de capital. Atribuíram a esse fato a crise.

Ora, o crescimento mais rápido da indústria de bens de consumo não pode levar à crise de desproporção, ou seja, à queda nas

Francisco de Oliveira e Frederico Mazzucchielli, "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1956-1976)", em Francisco de Oliveira, *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 100-102.

(122) *Op. cit.*, p. 93. As páginas seguintes relativas à sobre-acumulação na indústria de bens duráveis vão na mesma direção. Vale assinalar que Guido Mantega (*op. cit.*), depois de criticar o caráter "reformista" das teorias de subconsumo, classifica corretamente como subconsumistas Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria Conceição Tavares, Paul Singer e este autor, a partir da análise que cada um de nós realizou sobre a crise dos anos 60.

expectativas de lucro e em seguida à queda dos investimentos, porque não leva a uma redução na produção e nos investimentos do Departamento I. O que ela simplesmente faz é pressionar a balança comercial, obrigando uma maior importação de bens de capital e de insumos básicos (o que de fato ocorreu). A crise de desproporção ocorre quando a indústria de bens de capital sobre-acumula em relação à indústria de bens de consumo, dado o crescimento insuficiente desta última, e, em consequência, o Departamento I é subitamente obrigado a paralisar seus investimentos. Ora, este decididamente não foi o caso no período 1967-73 no Brasil. Não houve então crescimento insuficiente do Departamento II.

A inflação crescente

Iniciada a desaceleração, a taxa de inflação, que fora cadente até 1973, volta a crescer. O Quadro XVIII mostra a tendência crescente da inflação em todo o período que vai de 1974 a 1981. É verdade que nos anos em que a taxa de crescimento do PIB se retrai ainda mais, devido às medidas de política monetária contractionistas (1975, 1977 e principalmente 1981), a taxa de inflação cai ligeiramente. Mas a tendência geral da taxa de inflação é claramente ascendente no período de desaceleração (1974-1981), quando alcança a taxa média de 60,0% contra 19,5% entre 1967 e 1973 (Quadro XVIII). É significativo observar, por outro lado, que enquanto no primeiro período os meios de pagamento cresciam em média a uma taxa quase duas vezes maior do que a inflação (35,6% contra 19,5%) e esta se apresentava declinante, no segundo período, embora a taxa média de crescimento dos meios de pagamento seja inferior à taxa média de inflação (53,0% contra 60,0%), esta torna-se crescente.

A tese de Ignácio Rangel, desenvolvida para explicar o crescimento da taxa de inflação na fase de desaceleração do ciclo anterior, confirmava-se assim inteiramente.¹²³ A desaceleração cíclica provoca a elevação da taxa de inflação, na medida em que esta se transforma em mecanismo de defesa do processo de acumulação.

Na verdade, a causa mais geral da inflação é o conflito distributivo entre as classes. No Brasil, dada a pouca força política da

(123) Ignácio Rangel, *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

Quadro XVIII
INFLAÇÃO, PIB E MEIOS DE PAGAMENTO
 (variações anuais)

	<i>PIB</i>	<i>Inflação (IGP)</i>	<i>Meios de Pagamento (M₁)</i>
1967	4,8	28,3	45,7
1968	11,2	24,2	39,0
1969	10,0	20,7	32,5
1970	8,8	19,3	25,8
1971	12,0	19,5	32,2
1972	11,1	15,8	38,3
1973	14,0	15,5	47,0
1967-73	11,3	19,5	35,6
1974	9,5	34,6	33,5
1975	5,6	29,4	42,8
1976	9,7	46,2	37,2
1977	5,4	38,8	37,5
1978	4,8	40,8	42,2
1979	6,8	77,2	73,6
1980	7,9	110,3	70,2
1981	-1,9	95,1	73,0
1974-81	5,4	60,0	53,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central. IGP — Disponibilidade Interna — Col. 2 — *Conjuntura Econômica*.

classe trabalhadora, a inflação é fundamentalmente fruto da permanente tentativa da classe capitalista de elevar ou pelo menos manter na desaceleração cíclica sua taxa de lucro.

São dois os mecanismos de aceleração da taxa de inflação que funcionaram a partir de 1974 para sustentar a acumulação capitalista: a "inflação administrada" por parte das empresas oligopolistas, e a "inflação compensatória" por parte do Estado.¹²⁴

Através da inflação administrada as grandes empresas oligopolistas elevam suas margens de lucro (lucro sobre vendas) na fase de desaceleração para compensar a diminuição de suas vendas e manter sua taxa de lucro (lucro sobre capital). Yoshiaki Nakano demonstrou esse fato de forma definitiva na grande recessão de

(124) Examinei o problema da inflação administrada e compensatória em "Inflação no Capitalismo de Estado", em *Revista de Economia Política*, vol. 1, n° 2, abril-junho 1981.

1981. Enquanto a inflação anualizada de fevereiro a julho de 1981, medida pelo IGP, era de 105%, os setores competitivos aumentavam seus preços em torno de 60%, e a média da elevação dos preços nos setores oligopolistas girava em torno de 170%.¹²⁵ Mas é claro que desde 1974 esse tipo de comportamento inflacionário das empresas oligopolistas vinha se manifestando. Na verdade, inflação e recessão, ou seja, estagflação, só são compreensíveis em uma economia oligopolizada e indexada.

Como um caso particular de inflação administrada temos ainda os efeitos sobre os preços internos dos dois choques do petróleo (1973 e 1979). Embora sem a importância excessiva atribuída pelos economistas monetaristas, essa "inflação importada", administrada pelo cartel da OPEP, sem dúvida contribuiu para a aceleração inflacionária.

Já a inflação compensatória tem origem na política econômica do Estado: seja na política keynesiana de aumentar as despesas do Estado em geral para reestimar a demanda agregada, seja principalmente no caso brasileiro recente através da montagem de um enorme sistema de subsídios às exportações industriais, à indústria de bens de capital, à agricultura e à acumulação das empresas estatais. Estes subsídios, pagos pelo orçamento monetário, desequilibram o orçamento global do Estado (o orçamento fiscal permanece equilibrado, mas nada significa). O *deficit* leva às emissões de moeda que, naturalmente, têm efeito acelerador da inflação caso alguns setores da economia estejam trabalhando próximos do pleno emprego.

É importante apenas assinalar que esse aumento compensatório da quantidade de moeda não é um fenômeno exógeno ao sistema econômico como pretendem os monetaristas, mas rigorosamente endógeno, na medida em que decorre da própria dinâmica da acumulação capitalista.

A inflação administrada e a inflação compensatória explicam a aceleração da taxa de inflação. Três fatores correlatos explicam por que, uma vez atingido um determinado patamar de inflação, esta tende a ali permanecer. Em primeiro lugar, os efeitos da propagação da inflação são assegurados pelo caráter oligopolizado e cartelizado da economia. Quando a política econômica recessiva procura

(125) Yoshiaki Nakano, "Recessão e Inflação", em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 2, abril-junho 1982, p. 137.

combater a inflação, as empresas, especialmente as oligopolistas, se por acaso não conseguirem aumentar suas margens, pelo menos logram repassar seus aumentos de custo e assim manter suas margens de lucro. Ora, uma diminuição da taxa de inflação só é possível com a redução das margens de lucro. Em segundo lugar, o sistema de correção monetária dos débitos e créditos, dos salários e dos aluguéis, ou seja, a indexação generalizada da economia, garante o efeito propagador da inflação ao mesmo tempo que neutraliza parcialmente seus efeitos distorsivos e concentradores de renda. Em terceiro lugar, ao entrar em *deficit*, ao emitir moeda e elevar o crédito para manter o nível de liquidez da economia (já que a quantidade real de moeda diminui com a inflação se não for aumentada nominalmente), o Governo é obrigado a sancionar a inflação em curso.

Cabe observar que no caso brasileiro, a partir de 1974, o *deficit* público (e o decorrente aumento da oferta de moeda em termos nominais) foi antes um fator mantenedor do patamar de inflação (e, portanto, sancionador desta inflação) do que um fator acelerador da inflação, já que em nenhum momento a economia voltou a operar em condições próximas do pleno emprego.

O endividamento externo

Uma segunda conseqüência da reversão cíclica foi o desequilíbrio da balança comercial e de transações correntes do país, resultando em um explosivo processo de endividamento externo. Através do endividamento externo o país procurou adiar ou contornar a desaceleração econômica. Em contrapartida, o desequilíbrio externo transformou-se por sua vez em causa derivada da crise (da mesma forma que a inflação), na medida em que levou o Governo a adotar medidas contracionistas para reduzir as importações e equilibrar a balança comercial.

O endividamento externo já começa a se acelerar no período do milagre. Conforme podemos verificar pelo Quadro XIX, a dívida externa bruta quase quadruplica entre 1967 e 1973. Como as reservas também aumentam fortemente, a dívida externa líquida quase duplica nesse período, subindo de 3.173 para 6.155 milhões de dólares.

O endividamento desse período, portanto, como o aumento das reservas mostra, estava baseado no aumento da liquidez inter-

Quadro XIX
BALANÇO DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA
(milhões de dólares)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Bal. Comercial	Serviços Líquidos ¹	Juros	Balanco de Transações Correntes	Dívida Bruta	Reservas
1967	1 654	1 411	213	-270	-184	-237	3 372	199
1968	1 881	1 855	26	-328	-144	-508	3 780	257
1969	2 311	1 993	318	-367	-182	-281	4 403	656
1970	2 739	2 507	232	-462	-234	-562	5 295	1 187
1971	2 904	3 247	-343	-560	-302	-1 307	6 622	1 723
1972	3 991	4 232	-241	-730	-359	-1 489	9 521	4 183
1973	6 199	6 192	7	-1 010	-514	-1 688	12 572	6 415
1974	7 951	12 641	-4 690	-1 532	-652	-7 122	17 166	5 269
1975	8 670	12 210	-3 540	-1 429	-1 498	-6 700	21 171	4 040
1976	10 128	12 383	-2 255	-1 574	-1 809	-6 013	25 985	6 644
1977	12 120	12 023	97	-1 576	-2 103	-4 037	32 037	7 256
1978	12 659	13 683	-1 024	-1 720	-2 695	-5 927	43 511	11 895
1979	15 244	18 084	-2 839	-2 378	-4 185	-10 742	49 904	9 689
1980	20 132	22 955	-2 823	-3 120	-6 311	-12 807	53 847	6 913
1981	23 293	22 091	1 213	-2 837	-9 179	-11 717	61 411	7 507

Fonte: Banco Central e *Conjuntura Econômica*.

Observação: (1) *Serviços Líquidos* exclui juros, lucros e dividendos.

nacional, ou seja, no aumento de eurodólares disponíveis para empréstimos externos. A estratégia do governo era ao mesmo tempo aumentar o mais possível a dívida externa bruta e garantir-se com reservas também elevadas.

O endividamento destinava-se a financiar *deficits* na balança comercial, que, por sua vez, possibilitavam o aumento da taxa de acumulação. Entretanto, embora não se importassem diretamente bens de consumo, os *deficits* comerciais levaram também ao aumento dos níveis de consumo, na medida em que se importavam matérias-primas e máquinas para fabricar internamente os bens de consumo.

A balança comercial, que apresentava normalmente um saldo favorável (para compensar o *deficit* na balança de serviços: fretes, seguros, turismo e juros), a partir de 1970 torna-se deficitária. Entre 1960 e 1969 o saldo acumulado de nossa balança comercial foi de 2.103,0 milhões de dólares — um saldo sem dúvida considerável dada a pequena dimensão do comércio externo brasileiro nesse período. Mas, no início dos anos setenta, antes mesmo do primeiro choque do petróleo, inicia-se a política de financiar a expansão com endividamento externo. Entre 1970 e 1973, o saldo comercial transforma-se em *deficit* acumulado de 346,0 milhões de dólares.

Ao acontecer, no final de 1973, a quadruplicação do preço do petróleo, seria natural a mudança nesta política de *deficits* comerciais e de endividamento. Não é, entretanto, o que ocorre. A euforia do milagre contagia a política econômica brasileira. Declaramo-nos uma “ilha de prosperidade” e passamos a formular em termos grandiosos o II PND, que se apoiaria no desenvolvimento da indústria de insumos básicos, que ficaria principalmente a cargo das empresas estatais e da indústria de bens de capital, cujo principal agente seriam os empresários nacionais. Entre 1974 e 1976 acumulamos um grande *deficit* comercial: 10.485 milhões de dólares.

A estratégia de desenvolvimento, ao mudar a ênfase do Departamento III, produtor de bens de consumo durável, para o Departamento I, produtor de bens de capital e insumos básicos, era correta. Era, todavia, excessivamente ambiciosa. Rigorosamente inviável em face às novas realidades internacionais.

Nos quadros da euforia desenvolvimentista, apenas em 1974 o *deficit* da balança comercial é de 4.690 milhões de dólares, e nossa dívida bruta sobe em quase cinqüenta por cento, enquanto que nossas reservas entram em declínio. De 1975 a 1976, ainda no clima do II PND, os *deficits* comerciais continuarão elevadíssimos. Só

em 1977, quando caímos na realidade e o II PND é definitivamente abandonado é que o país consegue um primeiro saldo comercial.

Em 1977, entretanto, nosso endividamento externo já havia alcançado um nível tão elevado que tendia a transformar-se em bola de neve. Nossa dívida bruta já alcançava 32.037 milhões de dólares, e apenas os juros sobre essa dívida já alcançavam mais de dois bilhões de dólares. Em 1979, quando as taxas de juros internacionais se elevaram dramaticamente, em função da política monetária restritiva dos Estados Unidos, então iniciada e até hoje (meados de 1982) mantida, os juros pagos pelo Brasil já alcançavam mais de quatro bilhões de dólares. Em 1981, para uma dívida bruta de 61.411 milhões de dólares, o Brasil pagou apenas de juros 9.179 milhões de dólares, equivalentes a 39% das exportações.

Na verdade, à medida que os juros, ao invés do *deficit* comercial e de serviços, transformavam-se no principal responsável pelo aumento da dívida, esta transformava-se em uma bola de neve. Saía fora do controle do Governo. E deixava de ter qualquer efeito positivo sobre a taxa de acumulação ou mesmo a taxa de consumo.

Em um primeiro momento, entre 1970 e 1976, o Brasil se endividou para aumentar a taxa de acumulação e de consumo; em um segundo, entre 1978 e 1980, para manter os níveis de consumo. A partir de 1981, porém, já não nos endividávamos sequer para aumentar o consumo. O Brasil se endividava quase exclusivamente para pagar juros.

No início dos anos setenta a estratégia de endividamento era razoável na medida em que a taxa de retorno interno dos investimentos era maior do que a taxa de juros externa. O único problema estava no fato de que nem tudo o que importávamos com base no endividamento se destinava aos investimentos: boa parte se destinava indiretamente ao consumo. Por isso, embora aumentassem sistematicamente as exportações (nos anos setenta a uma taxa superior a 20% ao ano), estas não foram suficientes para garantir um saldo comercial.

Na verdade, dois fatores tornaram cada vez mais difícil a obtenção de um saldo em nossa balança comercial. De um lado, o endividamento externo crescente destinava-se apenas secundariamente ao aumento de nossa capacidade de exportar. De outro, a partir de 1977 tem início uma dramática deterioração das relações de troca do Brasil, agravada em 1979 pelo segundo choque do petróleo. Conforme podemos observar pelo Quadro XX, o índice de

Quadro XX
AS TAXAS EXTERNAS

	1	2	3	4	5	6
	<i>Coefficiente de Importações</i>	<i>Coefficiente de Importações (exclusive Petróleo)</i>	<i>Relações de Troca — Índice (1970 = 100)</i>	<i>Dívida Líquida/ Exportações</i>	<i>Dívida Externa/ PIB %</i>	<i>Valorização Cambial (1970 = 100)</i>
1970	5,4	5,0	100	1,50	9,0	100,0
1971	6,1	5,5	92,8	1,69	9,2	94,0
1972	6,7	6,1	98,2	1,34	8,6	92,4
1973	7,4	6,7	107,9	0,99	7,4	91,0
1974	11,5	9,1	88,3	1,50	10,8	87,0
1975	9,3	7,3	85,5	1,98	13,1	85,2
1976	7,8	5,7	96,0	1,92	12,3	85,5
1977	6,7	4,7	112,7	2,04	13,8	81,7
1978	6,6	4,6	94,5	2,50	15,2	75,6
1979	7,7	5,0	89,1	2,64	17,2	65,2
1980	9,2	5,4	70,2	2,33	18,8	56,8
1981	7,7	4,0	65,1	2,31	18,8	68,9

Fonte: (1) Banco Central do Brasil — Rel. anuais 1980 e 1981.

(2) Banco Central do Brasil — Rel. anuais 1980 e 1981 e Boletim Mensal abril 82.

(3) *Idem.*

(4) Banco Central e *Conjuntura Econômica*.

(5) *Idem.*

(6) Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

Observação: A valorização ou desvalorização cambial é medida com base em 1970, através da comparação entre a *taxa de câmbio efetiva* — composta pela média ponderada do valor das principais moedas constantes do nosso comércio exterior — e a *taxa de paridade* ajustada anualmente pelo diferencial da inflação interna e externa, sendo esta última obtida pela inflação ponderada dos principais países participantes de nosso comércio externo. Tomando-se a relação cambial existente em 1970 como igual a 100, índices acima de 100 significam valorização cambial e abaixo, desvalorização. Como são utilizados valores médios anuais, o efeito da maxidesvalorização de dezembro de 1979 aparece mais claramente em 1980.

preço das exportações brasileiras em relação às importações cai de 112,7 para 65,1 entre 1977 e 1981.

Por outro lado, a partir de 1979 a taxa de juros internacional sobe extraordinariamente, enquanto a taxa de lucro interna cai. Nesse momento, o endividamento transforma-se não apenas em uma bola de neve incontrolável, mas também em um pesado ônus para toda a economia brasileira.

O endividamento externo transforma-se, assim, na principal restrição ao desenvolvimento econômico do país. Devido ao altíssimo grau de endividamento e às altas taxas de juros internacionais é de se esperar, de um lado, exigências de austeridade cada vez maiores e mais casuísticas dos banqueiros internacionais e, de outro, uma política econômica cada vez mais restritiva por parte do Governo brasileiro. Conforme já aconteceu em 1981, os banqueiros internacionais impõem uma política econômica recessiva, de caráter monetarista, visando conter a inflação e reduzir as importações. E o Governo brasileiro, sem raio de manobra, paralisado, incapaz de propor uma política econômica administrativa alternativa, atende às exigências dos banqueiros.

Nesse quadro, a probabilidade de que o Brasil venha a ser obrigado a pedir a renegociação da dívida é cada vez maior. Esse pedido provavelmente só ocorrerá quando nossas reservas estiverem em níveis muito baixos, dada a recusa dos banqueiros internacionais de continuar a renovar nossos créditos. Em última análise, portanto, a decisão de renegociação da dívida, que trará ainda maiores prejuízos para a economia brasileira, não será do Brasil, mas dos vinte ou trinta grandes bancos que dominam as finanças internacionais.

O II PND e a desaceleração limitada

O início da desaceleração econômica, já em 1974, é um fenômeno muito claro. Enquanto no auge, em 1973, o PIB crescia 13,9%, em 1974 essa taxa caía para 9,8%. É importante assinalar, entretanto, que a desaceleração entre 1974 e 1979 foi extremamente suave. Na verdade, só é possível se falar em desaceleração quando se compara com a grande expansão do período imediatamente anterior. De fato, entre 1974 e 1979 o PIB cresceu a uma taxa anual de 6,9%, semelhante à taxa média de crescimento do PIB no Brasil desde os anos quarenta.

Esta desaceleração moderada, encerrada em 1980 com um crescimento de 8,0%, foi possível exatamente na medida em que, de um lado, a inflação servia de mecanismo de defesa de economia contra a crise e, de outro, o endividamento externo permitia que as taxas de acumulação se mantivessem elevadas, apesar da taxa de lucro já estar caindo.

Na verdade, a taxa de acumulação, sustentada pelo endividamento externo e pelas inversões do Estado, nos quadros do II PND, continuou a se elevar em 1974 e 1975, apesar de a reversão do ciclo já estar ocorrendo. Esta manutenção da taxa de acumulação em níveis elevados após a reversão do ciclo é surpreendente. Normalmente é a queda na taxa de acumulação (provocada pela redução na taxa de lucro esperada em relação à taxa de juros) que dá início à desaceleração. Em 1974 e 1975, entretanto, isto não aconteceu no Brasil, porque o Estado, nos quadros do II PND, que dava prioridade à indústria de bens de capital e insumos básicos, continuou a realizar e a estimular grandes investimentos nesse Departamento I. Entretanto, conforme observou muito bem Maria Conceição Tavares, embora praticamente dobre sua capacidade produtiva entre 1973 e 1975, “a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que gere uma “demanda autônoma” capaz de realimentar a sua própria demanda e a demanda conjunta dos bens de produção”.¹²⁶

Por outro, nos setores realmente significativos da indústria brasileira, em termos de peso na produção total, ou seja, na indústria de bens de consumo durável e não-durável, a taxa de acumulação caía vertiginosamente dada a incapacidade dos consumidores, já endividados e estocados de duráveis, de continuar a aumentar seu consumo às mesmas taxas do milagre. Conforme observa José Serra, “assim a inflexão do ciclo não se deveu a problemas de demanda pelo lado do investimento agregado nem tampouco a restrições de oferta de importações. As dificuldades surgiram pelo lado da demanda corrente de bens de consumo duráveis e não-duráveis”.¹²⁷

A partir de 1976, quando percebeu-se que o II PND era obviamente inviável e tinha que ser abandonado, a taxa de acumulação começa a cair. A relação produto-capital (incremental), entretanto,

(126) *Op. cit.*, pp. 96-97.

(127) José Serra, “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra: A Crise Recente”, em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 3, julho-setembro 1982, p. 112.

que é uma espécie de medida de produtividade dos investimentos, já estava em pleno declínio, conforme se verifica pelo Quadro XXI.

Essa redução da relação produto-capital é um reflexo da redução mais rápida da taxa de crescimento do PIB do que da taxa de acumulação. Enquanto, através da política econômica, se continuava a estimular a acumulação nos setores prioritários do II PND, procurava-se controlar a demanda agregada através de medidas de restrição monetária e creditícia. Em conseqüência, a taxa de acumulação se mantinha, enquanto a taxa de crescimento reduzia-se. O fator mais importante da redução da relação produto-capital, entretanto, está no longo período de maturação dos grandes investimentos estatais que então se iniciam — a hidrelétrica de Itaipu, a ferrovia do aço, a Usiminas, a Açominas, o porto de Tubarão — alguns dos quais até hoje (outubro de 1982) não estão terminados. Quando esses projetos tiveram que ser desacelerados em função da

Quadro XXI
AS VARIÁVEIS BÁSICAS

<i>Ano</i>	(1) <i>Taxa de Lucro</i>	(2) <i>Taxa de Investimento</i>	(3) <i>Relação Incremental Produto / Capital</i>	(4) <i>Taxa de Crescimento do PIB</i>
1970	nd	21,7	0,36	8,8
1971	nd	22,5	0,47	12,0
1972	nd	22,7	0,44	11,1
1973	18,3	23,4	0,50	14,0
1974	21,4	24,9	0,29	9,5
1975	18,2	26,8	0,17	5,6
1976	20,8	26,6	0,33	9,7
1977	18,0	24,9	0,20	5,4
1978	14,3	25,2	0,16	4,8
1979	10,7	24,7	0,26	6,8
1980	nd	24,3	nd	7,9
1981	nd	22,0	nd	(1,9)

Fontes: (1) Bonnelli e Guimarães, "Taxas de Lucros de Setores Industriais no Brasil, 1973-1979", *Estudos Econômicos*, vol. II, n.º 3, pp. 93-114.

(2), (3), (4) Contas Nacionais do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

absoluta falta de recursos para um conjunto de investimentos de dimensões megalomaniacas, caracterizou-se uma situação de desperdício e má aplicação de recursos, que reduziu ainda mais a relação produto-capital.

Na verdade, conforme observou Carlos Lessa, o II PND era o produto de uma estratégia autoritária que, em pleno período de reversão cíclica, partia da premissa de que “o Estado é o sujeito, a sociedade e a economia são o objeto”.¹²⁸ A euforia do “milagre” e o voluntarismo tecnoburocrático se aliavam para realizar o projeto de “Brasil potência”.

O Brasil pagaria caro por esse otimismo no começo dos anos oitenta, quando outros e mais graves erros se somariam aos já cometidos. Mas é preciso admitir que a estratégia do II PND, privilegiando os insumos básicos e a indústria de bens de capital era correta. Mais ainda, que a utilização das empresas estatais para produzir os principais insumos básicos — petróleo, energia elétrica, aço — e para realizar encomendas de máquinas e equipamentos à indústria de bens de capital local era também uma estratégia adequada. O grave erro neste campo foi não ter compreendido a natureza cíclica do capitalismo, não ter percebido que o ciclo de expansão se esgotara no Brasil e no restante do sistema capitalista, e que nosso problema fundamental era agora reduzir nossas ambições e ajustar-nos à crise, agravada pelo problema da energia, ao invés de ignorá-la.

Política econômica 1974-79

Na verdade, a política econômica desenvolvida no Brasil a partir de 1974 teve altos e baixos, graves erros foram cometidos, como a tentativa de realizar um projeto de desenvolvimento grandioso em plena reversão cíclica e de financiá-lo com endividamento externo que acabou saindo fora de controle. Mas não há dúvida de que, pelo menos até a segunda metade de 1979, enquanto o comando da economia coube a Mário Henrique Simonsen, se não se conseguiu controlar a economia através de uma política administrativa firme, que possibilitasse um controle efetivo dos principais

(128) Carlos Lessa, “II PND: Um Caso de Patologia Político-Econômica”, em *Boletim do IERJ*, janeiro-fevereiro, 1979.

preços e agregados econômicos, em compensação não foram cometidos grandes erros na condução da conjuntura econômica. Principalmente, nada foi feito em matéria de ortodoxia econômica monetarista do tipo adotado com conseqüências tão desastrosas pelo Chile e principalmente pela Argentina.¹²⁹ Embora as autoridades monetárias adotassem um discurso teórico basicamente neoclássico e monetarista, na prática adotaram uma política de meio termo, em que os instrumentos monetários e fiscais de política macroeconômica, de caráter basicamente keynesiano, eram combinados com instrumentos de controle administrativo, como o controle de preços via CIP (Comissão Interministerial de Preços), o controle de taxa de câmbio via política de minidesvalorização (iniciada com excelentes resultados ainda em 1967), o controle de juros e aluguéis via correção monetária, e o controle dos salários. O discurso era monetarista, mas a prática era um misto de monetarismo, keynesianismo e administrativismo de preços.

Na verdade, essa prática eclética era fruto das pressões e contrapressões da sociedade, principalmente de uma burguesia industrial que começara a tornar-se poderosa nos anos trinta, e que, após os anos cinqüenta, tornara-se definitivamente a classe dominante no Brasil. Nessa qualidade, essa classe sentia-se em condições de exigir uma política econômica condizente com seus interesses. Ora, esta política obviamente não poderia pautar-se pela pura ortodoxia neoclássica.

De um modo geral, o que tivemos foi uma política keynesiana de *stop and go*, através da qual a política econômica ia procurando ajustar-se de um lado aos dois choques de petróleo (1973 e 1979), via inflação e endividamento crescente, e, de outro, às exigências de acumulação (e de consumo) da sociedade. Essa política não era ideal, mas, sem dúvida, foi muito melhor do que um monetarismo ortodoxo, do tipo de que desindustrializou o Chile e a Argentina.

Através do processo de *stop and go*, o Governo Geisel foi conduzindo a economia. Em 1974, um começo de restrição monetária, abandonado em 1975. Dada a defasagem de 6 a 9 meses entre

(129) Cf. Pilar Vergara, "Autoritarismo e Mudanças Estruturais no Chile", em *Revista de Economía Política*, vol. 2, n° 3, julho-setembro de 1982; Centro de Investigaciones Económicas y Políticas "Pátria Grande", "Argentina 1976-1980: El Modelo Neoliberal de la Oligarquía", em *Investigación Económica*, n° 156, abril-junho de 1981, México; Adolfo Canitrot, "Teoría y Práctica del Liberalismo. Política Antiinflacionaria e Apertura Económica en la Argentina", em *Desarrollo Económico*, vol. 21, n° 82, julho-setembro de 1981.

Quadro XXII
SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE

Ano	(1) <i>Índice de Salário Mínimo Real</i>	(2) <i>Índice de Salário Médio Real</i>	(3) <i>Índice de Produtividade (PIB por habitante)</i>
1970	100,0	100,0	100,0
1971	95,7	103,2	109,3
1972	93,9	107,4	118,5
1973	86,1	112,7	131,8
1974	79,0	112,7	140,8
1975	82,5	121,5	145,1
1976	82,0	127,2	155,3
1977	85,4	135,8	159,8
1978	88,0	147,2	163,4
1979	90,4	154,0	170,1
1980	93,4	149,4	179,0
1981	95,5	161,3	171,4

Fontes: (1), (2) O índice do salário mínimo inclui o 13º salário a partir de 1962. O índice de salário médio real corresponde à média de 18 sindicatos em São Paulo até 1974 (Fonte: Bacha e Taylor, *Models of Growth and Distribution for Brazil*, Washington, World Bank, 1980). A partir de 1975 a fonte é o FIBGE, salários da indústria de transformação. Todos os índices foram deflacionados pelo índice de custo de vida do DIEESE.

(3) Contas Nacionais, FGV, *Conjuntura Econômica*, dez. 1981. Dado referente a 1981 é estimativo.

a contração monetária e o crescimento do PIB, sua taxa de crescimento cai verticalmente em 1975 para 5,7%. Mas, em 1976, volta a crescer explosivamente para 9%. Em 1977, nova contração do PIB, agora para 4,7% de crescimento, resultando da contração dos meios de pagamento em termos reais de 6,2% ocorrida no ano anterior. Mas, em 1978 e 1979, o PIB volta a crescer 6,0% e 6,4% respectivamente.

Na verdade, o ano de 1979 deveria ser de contração, dado o crescimento das pressões inflacionárias causadas pelo segundo choque do petróleo e do choque financeiro caracterizado pela elevação das taxas de juros internacionais. Mas, Simonsen, ao deixar o Governo em agosto de 1979, não teve tempo de realizar um novo *stop* que planejava. Em lugar de sua política de meio termo, que se

não resolvia os problemas, também não os agravava dramaticamente, teríamos uma nova política econômica conduzida por Antônio Delfim Netto.

Política contraditória

Na verdade, no período 1974-1979, tivemos uma política econômica marcada por uma contradição básica. De um lado, o II-PND definido pela presidência da República levava o país a um grande esforço de investimento, de caráter afinal anticíclico, que conduzia ao endividamento externo, além de produzir pressões inflacionárias. De outro lado, a partir do Ministério da Fazenda e do Banco Central, procurava-se conter os dois processos através de políticas restritivas, as quais, entretanto, tinham duração relativamente curta. Nestes termos, e conforme observou corretamente Dércio Munhoz,¹³⁰ no seio do próprio Governo travava-se uma discussão entre uma posição desenvolvimentista e intervencionista de um lado e uma posição conservadora ou monetarista de outro. A posição monetarista, entretanto, nunca foi radical e, de qualquer forma, jamais chegou a prevalecer inteiramente.

Nos quadros dessa política econômica contraditória, uma distorção grave foi a elevação da taxa de juros real, o aumento da especulação financeira e a crescente apropriação do excedente econômico pelo setor financeiro em expansão.

Os juros internos sofreram dois tipos de pressões contraditórias. De um lado, a correção monetária (valor das ORTNs) abaixo da taxa de inflação provocava uma redução da taxa de juros. De outro, as restrições impostas à oferta de moeda e a política de endividamento interno do Governo, que através da venda de ORTN e LTNs procurava cobrir parte de seus *deficits* não inflacionariamente, tinham como efeito pressionar a taxa de juros interna para cima.

O efeito mais grave do endividamento interno, que cresceu, em termos reais, de 105% entre 1970 e 1980, foi o de facilitar um extraordinário processo de especulação financeira, que tinha como

(130) Dércio Munhoz, "Os Desequilíbrios Externos da Economia Brasileira", em *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 4, outubro-dezembro 1981, p. 38.

um de seus efeitos a elevação da taxa de juros. As operações de *open market*, potencializadas por um sistema de cartas de recompra, sobre títulos privados, emitidas pelas entidades financeiras, tornavam os títulos absolutamente líquidos, aceleravam a veiosidade da moeda e constituíram-se em fonte de pressão inflacionária. Esse processo, que foi chamado de "ciranda financeira", foi, afinal, parcialmente corrigido em 1979, através de uma série de medidas reguladoras emitidas pelo Banco Central. Essas medidas — entre as quais a criação do SELIC (Sistema de Liquidação e Custódia) — dificultaram a especulação com títulos privados ou não suficientemente lastreados em fundos próprios. Não impediram, entretanto, um grande aumento dos lucros e da participação do sistema financeiro na renda nacional.

Em contrapartida, embora a dívida externa crescesse fortemente no período, o perfil dos seus vencimentos não se deteriorou e o nível de reservas foi mantido em níveis aceitáveis.

Por outro lado, e ao contrário do que geralmente se supõe, durante todo esse período praticou-se uma deliberada política de desvalorização do cruzeiro. Conforme podemos verificar pelo Quadro XX, entre 1974 e 1978 o cruzeiro desvalorizou-se em 13%. O objetivo dessa política era dar maior competitividade às exportações de manufaturados e possibilitar a redução dos subsídios às exportações. Sem custo, traduzia-se em ligeiras pressões inflacionárias e em um eventual favorecimento da deterioração das relações de troca. Em princípio, entretanto, tratava-se de uma política correta, já que nossas exportações, especialmente de manufaturados, cresceram de maneira significativa no período.

Apesar da desvalorização crescente do cruzeiro, entretanto, o Governo, em face à deterioração de nossas relações de troca (causada principalmente pela crise econômica internacional e pelo segundo choque do petróleo, em 1979), não se via em condições de retirar os subsídios às exportações. Por isso, no final de 1978, formulou um plano de desvalorização adicional do cruzeiro de 25% distribuído em quatro anos. Isto seria feito através da aceleração das minidesvalorizações e possibilitaria a eliminação de todos os subsídios às exportações. Muitos, entretanto, interpretaram esse plano como um sinal de que o cruzeiro vinha se valorizando, quando na verdade era o contrário que vinha acontecendo. E, afinal, a equivocada maxidesvalorização de dezembro de 1979 veio confirmar essa impressão errônea. Na verdade, tomando-se como base de paridade do cruzeiro o ano de 1970, em 1978 o cruzeiro havia-se desvalorizado

em 24,4%. Com a maxidesvalorização, essa percentagem salta para 43,2% em meados de 1980.

Expansão e recessão: 1980 e 1981

No início de 1979, quando se instala o Governo Figueiredo e Mário Henrique Simonsen deixa o Ministério da Fazenda (que ocupava desde 1974) e assume o Ministério do Planejamento, o quadro da economia brasileira apresentava graves sinais de crise, então parcialmente diagnosticada pelo próprio Governo:

a) a inflação acelerava-se perigosamente, tendo alcançado afinal 77,2% nesse ano;

b) o endividamento externo começava a tornar-se incontrolável com o novo choque do petróleo e com a elevação das taxas de juros internacionais;

c) o orçamento do Governo Federal, onerado por subsídios compensatórios crescentes e pelo *deficit* de caixa das empresas estatais, já alcançara, em 1978, 5,3% do PIB, subindo para 8,1% em 1979;¹³¹

d) o cruzeiro estava excessivamente valorizado;

e) os preços de algumas empresas estatais (especialmente empresas de serviços públicos) estavam artificialmente rebaixados.

Para enfrentar esta situação, Simonsen pretendia (a) acelerar as minidesvalorizações; (b) reduzir as despesas de Estado e os subsídios; (c) unificar o orçamento fiscal e monetário; (d) provocar uma nova recessão que reduzisse as importações e segurasse a taxa de inflação.

Os empresários, insatisfeitos com a tendência decrescente dos seus lucros, e sabendo que havia a alternativa do Sr. Antônio Delfim Netto, que entre 1967 e 1973 comandara o "milagre", pressionaram o Governo, levando Simonsen à renúncia.

Delfim Netto assumiu o Ministério do Planejamento em agosto de 1979 com plenos poderes, imaginando que reeditaria o êxito de 1967. Para isso, elaborou uma estratégia expansionista, a partir da

(131) Cálculos de Carlos Von Doellinger, "Estatização, Finanças Públicas e Implicações" em *O Estado de S. Paulo*, de 7 a 23 de fevereiro de 1982. Em 1980 essa percentagem caiu para 7,3%.

premissa correta de que o componente de custo ou administrativo da inflação continuava elevado. Expandindo a economia ao mesmo tempo que controlava os preços administrativamente, as empresas seriam levadas a reduzir suas margens de lucro (lucro sobre a venda), reduzindo a pressão inflacionária, sem assim prejudicar sua taxa de lucro (lucro sobre o capital), já que suas vendas estariam aumentando.

A situação de 1979, entretanto, era completamente diversa da de 1967. Enquanto em 1967 o orçamento do Estado estava equilibrado e a dívida externa do país era reduzida, agora estávamos em situação oposta. Por outro lado, em 1967 estávamos saindo naturalmente de uma crise cíclica, enquanto que em 1979 estávamos nos aprofundando nessa crise. Os trabalhadores em 1967 estavam neutralizados, facilitando a política de arrocho salarial, enquanto que em 1979 realizavam grandes movimentos sindicais a partir de São Bernardo do Campo. Na verdade, o único ponto em comum das duas etapas era o fator componente de custos da inflação.

A partir do diagnóstico equivocado, os erros de política econômica se acumularam. Durante o segundo semestre de 1979, foram realizados vários reajustes de preços das empresas estatais (a chamada "inflação corretiva"), que pressionaram fortemente os preços para cima. E é claro que os efeitos inflacionários, ao contrário do que esperava o Governo, não se limitaram a 1979: estenderam-se para 1980.

Em dezembro de 1979, foi feita uma maxidesvalorização do cruzeiro de 30%. Esta medida, além de tirar a confiança dos tomadores de empréstimos externos e de causar graves prejuízos para as empresas estatais, teve um forte efeito inflacionário. Em seguida, o Governo prefixou a correção cambial e a correção monetária em níveis muito inferiores ao da inflação. Pretendia-se, com isso, "reduzir as expectativas inflacionárias das empresas", que, assim, diminuiriam a taxa de crescimento de seus preços. Esse tipo de concepção da inflação baseado em expectativas, de caráter tipicamente monetarista, semelhante ao adotado um pouco antes na Argentina, naturalmente não funcionou. Enquanto a inflação subia a quase 120%, a correção monetária e a cambial ficavam em menos de 60%.

Com isso, a taxa de juros real, tanto dos empréstimos internos quanto externos, caiu vertiginosamente. Esta era uma violência à lei do valor que teve efeitos distorsivos imediatos. A poupança individual foi desestimulada, a especulação e o próprio câmbio negro se

instalaram no mercado financeiro, os estoques foram aumentados, a economia entrou em clima de euforia, o PIB cresceu nada menos de 8%, as importações cresceram desmesuradamente, o *deficit* da balança comercial elevou-se para 3,4 bilhões de dólares. o endividamento externo bruto alcançou, no final do ano, US\$ 53,8 bilhões de dólares. E, naturalmente, o cruzeiro revalorizou-se, anulando a maxidesvalorização de 1979, da qual restaram apenas os efeitos negativos: inflação e perda de credibilidade por parte do Governo.

Já no segundo semestre de 1980, entretanto, a irresponsabilidade dessa política econômica do Governo levou os banqueiros internacionais a interromper a renovação dos débitos brasileiros.

Depois de uma série de viagens infrutíferas ao exterior, e dada a pressão cada vez maior dos banqueiros internacionais no sentido de uma política econômica mais austera, em novembro de 1980 o Ministro Delfim Netto anuncia uma drástica mudança na política econômica. A oferta monetária, que já vinha se contraindo desde agosto, contrai-se ainda mais, os investimentos das empresas estatais sofrem novos cortes, a taxa de juros e os preços das mercadorias são liberados, a prefixação da correção monetária e da correção cambial são abandonadas. A política ortodoxa proposta pelo FMI só não é inteiramente seguida porque nem a lei salarial de 1979, nem os subsídios às exportações e à agricultura foram eliminados. Faltavam condições políticas para o Governo tomar medidas dessa natureza.

A violenta contenção monetária e a dramática elevação nas taxas de juros paralisavam os investimentos. Os juros internos estavam artificialmente contidos devido à prefixação subestimada da correção monetária e ao tabelamento das taxas bancárias. Com a liberação, em um momento em que os juros reais internacionais alcançavam quase 100% e que a oferta de moeda era cortada drasticamente, a taxa de juros interna sobe vertiginosamente, alcançando uma média de aproximadamente 30% para as empresas em termos reais, descontada a inflação.

As pesquisas demonstram que variações pequenas na taxa de juros, quando a taxa de lucro é elevada, pouco efeito têm sobre os investimentos.¹³² Mas, quando os juros alcançam um nível real tão elevado, especialmente em um momento de desaceleração cíclica, os investimentos tornam-se inviáveis e são paralisados.

(132) Cf. Dale Jorgenson, "Econometric Studies in Investment Behavior: a Survey", em *Journal of Economic Literature*, vol. IX, nº 4, dezembro 1971.

Foi o que aconteceu em 1981, quando, finalmente, a desaceleração transformou-se em recessão — a maior recessão da história industrial do país. Pela primeira vez desde 1930 a taxa de crescimento do PIB foi negativa. Os níveis de emprego industrial caíram 10,3%. A produção industrial sofreu um decréscimo de 9,9%.

Em contrapartida, a inflação caiu, mas muito moderadamente, reduzindo-se de 110% em 1980 para 95,1% em 1981. E a balança comercial alcançou finalmente um saldo graças à redução nas importações provocada pela recessão. Os banqueiros internacionais, por sua vez, voltaram a conceder créditos ao Brasil.

Os resultados da política econômica monetarista e recessiva imposta pelos banqueiros internacionais foram muito modestos, especialmente no que diz respeito à inflação, e contrastam com os resultados obtidos em 1964-65, quando uma recessão muito mais moderada (em 1965 o PIB ainda cresceu positivamente 2,7%, embora a produção industrial caísse 4,7%) permitiu uma queda vertical na taxa de inflação de 91,9% em 1964 para 34,5% em 1965.

Essa maior resistência da inflação à recessão explica-se principalmente pelo caráter amplamente indexado (além de oligopolizado) da economia. Em 1965, apenas os salários eram parcialmente indexados, e foram violentamente rebaixados, desrespeitando-se a indexação. Os demais preços estavam então começando a ser sujeitos à correção monetária. Já em 1981, a economia brasileira estava amplamente indexada. Em consequência, todos os aumentos de custos são repassados para os salários, os juros, a taxa de câmbio, os aluguéis e, finalmente, para os preços das mercadorias. O patamar de inflação torna-se, assim, muito mais rígido para baixo.

Na verdade, o objetivo fundamental da política recessiva não era reduzir a inflação mas equilibrar a balança comercial e aplacar o sistema financeiro internacional.¹³³ Em relação à inflação, só se conseguiram alguns resultados porque os setores competitivos da economia não conseguiram repassar todos os seus aumentos de custos. Mas esses magros resultados, logrados graças a uma distorção dos preços relativos (com prejuízo dos setores competitivos), mos-

(133) De fato, conforme observou Luiz Antonio de Oliveira Lima, "o combate à inflação não é uma prioridade do presente (1981) programa econômico governamental, sendo apenas uma cortina de fumaça para justificar um processo de redução da atividade economia que viabilize uma melhoria, ainda que passageira e precária, das nossas contas externas ("A Atual Política Econômica e os Descaminhos do Monetarismo", em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 1, janeiro-março 1982, p. 151).

tram-se inclusive pouco duradouros. Em 1982, quando a economia começa a se recuperar, a inflação estrutural volta a crescer. As exportações, por outro lado, caem em face à recessão internacional, reduzindo cada vez mais o saldo comercial. E os banqueiros internacionais, apesar da submissão de nossa política econômica, voltam a ameaçar-nos com a suspensão de empréstimos.

Em outras palavras, a recessão nada resolvera. Apenas aprofundara ainda mais a crise, demonstrando claramente que o Governo estava paralisado, incapaz de formular uma verdadeira política econômica, que lograsse tirar o país da crise.¹³⁴ A restrição monetária e a recessão, pelo seu caráter indiscriminado, impessoal, eram apenas a solução mais fácil; mas, obviamente, não eram a solução mais eficiente para uma economia oligopolizada e indexada como a brasileira. Ficava, inclusive, mais uma vez demonstrado que uma economia indexada (que, porque é indexada, pode neutralizar boa parte dos efeitos distributivos distorsivos da inflação) é, em contrapartida, obrigada a adotar políticas de contenção inflacionária muito moderadas, estritamente graduais. Na verdade, não lhe resta outra alternativa senão conviver com a inflação que, afinal, está relativamente neutralizada.

A crise distributiva

Na verdade, no momento em que a economia entra em desaceleração no Brasil, a partir de 1974, define-se não apenas uma crise econômica de desaceleração que se converte em uma crise financeira de endividamento externo, interno e inflação, mas também e principalmente define-se uma crise distributiva.

Esta crise distributiva tem uma primeira origem a nível internacional. A elevação do preço do petróleo em 1973 e em 1979 traduziu-se em deterioração das relações de troca (Quadro XX) e implicou um imediato enriquecimento real e potencial dos países produtores e em um empobrecimento do Brasil. Mas a causa fundamental da crise distributiva é o próprio esgotamento da expansão cíclica e o início da fase de contração ou desaceleração. Verificada a reversão cíclica em 1973-74, ao mesmo tempo em que se deterioravam as

(134) Sobre a paralisação do Estado e o caráter endógeno da política econômica ver de minha autoria "A Política Econômica Endógena" e a crítica de Ignácio Rangel, "A Paralisação do Estado", em *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 1, janeiro-março 1981.

relações de troca do país, ocorreu imediatamente uma redução do que poderíamos chamar de “produção potencial”. A renda real, entretanto, foi mantida graças aos investimentos inflacionários do Estado (II PND) e ao endividamento externo. Naquele momento, a renda efetiva passa a ser maior do que a renda potencial. Uma outra forma de expressar o mesmo fenômeno seria dizer que, naquele momento, a renda efetiva, ou seja, a somatória de salários e lucros, passava a ser maior do que a produção, “resolvendo-se” o desequilíbrio através da inflação compensatória e do endividamento externo.

Ora, esse desequilíbrio implicava necessariamente um conflito distributivo. Dada sua grande dimensão, para resolvê-lo efetivamente seria necessário de alguma forma reduzir ou os salários, ou os ordenados, ou a mais-valia. A redução concomitante de todos os componentes da renda implicaria na clássica recessão. A redução isolada de salários, ou de ordenados, ou de juros, ou de aluguéis, ou de dividendos, ou de lucros empresariais dos diversos setores da economia, seria uma solução alternativa, mas implicaria resolver o conflito distributivo a favor ou contra determinadas classes ou setores.

A solução clássica, utilizada amplamente em 1964-1965, de reduzir os salários, tornara-se politicamente inviável. A violenta crítica que a oposição vinha fazendo à concentração de renda no início dos anos setenta e a derrota do Governo nas eleições majoritárias para o Senado em novembro de 1974 inviabilizaram uma política de arrocho salarial.

Pelo contrário, a partir de então há uma mudança na política salarial do Governo, que eleva o poder aquisitivo do salário mínimo e principalmente do salário médio real, conforme se verifica no Quadro XXII. E, a partir de 1979, graças à grande atividade sindical, é promulgada a nova lei salarial que, ao tornar os reajustes semestrais e ao dar um acréscimo de 10% sobre o valor do reajuste para os salários até 3 salários mínimos, além de garantir o aumento da produtividade, passa a elevar sistematicamente e a níveis superiores ao da produtividade os baixos salários daqueles que se mantêm empregados.

Em consequência da primeira mudança da política salarial, a partir de novembro de 1974 (quando é concedido um abono de 10% a todos os assalariados e a política de arrocho salarial é abandonada), ao mesmo tempo em que a desaceleração cíclica provoca uma diminuição da taxa de aumento da produtividade global da econo-

Quadro XXIII
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA (%)

	1960	1970	1972	1976	1980
20% mais pobres	3,9	3,4	2,2	3,2	2,8
50% mais pobres	17,4	14,9	11,3	13,5	12,6
10% mais ricos	39,6	46,7	52,6	50,4	50,9
5% mais ricos	28,3	34,1	39,8	37,9	37,9
1% mais ricos	11,9	14,7	19,1	17,4	16,9

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 e PNAD, de 1972 e 1976, IBGE.

mia (ou seja, do PIB *per capita*), verifica-se, então, o que chamei de uma “redução relativa do excedente”, ou seja, uma certa desconcentração de renda.¹³⁵ A redução da taxa de lucro, que vemos pelo Quadro XXI, foi causada não apenas pela desaceleração cíclica mas também pelo aumento dos salários reais que começa em 1975. Entre 1974 e 1979, enquanto a produtividade crescia em 20,8% (aumento do PIB por habitante), os salários médios reais aumentavam em 36,6%. Ainda que os dados sobre o salário médio real sejam sempre discutíveis, a diferença é significativa.

No estudo realizado em 1976 verifiquei que o auge da concentração de renda no Brasil ocorreu em 1974. Nesse ano não foi realizada uma PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), mas os dados apresentados no Quadro XXIII, em que 1972 é o ano de mais elevada concentração, sugerem que aquela análise estava correta. A concentração de renda continuou a aprofundar-se em 1973 e 1974. Mas, a partir de 1975, inicia-se um processo moderado de desconcentração de renda no Brasil.

É claro que essa ligeira desconcentração de renda foi fruto de forte conflito distributivo, na medida em que os capitalistas e tecnoburocratas resistiram sob todas as formas a uma redução relativa de sua participação na renda, e resultou em inflação e endividamento. Com a lei salarial de 1979, o conflito distributivo tendeu a resolver-se especialmente contra a classe média que recebe ordenados superiores a 20 salários mínimos.

(135) Luiz C. Bresser Pereira, “Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente”, em *Estudos Econômicos*, vol. 8, nº 3, setembro-dezembro 1978.

O conflito distributivo, entretanto, ocorreu também ao nível dos setores e dos departamentos empresariais.

Em relação aos setores, aquele que foi particularmente beneficiado durante o período de desaceleração foi o setor financeiro. Uma característica perversa do capitalismo monopolista de Estado contemporâneo é tender a beneficiar o capital financeiro nos momentos de crise. O objetivo de combater a inflação nos quadros de uma política econômica relativamente ortodoxa implica promover-se a elevação da taxa de juros. Por outro lado, o endividamento externo e interno têm como consequência levar os bancos a aumentar seus volumes de empréstimos em relação a seu capital. Finalmente, a própria inflação alimenta os lucros dos bancos, na medida em que seus depósitos à vista não pagam juros.

Falou-se muito no Brasil em surgimento e domínio do capital financeiro. Na verdade, se entendermos por capital financeiro a fusão do capital industrial com o bancário sob o controle do segundo, isto não ocorreu no Brasil. Mas não há dúvida de que ocorreu um grande crescimento do sistema financeiro. As empresas financeiras realizaram lucros elevados. Tudo isso apoiado em altas taxas de juro, em especulação e favorecimento governamental. Em consequência, a participação do sistema financeiro na renda nacional cresceu de 5,7% em 1970 para 9,8% em 1979, com evidentes prejuízos para os demais setores produtivos.

Em relação aos departamentos produtivos, o grande beneficiado entre 1974 e 1976 foi o Departamento I, produtor de bens de capital e insumos básicos, que então recebeu grandes subsídios. É importante assinalar, entretanto, que, embora o Departamento III, produtor de duráveis de consumo, tenha apresentado grande redução em sua taxa de crescimento (23,65 entre 1967 e 1973 contra 9,3% entre 1973 e 1980), conforme se vê pelo Quadro XVII, foi ainda o que apresentou maior taxa de crescimento no período de desaceleração.

O conflito distributivo assume, assim, várias formas na economia brasileira. É um fenômeno integrante de qualquer sistema econômico, mas é claro que se acirrou sobremodo no período de desaceleração e crise que se estende de 1974 a 1982.

Em meados de 1982, com a inflação novamente em fase crescente e com as exportações declinantes pela primeira vez em muitos anos, a economia brasileira, solidária com a economia capitalista central, encontra-se em uma crise profunda — talvez a mais grave crise de sua história industrial. Nessa crise, a restrição fundamental

à retomada do desenvolvimento é o endividamento externo e a constante ameaça dos bancos internacionais de suspender a renovação e ampliação de nossos débitos caso a economia não logre equilibrar sua balança comercial e controlar razoavelmente a taxa de inflação.

Na verdade, o desequilíbrio da balança de pagamentos e a inflação são conseqüências que em seguida se transformam também em causas da desaceleração cíclica. Por outro lado, o declínio da segunda metade dos anos setenta e do início dos anos oitenta, que acabamos de analisar, é provavelmente uma crise de transição. O modelo de subdesenvolvimento industrializado, que nos anos cinquenta substituiu o modelo de substituição de importações, está esgotado. Após esta crise, é de se esperar a definição de um novo padrão de acumulação para o Brasil.

CAPÍTULO IX

A dialética da redemocratização e da “Abertura”

A Revolução de 1964, ao instalar no Brasil um regime militar, consolidou no país o capitalismo tecnoburocrático, ou seja, uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente estatal, baseada na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal. Dez anos mais tarde, em 1974, inicia-se um processo que será inicialmente chamado pelo Governo de “distensão”, e depois de “abertura”. Para entendermos esse lento e contraditório processo político, através do qual, durante os anos setenta, vai ser restabelecido parcialmente o regime democrático no Brasil, é preciso que tenhamos uma clara consciência do regime político instalado e da formação social consolidada pela Revolução de 1964.

Cabe, entretanto, desde já, assinalar que, desde 1974 até o presente, o processo político irá se caracterizar pela dialética entre o processo de “abertura” comandado pelo Governo e o processo de redemocratização exigido pela sociedade civil. Esses dois processos não são radicalmente contraditórios, mas têm objetivos diversos. Redemocratização, restabelecimento do Estado do direito é não apenas o processo real do restabelecimento dos direitos individuais e do processo eleitoral, mas também a própria luta democrática da sociedade. “Abertura”, por sua vez, é o processo através do qual o regime militar controla, cedendo e ao mesmo tempo postergando o mais possível, o processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetuar-se no poder.

A especificidade do novo militarismo brasileiro

Depois do regime militar autoritário e modernizante ter sido implantado no Brasil em 1964, em vários outros países latino-americanos estabeleceram-se (e em alguns deles ainda perduram) regimes militares que procuraram copiar o “modelo” brasileiro. Isto levou muitos analistas a colocar no mesmo nível do regime militar brasileiro, regimes militares, de um lado como os da Argentina e do Chile, e de outro como os do Peru (do General Alvarado) ou do Panamá (do General Torrijos).

De fato, existem alguns pontos em comum entre esses regimes. A característica comum mais importante reside no fato de serem produto do “novo militarismo”, tecnoburocrático e modernizante, latino-americano. Esse novo militarismo opõe-se ao clássico militarismo dos caudilhos, à medida que é o produto de forças armadas constituídas na forma de organizações burocráticas, e portanto comprometidas com o projeto de racionalidade autoritária e desenvolvimentista. O “novo militar” latino-americano, que começa a se tornar dominante no após-guerra, nos países mais avançados da região, é um tecnoburocrata estatal fardado, que alia à racionalidade desenvolvimentista o autoritarismo baseado no conceito de segurança nacional. Nesses termos, ele distingue-se claramente dos velhos caudilhos latino-americanos orientados exclusivamente para a manutenção das oligarquias agrário-mercantis (das quais são parte) no poder.¹³⁶

Apesar dessa semelhança básica, não há dúvida de que enquanto o regime militar brasileiro alcançou um certo “êxito” (afinal, mantém-se no poder há mais de 18 anos e, embora tenha afinal desembocado em uma grande crise, logrou nesse período alcançar elevadas taxas de crescimento econômico), o regime militar peruano já fracassou e foi liquidado, e o argentino e o chileno estão levando seus respectivos países a uma situação gravíssima de desindustrialização e retrocesso econômico.

O fracasso desses regimes, quando comparado com o brasileiro, pode ser explicado de várias maneiras. No caso da Argentina e

(136) Examinei o caráter tecnoburocrático do novo militarismo latino-americano em 1972 em “A Emergência da Tecnoburocracia”, publicado originalmente em Luiz C. Bresser Pereira, *Tecnoburocracia e Contestação* (Petrópolis, Vozes, 1972) e reproduzido em Luiz C. Bresser Pereira, *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (São Paulo, Brasiliense, 1981) e depois em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (São Paulo, Brasiliense, 1977).

do Chile é, sem dúvida, importante salientar que a inexistência de um grande exército industrial de reserva constituído de subempregados dificultava o processo de concentração de renda e acumulação de capital. No caso do Peru, o regime militar assumiu o poder quando o país contava com uma base industrial ainda muito débil.

Mas a diferença fundamental reside nas alianças de classe estabelecidas em cada país. Enquanto no Peru a tecnoburocracia militar tenta um projeto autônomo (e um pouco mais tarde, através do SINAMOS, busca infrutiferamente apoiar-se nas massas populares), e na Argentina e no Chile alia-se a suas velhas burguesias agrário-mercantis ligeiramente modernizadas pelo lado do capital financeiro, no Brasil a tecnoburocracia militar vai buscar apoio diretamente no moderno capital industrial e bancário.

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial foi o fator fundamental a dar especificidade (e força política) ao regime militar brasileiro, diferenciando-o dos demais regimes militares latino-americanos. Esta aliança não se torna bem definida até aproximadamente 1967. Os militares, sob a influência da UDN, procuram inicialmente, de um lado, aliar-se à tecnoburocracia civil estatal, e, de outro, encontrar apoio nas classes médias pequeno-burguesas (tradicionais) e na burguesia agrário-mercantil, mas logo percebem que a força estava com o capital industrial e com o capital bancário, e a ambos se aliam de forma decisiva.

Na verdade, a tecnoburocracia militar não tem condições de apoiar-se apenas em si mesma ou mesmo nas novas classes médias assalariadas.¹³⁷ Para manter-se no poder não lhe resta outra alternativa senão aliar-se às classes dominantes burguesas. Quando ela deixa de fazê-lo, como foi o caso do Peru, fracassa em prazo relativamente curto. Mas é importante saber com que fração da burguesia e tecnoburocracia se alia. Quando ela se alia à burguesia agrário-mercantil, ou seja, a uma fração de classe retrógrada, como aconteceu na Argentina e no Chile, pode manter-se por mais tempo

(137) A expressão classe média "assalariada" como sinônimo de classe média tecnoburocrática constitui uma imprecisão, já que seus membros recebem ordenados ao invés de salários. A inexistência de um adjetivo relativo a ordenados, e a inconveniência de sempre usar a expressão tecnoburocracia (que tem uma conotação depreciativa desnecessária) levaram-me a decidir usar a expressão classes médias assalariadas. Convém lembrar que além da classe média assalariada ou tecnoburocrática, empregada em organizações públicas ou privadas, temos a classe média burguesa e pequeno-burguesa. Neste livro, no capítulo II, fizemos um primeiro estudo da tecnoburocracia, denominando-a "nova classe média", como o faz Wright Mills.

no poder, mas não logra promover um verdadeiro processo de acumulação de capital e desenvolvimento.

Força e fraqueza do “tripé”

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial e bancário nacional e multinacional ao mesmo tempo em que define a natureza do regime militar brasileiro, foi a principal causa de seu relativo êxito econômico e político. O Brasil, em 1964, já dispunha de uma burguesia industrial poderosa, responsável pela implantação de um parque industrial integrado. Por outro lado, as empresas multinacionais industriais já estavam solidamente instaladas no Brasil desde os anos cinquenta, e o capital bancário, que no Brasil serviu de ponte entre o capital mercantil e o industrial, modernizava-se e integrava-se no processo de acumulação.¹³⁸

Essa classe dominante burguesa e multinacional, entretanto, não tem condições de comandar o processo de acumulação no país através dos mecanismos clássicos do mercado e da democracia liberal. A tecnoburocracia estatal, civil e militar, surge assim, em 1964, como a força racionalizadora e ordenadora para, perfeitamente aliada àquela burguesia, consolidar o capitalismo estatal¹³⁹ no Brasil.

Forma-se, assim, entre 1964 e 1968, o pacto político autoritário e excludente do “tripé”, baseado na aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as empresas multinacionais. A força desse pacto reside na circunstância de que, sendo tanto o capital local quanto o multinacional já predominantemente industriais, ter a tecnoburocracia militar no poder sabido reconhecer esse fato. Seu caráter excludente traduz-se na exclusão radical, de caráter econômico e político, dos trabalhadores e de amplos setores da classe média assalariada e da pequena burguesia.¹⁴⁰

(138) Não chamamos o capital bancário de capital financeiro, como é comum fazer, porque entendemos por capital financeiro a fusão do capital bancário com o industrial sob a liderança do primeiro. Ora, isto jamais ocorreu no Brasil.

(139) Entendemos por “capitalismo estatal” ou por “capitalismo de Estado” ou por “capitalismo tecnoburocrático” uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática, que vem se generalizando em todos os países capitalistas industrializados.

(140) Já analisávamos criticamente essa aliança do tripé no começo dos anos setenta, juntamente com outros críticos do regime militar. É significativo, entretanto, que seus defensores, como Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, não hesitavam em também falar explicitamente do tripé, reconhecendo a sua importância para a sustentação do regime.

Por outro lado, como ficaria patente a partir de 1974, a fraqueza desse pacto reside em dois fatores: de um lado, no seu caráter excludente, já referido, que lhe subtrai representatividade popular; de outro, no fato de que o comando econômico e político cabe à tecnoburocracia estatal (civil e militar) e não à burguesia.

Verificava-se, assim, uma falta de correspondência fundamental entre a formação social, predominantemente capitalista, e o caráter do regime político, predominantemente militar e, portanto, predominantemente tecnoburocrático. Não obstante a tecnoburocracia militar tenha sabido se aliar ao capital industrial e bancário dominantes e transformá-los nos grandes beneficiários do sistema, manteve-se politicamente como grupo dirigente inclusive em matéria de política econômica. Essa tutela política dos militares sobre a burguesia constituía-se, assim, em uma contradição essencial que, aliada à sua falta de bases populares mais sólidas, devido a seu caráter excludente, irá desencadear, a partir de 1974, um processo de crise institucional e de parcial redemocratização do país.

Os avanços e retrocessos da “abertura”: 1974-1978

A partir de 1974 inicia-se o processo de transição para a democracia no Brasil, mas em meados de 1982 esse processo estava longe de estar terminado. Nesse sentido, a “abertura” brasileira é um processo político *sui generis*. Os cientistas políticos que estudam a América Latina têm procurado estabelecer relações e analogias entre a transição democrática ocorrida em países como Portugal, Espanha, Grécia, Peru e Brasil. Como no início dos anos setenta estudava-se a natureza dos regimes autoritários, recentemente tornou-se comum entre os cientistas políticos liberais estudar a natureza da transição para a democracia, procurando-se estabelecer as similitudes. Acontece, entretanto, que a transição brasileira, embora venha ocorrendo, pouco tem a ver com a daqueles países.

Muitas são as razões para a especificidade do caso brasileiro, a começar pelo fato de que naqueles países a transição foi rápida, enquanto no Brasil vem sendo extremamente demorada e contraditória. No caso de Portugal e da Grécia, a transição implicou em ruptura da ordem constitucional, no caso da Espanha e do Peru, o processo ocorreu planejadamente, aliás, como se pretende no Brasil. Mas, nos quatro casos, a transição foi relativamente rápida e completa, enquanto no Brasil já dura mais de oito anos.

Na verdade, a “abertura” brasileira, ao mesmo tempo que é um real processo de transição para a democracia, é uma estratégia de sobrevivência do regime militar autoritário. É um processo contraditório, uma dialética entre as demandas de redemocratização da sociedade civil e a estratégia procrastinatória da “abertura”.

Nesse processo que decorre através de fases de “abertura” e momentos de fechamento, o regime militar procura sempre atribuir ao processo de redemocratização a característica de uma dádiva. Por outro lado, jogando com o conservadorismo da burguesia, lembra sempre que a abertura tem necessariamente que ser “lenta e gradual”. Caso contrário haverá a ameaça do retrocesso, já que seria preciso distinguir entre os próprios militares os “democratas”, geralmente chamados de “castellistas” (em função do primeiro presidente militar, o Marechal Castello Branco), e os “duros”. O curioso, entretanto, é que nesse jogo entre “castellistas” e “duros” nunca é possível perceber com clareza quem joga em que time, porque a unidade burocrática do Exército, embora possa sofrer uma ou outra fissura, tem permanecido intocada desde 1964.

Na verdade, essa contradição entre “castellistas” e “duros” é muito mais uma ficção criada pelo próprio regime e sustentada por analistas apressados, do que uma realidade. Os “duros” são sistematicamente usados pelos “democratas” para ameaçar a sociedade civil e manter o regime autoritário. A “abertura” deve ser “lenta e gradual” porque a ameaça do retrocesso parte dos próprios militares que a propõem.

De qualquer forma, depois do período de institucionalização do regime autoritário, entre 1964 e 1968, e do período de rigorosa ditadura militar, entre dezembro de 1968 (quando é promulgado o Ato Institucional nº 5) e o início de 1974 (quando sai da presidência o General Garrastazu Médici), temos, a partir de 1974, o início da “abertura”.¹⁴¹ Temos então uma primeira fase, ainda em 1974, em que o Presidente Geisel fala e faz promessas de “distensão”. Com a derrota do partido do Governo nas eleições majoritárias de novembro de 1974 (o MDB obtém 14,5 milhões de votos para seus senadores contra 10,1 milhões para os candidatos da Arena), entretanto, ocorre uma primeira crise e um primeiro fechamento assinalados pela nova onda de cassações de mandatos políticos de abril de 1975.

(141) Para uma história do processo de redemocratização, ver o livro pioneiro de Bernardo Kucinski, *Abertura, a História de uma Crise*, São Paulo, Editora Brasil Debates, 1982.

O ano de 1975 será um ano de crise, marcado, em outubro, pela morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e pelo culto ecumênico celebrado pelo Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, primeira manifestação de massa contra o regime.

Em janeiro de 1976, a partir da demissão do General Ednardo D'Ávila de Mello do comando do II Exército em São Paulo (sede dos militares torturadores), inicia-se um tímido processo de "abertura". Mas as novas cassações e a aprovação da "Lei Falcão", destinada a limitar a participação na televisão dos candidatos da oposição às eleições municipais de novembro de 1976, mostram que as intenções democratizantes do General Geisel eram muito limitadas.

Em novembro de 1976, nas eleições municipais, apesar da "Lei Falcão", o partido da oposição realiza um novo grande avanço. A resposta autoritária não tarda em surgir. Em abril de 1977 o General Geisel fecha o Congresso durante quatorze dias e promulga uma série de emendas à Carta Constitucional outorgada em 1969 destinadas a garantir para a Arena a maioria no Congresso nas eleições gerais de 1978. A principal medida autoritária é a criação dos senadores "biônicos", eleitos de forma indireta, garantindo automaticamente para a Arena, em novembro de 1978, o preenchimento de quase um terço das vagas para o Senado.

Este, entretanto, será, até 1981, o último grande golpe autoritário do regime. A partir do "pacote de abril" os protestos da sociedade civil se multiplicam, a burguesia, que desde 1975 falava contra a estatização, passa a falar diretamente a favor da democracia, a Ordem dos Advogados, os jornalistas, os intelectuais, os estudantes, a Igreja, multiplicam manifestos a favor do restabelecimento do estado de direito. Nas eleições de 1978, o MDB voltaria a ser vitorioso no Senado e quase logra a maioria na Câmara dos Deputados, não restando outra alternativa ao Governo senão aceitar a redemocratização e acelerar a "abertura".

O levantamento da censura à imprensa, entre 1977 e 1978, é o primeiro sinal concreto da redemocratização. E afinal, em junho de 1978, o Presidente Geisel anuncia o "cronograma da abertura" como uma forma de influenciar as eleições e os membros do Colégio Eleitoral que escolheriam o novo presidente da República. De acordo com esse cronograma, seu governo terminaria (como de fato terminou) com a passagem do mandato para o sucessor por ele escolhido, o General João Batista Figueiredo, e com a extinção do Ato Institucional nº 5, que dava poderes ditatoriais ao presidente

da República de cassar mandatos, censurar a imprensa e fechar o Congresso.

A burguesia rompe o pacto político autoritário

Com a extinção do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, o país dava um grande passo no sentido da redemocratização. Esse passo fora uma clara conquista da sociedade civil e dentro desta particularmente da classe dominante, a burguesia, que desde o pacote de abril de 1977 abandonara finalmente a postura autoritária e optara pela redemocratização do país.

Enquanto os demais setores da sociedade, os intelectuais de esquerda, os trabalhadores, os estudantes, a Igreja, a classe média assalariada, a pequena burguesia de profissionais liberais vinham há muito exigindo a redemocratização, a posição da burguesia a favor do restabelecimento do estado de direito era um fato novo e decisivo, que iria transformar-se na causa fundamental da redemocratização.

Uma indicação clara de que a redemocratização foi uma conquista da sociedade civil e a "abertura" é uma estratégia autoritária e não uma estratégia democratizante dos militares, como estes e seus intelectuais orgânicos pretendem sugerir, está no fato de que o "cronograma da abertura" de junho de 1978, em última análise o que propunha à sociedade civil era uma "troca". Pressionado pela sociedade civil, o Governo concorda com a extinção do AI-5, mas exige em troca a garantia da eleição, pelo Colégio Eleitoral, de João Batista Figueiredo, ou seja, a manutenção do mesmo sistema de poder por pelo menos mais seis anos. Por outro lado, um sinal entre muitos de que foi a adesão da burguesia à idéia da redemocratização o fato novo que tornou a "abertura" inevitável para o Governo, está no comportamento dos principais líderes empresariais, que em 26 de junho de 1978 publicam o "manifesto das oito", intitulado "Primeiro Documento dos Empresários".¹⁴² Foi essa mudança de posição da burguesia que abriu espaço para os estudantes, os advogados, os trabalhadores e a Igreja se manifestarem mais

(142) Uma análise desse documento encontra-se em Fernando Motta, *Empresários e Hegemonia Política*, São Paulo, Brasiliense, 1979. O último capítulo desse livro é uma competente análise da "abertura" e do papel dos empresários nesse processo.

fortemente a favor de uma redemocratização pela qual vinham lutando há muito tempo.

Na verdade, conforme assinaei em uma série de artigos publicados nos jornais entre 1976 e 1978, o que se verificou especialmente em 1977 foi uma ruptura da aliança entre a burguesia industrial e a tecnoburocracia militar.¹⁴³ Nesses artigos procurei prever e analisar sistematicamente o processo de redemocratização a partir dessa idéia básica. À medida que estivesse de fato havendo um rompimento, ainda que parcial, do pacto político autoritário de 1964, era possível prever a inevitabilidade da redemocratização do país e analisar suas causas.

A idéia central então desenvolvida era a de que a redemocratização se tornara inevitável, mas que este fato não se devia a uma mera estratégia do regime militar para recuperar legitimidade, nem era a tendência liberalizante natural de um regime capitalista como o brasileiro, nem era simplesmente fruto das lutas populares a favor da democracia.¹⁴⁴ Embora cada uma dessas explicações tivesse alguma base na realidade, a explicação mais geral e direta estava no fato histórico novo representado pelo rompimento da aliança da burguesia (principalmente industrial) com a tecnoburocracia estatal e na definição de um projeto de hegemonia política por parte dessa classe. Forma-se então um "pacto social democrático" ao nível da sociedade civil, que levará à redemocratização do país. Nesse processo, o rompimento do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático de 1964 era o fato novo essencial, à medida que era da solidez dessa aliança da tecnoburocracia militar com a burguesia (principalmente industrial) que dependia a solidez do regime autoritário. As lutas populares realizadas por trabalhadores, estudantes, intelec-

(143) Esses artigos foram reunidos e sistematizados no livro *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Brasiliense, 1978, e receberam comentários e críticas especialmente de Bolivar Lamounier, "Notes on the Study of Redemocratization", Washington, Working Paper nº 58. Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, Smithsonian Institute, 1980.

(144) A "abertura" como uma estratégia do regime para recuperar legitimidade é defendida, por exemplo, por Roberto Campos, em "Como Administrar a Transição", *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1979. A "abertura" como uma tendência "natural" do capitalismo é a interpretação preferida pela burguesia liberal. Já a hipótese das lutas populares é defendida (embora jamais sistematizada) por analistas envolvidos diretamente nessas lutas. Embora esta última interpretação seja claramente insuficiente, é preciso salientar conforme demonstrou cabalmente Goran Therborn ("The Rule of Capital and the Rise Democracy", em *Newleft Review*, nº 103, maio-junho 1977) que o surgimento das atuais democracias dependem decisivamente das lutas dos trabalhadores.

tuais, comunidades eclesiais de base, em favor da democracia foram sem dúvida importantes, mas o fato histórico novo e decisivo foi a adesão de amplos setores da burguesia à idéia de redemocratização.¹⁴⁵

Burguesia e autoritarismo

A hipótese de que a causa fundamental da redemocratização está no rompimento do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático por parte da burguesia — particularmente da burguesia industrial e da pequena burguesia de profissionais liberais — parte de um pressuposto básico: ainda que essa classe possua uma longa história de compromissos com o autoritarismo, é errôneo acreditar que ela seja necessária ou intrinsecamente autoritária. Já não faz sentido para uma sociedade capitalista e industrializada como a brasileira a hipótese segundo a qual as únicas alternativas existentes são socialismo ou fascismo. Essa hipótese foi defendida na América Latina pelos autores de “interpretação da superexploração imperialista”, a partir da idéia de que, dada a exploração a que os países latino-americanos estão sujeitos pelos países centrais, não restaria outra alternativa às burguesias locais senão superexplorar autoritariamente, de forma fascista, os trabalhadores.

Na verdade, essa interpretação exagera a exploração imperialista existente sobre países que já alcançaram um nível de industrialização como o brasileiro, ignorando que a capacidade de o imperialismo extrair excedente dos países periféricos tende a diminuir à medida que esses países se industrializem e definam objetivos nacionais próprios. Em outras palavras, essa interpretação não distingue o velho imperialismo primário exportador da nova dependência via empresas multinacionais industriais, nem percebe que em uma sociedade industrializada como a brasileira a luta de classes já tem precedência sobre a luta antiimperialista.¹⁴⁶

Quem é intrinsecamente autoritária é a fração mercantil (especulativa e latifundiária) da burguesia brasileira, que sempre

(145) É preciso, aliás, salientar que os países capitalistas centrais jamais teriam alcançado os níveis de democracia que alcançaram se fossem depender apenas da vontade da burguesia. Nesses países as lutas populares foram essenciais para a democracia.

(146) Examinei mais extensamente esse problema em “Seis Interpretações sobre o Brasil”, em *Dados*, vol. 5, n.º 3, julho-setembro 1982.

dependeu dos mecanismos da acumulação primitiva para apropriar-se do excedente econômico. Essa burguesia mercantil, que ainda domina muitos estados do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro, é e sempre foi autoritária, porque precisa de um Estado forte para acumular.

Já a burguesia industrial, embora esteja muito longe de não depender do Estado, não é necessariamente autoritária por um motivo estrutural: seu mecanismo básico de apropriação do excedente é a mais-valia. O lucro do empresário realiza-se, assim, no mercado, através da clássica troca de equivalentes, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho e os capitalistas vendem suas mercadorias no mercado pelos seus respectivos valores. Foi o domínio do mecanismo da mais-valia como processo de apropriação do excedente que permitiu que as sociedades capitalistas centrais se democratizassem durante o século XIX. É esse mesmo processo que permite agora que um país em avançado estágio de industrialização como o Brasil também tenha uma burguesia industrial não necessariamente comprometida com o autoritarismo.

Em segundo lugar, a burguesia industrial tende também a adotar ou a aceitar, quando pressionada pelas classes populares, uma postura democrática, porque é uma classe dominante muito grande, muito numerosa, que necessita de mecanismos institucionalizados de alternância no poder dos diversos grupos e frações em que naturalmente tende a se dividir.

A burguesia industrial é por natureza uma classe heterogênea e desunida, que só se une e se torna autoritária quando gravemente ameaçada. Por outro lado, a democracia é um mecanismo institucional que, dada a hegemonia ideológica da burguesia, permite que o poder transite entre as diversas frações da burguesia sem colocar em risco, mesmo quando sobe ao poder um partido de esquerda, a própria hegemonia ideológica e o caráter dominante da classe burguesa.

A perda de legitimidade do regime militar

Aceitos esses pressupostos, agora é preciso entender por que a burguesia começa em 1975 a romper sua aliança autoritária com a tecnoburocracia através da campanha contra a estatização e completa esse rompimento (parcial) em 1977, propiciando afinal a extinção do AI-5.

A causa fundamental da mudança de posição política da burguesia é a crescente perda de legitimidade do regime militar perante a sociedade civil, já a partir do início dos anos setenta. O regime militar brasileiro nunca foi representativo e, naturalmente, jamais foi democrático, mas gozou de legitimidade até aproximadamente 1974 à medida que contava com o apoio da classe com maior peso na sociedade civil: a burguesia.¹⁴⁷ Esta legitimidade estava baseada em dois fatores: o medo da burguesia de uma revolução de esquerda no Brasil e o êxito econômico do regime. A ameaça de "subversão comunista" foi o fator fundamental para justificar o golpe de Estado de 1964, à medida que a burguesia estava de fato atemorizada; o êxito econômico do "milagre", a justificativa subsequente do autoritarismo brasileiro.

No começo dos anos setenta os últimos focos de guerrilha foram eliminados. A esquerda tornou-se extremamente cautelosa e assumiu a bandeira da defesa da democracia, com um vigor muito maior do que no período populista. A burguesia perdeu o medo da subversão, retirando imediatamente grande parte da legitimidade do sistema autoritário.

Por outro lado, a desaceleração econômica, a partir de 1974, revela que a onipotência tecnoburocrática dos dirigentes econômicos era falsa. E, finalmente, em 1976, quando o grandioso II PND é abandonado, fica absolutamente patente não apenas a incapacidade da tecnoburocracia estatal de se sobrepor aos movimentos do ciclo, mas também a sua imensa capacidade de cometer grandes erros de cálculo econômico. A legitimidade desenvolvimentista da tecnoburocracia estatal é, assim, gravemente abalada.

Desaparecidas as bases de legitimação do regime autoritário, começam a ficar a nu as suas falhas mais gritantes: o próprio autoritarismo e a concentração de renda, esta última comprovada pelos dados do senso e amplamente analisada pelos economistas críticos do Governo. A denúncia da ditadura e da concentração de renda são as duas bandeiras da oposição nas eleições de 1974, e o resultado é a grande derrota da Arena, tomada inteiramente de surpresa, porque até alguns meses antes das eleições seus dirigentes, baseados nas

(147) "Legitimidade" é aqui entendida como o apoio da sociedade civil, diferentemente de "representatividade" que é o apoio do povo. "Sociedade civil", por sua vez, é aqui definida como sendo a população organizada e ponderada pelos respectivos poderes políticos das classes, frações de classes, grupos e instituições que a compõem, diferentemente de "povo", que é o conjunto de cidadãos iguais perante a lei.

eleições de 1970, acreditaram que seu destino era se transformar no PRI brasileiro.

A derrota nas eleições majoritárias para o Senado, em novembro de 1974, foi um golpe moral na legitimidade do regime, à medida que tornava patente sua falta de representatividade.¹⁴⁸

E não é por acaso que a campanha da burguesia contra a estatização tem início em dezembro de 1974, quando o economista liberal Eugênio Gudín, pai da ortodoxia neoclássica no Brasil, faz a denúncia do processo de crescimento das empresas estatais. A denúncia era fortemente exagerada e não reconhecia o fato evidente de que o crescimento das empresas estatais fora rigorosamente orientado para estimular (e jamais para competir com) a acumulação privada. De qualquer forma, a denúncia repercute. Transforma-se em campanha política — primeira manifestação de oposição ao regime por parte da burguesia desde 1964. Na verdade, a burguesia, diante da perda de legitimidade do regime militar, estava pronta para ouvir acusações contra ele. E uma crítica de corte liberal clássico, como a denúncia da estatização, era especialmente bem-vinda. Combatendo a estatização, a burguesia manifestava sua insatisfação com a tutela tecnoburocrática.

Essa tutela era agora cada vez mais difícil de ser aceita em face à redução do crescimento de excedente disponível para ser dividido na forma de lucros dos capitalistas e ordenados dos tecnoburocratas. Esta redução da taxa de crescimento do excedente originava-se, de um lado, da redução da taxa de crescimento do PIB por habitante, e, de outro, no fato de que a taxa de salários dos trabalhadores deixa de ser reduzida e chega mesmo a crescer devido à mudança de política salarial após as eleições de novembro de 1974.¹⁴⁹ Isto significa que a partir daquele momento a taxa de lucro tenderia a declinar.

(148) Conforme, entretanto, observa corretamente Bolívar Lamounier, é errôneo considerar as eleições de 1974 como “um grande acidente”, a partir do qual começa a “abertura”. Na verdade, o Governo já vinha percebendo anteriormente a erosão de sua legitimidade, e “a eleição realizou-se dentro de um processo de abertura que já se havia iniciado” (em Bolívar Lamounier e Jorge Eduardo Faria, *Futuro da Abertura: Um Debate*, São Paulo, Editora-IDESP, 1981, p. 39). Paulo Krischke observa, aliás, que “o regime trata de antecipar-se às oposições políticas e aos efeitos das contradições sociais, sempre que possível!” (“Os Descaminhos da ‘Abertura’ e os Desafios da Democracia”, em Paulo Krischke (organizador), *Brasil, do ‘Milagre’ à ‘Abertura’*, São Paulo, Cortez Editora, 1982).

(149) Excedente é aqui entendido como a produção que excede o consumo necessário, o qual, por sua vez, corresponde, em uma economia como a brasileira, ao total de salários. O PIB menos o total de salários é, portanto, igual ao excedente, que, por sua vez, corresponde à soma de lucros, juros, alugueis dos capitalistas e (altos) ordenados dos tecnoburocratas.

Em uma economia capitalista a redução da taxa de lucro na desaceleração cíclica é um fenômeno normal. No caso da economia brasileira, entretanto, o fato de se tratar de uma economia fortemente estatizada, na qual a influência do Estado na repartição do excedente é muito grande, dava ao fenômeno uma imediata conotação política. Enquanto o PIB crescia a taxas superiores a 10%, as eventuais e necessárias arbitrariedades da tutela estatal na repartição do excedente eram aceitáveis. Se algumas empresas recebiam maiores encomendas, se um setor industrial recebia mais subsídios, se determinados empresários recebiam maiores favores, tudo isto era admissível à medida que todos estavam realizando grandes lucros. Agora, porém, quando o excedente se reduzia relativamente, a arbitrariedade da tutela tecnoburocrática tornava-se muito mais inaceitável. Já a campanha contra a estatização, em 1975, tinha, entre outros, um claro sentido de protesto e de cautela contra os favorecimentos que certamente viriam com os grandes projetos do II PND. Em contrapartida, quando este é abandonado no segundo semestre de 1976, são os empresários da indústria de bens de capital e insumos básicos, que mais haviam se beneficiado do II PND e agora deixavam de sê-lo, aqueles que irão formar o núcleo de oposição empresarial ao regime autoritário.

Projeto de hegemonia política da burguesia

Não são, entretanto, apenas causas negativas relacionadas com a perda de legitimidade do Governo que levaram amplos setores da burguesia a romper sua aliança com a tecnoburocracia estatal em 1977 e a apoiar a luta pela redemocratização. Em adição é preciso considerar que a burguesia formula então um projeto de hegemonia política burguesa — projeto esse que só poderia ser realizado nos quadros de um regime democrático. A burguesia, particularmente a burguesia industrial, quer agora sacudir a tutela militar e assumir o comando da nação. As manifestações dos empresários nesse sentido são então reiteradas. Não basta à burguesia ser a classe economicamente dominante, quer também ser politicamente dirigente.

Esse projeto, embora algo ingênuo da parte dos empresários à medida que pretendia estabelecer uma relação linear entre dominação econômica e dominação política, tinha no entanto sólidas bases na realidade. A acumulação de capital realizava-se no Brasil em ritmo acelerado desde os anos trinta. Em conseqüência, uma

imensa burguesia empresarial, constituída de pequenos, médios e grandes industriais, agricultores, comerciantes, prestadores de serviços de toda natureza formou-se no país, substituindo cada vez mais a velha burguesia latifundiária e mercantil. Ao lado dessa burguesia empresarial surgiu também, embora em dimensões menores, uma burguesia rentista, vivendo de juros, aluguéis e dividendos. E toda essa burguesia passava agora a ser portadora da ideologia capitalista clássica: liberalismo econômico e político, individualismo, defesa da "iniciativa privada" como único regime compatível com a democracia, valorização da atividade empresarial e do lucro.

Além de assumir muito mais diretamente os valores políticos inerentes a sua própria classe, a burguesia brasileira conseguiu finalmente hegemonia ideológica sobre a sociedade, ou seja, logrou que aquelas idéias em grande parte se impusessem às demais classes, inclusive à classe média tecnoburocrática. Esta possui sua própria ideologia apoiada na racionalidade técnica, no planejamento e no desenvolvimento econômico. Mas, apesar da importância dessas idéias nas sociedades modernas, e da crescente penetração no Brasil de valores socialistas dos mais variados matizes (cristão, marxista, social-democrata...), não há dúvida alguma sobre o amplo domínio dos valores burgueses. Um sintoma entre muitos desse fato está na transformação dos empresários mais conhecidos nos novos "heróis" da sociedade brasileira, disputando com os governantes, os políticos de oposição e os artistas o foco das atenções da imprensa.

Esta hegemonia ideológica da burguesia, mantida pelo controle dos jornais, do rádio e da televisão, e do sistema escolar em todos os níveis, não apenas deu segurança à burguesia de que o jogo democrático de alternância no poder pode ser jogado sem maiores riscos para ela, mas também lhe permitiu um projeto de hegemonia não apenas ideológica mas também política.

Este projeto, apesar de uma série de contratemplos, está até hoje em marcha. E provavelmente é o principal fator a manter a burguesia interessada em uma redemocratização mais completa da sociedade.

O pacto social democrático de 1977

A rigor, a aceleração do processo de redemocratização a partir de 1977, culminando com a extinção do AI-5, foi fruto do que

chamei de "pacto social democrático de 1977".¹⁵⁰ Através desse pacto tácito, informal, a sociedade civil estabeleceu, acima da luta de classes, aquela unidade básica que tornou possível a redemocratização parcial do país. Não se tratou de um pacto político, já que não envolveu partidos nem implicou uma estratégia de tomada do poder, mas de um fenômeno mais amplo e mais geral que estou chamando de pacto social. Todas as sociedades democráticas, independentemente da luta de classes que nelas se desenrola, estão baseadas em um pacto social do tipo tacitamente estabelecido no Brasil em 1977.

Esse pacto estava baseado em três princípios básicos: (a) redemocratização, que interessava a todas as classes; (b) manutenção do capitalismo, que interessava à burguesia; e (c) moderada distribuição de renda, que interessava aos trabalhadores e às esquerdas.

Nesse pacto, a redemocratização não apenas interessava a todos ou à grande maioria, mas agora tornava-se uma conquista dessa maioria. Interessava, sem dúvida, aos trabalhadores, aos intelectuais, às classes médias assalariadas ou tecnoburocráticas. E mais recentemente passara a coincidir com os interesses da burguesia em quase todos os seus níveis (pequena, média e mesmo grande burguesia) e em quase todas as suas frações, com exceção da burguesia mercantil especulativa. Esta, formada pela velha burguesia agrário-mercantil e pela nova grande burguesia diretamente dependente das encomendas e dos subsídios do Estado, continuava autoritária, juntamente com a pequena tecnoburocracia civil e militar no poder e com frações minoritárias de todas as classes. Eram estes os setores sociais que continuavam a apoiar o partido político do governo: então Arena, hoje PDS.

O princípio de manutenção do capitalismo fez parte do pacto social democrático de 1977 de forma praticamente automática. Apenas em um momento na história do Brasil, no período imediatamente anterior a 1964, as esquerdas acreditaram que poderiam chegar ao poder no Brasil. Eram imaturas e estavam enganadas. Em 1977, porém, diante da manifesta hegemonia ideológica burguesa, estava claro para as esquerdas que o capitalismo seria mantido pelo menos a médio prazo no Brasil. Era, portanto, natural deixar a revolução para depois e colocar como prioridade absoluta a redemocratização.

(150) Conforme "Pacto Social Ameaçado", em *Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1981, e "Pacto Social e Aliança Política", em *Leia Livros*, n.º 36, junho-julho 1981.

Quanto ao princípio de moderada redistribuição de renda, ele se impôs inclusive para a burguesia diante da evidência da enorme concentração de renda existente no Brasil. Não apenas a renda se concentrava fortemente desde 1960, conforme os estudos estatísticos tornaram claro, mas também o grau de concentração de renda no Brasil, quando comparado com o dos demais países capitalistas, desenvolvidos e subdesenvolvidos, revelava ser um dos maiores do mundo.¹⁵¹ Diante da denúncia por parte das esquerdas dessa concentração, desde o início dos anos setenta, tornara-se aceitável para a grande maioria da burguesia a idéia de que era preciso fazer alguma coisa, especialmente na área da política salarial, no sentido de ir desconcentrando aos poucos a renda.¹⁵²

Refluxo conservador da burguesia: 1979

Entretanto, uma vez eleito pelo Colégio Eleitoral, o Presidente Figueiredo, e extinto o AI-5, ainda que algumas etapas da abertura continuem a se cumprir (a anistia, em 1979, e o estabelecimento em seguida do voto direto para governadores dos estados na eleições gerais a serem realizadas em novembro de 1982), tem início, ainda em 1979, um processo de recomposição da direita no Brasil, que irá enfraquecer e, quem sabe, paralisar o processo de redemocratização. Ocorre então um refluxo da burguesia, que volta a restabelecer, ainda que em termos muito mais débeis e provisórios, sua aliança com a tecnoburocracia estatal agora personificada no Presidente Figueiredo.¹⁵³

(151) Um estudo publicado pelo Banco Mundial, em 1980, comparando a participação das famílias 10% mais ricas na renda nacional de 32 países capitalistas, apresentou o Brasil com o maior índice de concentração (50,6%) e a Suécia com o mais baixo (21,3%). Da lista constavam, além de países desenvolvidos, países latino-americanos, asiáticos e africanos.

(152) A título de exemplo, vale aqui reproduzir as palavras de um dos seus representantes mais insuspeitos, Roberto Campos, em artigo publicado no início de 1979: "A preocupação com a distribuição de renda brota de uma nova percepção de fatores políticos, éticos e econômicos. No plano político é preciso reter e recapturar a lealdade das massas... no plano ético, há a percepção cada vez maior do absurdo contraste entre o consumo ostentatório de certas elites e a abjeção da pobreza absoluta; no plano econômico, a continuidade da expansão exige o fortalecimento do mercado interno de consumo de massa para atingir escalas ótimas de produção" (*op. cit.*).

(153) Fernando Henrique Cardoso percebeu esse fato e o denominou muito apropriadamente, uma "fronda conservadora" ("A Fronda Conservadora", em *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1979).

Há vários motivos para o retrocesso da burguesia. Em primeiro lugar, com a extinção dos poderes excepcionais do Presidente, a meta ou a etapa mais importante do processo de redemocratização se completava. Para uma boa parte da burguesia, formada nos princípios do autoritarismo, já se havia alcançado a democracia necessária ou possível.

Por outro lado, a eleição do novo presidente foi afinal uma vitória do regime militar. A oposição democrática acreditou durante um certo momento que, apoiada na pressão democrática da sociedade civil, conseguiria conquistar os valores de uma parte dos deputados e senadores da Arena, e assim eleger o seu candidato à presidência, General Euler Bentes, nas eleições indiretas. O Governo, entretanto, contra-atacou: formulou o "cronograma da abertura" e fez ameaças de novo fechamento caso fosse derrotado. Seja por essa estratégia do Governo, seja porque o candidato do MDB era também um militar, que não logrou dividir os militares (pelo contrário, uniu-os) nem conseguiu sensibilizar a burguesia, o fato é que esta acomodou-se. E o Presidente Figueiredo foi obedientemente eleito pelo Colégio Eleitoral.

Esta eleição significava para a burguesia pelo menos mais seis anos de poder para a mesma tecnoburocracia civil e militar que o ocupava em 1964. Dada a grande dependência, principalmente da grande burguesia (e portanto de seus principais líderes empresariais), em relação ao Estado, era necessário ou conveniente para a burguesia uma recomposição com a tecnoburocracia governante. A rápida adesão ao Governo da nova diretoria da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o mais importante órgão representativo da burguesia no Brasil), eleita em 1980 com grandes expectativas de independência em relação a esse mesmo Governo, é uma clara demonstração desse refluxo conservador e autoritário.

Em terceiro lugar, cabe assinalar que o Governo, por sua vez, fazia todos os esforços possíveis para agradar a grande burguesia. A designação de Antônio Delfim Netto para o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, teve esse sentido. A manutenção de grandes encomendas das empresas estatais ao setor de bens de capital, e a manutenção de uma extensa gama de subsídios à acumulação de capital, quando o *deficit* orçamentário global do Estado alcançava níveis sem precedentes e realimentava uma inflação também sem precedentes, são outras demonstrações do empenho do Governo em agradar a burguesia. Em 1981, quando uma recessão torna-se inevitável em face aos erros de política econômica, a bur-

guesia industrial é a principal sacrificada, mas a burguesia financeira é amplamente beneficiada. E, mesmo ao nível da burguesia industrial, os setores monopolistas, controlados pelo capital multinacional e pela burguesia local, logram aumentar suas margens de lucro durante a recessão e conseguem, afinal, lucros compensadores, conforme demonstram suas demonstrações financeiras publicadas durante o primeiro semestre de 1982.

Além disso, o Presidente multiplica suas viagens ao exterior. Nessas viagens convida uma curiosa corte de empresários. A justificativa formal para o convite é a possibilidade de se realizarem contatos comerciais. Na verdade, por parte do Governo, é uma forma de relações públicas, e, por parte dos empresários, uma maneira de homenagearem e manifestarem sua submissão formal ao Presidente.

Em quarto lugar, o parcial realinhamento da burguesia com o Governo explica-se pela grande dimensão das manifestações sindicais ocorridas em 1978, 1979 e 1980. Especialmente no ABC, nos dois últimos anos, grandes greves ocorrem sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula. Estas greves, embora realizadas sem o emprego de nenhuma violência, surpreenderam e assustaram a burguesia. Esta afirmava-se disposta a realizar negociações diretas com os trabalhadores e aceitar que fizessem greves, mas quando estas se desencadearam e revelaram grande determinação por parte dos trabalhadores, a burguesia amedrontou-se e afinal apoiou-se nos poderes do Governo para reprimir as greves.

Novo quadro partidário e novo fechamento: 1980-1982

Nos quadros desse refluxo conservador da burguesia, o Governo sentiu-se suficientemente forte para dissolver autoritariamente o partido da oposição, quando o democrático seria simplesmente permitir que novos partidos fossem criados. Desenrola-se, então, uma estratégia de divisão das oposições, bem sucedida com o surgimento do PMDB, do PP, do PDT, do PTB e do PT, além do PDS.

O PMDB é o continuador do MDB; reúne a média burguesia, as classes médias assalariadas e os trabalhadores. O PP é o partido liberal democrático que atrai a alta burguesia, mas acaba se fundindo com o PMDB, quando, em novembro de 1981, o Governo proíbe as coligações de partidos para eleições majoritárias. O PDT é um partido com projeto social-democrata, com força apenas no Rio

de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O PT é o fenômeno político novo, originário da aliança de uma parte dos líderes sindicais, com representantes das comunidades eclesiais de base. É um pequeno partido, orientado para o socialismo e a democracia, que divide com o PMDB o apoio dos intelectuais de esquerda. O PDS é o partido autoritário, sucessor da Arena, e o PTB uma força auxiliar do Governo.

Por outro lado, em 30 de abril de 1981 ocorre o atentado terrorista do Riocentro, realizado por integrantes do Exército contra uma manifestação de esquerda relativa ao 1º de maio. O Exército, entretanto, une-se rapidamente em torno dos responsáveis pelo atentado, a partir da presença do comandante do 1º Exército no sepultamento de um dos envolvidos, e o Presidente sente-se sem força para identificar e punir os culpados. É o sinal de que um processo de fechamento se avizinhava, confirmado logo depois pela demissão do General Golbery do Couto e Silva da direção da Casa Civil da Presidência.

O relativo fechamento, apoiado no refluxo da burguesia de 1979 e no episódio do Riocentro de maio de 1981, irá se confirmar através do "pacote eleitoral de novembro de 1981", onde se estabelece a vinculação total de votos a cada partido, proibindo-se as coligações de partidos. De acordo com esse monstrengo eleitoral, destinado a dividir formalmente as oposições, o eleitor só pode votar em candidatos de um único partido, desde o vereador e o prefeito da cidade, até os deputados, senadores e o governador.

Finalmente, o novo fechamento adquire todos os seus contornos quando, em junho de 1982, o Governo, prevendo sua derrota nas eleições de novembro desse ano, apesar de todas as medidas eleitorais tomadas no novembro anterior, decide (a) congelar a Carta Constitucional outorgada em 1969 por uma junta militar, estabelecendo que ela só poderá ser modificada por maioria de dois terços, e (b) estabelecer uma nova forma de composição do Colégio Eleitoral, que elegerá o Presidente da República em janeiro de 1985, assegurando maior peso para os pequenos estados (que o PDS espera controlar), e assim violentando gravemente o princípio da representatividade.

1982: perspectivas eleitorais e novo populismo

É neste quadro de relativo fechamento e de expectativas de uma vitória eleitoral das oposições nas eleições de novembro que

deve ser entendido o ano de 1982. De um lado, o PMDB surge como uma alternativa de poder e denuncia a ilegitimidade, o autoritarismo, a corrupção e a incompetência do Governo. De outro, o PDS assume uma posição cada vez mais populista, tentando alcançar algum apoio popular, ao mesmo tempo que o Governo adota as medidas autoritárias já analisadas.

Neste quadro, caso se confirme a vitória das oposições nas eleições de novembro de 1982, e esta obtenha a maioria na Câmara dos Deputados e eleja os governadores em diversos estados importantes, é claro que se podem esperar momentos de turbulência política em 1983. Não bastasse o autoritarismo do regime militar, que quer perpetuar-se no poder, apesar de ter perdido legitimidade e representatividade, há ainda a considerar que o país atravessa uma grave crise econômica. E se houve um refluxo conservador da burguesia, este refluxo não significou o restabelecimento da aliança de 1964.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, através desses anos, o PMDB foi-se constituindo em uma alternativa válida de poder no Brasil, à medida que evitava qualquer radicalização de esquerda. A fusão com o PP foi um passo importante nesse sentido. Hoje o PMDB é um partido multiclassista, de massas, que congrega os setores progressistas da burguesia e das classes médias assalariadas, além de amplos contingentes de trabalhadores. Ora, a existência de uma alternativa válida de poder é uma condição essencial para que o regime militar autoritário seja superado, fazendo com que, afinal, a dialética entre a abertura e a redemocratização, a balança penda no sentido da redemocratização.

Mas não é certa a vitória das oposições nas eleições de novembro de 1982. Além das medidas discriminatórias de caráter eleitoral, o Governo vem jogando todo o peso de sua "máquina" na obtenção de votos. Todas as repartições públicas e empresas estatais não apenas realizam imensas despesas de propaganda a favor dos governantes, mas também favorecem de todas as formas possíveis os candidatos do PDS.

Por outro lado, o Governo, desde 1979, percebendo que só uma mudança efetiva no plano social poderia dar ao seu partido eventual popularidade, realizou essa mudança, definindo uma nova forma de populismo autoritário. Não é apenas o Presidente Figueiredo que procura mudar sua imagem de ex-dirigente do SNI (Sistema Nacional de Informações). Mais importante é a implantação de uma política social populista apoiada na lei salarial de 1979,

no aumento da distribuição de terras a posseiros através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (obviamente sem realizar qualquer reforma agrária), na redução para cinco anos do prazo de usucapião de terras ocupadas por posseiros, nos subsídios à agricultura, e no aumento das despesas de consumo social, particularmente em habitação e eletrificação urbana e rural.

Conclusão

Sejam, entretanto, quais forem os resultados das eleições de novembro de 1982, o que é importante assinalar é que o processo de redemocratização ainda não se completou no Brasil. Privado de poderes excepcionais, o Governo continua a ameaçar a sociedade civil com o seu restabelecimento, ao mesmo tempo que usa da sua maioria no Congresso para ditar leis abertamente discriminatórias contra a oposição.

O caminho realizado até aqui, entretanto, foi real. Houve de fato um processo de redemocratização, cujas causas e dinâmica procuramos esclarecer neste trabalho. É preciso ficar claro, entretanto, que a interpretação que aqui expusemos não se confunde (a) com a interpretação estratégico-autoritária, nem (b) com a interpretação liberal-burguesa, nem (c) com a interpretação popular-basista. Em outras palavras, a redemocratização parcial não foi (a) o resultado de uma mera estratégia de sobrevivência do regime militar, nem (b) a evolução natural de uma sociedade capitalista que tende a se democratizar, nem (c) a consequência das lutas populares a favor da democracia.

A interpretação que agora resumimos, e que foi em grande parte formulada enquanto o processo de redemocratização ocorria, tem diversos pontos em comum com essas interpretações, mas, de um lado, dá ênfase à ruptura da aliança tecnoburocrática-burguesa e ao surgimento de um projeto de hegemonia política da burguesia, e, de outro, assinala a existência de um pacto social democrático tácito firmado em 1977 e até hoje vigente apesar de todas suas dificuldades. São esses fatos novos, ocorridos em quadro de progressiva perda de legitimidade do regime militar, que explicam a redemocratização. Sua dinâmica, por sua vez, resumiu-se até agora em uma permanente dialética entre as demandas da sociedade civil de aprofundar a redemocratização e a estratégia do Governo de controlar e postergar a "abertura".

CONCLUSÃO

Cinquenta anos de desenvolvimento e crise

São passados agora um pouco mais de cinquenta anos do início da Revolução Industrial Brasileira. Nesse período, cuja análise foi objetivo deste livro, o Brasil passou por profundas transformações. Os primeiros trinta anos foram marcados por um grande e continuado processo de desenvolvimento. É o período específico da Revolução Industrial Brasileira, que transforma o país de uma economia agrícola mercantil em uma economia capitalista industrial. Em seguida, a partir de meados dos anos cinquenta, estabelecidas as bases de uma economia capitalista industrial integrada, os ciclos econômicos tornam-se endógenos, e os períodos de expansão passam a ser seguidos de períodos de desaceleração e recessão.

Nesses cinquenta anos de intensa acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, as transformações não foram apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. Não foram apenas a estrutura produtiva e a forma de relacionamento econômico com o resto do mundo que mudaram radicalmente. Também as relações de produção alteraram-se. Novas classes e frações de classe surgiram: a burguesia industrial, o operariado urbano e a nova classe média assalariada ou tecnoburocrática. E novas ideologias ganharam espaço: a ideologia burguesa modernizou-se e tornou-se hegemônica; a ideologia tecnoburocrática, eficientista e racionalizadora cresceu em importância; e os ideais socialistas democráticos, ainda que minoritários, ganharam autenticidade, deixando de meramente reproduzir as palavras de ordem das diversas facções da esquerda internacional. De um modo geral, à medida em que o país se desenvolvia e transferia para dentro de suas

fronteiras os centros de decisão econômica e política, sua cultura deixava de ser um mero transplante de idéias importadas.

No plano econômico, todo o período foi marcado por uma industrialização substitutiva de importações, em que o coeficiente de importações (importações em relação ao PIB) baixou sistematicamente. O chamado Modelo de Substituição de Importações caracterizou os primeiros trinta anos, e correspondeu, no plano político, ao Pacto Populista. Mas a partir de meados dos anos cinqüenta já se define um novo modelo de desenvolvimento: o Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado, baseado na concentração de renda e no crescimento explosivo do Departamento III, produtor de bens de consumo durável, que tem como correspondente político o Pacto Autoritário Capitalista-Tecnoburocrático, que se define com cerca de dez anos de defasagem, em 1964.

A presente crise econômica e política, iniciada em 1974, é provavelmente uma crise de transição. Não apenas para um novo padrão de acumulação, mas talvez possa ser chamado de Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Maduro, mas também para um novo pacto político, desta vez de caráter democrático.

Desde o momento em que escrevi os capítulos VIII e IX deste livro (meados de 1982) até o presente momento (dezembro de 1982), a crise apenas aprofundou-se. No plano econômico, como já estava previsto, o país está em pleno processo de renegociação de sua dívida sob os auspícios do FMI, depois de praticamente ter tido uma ruptura internacional de caixa. As quebras do México e da Argentina, em setembro de 1982, precipitaram a crise do sistema financeiro internacional baseado na reciclagem por parte dos bancos privados dos *deficits* provocados, primeiro, pela Guerra do Vietnã e, em seguida, pela elevação dos preços do petróleo, em 1973. Esse sistema está agora em colapso e provavelmente só se recomporá depois de uma maciça intervenção dos bancos centrais e do FMI, ou seja, através de uma reorganização institucional do sistema financeiro internacional baseada em um maior controle dos Estados e dos organismos internacionais.

No plano político, e também como já estava previsto, as eleições gerais de 15 de novembro marcaram uma significativa vitória, em termos de votos, das oposições, que alcançaram quase 60% dos votos, o que representa uma vantagem de cerca de 10 milhões de votos sobre um total de 54 milhões de eleitores. Em 10 dos 22 estados a oposição foi vitoriosa, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A base do PDS foi o Nordeste, onde o capital mer-

cantil-especulativo é ainda dominante nas pequenas cidades e o sistema político ainda é marcado pelo coronelismo. Não obstante a significativa vitória eleitoral da oposição, o PDS, devido aos casuís-mos eleitorais, conservou a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá o novo Presidente da República no início de 1985. A manifesta falta de legitimidade e de representatividade dessa forma de eleger o novo presidente, entretanto, acentuada pelo resultado das eleições, aprofundará a crise política nos próximos anos. A sociedade deixou claro nas eleições que deseja a democracia, mas o regime continua basicamente autoritário, apoiado no processo de "abertura" oficial que estas eleições deixaram mais uma vez muito claro, que não se confunde com o processo de redemocratização.

A superação desta crise depende de várias variáveis. No plano econômico, depende de um lado da recuperação da economia mundial, e de outro, da capacidade de as classes dirigentes no Brasil formularem uma política econômica adaptada às características e às necessidades da economia brasileira. O país já alcançou o estágio de desenvolvimento relativamente auto-sustentado, mas a ameaça de desindustrialização do tipo argentino e chileno não deve ser posta de lado. Uma grande burguesia industrial, uma ampla classe média tecnoburocrática e uma classe operária que começa a organizar-se, ao lado de um Estado economicamente poderoso, são a garantia maior de que não seremos vítimas de semelhante tragédia. Mas não há certezas nesta área.

Na verdade, a solução da crise econômica dependerá, mais do que de qualquer outra coisa, da formação de um novo pacto político, que dê legitimidade a um novo Governo que dele resultar. O atual Governo, fruto de um pacto político autoritário superado, perdeu legitimidade e está economicamente paralisado. Sua política econômica é um mero reflexo das pressões e contra-pressões do sistema econômica interno e internacional. Só um novo Governo, investido de nova legitimidade, provavelmente nos quadros de uma nova aliança democrática da burguesia industrial com as classes médias tecnoburocráticas e a classe operária, permitirá a realização da nova política econômica. Não se trata de reeditar o populismo, porque a luta de classes, expressa em reivindicações sociais e políticas permanentes, será mantida. Trata-se, porém, de melhor definir e aprofundar um pacto social que permita o funcionamento de uma sociedade democrática moderna e diversificada.

A crise total de 1983

Do momento em que escrevi os capítulos VIII e IX deste livro (meados de 1982) até a presente data (julho de 1983) a crise do sistema político e econômico brasileiro agravou-se. Essa crise é tão séria que pode ser considerada uma crise global. Além de abranger aspectos políticos e econômicos, ela é caracterizada pelo fato de que os atores sociais — as diversas frações da burguesia, da tecnoburocracia e da classe trabalhadora — não têm nenhuma idéia clara ou projeto para vencê-la. A sociedade, que era geralmente definida pelo otimismo e pelo alto padrão de realização econômica, é agora dominada pelo pessimismo e pela falta de perspectivas.

No setor econômico era confirmada a previsão de que o país teria de renegociar sua dívida externa. Depois do pedido de moratória do México, em setembro de 1982, a confiança dos bancos internacionais em relação ao Brasil desapareceu rapidamente. As reservas externas do Brasil, cerca de 3 bilhões de dólares em setembro (oficialmente mais de 6 bilhões, pois inclui créditos não-recebíveis), reduziram-se a zero em 2 meses.

Em dezembro de 1982 inicia-se a negociação apesar de o governo brasileiro haver antes afirmado insistentemente que não haveria negociação da dívida com essa instituição, em função de sua má reputação no país.

De fato, desde a década de 50, quando o presidente Juscelino Kubitschek recusou-se a negociar com o FMI, essa instituição é considerada no Brasil um representante do sistema financeiro internacional, incapaz de entender as características dos países subdesenvolvidos. Seus planos de ajustamentos e estabilização, marcados por severas políticas fiscais e monetárias, não são capazes de resolver os problemas de inflação e de déficit em transações correntes, ou podem até resolver esses problemas, mas a um custo social e econômico desproporcional aos resultados alcançados.

No final de 1982, entretanto, o Brasil tinha duas alternativas: declarar uma completa moratória ou declarar uma moratória do principal e continuar a pagar os juros e os dividendos enquanto negocia com o FMI e os principais credores. A segunda alternativa foi escolhida pelo governo conservador brasileiro e, em janeiro, o Brasil assinou sua carta de intenções para com o FMI. Nessa carta, o Brasil comprometeu-se a ter um superávit comercial de 6 bilhões de dólares, um corte de 50% no déficit do setor público e uma taxa de inflação de 90%. De acordo com as estimativas do FMI, esse

processo de ajustamento representaria uma taxa negativa de crescimento no PIB brasileiro de 3,5% em 1983. É importante assinalar que, em 1982, o PIB cresceu 1,4% e a indústria 1,2%. O superávit comercial foi de somente 778 milhões de dólares, e a taxa de inflação, no final do ano, foi de 99,7%, contra um crescimento da oferta de dinheiro de apenas 69,7%.

Nessas circunstâncias, um superávit comercial de 6 bilhões de dólares exigia uma forte recessão, que permitisse um grande corte nas importações. Um corte de 50% no déficit do setor público era impossível de se conseguir, especialmente porque, de acordo com uma metodologia inaceitável, o FMI inclui a correção monetária da dívida pública interna no déficit público; se aumenta a inflação, aumenta esse "déficit público". O alvo a ser atingido em termos de inflação era otimista, mas eventualmente viável.

Com essas medidas, o Brasil receberia novos empréstimos do FMI e dos principais bancos internacionais (cerca de 7 bilhões de dólares se incluirmos os recursos para o financiamento interbancário). A suposição era de que o dinheiro seria suficiente para pagar os juros ou o déficit em conta corrente em 1983, uma vez que o principal já estaria sob moratória.

Em fevereiro de 1983 o país era surpreendido com uma nova maxidesvalorização do cruzeiro de 30%, provocando grande indignação em toda sociedade. Em abril estava claro que os 6 bilhões de dólares de superávit comercial seria provavelmente alcançado graças a uma forte recessão que reduziu as importações, mas o alvo programado para o déficit público era inatingível. A maxidesvalorização e outras medidas de "inflação corretiva" recomendadas pelo FMI tiveram como resultado o aumento do patamar de inflação de 100% no início do ano para aproximadamente 180% (anualizando-se as taxas de inflação de abril, maio e junho). Por outro lado, os novos empréstimos pedidos aos bancos internacionais em dezembro de 1982 não foram suficientes por diversas razões (estimativas otimistas de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, estimativas otimistas de financiamento interbancário de bancos brasileiros com agências no exterior) e o Brasil precisava de mais 4 bilhões de dólares para fechar seu balanço de pagamentos de 1983.

Em conseqüência, desde que não se optou pela moratória dos juros, um novo acordo com o FMI, implicando novas medidas de austeridade, tornou-se necessário. Os fatos de que a recessão já era violenta, o desemprego e as falências cresciam, as importações caíam e o alvo de um superávit comercial de 6 bilhões de dólares

estava sendo alcançado, não impressionaram o FMI. Como a inflação de custos (que no Brasil é autônoma) estava crescendo e o déficit público, em termos nominais, não estava decrescendo, o FMI exigiu um processo ainda mais violento de ajustamento.

Várias medidas foram postas em prática em junho e julho de 1983. A mais relevante delas foi a decisão de cortar os salários reais — política que não era adotada desde 1974. A decisão foi de indexar os salários a 80% do INPC durante os próximos 2 anos. Essa medida representará um corte de mais de 30% nos salários reais em 2 anos. O número exato dependerá da taxa futura de inflação e do “expurgo” adicional do INPC.

As perspectivas econômicas para o final de 1983 são: uma inflação de 180% (o FMI admite 138%); um decréscimo no PIB em 5%; e um superávit comercial de 6 bilhões de dólares. Será o terceiro ano de recessão. O sistema industrial brasileiro estará em perigo. O nível da produção industrial brasileira, em meados de 1983, era aproximadamente igual ao nível de 1979. A capacidade ociosa era de aproximadamente 30%. Poucos acreditam que as medidas exigidas pelo FMI e seguidas pelos governantes brasileiros resolverão os problemas econômicos. Ao contrário, a perspectiva é de que essas medidas agravarão ainda mais a situação. A grande dívida externa brasileira (83 bilhões de dólares em dezembro de 1982) é um problema estrutural que definitivamente não pode ser resolvido através de políticas ortodoxas. E a inflação autônoma de custos ou estagflação que predomina no Brasil não pode também ser controlada por esse tipo de política. Ou melhor: ela pode ser controlada, mas a um custo claramente desproporcional aos resultados que eventualmente possam ser alcançados.

Semiverdades sobre a formação social brasileira

A definição de um novo pacto social democrático e a formulação de uma nova política econômica, capazes de abrir para o país uma nova etapa de desenvolvimento não apenas econômico mas também social, depende, entretanto, de uma correta visão da formação social e econômica do Brasil. É preciso, especialmente, não se deixar iludir por uma série de semiverdades ou de falsas crenças, que derivam de preconceitos ideológicos e da incapacidade de ver os fatos novos em uma sociedade extraordinariamente dinâmica como a brasileira.

Vejamos, muito sumariamente, algumas dessas semiverdades ou falsas crenças. Através de sua crítica eventualmente emergirá uma visão geral da presente formação social brasileira. Só nos interessarão aqui as idéias ou lugares comuns prevalecentes entre os grupos de esquerda democrática, entre os quais me situo. As idéias falsas tanto da esquerda radical quanto da direita moderada e radical são irrelevantes no presente contexto.

1. "O Brasil é um país subdesenvolvido". Mais do que uma falsa crença, esta é uma semiverdade. Uma classificação que ainda poderia caber ao Brasil dos anos quarenta ou dos anos cinqüenta, mas que nos anos oitenta, depois de cinqüenta anos de industrialização intensa, exige muitas qualificações.

Se subdesenvolvimento for definido em termos de baixa renda por habitante em relação a outros países, o Brasil será um país subdesenvolvido ou em grau intermediário de subdesenvolvimento. Mas é evidente que essa definição é muito pobre.

Se subdesenvolvimento caracterizar-se pelo caráter dual da sociedade já será necessária uma primeira qualificação: no Brasil não existe a dualidade clássica entre uma sociedade capitalista moderna e uma sociedade pré-capitalista tradicional, o que há é a dualidade entre o capitalismo industrial tecnoburocrático, estatizado, oligopolista, e o capitalismo mercantil, latifundiário e especulativo.

Se subdesenvolvimento for sinônimo de pobreza, algumas regiões do Brasil serão subdesenvolvidas, outras fortemente desenvolvidas. O estado de São Paulo, por exemplo, para quase todos os efeitos, corresponde a um país desenvolvido.

Já se subdesenvolvimento for a incapacidade da economia integrar uma grande parte da população ao sistema produtivo e ao mercado capitalista moderno, levando à constituição de uma massa de subproletários urbanos e rurais, subempregados, subnutridos, economica e politicamente marginalizados, então o Brasil será um país subdesenvolvido.

Se entendermos, entretanto, que o subdesenvolvimento se define pelo caráter agrícola e extrativo, primário-exportador, da economia, o Brasil certamente não será subdesenvolvido. O Brasil é uma poderosa economia industrial, e mais de dois terços de suas exportações já são constituídas de produtos industrializados (mais de metade de manufaturados).

Finalmente, se entendermos subdesenvolvimento como dependência tecnológica e cultural, o Brasil será ainda um país subdesen-

volvido, mas em franco processo de abandonar essa situação.

Na verdade, talvez a melhor forma de caracterizar o Brasil, em termos de estágio de desenvolvimento, é caracterizá-lo como um país "subdesenvolvido industrializado". Ou como um dos "novos países industrializados", de acordo com a terminologia norte-americana a respeito do assunto. Prefiro, entretanto, a expressão "subdesenvolvimento industrializado" porque ela expressa bem as contradições e indefinições do atual estágio de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico da economia brasileira.

2. "O Brasil é um país periférico". Trata-se de uma variação da semiverdade anterior, com ênfase na dependência em relação aos centros de decisão econômicos, culturais e políticos situados nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Entretanto, se examinarmos a sofisticação tecnológica do sistema industrial brasileiro; se dermos atenção para o nível já alcançado por nossas melhores universidades, seja no campo das ciências físico-matemáticas, da engenharia ou das ciências sociais; se considerarmos a diversificação e amplitude do mercado para as artes em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro — começaremos a perceber que o Brasil já não está tão longe do centro.

Na verdade já deixou de ser um mero absorvedor de cultura estrangeira e reprodutor dos padrões de consumo centrais, para começar a gerar ciência crítica e tecnologia própria. Durante o período primário-exportador a cultura brasileira era um mero transplante ornamental da cultura européia. Na medida em que essa cultura não estava ligada aos processos produtivos, mas relacionava-se apenas à modernização do consumo ao nível de uma pequena elite, essa era uma cultura de salão, incapaz de contribuir para uma efetiva avaliação dos próprios problemas brasileiros.

Essa situação começa a mudar radicalmente a partir dos anos trinta e principalmente dos anos cinqüenta, quando surge uma nova geração de intelectuais muito melhor equipados para, utilizando criticamente a cultura estrangeira, analisar a realidade brasileira. Estávamos, entretanto, ainda inteiramente voltados para o Brasil. Mais recentemente, porém, o pensamento brasileiro tende a universalizar-se, na medida em que também os problemas da sociedade contemporânea como um todo começam a ser objeto sistemático de sua análise. Estamos ainda no início desse processo, mas não há dúvida de que a universalização do pensamento brasileiro (e não apenas sua latino-americanização) é um sinal concreto de que o país vai deixando de ser periférico.

Nesse sentido é preciso considerar que o Brasil é de fato a oitava economia (em termos de PIB) do sistema capitalista. Isto significa um imenso mercado interno, e uma presença cada vez maior no plano internacional. Dado o baixo coeficiente de importações do país, a presença comercial do Brasil é ainda pequena. Mas a presença política começa a se manifestar, inclusive através de uma política externa relativamente independente.

3. "As empresas multinacionais, explorando o Brasil, são a principal causa de seu subdesenvolvimento". Esta é claramente uma falsa crença, baseada em um nacionalismo que acaba desviando a atenção dos trabalhadores e da esquerda do seu principal problema: a luta de classes.

Boa parte da chamada "teoria da dependência" orientou-se no sentido de demonstrar o erro desse tipo de visão, que ignora a diferença entre o velho imperialismo primário-exportador, e o novo imperialismo industrializante e desenvolvimentista, que surge com as empresas multinacionais industriais, a partir dos anos cinquenta. Entretanto, talvez porque essa expressão "dependência" seja dúbia, poucos entenderam sua mensagem.

As empresas multinacionais provocam graves distorções na distribuição da renda, na medida em que facilitam ao país a reprodução dos padrões de consumo dos países centrais. Por outro lado, se de um lado transferem tecnologia já pronta para o país, de outro dificultam a geração de tecnologia dentro do próprio país. Finalmente não há dúvida que transferem uma parte do excedente por elas gerado para o exterior. Mas daí para atribuir-lhes a culpa pelo subdesenvolvimento brasileiro, vai uma enorme distância. Afinal os próprios lucros das empresas multinacionais no Brasil dependem diretamente do desenvolvimento do país e do crescimento do seu mercado interno.

Para os trabalhadores não há, na verdade, diferença essencial entre as empresas nacionais e as multinacionais. Sob certos aspectos é inclusive necessário admitir que as empresas multinacionais são mais favoráveis aos trabalhadores: pagam melhores salários e oferecem melhores condições de trabalho. E no processo de luta de classes, são às vezes mais flexíveis do que as empresas locais, que ainda não aprenderam a participar de negociações com os trabalhadores sem o apoio do Estado.

Em qualquer hipótese, as empresas multinacionais são uma realidade fundamental e permanente da formação social brasileira. Já estão integradas ao sistema econômico local, e poderão ser no

futuro parcialmente absorvidas. Nacionalismo em relação às empresas multinacionais significa controlá-las, limitar suas áreas de ação, induzi-las a exportar e a gerar tecnologia no país. Não significa hostilizá-las, muito menos culpá-las de todos os nossos males.

4. "A burguesia é uma classe dominante e autoritária, incapaz de assumir a direção política e econômica do país e de formular um projeto de desenvolvimento". Esta semiverdade está relacionada com a desilusão de quase toda a esquerda em relação às idéias sobre uma "burguesia nacional", que dominaram o Brasil no período populista, principalmente nos anos cinqüenta. É também uma forma através da qual a burguesia se esconde e disfarça sua própria dominação, afirmando-se politicamente débil. Quanto ao caráter autoritário da burguesia, trata-se, sem dúvida de uma constatação histórica, já que a burguesia brasileira, até hoje, em poucos momentos comprometeu-se efetivamente com os ideais democráticos. Mas quando essa afirmação parte de setores radicais da esquerda, que vêem na burguesia brasileira e latino-americana um caráter "intrinsecamente" autoritário, ela perde objetividade e se transforma em dogmatismo ideológico.

Realmente não há por que falar em uma "burguesia nacional" no Brasil, dada a aliança da burguesia brasileira com o capitalismo multinacional. Mas isto não significa que essa burguesia não seja capaz de formular um projeto político próprio, nem que seja intrinsecamente autoritária. Na verdade, o processo parcial de redemocratização do Brasil que vem ocorrendo desde meados dos anos setenta, é em parte consequência de um projeto de hegemonia política da burguesia. Esta classe já alcançou no Brasil a hegemonia ideológica, impondo os valores individualistas e liberais sobre o resto da sociedade, e agora propõe-se a sacudir a tutela autoritária dos militares e assumir o comando político mais diretamente. Provavelmente não logrará plenamente seu intento, inclusive porque as demais classes não aceitarão essa solução linear, que transforma diretamente a classe dominante em classe dirigente.

Sem dúvida a burguesia tem sido uma classe conservadora, marcada historicamente pelo autoritarismo e pela dependência do Estado. Sua visão é curta, sua capacidade de compreensão dos problemas sociais brasileiros, muito limitada. A luta de classes é para ela ainda um fantasma. Mas é necessário não transformar fatores históricos e portanto contingentes em fatores intrínsecos e afirmar que a burguesia é "essencialmente" autoritária, conservadora, e incompetente politicamente. A grande acumulação de

capital ocorrida nos últimos cinquenta anos resultou em transformações profundas, estruturais, nessa classe, a começar pelo fato de que o capital industrial tornou-se definitivamente hegemônico em relação ao capital agrário-mercantil. Hoje a burguesia brasileira é uma nova e poderosa classe social que não convém subestimar.

5. “Os tecnoburocratas são meros assessores da burguesia”. Outra semiverdade que ignora o imenso crescimento do número e do poder da classe média assalariada ou tecnoburocrática, seja nas grandes organizações burocráticas privadas, seja principalmente na grande organização burocrática estatal, civil e militar. Sem dúvida a tecnoburocracia é assessora da burguesia, na medida em que esta é a classe dominante. Mas não há dúvida também que essa classe, sendo portadora de relações de produção e de ideologia próprias, tem interesses e objetivos econômicos e políticos que lhe são específicos. O regime militar instalado no Brasil a partir de 1964 é incompreensível se não partirmos desse fato.

6. “A inflação é o grande problema da economia brasileira e revela a incompetência do Governo”. Não há dúvida quanto à incompetência do Governo, paralisado pela crise cíclica que atinge a economia brasileira. Mas decididamente a inflação, nessa crise, é muito mais consequência e um sintoma do que “o grande problema”. O Brasil vem se desenvolvendo apesar das altas taxas de inflação. E seus efeitos concentradores de renda e distorsivos da acumulação de capital estão relativamente neutralizados pela indexação generalizada da economia.

Na verdade a inflação só se torna um problema fundamental para a economia brasileira nos momentos em que o Governo, influenciado por uma visão monetarista e incapaz de perceber a diferença entre a economia brasileira e a dos grandes países centrais (que não estão indexadas) insiste em adotar políticas econômicas recessivas de caráter monetarista.

7. “A inflação é consequência de uma conspiração das grandes empresas oligopolistas aliadas ao Estado para apropriar-se de excedente através do aumento dos subsídios e do *deficit* público”. Ao invés de uma idéia falsa, esta é uma semiverdade. Não há dúvida que a inflação tem sido funcional para que os setores oligopolistas da economia aumentem sua participação na renda através do aumento de suas margens de lucro. Tem também sido útil para os bancos e rentistas, porque se pretende combater a inflação através do aumento da taxa de juros.

Mas uma vez alcançado determinado patamar de inflação,

este é rígido para baixo devido à indexação e oligopolização da economia. Em conseqüência, não há outra alternativa para o Governo senão entrar em *deficit* — via subsídios e investimentos das empresas estatais — para em seguida poder aumentar a quantidade nominal de moeda. Se não o fizer, ou fizer parcialmente, de acordo com o figurino monetarista que vem sendo adotado desde o final de 1980, a economia entrará em crise de liquidez e em recessão.

8. “A solução para os problemas brasileiros é abandonar o ‘modelo exportador’ e voltar-se para o mercado interno”. Em primeiro lugar, o Brasil nunca adotou um verdadeiro “modelo exportador”. Salvo alguns raros momentos (1967-1974) o Brasil não tem feito outra coisa senão substituir importações e reduzir o coeficiente de importações (relações entre as importações e o PIB). Atualmente nosso coeficiente de importações exclusive petróleo é inferior a 5%.

Em segundo lugar, a melhor forma de o Brasil aumentar seu mercado interno é continuar a crescer. Ora isto só será possível se o Brasil conseguir contornar o grande desequilíbrio de suas contas externas, através do aumento das exportações, já que nosso baixo coeficiente de importações torna praticamente inviável continuar a basear a política econômica na substituição de importações.

Por isso é essencial que o Brasil desenvolva uma política industrial e tecnológica de exportações. O desenvolvimento do mercado interno não precisa de uma política econômica específica. Basta uma política macroeconômica de manutenção da demanda agregada e do emprego e uma política de distribuição de renda. Havendo demanda, a indústria e a agricultura que abastecem o mercado interno reagirão automaticamente, já que dispõem de capacidade instalada, mão-de-obra e tecnologia adequadas.

A idéia falsa não é defender o mercado interno, mas imaginar que haja uma contradição entre o desenvolvimento deste mercado e uma política de exportações. Só haveria contradição se a economia brasileira estivesse trabalhando em regime de pleno emprego e as exportações fossem uma forma de exportar bens de consumo dos trabalhadores e importar bens de luxo e bens de capital, compatibilizando assim concentração de renda e equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas. Ora, este não é o caso do Brasil, pelo menos desde 1975.

Subdesenvolvimento industrializado maduro

Muitas outras semiverdades poderiam ser enumeradas. As que acabamos de examinar, entretanto, somadas à análise que viemos realizando através deste livro, são suficientes para que possamos concluir com uma tentativa de avaliação do presente estágio da economia brasileira e de suas perspectivas.

A presente crise da economia brasileira faz parte de uma crise econômica mundial, que teve início em torno de 1970. Tudo indica que começa então a fase de desaceleração de um ciclo longo ou de Kondratieff, cuja duração é de aproximadamente 50 anos (25 de expansão e 25 de desaceleração). Depois da grande expansão do pós-guerra, provavelmente a economia brasileira e mundial permanecerão em desaceleração relativa até a década de noventa.

Esta desaceleração relativa não implica em taxas negativas de crescimento. Através dos ciclos normais (de aproximadamente 10 anos) a economia deverá continuar a se expandir, mas a taxas menores, ao mesmo tempo em que se prepara um novo ciclo longo de expansão.

Uma crise dessa natureza, porém, é também uma crise de transição não apenas econômica mas também política.

No plano econômico tudo indica que sairemos da crise quando, através de uma política tecnológica e industrial de exportações, o Brasil for capaz de realizar saldos crescentes em sua balança comercial através de exportação de manufaturados tecnologicamente sofisticados mas trabalho-intensivos. Dado, de um lado, o grande endividamento externo do país, e de outro, o alto nível de integração e sofisticação que sua indústria já alcançou (por exemplo: 30% de suas exportações de manufaturados já são máquinas e equipamentos), provavelmente esta é a condição essencial para a continuidade do desenvolvimento brasileiro. É claro que uma política agrícola e uma política energética são também importantes ao nível da produção. Ao nível da repartição é essencial uma política de rendas, que conduza a uma progressiva desconcentração de renda ao mesmo tempo que se mantém em níveis aceitáveis a taxa de lucro das empresas. Isto é possível através da política salarial, do aumento das despesas de consumo social, e de uma reforma tributária que penalize as pessoas físicas, especialmente os rentistas, e dificulte a sonegação fiscal.

Mas o desafio fundamental que a economia brasileira hoje enfrenta consiste em competir em pé de igualdade com os países

centrais na exportação de manufaturados tecnologicamente sofisticados. A economia brasileira vem tendo êxito em sua política de exportação de manufaturados, inclusive produtos tecnologicamente sofisticados. É razoável, portanto, prever que continue a aumentar suas exportações nesta área, sem, nesse processo, se tornar vítima de uma nova divisão internacional do trabalho, segundo a qual exportaríamos manufaturados tecnologicamente simples, que não valorizariam nossa mão-de-obra. Chamo Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Maduro esse novo estágio para o qual caminha a economia brasileira. Continuaremos ainda subdesenvolvidos, na medida em que o setor capitalista altamente produtivo não consegue absorver toda a mão-de-obra disponível, de forma que o sistema social permanece desintegrado. Mas os índices de desintegração estrutural diminuirão, e nos tornaremos grandes exportadores de manufaturados, em competição direta com as economias plenamente desenvolvidas.

Através desse processo crescerá o mercado interno. A idéia de que há uma contradição entre política de exportações e crescimento de mercado interno é um resquício de nossa experiência primário-exportadora, que não faz o menor sentido na economia brasileira atual. O mercado interno aumenta na medida em que cresce o PIB — e o crescimento deste depende hoje de exportações crescentes.

Quanto à melhor distribuição de renda e à integração do proletariado urbano e rural na economia moderna, é claro que não há qualquer automatismo a ser esperado. Estes fenômenos só ocorrerão na medida em que a luta de classes for permanente, na medida em que os movimentos populares, os sindicatos e os partidos de esquerda continuarem a se desenvolver e a reivindicar.

Isto, entretanto, não significa que o Brasil caminha a curto prazo para o socialismo. Uma revolução de esquerda no Brasil atual não tem qualquer possibilidade dado o poder e estabilidade da burguesia e das classes médias tecnoburocráticas, expressos inclusive em termos de ampla hegemonia ideológica. Na verdade, a própria esquerda democrática não se interessa por revolução, não apenas porque verifica sua inviabilidade, mas também porque sabe que uma revolução de esquerda no presente estágio da sociedade brasileira não significaria a implantação do socialismo mas do estatismo.

O caminho em direção a um socialismo democrático e autogestionário, entretanto, não está fechado para o Brasil. É um caminho entre a proposta liberal-burguesa e a proposta autoritário-esta-

linista — um caminho que provavelmente percorreremos de forma relativamente solidária com as social-democracias européias, apesar das especificidades do subdesenvolvimento industrializado maduro brasileiro. É um caminho que toda uma série de movimentos sociais autogestionários alternativos, radicalmente democráticos, prenunciam. Um caminho sem trilhas demarcadas, mas que aos poucos vai deixando de ser utópico.

Obras citadas

Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre

1963a — *Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares*, São Paulo, Fulgor.

1963b — *Desde Quando Somos Nacionalistas?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Barreto, Tobias

1962 — “Um Discurso em Mangas de Camisa” em *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

Barroso, Geonísio

1958 — *Ação da Petrobrás no Recôncavo Baiano*, São Paulo, Forum Roberto Simonsen.

Bouzan, Ary

1963 — *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas-EAESP, mimeo.

Bresser Pereira, Luiz Carlos

1962 — “The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil” em *Journal of Inter-American Studies*, vol. IV, nº 3, julho de 1962.

1963 — “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” em *Revista de Administração de Empresas*, nº 8, julho-setembro.

1964 — “Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas”, em *Revista de Administração de Empresas*, nº 11, junho de 1964 (republicado em Bresser Pereira, 1974).

1964 — “Problems of Brazilian Agriculture and Their Causes”, em *Journal of Inter-American Studies*, janeiro.

1970 — “Dividir ou Multiplicar: A Concentração da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira”, em *Visão*, novembro.

- 1972 — *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes.
- 1974 — *Empresários e Administradores no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- 1977 — *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense.
- 1978a — *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- 1978b — “Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente”, em *Estudos Econômicos*, vol. 8, nº 3, setembro-dezembro.
- 1979 — *O Desenvolvimento e os Lucros*, São Paulo, EAESP-FGV, mimeo.
- 1981a — “A Política Econômica Endógena”, em *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 1, janeiro-março.
- 1981b — “Pacto Social Ameaçado”, em *Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1981.
- 1981c — “Pacto Social e Aliança Política”, em *Leia Livros*, nº 36, junho-julho.
- 1981d — *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- 1981e — “A Inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente)”, em *Revista de Economia Política*, vol. I, nº 2, abril-junho.
- 1982 — “Seis Interpretações sobre o Brasil”, em *Dados*, vol. 5, nº 3, julho-setembro.

Bresser Pereira, Luiz Carlos e Silvio Luiz Bresser Pereira

- 1964 — “A Inflação e os Lucros da Empresa”, em *Revista de Administração de Empresas*, nº 10.

Campos, Roberto

- 1979 — “Como Administrar a Transição”, em *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro.

Canitrot, Adolfo

- 1981 — “Teoría y Práctica del Liberalismo. Política Antiinflacionária e Apertura Económica en la Argentina”, em *Desarrollo Económico*, vol. 21, nº 82, julho-setembro.

Cardoso, Fernando Henrique

- 1979 — “A Fronda Conservadora”, em *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro.

Centro de Investigaciones Económicas y Políticas “Pátria Grande”

- 1981 — “Argentina 1976-1980: El Modelo Neoliberal de la Oligarquía”, em *Investigación Económica*, nº 156, abril-junho, México.

CEPAL

- 1949 — *Survey of Latin America*, Santiago.
- 1963 — *Estudio Económico de América Latina*, Santiago.

- 1963 — *La Industria de Máquinas-Herramientas del Brasil — Elementos para la Programación de su Desarrollo*, janeiro, Santiago.
- 1964 — *Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, Santiago.
- 1967 — *Estudios sobre la Distribución del Ingreso en America Latina*, Santiago.
- CEPAL-BNDE, Grupo Misto
- 1957 — *Análise e Proteção do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- Delfim Netto, Antônio
- 1964 — “Nota sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário”, em *Temas e Problemas*, 1º caderno.
- 1967 — “Discurso no Clube da ADECIF”, em *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho.
- Delfim Netto, Antônio e Affonso Celso Pastore, Pedro Cipollari e Eduardo Pereira de Carvalho
- 1965 — *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira e suas Perspectivas para 1965*, São Paulo, Estudos ANPES nº 1.
- Doellinger, Carlos Von
- 1982 — “Estatização, Finanças Públicas e Implicações”, em *O Estado de S. Paulo*, de 7 a 23 de fevereiro.
- Drucker, Peter F.
- 1949 — *The New Society*, Nova Iorque, Harper e Brothers.
- Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais
- 1963 — “Arrecadação Tributária, Salários e Ordenados na Administração Pública — 1947/52”, em *Revista Brasileira de Economia*, ano XVII, nº 1, março.
- Furtado, Celso
- 1959 — *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- 1961 — *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- 1964 — *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- 1966 — *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1968 — *Um Projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Saga.
- Galbraith, John Kenneth
- 1967 — *The New Industrial State*, Boston, Houghton Mifflin.
- Jaguaribe, Hélio
- 1958 — *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio de Janeiro, ISEB.

- 1962 — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Jorgenson, Dale
1971 — “Econometric Studies of Investment Behavior: A Survey”, em *Journal of Economic Literature*, vol. IX, n.º 4, dezembro.
- Kingston, Lúcia Sílvia
1969 — “A Produtividade da Agricultura no Brasil”, em *Revista Brasileira de Economia*, abril-junho.
- Krischke, Paulo
1982 — *Brasil, do Milagre à Abertura*, São Paulo, Cortez Editora.
- Kucinski, Bernardo
1982 — *Abertura, a História de uma Crise*, São Paulo, Editora Brasil Debates.
- Lambert, Jacques
1953 — *Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, Colin.
- Lamounier, Bolivar
1980 — “Notes on the Study of Redemocratization”, Washington, Working Paper n.º 58, Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, Smithsonian Institute.
- Lamounier, Bolivar e Jorge Eduardo Faria
1981 — *Futuro da Abertura: Um Debate*, São Paulo, Editora IDESP.
- Lemgruber, Antonio Carlos
1981 — “As Recessões de Crescimento no Brasil”, em *Conjuntura Econômica*, vol. 35, n.º 4.
- Lessa, Carlos
1979 — “II PND: Um Caso de Patologia Político-Econômica”, em *Boletim do IERJ*, janeiro-fevereiro.
- Lima, Luiz Antonio de Oliveira
1982 — “A Atual Política Econômica e os Descaminhos do Monetarismo”, em *Revista de Economia Política*, vol. 2, n.º 1, janeiro-março.
- Mannheim, Karl
1956 — *Ideologia e Utopia*, Porto Alegre, Editora Globo. Original alemão: *Ideologie und Utopie*.
- Mantega, Guido
1982 — *Raízes e Formação da Economia Política Brasileira*, São Paulo, USP, tese de doutoramento não publicada.
- Mello, João Manoel C. e Luiz G. M. Belluzzo
1977 — “Reflexões sobre a Crise Atual”, em *Escrita Ensaio*, ano 1, n.º 2, 1977.

Mills, C. Wright

1953 — *White Collar*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica

1962 — *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965*.

1964 — *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*, Documentos EPEA nº 1.

1967 — *Diretrizes do Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento*, julho.

Morley, Samuel A. e Gordon W. Smith

1971 — *The Effect of Changes in the Distribution of Income on Labor, Foreign Investment and Growth in Brazil*, Program of Development Studies, Paper nº 15, Texas, Houston, Houston Price University.

Motta, Fernando Prestes

1979 — *Empresários e Hegemonia Política*, São Paulo, Brasiliense.

Munhoz, Dércio

1981 — “Os Desequilíbrios Externos da Economia Brasileira”, em *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 4, outubro-dezembro.

Nakano, Yoshiaki

1982 — “Recessão e Inflação”, em *Revista de Economia Política*, vol. II, nº 2, abril-junho.

Oliveira, Francisco de

1977 — *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal.

Oliveira, Francisco de e Frederico Mazuchelli

1977 — “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil”, em Francisco de Oliveira (1977).

Prado, Jr., Caio

1945 — *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1956.

Ramos, Alberto Guerreiro

1961 — *A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Rangel, Ignácio

1963 — *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 3ª edição com posfácio e subseqüentes: São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

1981 — “A Paralisação do Estado” em *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 1, janeiro-março.

Schwartzman, Simon

1963 — “Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político”, Estudo Crítico, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, março.

- Serra, José
1982 — “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra: A Crise Recente”, em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 3, junho-setembro.
- Singer, Paul
1973 — “As Contradições do Milagre”, em *Estudos CEBRAP*, nº 6, out-dez.
- Stein, Stanley J.
1957 — *The Brazilian Cotton Manufacture*, Massachusetts, Harvard University Press.
- Tavares, Maria Conceição
1978 — *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, FEA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.
1979 — *Ciclo e Crise*, Tese de Doutorado, UFRJ.
- Tavares, Maria Conceição e José Serra
1971 — “Mas Allá del Estancamiento, una Discussion sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil, *Trimestre Económico*, vol. 33, nº 152, outubro-dezembro 1971.
- Taylor, Frederic W.
1911 — *The Principles of Scientific Management*, Nova Iorque, Harper, 1ª edição.
- Therborn, Goran
1977 — “The Rule of Capital and the Rise of Democracy”, em *New Left Review*, nº 103, maio-junho.
- Vergara, Pilar
1982 — “Autoritarismo e Mudanças Estruturais no Chile”, em *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 3, julho-setembro.
- Weisskopf, Thomaz E.
1978 — “Marxist Perspectives on Cyclical Crisis”, em Bruce Steinberg e outros (organizadores), *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union for Radical Political Economics.
- Werneck Sodré, Nelson
1958 — *A Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- Whyte Jr., William H.
1956 — *The Organization Man*, Nova Iorque, Doubleday.

Índice de quadros e figuras

Quadro	I — <i>Produto interno real e produção industrial</i>	39
Quadro	II — <i>Movimento de capitais estrangeiros diretos no Brasil</i>	49
Quadro	III — <i>Distribuição regional da renda per capita</i>	65
Quadro	IV — <i>Índice de salário real</i>	66
Quadro	V — <i>Divisão da força de trabalho segundo profissões</i>	82
Quadro	VI — <i>Classes sociais no Brasil</i>	83
Quadro	VII — <i>Produto interno líquido segundo ramos de atividade</i>	128
Quadro	VIII — <i>Relações macroeconômicas</i>	133
Quadro	IX — <i>Salário mínimo real da Guanabara</i>	136
Quadro	X — <i>Produto real por tipo de gasto</i>	161
Quadro	XI — <i>Taxa de crescimento do PNB</i>	190
Quadro	XII — <i>Perfil da demanda global no Brasil</i>	195
Quadro	XIII — <i>Distribuição da renda segundo quintos da população</i>	199
Quadro	XIV — <i>Salário mínimo real</i>	200
Quadro	XV — <i>Salário médio no Estado de São Paulo</i>	201
Quadro	XVI — <i>Evolução do produto nos ciclos industriais</i>	219
Quadro	XVII — <i>Produção e acumulação industrial nos ciclos</i>	221
Quadro	XVIII — <i>Inflação, PIB e meios de pagamento</i>	226
Quadro	XIX — <i>Balanço de pagamentos e dívida externa</i> ...	229
Quadro	XX — <i>As taxas externas</i>	232
Quadro	XXI — <i>As variáveis básicas</i>	235
Quadro	XXII — <i>Salários e produtividade</i>	238
Quadro	XXIII — <i>Distribuição dos rendimentos da população economicamente ativa</i>	247
Figura 1	— <i>Modelo de Desenvolvimento Brasileiro — 1930-61</i>	68
Figura 2	— <i>Pirâmide social do Brasil</i>	84

Índice remissivo

- abertura política, 250, 254, 257
acumulação de capital, 263, 267, 272, 279
administradores, 88-92
agricultura, 24, 138-40
agriculturalismo e industrialismo, 96-8
alarmismo, 154
 e radicalismo, 116-20
alfabetização, 139
anticomunista, 165, 182
Ato Institucional nº 5 (AI-5), 182, 184, 255, 256, 260, 264
autoritarismo, 261, 270
- balança comercial, 244, 249
Banco Nacional da Habitação, 198
Barbosa Lima Sobrinho, A., 178, 179
Barreto, Tobias, 81
Branco, Castelo, *ver* Governo de Bulhões, Octávio Gouvea de, 181
burguesia, 254, 256, 257, 262, 263, 267, 278
 e autoritarismo, 259-60
 e setores capitalistas, 113
 industrial, 237, 253, 274
- café, 24
 crise do, 109
 e baixa de preços, 32
 e início da industrialização, 29, 35
 e Segunda Guerra, 36
Campos, Roberto, 181
capital estrangeiro, 47-9, 110
 ver também investimento estrangeiro
capitalismo, 20, 21
 nacional e internacional, 206
 viabilidade do, 168-70
capitalista e políticos profissionais, 176
Castro, Antonio Barros de, 196, 202
choque do petróleo, 220, 230, 237
ciclos econômicos, 218-23, 281
 e subconsumo, 221, 222, 224
classe média, 29, 221, 247, 253, 264, 274
 aparecimento da, 74
 crescimento da, 80-4
 desenvolvimento da, 75
 diversificação da, 84
 e administradores, 88
 e Exército, 32
 e expansão econômica, 181
 e Revolução de 30, 31
 governo da, 163, 198
 integração da, 79
 nova, 71, 78
 tomada do poder pela, 22-3
 transformação da, 78
classes sociais, 82
 novas, 76
concentração de renda, 144, 246, 247, 261, 266, 273, 281
 e expansão econômica, 181
conservadorismo e reformismo, 114-6
correção monetária, 181, 222, 228, 242, 243
cosmopolitismo e nacionalismo, 98-100
crédito, 125, 148
crise brasileira, 122-67
 causas econômicas da, 130-52, 155-60
 causas políticas da, 153-5, 160-2
 econômica, 123
 e capacidade ociosa, 140
 e crédito, 125
 e desemprego, 124-6
 e empresários industriais, 166-7
 e Governo Castelo Branco, 162-5
 e investimento, 125
 e recuperação da economia, 189-90
 política, 127-30, 190-4
crise econômica, 123-52, 155-60, 219, 241, 242, 245, 248, 270, 273, 281
- Delfim Netto, Antonio, 58, 150, 187, 188, 239, 241, 267
deficit público, 280
desemprego e crise, 124-6, 159-60
desenvolvimento
 anteriores do, 29
 auto-impulsionado e teste do, 172-5
 capitalista e viabilidade do, 168-70
 conceito, 19-23
 consolidação do, 42-51
 das indústrias dinâmicas, 202-3
 industrial e diferença com outros países, 171
 modelo de, 51-69
 novo modelo de, 204-17
 político, 95-121, 204-9
 sistema socialista, 215
 social, 70-94

- desvalorizações cambiais, 181, 240, 242, 243
- distribuição de renda
- análise de Antonio Barros de Castro, 196-7
 - e capacidade ociosa, 144
 - e desenvolvimento, 211
 - e modelo brasileiro de, 206
 - e proposta de Celso Furtado, 194-6
 - e recuperação da economia, 194-202
 - e II Revolução Industrial, 90
 - modelo de, 212
- Dutra, Eurico Gaspar, 26, 40
- Economia
- e distribuição da renda, 194-202
 - e exportação de manufaturados, 172
 - recuperação da, 189-90, 194-202
- empresários industriais, 53-4, 67, 76
- e crise brasileira, 166-7
 - e esquerda, 113
 - fortalecimento dos, 109
- empresas estatais, 262, 267, 280
- empresas multinacionais, 253, 277
- endividamento externo, 228-33, 241, 246, 248, 249, 281
- e balança comercial, 230
 - e exportações, 231
 - e renegociação da dívida, 233
 - e taxa de juros, 231, 233
- endividamento interno, 239, 248
- esquerdas, 265, 275, 278, 283
- autonomia e imaturidade das, 154
 - e nacionalismo, 179
 - fortalecimento das, 113
 - grupos de, 104-5
 - radicalização das, 117-8
- Estado, 24-5
- funções do, 79-80
- estatização, 55-7, 262, 263
- estrutura agrária e crise brasileira, 138-40
- exército e classe média, 32
- expansão econômica, 181, 218
- causa da, 181
- exportação
- e demanda, 211
 - e Governo Costa e Silva, 189
 - de manufaturados, 172-5
- força de trabalho, divisão da, 82
- Furtado, Celso, 32, 33, 36, 134, 194-7, 211
- Goulart, João, 117, 119, 131, 153, 154
- governo
- e Revolução Industrial, 67
 - tecnoburocrático, 206
- Governo de Castelo Branco, 255
- e anticunismo, 165
 - e antiindustrialização, 165
 - e empresários industriais, 166-7
 - idealista, 164
 - ideologia, 162-5
 - imobilista, 165
 - moralista, 165
 - política salarial do, 137
- Governo Costa e Silva
- e diagnóstico da inflação, 187-9
 - e expansão, 181-2
 - e exportação, 189
 - e ideologia revolucionária, 183
 - e modificações jurídico-institucionais, 183
 - e modificações políticas, 182-5
 - e modificações político-econômicas, 185-6
- Governo Figueiredo, 241, 266
- Governo Geisel, 237, 255, 256
- Governo Médici, 190-4, 255
- grupos de esquerda
- e empresários industriais, 106
 - ideologia dos, 105
 - papel dos, 104-7
- grupos sócio-econômicos
- e lutas ideológicas, 102-4
- Guerra Mundial (Segunda), 36-8
- Gudin, Eugênio, 262
- ideologia, 272
- capitalista, 175-80
- importação, 38
- de tecnologia, 174
 - e limitações, 53, 141, 142
 - substituição de, *ver* Substituição de Importações.
- indexação, 228, 244, 279
- indústria
- automobilística, 44, 50
 - de trabalho intensivo, 174
 - dinâmica e concentração de renda, 202
 - dinâmica e desenvolvimento, 202-3
 - têxtil, 30
- industrialismo
- e agriculturalismo, 96-7
 - perda de importância do, 108
- industrialização, 52
- consolidação, 108
 - e café, 29-30
- inflação, 225-8, 242, 244, 279

- administrada, 226, 227
- aspectos da, 59
- combate a, 156-60
- compensatória, 227
- corretiva, 242
- de procura e de custos, 143, 145-7, 186
- diagnóstico da, 187-9
- e capacidade ociosa, 140
- e carga tributária, 61
- e crise brasileira, 131-2, 142-52, 156
- e deficit, 228
- e demanda, 158
- e empresas oligopolistas, 228
- e estruturalismo, 58
- e indexação, 228
- e meios de pagamento, 225
- e monetarismo, 58, 62
- e subsídios, 227
- intervencionismo e liberalismo, 100-2
- investimento
 - e crise brasileira, 132, 134
 - e setor moderno, 213
 - e surgimento de oportunidades, 32
 - públicos, 55-7
- investimento estrangeiro
 - e cosmopolitismo, 99
 - e nacionalismo, 98, 179
 - e seletividade do, 180
- Jaguaribe, Hélio, 75, 108
- Johnson, Lyndon, 155
- juros, 239, 242, 243, 280
 - e inflação, 149
- Keynes, J. M., 34
- Kubitschek, Juscelino, 26, 45-7, 108, 131
- Lei das Tarifas, 110
- Lessa, Carlos, 236
- liberalismo,
 - brasileiro, 191
 - e intervencionismo, 100-2
 - intervencionista e ideologia capitalista, 176-7
- Lima Sobrinho, 178
- Lott, Henrique Teixeira, 116
- lutas ideológicas, 96-102
 - e grupos sócio-econômicos, 102-4
- manufaturados
 - exportação de, 172-5
 - importação de, 34
- maxidesvalorização, 240, 242, 243
- mercado brasileiro
 - e caráter monopolístico, 147
- militares e tecnocratas, 162-5
- militarismo intervencionista, 127-30
- Mills, Wright, 88
- modelo brasileiro
 - características, 51-67
 - esquema do, 68
 - novo, 204-14
 - processo do, 67-9
- Modelo de Substituição de Importações, 273
- Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado, 273, 282
- Modelo Primário-Exportador, 204
- modificações estruturais, 107-13
- Morais, Prudente de, 30, 76
- moralistas, 165, 182
- Morley, Samuel A., 211
- Munhoz, Dércio, 239
- nacionalismo, 193
 - declínio do, 178
 - desenvolvimentista, 177-80
 - e cosmopolitismo, 98, 99
 - e Governo Médici, 193
 - perda de importância do, 110
- Nakano, Yoshiaki, 226
- neoliberalismo e ideologia capitalista, 175
- Netto, Antonio Delfim, *ver* Delfim Netto
- obras públicas e inflação, 158
- oligarquia
 - agrário-comercial, 31
 - de aristocratas, 74
- organização burocrática, desenvolvimento da, 88, 91
- pacto social, 264-6, 271
- partidos políticos
 - ARENA, 255, 261
 - MDB, 255
 - PCB, 105
 - PDS, 265, 269
 - PDT, 268
 - PMDB, 268, 270
 - PP, 268
 - PSD, 27
 - PT, 269
 - PTB, 27, 105, 106, 269

- UDN, 27, 163, 252
 plano habitacional e inflação, 157
 Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II),
 220, 230, 231, 246, 261
 e desaceleração, 234, 236
 política
 cambial, 40, 41
 econômica de Delfim Netto, 188
 econômica e recuperação da economia, 189
 participação, 112
 populismo, 27
 autoritário, 270
 processo
 inflacionário, 43, 147
 social, 87
 procura, reestruturação da, 210
 Programa de Ação Econômica do Governo
 (PAEG), 155
- Quadros, Jânio, 114, 116, 119, 153
- racionalismo, 21
 radicalismo e alarmismo, 116-20
 radicalização,
 da direita, 119
 da esquerda, 117
 Ramos, Guerreiro, 112
 Rangel, Ignácio, 145, 146, 225
 recessão, 244, 245, 267
 redemocratização, 250, 254, 257, 263, 265,
 266, 271, 278
 reformismo e conservadorismo, 114-6
 relação
 de produto capital, 54
 de troca, 39, 40
 renda, *ver* distribuição de
 representatividade, falta de, 127, 129
 Revolução de 30, 26-32
 Revolução de 32, 31
 Revolução de 64, 27, 155, 250
 e crise política, 160-2
 e esquerda, 169
 e ideologia capitalista, 168
 Revolução Industrial, 272
 agentes da, 67
 conclusões da, 93-4
 e classe média, 78
 e diferenças com outros países, 170
 e distribuição de renda, 90
 Primeira, 85, 86
 Segunda, 86
 Revolução Nacional, 23-8
- Conclusões, 120, 121
 e grupos de Esquerda, 104
 e grupos sócio-econômicos, 102
 e lutas ideológicas, 96-102
 primeira fase da, 73, 96-107
- Salários, 64-6
 e crise brasileira, 134-8
 e inflação, 59
 mínimo e médio, 200-2
 Serra, José, 209, 234
 Silva, Costa, *ver* Governo de
 Silva, General Golbery do Couto e, 269
 Silva, Luiz Ignácio da, 268
 Smith, Gordon W., 211
 Simonsen, M. H., 236, 238, 241
 socialista, desenvolvimento, 215
 Sodré, Nelson Werneck, 75
 subdesenvolvimento, 275
 subsídios, 227, 240, 241, 248, 263, 267, 271,
 280
 substituição de importações
 e crise brasileira, 133-4
 e desenvolvimento industrial, 171
 SUMOC, Instrução nº 113, 110
- Tavares, Maria da Conceição, 209, 234
 taxa de acumulação, 220, 234, 235
 e indústria de bens de consumo durável, 220
 tecnoburocracia, 260, 261, 266, 267, 279
 tecnocracia, 92
 industrializante, 214-7
 militar, 252, 263
 tecnocratas
 e militares, 163
 e militares, característica dos, 214
 e militares, ideologia dos, 214, 215
 tecnologia
 e exportação de manufaturados, 174
 e setor moderno e tradicional, 210
 Teoria de Desproporção, 223, 224
 terrorismo, 190
- urbanização, 62, 77
- Vargas, Getúlio, 26, 27, 45
- White Jr., William H., 89

- Sodré, Nelson Werneck, 75
subdesenvolvimento, 275
subsídios, 227, 240, 241, 248, 263, 267, 271, 280
substituição de importações
 e crise brasileira, 133-4
 e desenvolvimento industrial, 171
SUMOC, Instrução n.º 113, 110
Tavares, Maria da Conceição, 209, 234
taxa de acumulação, 220, 234, 235
 e indústria de bens de consumo durável, 220
tecnoburocracia, 260, 261, 266, 267, 279
tecnocracia, 92
 industrializante, 214-7
 militar, 252, 263
tecnocratas
 e militares, 163
 e militares, característica dos, 214
 e militares, ideologia dos, 214, 215
tecnologia
 e exportação de manufaturados, 174
 e setor moderno e tradicional, 210
Teoria de Desproporção, 223, 224
terrorismo, 190

urbanização, 62, 77

Vargas, Getúlio, 26, 27, 45

White Jr., William H., 89